



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA: HISTÓRIA CULTURAL
LINHA DE PESQUISA: CULTURAS E IDENTIDADES**

DOUTORANDO LUIS ANTONIO PASQUETTI

MATRÍCULA 03/27824

**TERRA OCUPADA:
Identities Reconstruídas
1984 - 2004**

ORIENTADORA: PROF^a. DRA. CLÉRIA BOTELHO DA COSTA

Brasília/DF, julho/ 2007

LUIS ANTONIO PASQUETTI

**TERRA OCUPADA:
Identidades Reconstruídas
1984 - 2004**

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente e Orientadora Prof^ª Dra. Cléria Botelho da Costa

_____.

1 Examinador: Prof. Dr. Telmo Marcon _____.

2 Examinadora Prof^ª. Dra. Deis Elucy Siqueira _____.

3 Examinador: Prof. Dr. José Walter Nunes _____.

4 Examinadora: Prof^ª.Dra. Mônica Castagna Molina _____.

5 Examinadora: Prof^ª. Dra. Nancy Alessio Magalhães _____.

Brasília, 06 de julho de 2007

DEDICATÓRIA

*Aos milhares de trabalhadores rurais Sem Terra
que, teimosamente, insistem em lutar pela Reforma Agrária,
que ousaram sair do anonimato,
que sempre estiveram submetidos em terras alheias,
mas exigem e criam novos direitos,
reconstroem novos espaços sociais
nos acampamentos e assentamentos deste País,
formando um movimento nacional,
o MST.*

Agradeço a Professora Cléria Botelho da Costa pelo talento, exigência e rigor acadêmico na orientação.

In memoriam: meu pai Domingos Pasquetti, com ensino fundamental incompleto me ensinou os valores do trabalho e honestidade e minha mãe Carolina Trindade Pasquetti, professora, o valor do estudo.

Minha esposa Vânia e minha filha Carolina, que acompanharam minhas angústias e alegrias na elaboração desta tese.

*“Para estudar
o passado de um povo,
de uma instituição,
de uma classe,
não basta aceitar ao pé da letra
tudo quanto nos deixou a simples
tradição da escrita.
É preciso fazer falar
a multidão imensa
dos figurantes mudos
que enchem
o panorama da história
e são muitas vezes
mais interessantes
e mais importantes
do que os outros,
os que apenas escrevem a
história”.*

Sérgio Buarque de Holanda
(1902-1982)

RESUMO

O objeto de estudo desta tese é o MST e a reconstrução das identidades dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no período de 1984 a 2004. Nele identifico os códigos sociais compartilhados coletivamente, as relações sociais de cooperação e conflito que ocorrem tanto no acampamento, no assentamento, como no próprio Movimento. Os valores, símbolos e significados partilhados e disputados por estes trabalhadores na luta pela terra. Analiso os sentimentos de pertencimento ao Movimento, as comemorações, os protestos e as mobilizações, como elementos que compõem as teias de significações criadas em suas práticas coletivas e individuais. Uma história que valoriza o fazer humano, sentimentos, atitudes, linguagens tecidas na resistência e na luta pela terra. O tempo histórico rememora estes vinte anos de história do Movimento, descrevendo o contexto das décadas de 1980, 1990 e 2000. A localização geográfica onde estes fatos ocorreram foi a Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul entre os municípios de Sarandi, Ronda Alta, Carazinho e Passo Fundo, onde estava situada a Fazenda Annoni. Neste espaço geográfico e histórico analiso quatro importantes acontecimentos: A Encruzilhada Natalino(dez/1980), A Ocupação da Fazenda Annoni (out/1985), o Assentamento 29 de Outubro e a Formação do MST. Na metodologia utilizei corpus oral e escrito. Realizei 31 entrevistas com trabalhadores assentados que em 2003/2004 continuavam desenvolvendo experiências de produção coletivas, com os assentados que por algum motivo se afastaram do coletivo e com os que trabalham individualmente em sua propriedade familiar e nunca participaram do processo coletivo. Os principais referenciais teóricos foram: E.P.Thompson, com a história vista de baixo; Stuart Hall, a crise e a reconstrução das identidades; Walter Benjamin, a história do tempo presente; e Hommi Bhabha, o entre-lugar e a negociação cultural. Os resultados encontrados tratam das múltiplas identidades como uma obra em aberto, em constante processo de reconstrução e como o MST está e continua se formando a partir das histórias de vida destes trabalhadores.

Palavras-Chave: Reconstrução, Identidades, Formação, MST, Memória,

ABSTRACT

This thesis is focused on MST and reconstruction of the identities of the Landless Rural Workers in the period from 1984 to 2004. From this period I identify the social codes collectively shared, the social relationships of cooperation and conflicts which occurs either in the camp, the settlement, or in the Movement itself. The values, symbols and meanings shared by these workers in the struggle for land are the issues throughout I analyze the feelings of belonging to the Movement, the celebrations, the demonstrations and mobilizations, as elements that compose the webs of significances created in their collective and individual actions. I walked through a history that underlines the human work, feelings, attitudes, languages woven in the resistance and in the struggle for land. The historical time remembers these twenty years of history of the Movement, describing the context of the decades of 1980, 1990 and 2000. The geographical location where these facts occurred was the North Area of the State of Rio Grande do Sul among the cities of Sarandi, Ronda Alta, Carazinho and Passo Fundo, where Fazenda Annoni was located. In this geographical and historical space I analyze four important events: The Encruzilhada Natalino (Dec/1980), Fazenda Annoni's Occupation (Oct/1985), the Settlement 29 de Outubro and the Formation Process of MST. I used oral and writing corpus. I accomplished 31 interviews with workers settled who continued developing collective production experiences during the years 2003/04. There are settled people who, for some reason, stood back from the collective and the ones that work individually in his/her own family property and never participated in the collective process. The main theoretical references were: E.P.Thompson, the history seen from below; Stuart Hall, the crisis and the reconstruction of the identities; Walter Benjamin, the history of the current time, and Hommi Bhabha, the "in between" place and the cultural negotiation. The outcome findings deal with the multiple identities as a work in on going process, in constant reconstruction process, just like MST in its continues growing starting from the histories of these workers' life.

RÉSUMÉ

L'objet de cette thèse est le Mouvement Sans Terre et elle analyse la reconstruction des identités des travailleurs sans terre pendant la période 1984 à 2004. Dans ce travail j'identifie les codes sociaux partagés collectivement; les relations sociales de coopération et conflit qui se développent aussi bien dans les campements que dans les « assentamentos » et au sein du Mouvement lui-même, ainsi que les valeurs, symboles et significations partagés et disputés par ces travailleurs en lutte pour la terre. J'analyse les sentiments d'appartenance au Mouvement, les commémorations, les protestes et les mobilisations, comme éléments qui composent les toiles de significations créées lors des pratiques collectives et individuelles. Une histoire qui valorise le "faire" humain, les sentiments, les attitudes, les langages tissés dans la résistance et la lutte pour la terre. Le temps historique retrace ces vingt années d'histoire du Mouvement, en décrivant le contexte des décennies 1980, 1990 et 2000. Géographiquement, ces faits se sont déroulés dans la région nord de l'état du Rio Grande do Sul entre les municipes de Sarandi, Ronda Alta, Carazinho e Passo Fundo, où se situe la ferme Annoni. Dans cet espace géographique et historique j'analyse quatre importants événements : L'Encruzilhada Natalino (décembre/1980), l'occupation de la ferme Annoni (octobre/1985), l'« assentamento » 29 octobre et la formation du MST. En ce qui concerne la méthodologie, j'ai effectué et analysé 31 entretiens avec les travailleurs « assentados » qui en 2003/2004 développaient des expériences de production collective; avec les « assentados » qui pour un ou autre motif se sont éloignés du collectif, ainsi qu'avec ceux qui travaillent individuellement dans une propriété familiale et n'ont jamais participé au processus collectif. Les principales références théoriques ont été : l'Histoire vue d'en bas de E.P. Thompson; La crise et la reconstruction des identités de Stuart Hall, l'Histoire du temps présent de Walter Benjamin, et L'entre lieu et la négociation culturelle de Hommi Bhabha. Les résultats montrent les multiples identités comme une œuvre ouverte, dans un processus de reconstruction permanent et comment le MST est et continue son développement à partir des histoires de vie de ces travailleurs

LISTA DE SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ALCA	Área de livre Comércio das Américas
APR	Animação Pastoral Rural
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPDA	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário
CIMI	Comissão Indigenista Missionária
CCA	Cooperativa Central de Reforma Agrária
CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados
CLOC	Coordenação Latino Americana de Organizações Camponesas
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNS	Conselho Nacional do Seringueiro
COMASSES	Comissão de Assentados Do Estado do Espírito Santo
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentados da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul
COOPTAR	Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata LTDA
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CONCLAT	Conferência da Classe Trabalhadora
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPR	Comissão Pastoral Rural
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
CREHNOR	Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda.
CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia

CUT	Central Única dos Trabalhadores
ELAM	Escola Latino Americana de Medicina
FAB	Força Aérea Brasileira
FIDEH	Fórum Interamericano de Direitos Humanos
FS	Força Sindical
FSM	Fórum Social Mundial
FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento do São Francisco
GINI	índice que mede o grau de concentração da terra, quanto mais próximo de 1,00, maior a concentração da terra.
GTA	Grupo de Trabalhadores Amazonenses
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
LPP	Liga dos Camponeses Pobres
LOC	Liga Operária Camponesa
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MARA	Movimento de Apoio a Reforma Agrária
MAST	Movimento de Agricultores Sem Terra
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terras
MCC	Movimento de Camponeses de Corumbiara
MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terras
MLST de Luta	Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST de Luta)
MLT	Movimento de Luta pela Terra

MNMTR	Movimento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MORAL	Movimento Organizado pela Reforma Agrária e Liberdade
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPRA	Movimento Pela Reforma Agrária
MSBSF	Movimento Social Brasil sem Fome
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTI	Movimento dos sem Terra Independente
MSTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais de João Pinheiro
MSTT	Movimento dos Sem Terra de Tupanciretã
MT	Movimento dos Trabalhadores
MTB	Movimento dos Sem Terra
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MTRB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Brasileiros
MTRS	Movimento dos Trabalhadores rurais do município de Sidrolândia
MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OLC	Organização de Luta no Campo
OLT	Organização Terra e Liberdade
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNERA	Pesquisa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Crédito da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pólo da Unidade Camponesa
SINPASA	Sindicato dos Pequenos Agricultores e Assalariados
SINTRA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SRB	Sociedade Rural Brasileira
UDR	União Democrática Ruralista
UNESCO	Órgão das Nações Unidas para Educação e Cultura
UNI	União das Nações Indígenas do AC e Sul do AM
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 14

CAPÍTULO I

A Formação do MST: Esperanças na Encruzilhada

- 1.1 Interpretações sobre a questão agrária, 35
- 1.2 Memórias da Encruzilhada, 45
- 1.3 Terra em disputa com os Kaingang, 49
- 1.4 Tecendo histórias, 63
- 1.5 Uma terra para ocupar: da Encruzilhada para a Fazenda Annoni, 93

CAPÍTULO II

Identidade Coletiva: uma reconstrução histórica

- 2.1 Identidades coletivas e individuais, 105
- 2.2 Identidade cidadã construída na luta social, 128
- 2.3 Os valores preconizados pelo MST, 145
- 2.4 O processo educativo e pedagógico na formação das identidades, 162
- 2.5 A luta das mulheres por espaço e participação, 180
- 2.6 Identidades forjadas na resistência, 191
- 2.7 A mística como elemento na construção da identidade Sem Terra, 200
- 2.8 A mística reconstrói e fortalece as identidades coletivas, 207
- 2.9 A arte fortalece as identidades, 209
- 2.10 Identidades reconstruídas na diferença, 212

CAPÍTULO III

O MST ressignifica a luta pela Reforma Agrária

- 3.1 A formação do MST, 222.
- 3.2 A luta pela terra protagonizada pelo MST nos anos 1990, 233.
- 3.3 A radicalidade das ocupações: ação e reação, 237.
- 3.4 A simbologia das marchas e ocupações de espaços públicos, 253.
- 3.5 Atuação multidimensional: o MST como rede, 280
- 3.6 A construção da autonomia, amplitude nacional e internacional, 293

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 301

CORPUS, 315

APÊNDICE

Roteiro das Entrevistas, 331

ANEXO I

Produtividade nos Assentamentos da Ex-Fazenda Annoni, 332.

INTRODUÇÃO

(...) Na noite em que se terminou a muralha da China
 para onde foram os operários da construção?
 A eterna Roma está cheia de arcos de triunfo.
 Quem os construiu?
 Sobre quem triunfavam os cézares?
 (...) Quando a "Invencível Armada" naufragou,
 dizem que Felipe da Espanha chorou
 Só ele chorou?
 Frederico II ganhou a guerra dos Sete Anos.
 Quem mais ganhou a guerra?
 Cada página uma vitória.
 Quem preparava os banquetes da vitória?
 De dez em dez anos um grande homem.
 Quem paga as suas despesas?

Tantas histórias.
 Tantas perguntas.
 (BRECHT, 1982, p.31)

Entendo que a história das pessoas simples e comuns é um campo da memória a ser recuperada em nosso País, especialmente a história dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Procuo demonstrar nesta tese a formação do MST no período de 1984 a 2004, mais especificamente a partir do acampamento da Encruzilhada Natalino iniciado em dezembro de 1980, com três famílias, posteriormente foram agregando-se outras seiscentas famílias, parte delas cinco anos mais tarde, ocuparam a Fazenda Annoni, em 29 de outubro de 1985, considerada a primeira grande ação organizada pelo MST. Parto da perspectiva de uma *história vista de baixo*¹, onde a vida das pessoas humildes é o lugar estratégico do qual se narra a história de onde brotou a motivação para elaborar esta tese de doutorado, envolvido que estou nestes últimos 20 anos (1984-2004) com essas pessoas excluídas da história oficial, os Trabalhadores Rurais Sem Terra.

¹ “História vista de baixo aparece pela primeira vez em um artigo de Edward Thompson, no *The Times Literary Supplement*, em 07 de abril de 1966. Posteriormente, foi publicado um livro intitulado *History From Below: studies in popular protest and popular ideology*, que consagrou o termo. No Brasil, o artigo de Thompson sobre “a História vista de baixo” foi incluído na coletânea de artigos do autor, intitulada *As peculiaridades dos Ingleses* (THOMPSONS, 2001).

Uma história que ocorreu tanto em função da ação humana destes sujeitos, que ousaram sonhar com a terra prometida, lutando contra o latifúndio improdutivo, bem como pelos fatores externos como a situação em que se encontravam num contexto de alta concentração de terras no Rio Grande do Sul, como posseiros, meeiros, arrendatários perambulando por terras alheias, vítimas de um modelo agrícola que, no final da década de 1970, priorizava a monocultura da soja, expulsando milhares de famílias camponesas na Região Norte do Estado².

Demonstro como o MST foi se formando ao longo desta trajetória, mesclado pelas histórias singulares destes sujeitos que, ao mesmo tempo, foram se construindo como sujeitos históricos e criando uma nova categoria social: os Sem Terra. Ao envolverem-se na luta pela terra, estes trabalhadores reconstroem suas identidades inicialmente em dois espaços sociais muito importantes: o acampamento³, que é formado a partir da ocupação das terras

² Mapa do RS



³ **Acampamento:** é uma área ocupada, passível de desapropriação ou não, normalmente por um grande número de famílias sem terra, previamente identificada, pelo MST,. Para tanto, existe uma organização para as ocupações. Segundo o MST (Revista Plano Nacional do MST:

e, posteriormente, o assentamento⁴, onde as famílias são estabelecidas em definitivo. O terceiro espaço social, o MST, atua como uma rede de relações, criadas pelos trabalhadores ao se vincularem a um movimento social, criando novos espaços sociais caracterizados como espaços de memória, dando-lhes guarida e a fortaleza necessária para seguir lutando ainda hoje, em 2004, passados vinte anos do início desta luta. Para analisar o MST, utilizo o conceito de movimento social⁴ que apresenta os seguintes pré-requisitos: (a) o reconhecimento coletivo de um direito; (b) a formação de identidades; (c) o desenvolvimento de uma sociabilidade política; (d) a construção de um projeto de transformação.

Meu interesse pela história vem de longa data, embora minha formação acadêmica seja na área da administração, graduação e mestrado, sempre estive envolvido com a militância na pastoral da juventude e com os movimentos sociais, especialmente o MST⁵. Ainda quando estava cursando o ensino fundamental e médio, lembro-me das aulas de história e do fascínio que me causava a história dos povos Egípcios, Gregos, Romanos, do processo de colonização e expropriação do Brasil, principalmente as narrativas sobre a valentia do Gaúcho nas lutas travadas no Rio Grande do Sul para delimitar seu território. Este primeiro contato com a história, nos livros didáticos, foi com uma história tradicional, datada, seqüencial, linear, que narrava os grandes feitos

São Paulo: 1998), "o importante é criar o fato político da ocupação para obrigar o governo a solucionar o caso; preparar com antecedência, em cada município, materiais necessários para a ocupação como: lonas plásticas, alimentação, transporte e remédios, além das ferramentas agrícolas para começar a produzir; discutir com todos os trabalhadores a finalidade da ocupação. Quanto mais consciente for o trabalhador menos problemas causarão para os acampados; procurar envolver toda a família, homem, mulher, jovem e crianças. A conquista da Reforma Agrária é responsabilidade de todos os que dependem da terra para viver, discutir bem o percurso que todos devem fazer, evitando chamar a atenção durante o percurso e todos devem chegar juntos à área destinada à ocupação para evitar a violência por parte dos grandes proprietários; manter sigilo absoluto do local e data da ocupação. Apenas a direção deve saber".

⁴ **Assentamento:** é considerada a área, cujos ocupantes já possuem o documento definitivo e que já tenha ocorrido a "imissão de posse" outorgada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), local definitivo de produção e de vida das famílias assentadas em Projetos de Reforma Agrária.

⁵ No Mestrado em Administração na PUC SP (1998), desenvolvi o trabalho sobre o MST como uma empresa social. Uma organização que envolve milhares de pessoas, que vai além da luta política, criando oportunidades de emancipação humana, gerando emprego e melhorando a qualidade de vida das famílias assentadas.

dos heróis e personalidades. Uma história dos vencedores⁶, uma história-ciência, da qual não se poderia duvidar, pois fora transmitida como sendo, “de fato”, o que ocorreu no passado.

Tenho como objeto de estudo o MST e a reconstrução das identidades coletivas no período de 1984 a 2004. Em 2003, ao ingressar no doutorado da Universidade de Brasília, deparei-me com outras possibilidades do fazer historiográfico, especialmente na linha de pesquisa da História Cultural. Dois sentimentos perseguiram-me nesta trajetória. Um, de desconforto pela desconstrução da história tal como eu havia aprendido e outro, de perceber e vislumbrar outras possibilidades do fazer historiográfico, partindo da vida dos trabalhadores Sem Terra para se narrar a história.

O suporte teórico-epistemológico utilizado neste trabalho está relacionado principalmente aos autores THOMPSON, E.P. HALL, S., BHABHA, H. , POLLAK e BENJAMIN, W., autores ligados aos estudos culturais que valorizam o comportamento humano como centro privilegiado do conhecimento histórico, como um outro modo de compreender a história. Trabalho com uma historiografia que procura romper com esquemas teóricos generalizantes, incorporando metodologias e conceitos de outras disciplinas, valorizando grupos particulares, movimentos sociais, entre outros. Com este referencial teórico, identifico os códigos sociais compartilhados coletivamente, as relações de conflito que ocorrem tanto no acampamento, no assentamento, como no próprio Movimento, além dos valores, simbologias e significados partilhados e disputados por estes trabalhadores. Os sentimentos de pertencimento ao Movimento⁷, as comemorações, os protestos e as mobilizações, são como que elementos das teias de significações criadas por eles. As práticas coletivas e individuais são vistas como aspectos importantes da cultura⁸: o fazer humano,

⁶ “No passado podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais, interessam-se pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?” – perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos mas a pergunta conserva todo seu peso”. GINZBURG, Carlo (1996, p.15).

⁷ MOVIMENTO: palavra utilizada pelos militantes para referir-se ao MST. Vou utilizar este termo durante a elaboração deste trabalho.

⁸ Hall (1980) afirma que dois passos estão envolvidos na nova formulação do sentido de cultura, considerado um dos grandes avanços dos Estudos Culturais. O primeiro é um movimento em direção a uma definição antropológica de cultura, como prática cultural. O segundo vai em direção a uma definição mais histórica de prática cultural, questionando o

as idéias, as atitudes, as linguagens, a luta e a resistência na conquista da terra. As relações de gênero, o processo de organização social e de produção nos diferentes momentos da luta pela terra, através dos *fazer*s individuais e conjuntos. Também analiso documentos que traduzem os cânones⁹ e as representações¹⁰, construídos pelo e sobre o Movimento, com diferentes interpretações e modos de ver.

A pesquisa oral foi realizada com um grupo de quarenta e duas famílias que vivem no Assentamento 29 de Outubro, em Sarandi - RS. Parte destas famílias, nos anos 1980, foram expulsas da Reserva Indígena dos Kaingang¹¹, em Nonoai. Articuladas pela Comissão Pastoral da Terra das Igrejas Católica e Luterana, os trabalhadores expulsos decidiram então montar um acampamento num entroncamento de duas rodovias entre as cidades de Passo Fundo, Carazinho, Sarandi e Ronda Alta: a *Encruzilhada Natalino*. Após alguns anos de acampamento e sem solução por parte do Governo, no dia 29 de outubro de 1985, mil e quinhentas famílias oriundas de trinta e três municípios da região,

significado antropológico enquanto universalidade que se instala por meio dos conceitos de formação social, poder cultural, dominação e regulação, resistência e luta. A produção de sujeitos, a partir de diferentes práticas simbólicas, está sempre situada em um determinado tempo-espaço.

⁹ O termo deriva da palavra grega "kanon" que designava uma espécie de vara com funções de instrumento de medida; mais tarde o seu significado evoluiu para o de padrão ou modelo a aplicar como norma. É no século IV que encontramos a primeira utilização generalizada de cânone, num sentido reconhecidamente afim ao etimológico: trata-se da lista de Livros Sagrados que a Igreja cristã homologou como transmitindo a palavra de Deus, logo representando a verdade e a lei que deve alicerçar a fé e reger o comportamento da comunidade de crentes.

¹⁰ As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social em categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência e mesmo legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER:1990, p. 17).

¹¹ A grafia do nome Kaingang utilizada nesta tese, tem como referencial teórico: *A língua Kaingang, a formação de professores e o ensino escolar*. In E. Albano et al. (Orgs.). Saudades da língua: a Lingüística nos 25 anos do IEL-UNICAMP. Campinas, 2003: DL-IEL / Mercado de Letras, p. 373-391 ISBN: 85-7591-030-2.

juntaram-se e ocuparam a Fazenda Annoni¹², um latifúndio de 12 mil hectares, localizado na Região Norte do Rio Grande do Sul.

Este trabalho representa um desafio, pois se trata de narrar uma história que está sendo construída *à contrapelo* (BENJAMIN, 1987) por estes sujeitos que se contrapõem aos grandes proprietários de terra. *À contrapelo*, porque se contrapõem a memória *instituinte* dos vencedores, daqueles que dominam o meio rural brasileiro, os coronéis, as famílias tradicionais, os fazendeiros, geralmente transformados em heróis e vencedores na historiografia oficial. Já a história dos trabalhadores Sem Terra segue em direção oposta, posto que desafia e desconstrói a visão de um mundo onde o camponês está destinado ou “acostumado” à sujeição, seja como meeiro, posseiro ou arrendatário em terras alheias. Estes trabalhadores, ao realizar a ocupação da Fazenda Annoni, nos anos 1980, logo após o final da ditadura militar, desafiaram o *status quo* e abriram caminho para a construção do Sem Terra como um novo sujeito social na luta pela terra. Esta narrativa, portanto, é feita *à contrapelo*, porque parte de outra perspectiva e contraria outras versões da história.

Nela procuro entender e compreender as relações sociais, os símbolos, os ritos, os mitos, os valores, a mística e o sentimento de pertencimento a um movimento social, analisando como cada sujeito reconstrói a sua própria memória e a memória coletiva, entendendo que existem várias histórias que se articulam e se cruzam formando o imaginário social deste grupo.

¹² MAPA da Localização da Fazenda Annoni



A escolha deste assentamento deu-se em função da importância atribuída a este fato histórico, pela simbologia e o significado da ocupação da Fazenda Annoni, que inaugurou uma nova forma de luta no campo - a ocupação¹³ massiva, organizada por um movimento social. Também porque neste espaço geográfico é que se atribui a formação do Movimento. Portanto, o objeto de estudo foi uma escolha minha, como pesquisador, construído num processo dialógico com os pesquisados. Utilizo neste trabalho *corpus* escrito e oral, entrevistas, documentos oficiais, documentos escritos pelo MST, dados e informações de órgãos públicos, além da observação “*in loco*”, ao longo destes vinte e sete anos de minha convivência com o Movimento. Articulados com bibliografias das teorias da história, priorizando autores vinculados à história cultural citados anteriormente. Como fonte de reconstrução do passado, utilizo também, a arte produzida e utilizada pelos trabalhadores, especialmente as letras das músicas, o hino do Movimento, as palavras de ordem como expressão de suas identidades. Nelas estão contidas palavras, conceitos, visões de mundo, que externalizam intencionalidades de um projeto coletivo em construção.

O tempo histórico delimitado neste trabalho refere-se aos anos de 1984 a 2004, rememorando vinte anos de história do Movimento, descrevendo o contexto histórico das décadas de 1980, 1990 e 2000 compreendidas como uma referência. Uma divisão cronológica que é apenas uma referência temporal pois entendo que o tempo histórico não pode ficar preso ou fixo só à cronologia, oscilando de acordo com os dados de minha pesquisa, tanto para períodos anteriores como posteriores a estas datas articulando passado, presente e futuro. Desenvolvo uma historiografia que articula a história local com o macro social regional e nacional, na perspectiva de uma história vista de baixo. Essa perspectiva de análise histórica abre possibilidades para a ampliação e investigação das histórias de pessoas simples e comuns com a preocupação de recuperar diferentes verdades e olhares, trazendo à tona

¹³ **Ocupação:** Segundo os juristas Fábio Comparato, Luiz Edson Facchin e Regis de Oliveira, existem profundas diferenças entre invadir e ocupar. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio, no caso em questão, as terras que não cumprem a função social, e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação (In: SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*, p.114-123. Apud MORISSAWA. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001:132).

novas temáticas como o cotidiano dos trabalhadores. (THOMPSON, E.P., 1966¹⁴).

Início com a história do *tempo presente*, localizando onde e como estes sujeitos se encontram (2004), bem como o que fazem, o que pensam o que sentem e como reconstroem seu passado de lutas com o olhar de hoje, envolvendo os limites e as possibilidades do novo, conforme afirma Benjamin (1987): *“Reconstruir o passado, convocando-o no solo de hoje para recriá-lo e renová-lo, a partir do tempo presente”*. Ao narrar suas histórias de vida, o sujeito fala sobre o passado posicionado no presente. É uma narração baseada na memória, na reconstrução do passado e, neste sentido, não vai interessar tanto o presente em si mesmo, mas como é reconstruído o passado. Sabendo que lembrar não é reviver uma situação tal qual ela foi no passado, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado, *“... a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição”*. (BOSI, 1994:55)

A história do tempo presente é tratada neste trabalho como um conceito em construção, que, por sua vez, expressa seu caráter inacabado e em constante movimento, como afirma Thompson (1978: p.231) *“...por sua própria natureza, o conhecimento histórico é provisório e incompleto; seletivo (mas nem por isso inverídico)”*. É uma história em processo: mesmo com a conquista da terra, a luta continua no assentamento, os trabalhadores continuam fazendo parte de um movimento social que se amplia, se ressignifica, se reconstrói. Ao narrar os *fazeres* dos trabalhadores, tomei o passado como fonte do presente, não como um passado vivido, mas um passado revivido, reconstruído, através das histórias de vida dos assentados, por meio da metodologia da história oral, reescrevendo a história no presente em forma de co-autoria com os sujeitos. Que significa também uma responsabilidade social minha como historiador em desenvolver uma narrativa onde, muitas vezes, ao testemunhar, me envolvo com os próprios acontecimentos, tendo o cuidado de não abordar de maneira exclusiva ou fechada, mantendo uma postura aberta e crítica em relação a

¹⁴ No Brasil, o artigo de Thompson sobre “a História vista de baixo” foi incluído na coletânea de artigos “as peculiaridades dos ingleses”. THOMPSON, E. P. Peculiaridade dos Ingleses e Outros Ensaios. Campinas: Edunicamp, 2001. Deve-se notar ainda que “história vista de baixo” não é bem uma especialidade da história, senão uma atitude de examinar a história”. (BARROS, 2004. p.66)

outras abordagens teóricas ou mesmo contraditórias. Trabalho com o conceito de história oral como uma metodologia de pesquisa e não como uma simples técnica de coleta de dados. (AMADO, 2000)

Esta metodologia exige a disponibilidade para aceitar a diversidade, a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelo ponto de vista daqueles que se propõem a partilhar suas histórias de vida, suas memórias, suas experiências, que diversas vezes extrapolam seu meio social e familiar, dependendo da relação de confiança estabelecida. Nem sempre se eliminam as diferenças entre os envolvidos na entrevista. Apesar de meu engajamento com o Movimento, procurei fazer com que a função de pesquisador prevalecesse, assim como a ética e o respeito à perspectiva do outro. As entrevistas se constituíram em fonte que se interpenetrou, houve momentos de mútua observação, de concordâncias e discordâncias.

Quando reproduzi¹⁵ as entrevistas, relacionei-as ao contexto em que foram produzidas, e procurei não perder os sinais não verbais, os movimentos do corpo, das mãos, das expressões faciais, o silêncio, o tom de voz, que muitas vezes escapam ao gravador, que é um instrumento cego. Procurei observar o que afirma Thompson (1992) quanto ao ato de transcrever:

“...Incluir tudo o que está gravado, com a possível exceção de digressões para verificar se o gravador está funcionando, para tomar uma xícara de chá, ou para bater papo sobre como está o tempo, sobre doenças, e coisas assim. Todas as perguntas devem constar dela. O gaguejar em procura de uma palavra pode ser eliminado, mas outro tipo de hesitações e de “muletas”, como “você sabe” ou “veja bem” devem ser incluídos. A gramática e a ordem das palavras devem ser deixadas como foram faladas. Se não se conseguir compreender uma palavra ou frase, deve deixar-se um espaço na transcrição para indicar isso.” (THOMPSON, P. 1992:293).

Os documentos escritos, da mesma forma que a pesquisa oral, foram consultados num processo dialógico quanto às escolhas, às concepções,

¹⁵ Como método na etapa de transposição da oralidade para a escrita, procurei seguir o que afirma Meihy:....Editar uma entrevista equivale a tirar os andaimes de uma construção quando esta fica pronta... Porque uma gravação não abriga lágrimas, pausas significativas, gestos, o contexto do ambiente, é impossível pensar que a mera transcrição traduza tudo que se passou na situação do encontro. (MEIHY,1996:66):

tempos e eixos temáticos onde a interpretação e realidades se complementam, se estimulam, se delimitam, se criam e recriam conjuntamente, no sentido de que nenhum documento foi considerado isento ou neutro. Foram interpretados também como "sujeitos" no sentido de que os dados quantitativos e oficiais também são "escolhidos" pelo pesquisador, por interesses do presente, relacionado ao objeto de estudo e por isso mesmo não podem ser considerados como mais ou menos verdadeiros ou científicos, e independem se comprovem ou não o que de fato ocorreu no passado. Pois todo documento é político, e a abordagem é ideológica e sua matéria é também de certa forma ficcional, neste sentido utilizei o conceito de *verossimilhança*¹⁶ (PESAVENTO: 1998).

Pelo fato de conhecer o objeto de estudo "por dentro", evidencio, na escolha metodológica, a função social, o lugar de fala e o sistema de poder da narrativa com os quais estou comprometido. Neste sentido, as escolhas teóricas estarão relacionadas com esta visão de mundo. Entendo que o objeto de estudo é sempre construído pelo pesquisador. Portanto, a metodologia está subordinada a esta forma de pensar no sentido de que o método não é neutro, mas crítico, político, histórico. Entendo que esta participação pessoal enriquece o processo de elaboração histórica, na medida em que o próprio objeto de estudo é construído numa relação social e dialética. Conforme afirma Thompson E.P. (1978): quando nos ocupamos de uma historiografia que retrata as práticas cotidianas em que estamos de certa forma envolvidos, também podemos contribuir para desvendar as relações e tensões sociais por dentro do objeto, possibilitando propor novos problemas para a investigação histórica:

"Os historiadores também se ocupam, em sua prática cotidiana, da formação da consciência social e de suas tensões. Nossa observação

¹⁶ O termo verossímil é utilizado para designar algo "semelhante a verdade", "que parece verdadeiro", "provável". Na literatura verossimilhança é algo que "não aconteceu", mas que "poderia ter acontecido", Aristóteles é tido como o primeiro a utilizar o conceito de verossimilhança "[...] não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade". ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ars Poética, 1992. Tradução: Eudoro de Souza, p. 53 apud PESAVENTO. S. J. (Org.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas: UNICAMP, 1998

raramente é singular... Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à experiência.
(THOMPSON, E.P., 1978:231)

Durante a pesquisa, diversas foram as questões que me guiaram: *Como foi se formando o MST? Quais são os sentimentos compartilhados pelos assentados que ainda se sentem vinculadas ao MST mesmo passados vinte anos da conquista da terra? O que é ser do MST? O que significa pertencer ao MST? O que significa ser um Sem Terra? Por que os trabalhadores “investem” na identidade Sem Terra?* As respostas foram instigantes posto que cada sujeito atribui diferentes significados a estas questões, dependendo do lugar de fala destes sujeitos, do espaço social que ocupam como trabalhadores individuais ou coletivos. Ao mesmo tempo, foi interessante observar que todos se sentem parte de uma mesma organização, de diferentes formas e maneiras. Busquei compreender as relações de cooperação e conflito nos núcleos de produção, na cooperativa, na organização da escola, do lazer, na vivência em forma de agrovilas. A pesquisa também avançou em outras direções. Como por exemplo, na questão da negociação de suas identidades a partir das percepções do entorno onde vivem, as diferenças que se estabelecem entre o “nós” e “eles”, onde se delineiam as fronteiras, os *entre-lugares*¹⁷ como propõe Bhabha (1998). Pois, estes trabalhadores criaram um espaço híbrido, periférico, descentrado como: a ocupação massiva, o acampamento, as marchas e manifestações públicas, e a partir dele iniciaram uma luta que se tornaria um marco na luta pela terra do Rio Grande do Sul e do Brasil. Estabeleceram fronteiras e limites e ao se diferenciarem das lutas anteriores reconstruíram um novo método para lutar pela terra. Utilizei os seguintes critérios ao escolher os assentados para realização das entrevistas:

(A) Pessoas que participaram desde o início do processo de luta pela terra no Acampamento da Encruzilhada Natalino (1980) e que posteriormente ocuparam a Fazenda Annoni (29/ out./1985).

(B) Trabalhadores assentados que em 2003/2004 continuavam desenvolvendo experiências de produção coletiva, vivendo em forma de

¹⁷ Homi BHABHA em seus estudos sobre a cultura migrante estabeleceu o conceito do “entre-lugar” (BHABHA:1998, p. 308), fruto da temporalidade não-sincrônica das culturas nacionais e global, que abrem novos espaços culturais que seria um “terceiro espaço” (BHABHA:1998, p. 300), no qual as diferenças são negociadas ou traduzida que denomina de “entre-lugar”.

agrovila, em núcleos de produção coletivos e associados à cooperativa COOPTAR.

(C) Aqueles assentados que integravam o coletivo, no início da formação do assentamento, e posteriormente, por algum motivo, se afastaram.

(D) E pessoas que trabalham individualmente em sua propriedade familiar e nunca participaram do processo coletivo.

As entrevistas foram realizadas na casa dos assentados. De início, expliquei o motivo das entrevistas, sendo muito bem recebido por todos. Seguindo o roteiro, iniciei as perguntas, indaguei-lhes como haviam chegado ao assentamento, à luta que realizaram, como foi feita a ocupação, a vida no acampamento, o que significa ser do MST, buscando em suas histórias de vida e memória os sentimentos de pertencimento a esta organização, bem como seu cotidiano e os fazeres conjuntos nos grupos coletivos e no trabalho individual do assentamento (ver roteiro das entrevistas no apêndice A p.331).

Neste trabalho, procurei articular diálogo e reflexão, forma e conteúdo, elementos da oralidade e da escrita, das teorias historiográficas, da história local, regional e nacional. Considerando essa possibilidade, a tese está subdividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, ***A Formação do MST: Esperanças na Encruzilhada***, apresento a trajetória destas famílias que se envolveram com esta luta ainda nos anos 80, quando decidiram ocupar um barranco numa encruzilhada, e participaram da organização do Acampamento da Encruzilhada Natalino em dezembro de 1980. Descrevo o contexto sócio-político desta década no Brasil e no Sul do País, as transformações e lutas urbanas e rurais, o surgimento dos movimentos sociais e a primeira ocupação organizada pelo MST, em 29 de outubro de 1985 na Fazenda Annoni. Reconstruo o passado de luta no acampamento da Fazenda Annoni, a saga destas famílias que ocuparam este latifúndio improdutivo, os enfrentamentos com os poderes públicos, a organização social, os vínculos que foram sendo construídos neste espaço social, que depois vão ser importantes na consolidação do assentamento.

A partir da pesquisa de outros estudiosos da questão agrária identifico as diferentes interpretações sobre a questão da terra no Brasil e no Rio Grande do Sul. E especialmente as disputas ocorridas na ocupação territorial da

Região Norte do Rio Grande do Sul, do séc. XVI ao XX, que envolvem os índios Kaingang, caboclos¹⁸, imigrantes europeus, italianos, alemães e poloneses. Lutas e disputas fazem parte da história do Rio Grande do Sul, o povoamento do Estado está demarcado pela questão fronteiriça. pela delimitação de seu território.

Estas disputas foram criando uma cultura muito própria, uma identidade regional. Assim como os trabalhadores Sem Terra em suas disputas pela posse do latifúndio vão criando uma identidade própria, a identidade gaúcha começou a se formar a partir do imaginário do homem livre que vivia nos campos. Relaciono estes aspectos históricos à formação do MST e da identidade Sem Terra.

Também utilizei as músicas entoadas por eles como uma fonte importante de pesquisa na reconstrução do passado destes trabalhadores. As músicas cantadas no acampamento expressam concepções de diferentes matizes, como a religiosidade, as visões de mundo, as diferenças sociais, entre outras. Concebo a arte como criação humana, e, portanto, as poesias e cantos produzidos por estes sujeitos, se transformaram em corpus fundamental para a pesquisa.

No segundo capítulo, ***Identidades coletivas: uma reconstrução histórica***, apresento como o assentamento 29 de Outubro está organizado, sua localização geográfica, alguns dados gerais e como as quarenta e duas famílias que nele vivem articulam-se e se relacionam a partir dos *fazeres* cotidianos individuais, familiares e coletivos. Identifico as diferenças e disputas intragrúpicos, o que une estes sujeitos e como vinte anos depois ainda se sentem vinculados ao MST. Analiso como se constroem as novas relações sociais a partir deste espaço social. Relações permeadas pela solidariedade, cooperação e ajuda mútua e ora por conflitos, diferenças e disputas. Essas

¹⁸ CABOCLOS. Utilizou o termo não no sentido desqualificador mas portador de uma identidade. Segundo LEITE (1991) os caboclos não apresentam, nos termos de referência acionados pelos colonizadores, uma específica e definida nacionalidade anterior, sendo então considerados, assim como os próprios negros, "sem origem" e portanto sem suporte legal para reivindicar terras. "*embora representassem a maioria da população, os caboclos sempre foram despossuídos. Raramente conseguiram obter a propriedade de uma pequena área de terra, onde pudessem manter-se com suas pequenas roças caboclas*" (1991:76). LEITE, Ilka Boaventura. Território Negro em área rural e urbana - algumas questões. Textos e Debates. Florianópolis, NUER/UFSC, ano 1, n.2, 1991.

diferenças ocorrem entre os trabalhadores denominados de “individuais” e aqueles que trabalham coletivamente. Procuo os significados atribuídos às comemorações, às datas mais significativas, ao aniversário do assentamento, da ocupação, à participação nas mobilizações políticas e nas atividades internas do Movimento. Estes fatores são utilizados internamente para designar quem pertence e quem não pertence ao MST. A partir deles criam sentidos que são partilhados e utilizados para definir quem está “do nosso lado” quem está “contra nós”. Esta construção de sentidos ocorre tanto nos *fazer*es conjuntos como nas lutas construídas coletivamente.

A partir das narrativas orais, vou tecendo a história do assentamento, suas diferentes formas de organização social e produtiva, os núcleos de produção, a criação da cooperativa, a decisão de alguns moradores pela agrovila coletiva e as razões daqueles que vivem em seus lotes individuais e familiares. Analiso também como e de que forma os assentados manifestam e expressam os sentimentos de *pertencimento* ao Movimento, mesmo após a conquista da terra. Nas narrativas, identifico as significações imaginárias construídas e reconstruídas por imagens simbólicas, pela ação política e pelas práticas cotidianas, como por exemplo, os meios inteligíveis utilizados pelos trabalhadores como: a bandeira, o boné, as músicas e o hino do MST, utilizados nas místicas, ocupações, marchas e manifestações. Demonstro que pela experiência estes trabalhadores criam e recriam novos sentidos para aquilo que fazem como seres humanos, envolvidos em seu próprio imaginário social, fonte da identidade Sem Terra.

Analiso a função social das mulheres, como e em que situações elas são protagonistas; as situações de discriminação; disputas internas por mais espaço de participação. Os resultados e melhorias conquistados pelos assentados em termos de produtividade, bem-estar social, que proporcionam hoje uma melhor qualidade de vida para estas famílias. Procuo demonstrar neste capítulo as teias de relações construídas no assentamento, o fazer conjunto e individual analisando principalmente os aspectos que compõem o processo de identificação e de diferença como fatores constitutivos de suas identidades. Analiso, também, como ocorre o compartilhamento de um projeto coletivo ao mesmo tempo em que emerge dos indivíduos a necessidade de

manter a sua liberdade, especificidade e singularidade. Demonstro que as identidades apresentam-se de múltiplas formas, flexíveis, históricas, fluídas, vinculadas à experiência concreta. Ao mesmo tempo em que as identidades são “estratégicas e posicionais”, porque estão se reconstruindo na ação política empreendida por sujeitos sociais, pertencentes a um movimento social.

No terceiro capítulo, ***O MST ressignifica a luta pela Reforma Agrária no Brasil***, demonstro de que modo, como a partir da criação do Movimento em 1984, a luta pela terra ganha novos significados. Novos atores sociais entram para essa história: os trabalhadores rurais Sem Terra. Hoje, o MST está presente em 23 Estados da Federação mais o Distrito Federal. Articula e mobiliza em torno de 1,5 milhões de pessoas. Nos assentamentos ligados ao Movimento vivem aproximadamente 350 mil famílias e 100 mil famílias vivem em 600 acampamentos.

O MST ressignificou a luta pela Reforma Agrária no Brasil, uma luta secular, mal resolvida desde o período colonial. Isso porque implantou uma nova forma de luta no campo: a ocupação massiva reunindo centenas e milhares de pessoas que ocupam terras improdutivas ou produtivas com a intenção de que a Reforma Agrária seja realizada. Mobilizando muitas pessoas ao mesmo tempo, realiza uma luta ferrenha contra os latifundiários. Este tipo de ação provoca reações entre favoráveis e contrárias ao seu método de luta. De um lado, alguns setores da sociedade apóiam, mas outros setores, que se sentem ameaçados, reagem na maioria das vezes com violência contra os trabalhadores. O novo nesta luta é o método, pois o tema *a luta pela terra* tem mais de 500 anos. A ocupação massiva realizada pelo MST é um diferencial importante, somando-se a isso a organização, a visibilidade e, em alguns casos, a *radicalidade* utilizada pelo Movimento.

O Movimento trabalha com uma multiplicidade de temas e questões que vai muito além da conquista da terra. Os trabalhadores se envolvem com a questão das privatizações, com o plebiscito contra o pagamento da dívida externa, com os protestos contra a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), realiza manifestações e bloqueios em pedágios de rodovias, arranca plantações de soja transgênica, como ocorreu por ocasião do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre em 2003, que incorporou a temática ambiental, de gênero, da desigualdade social, entre outras. Percebe-se, desse

modo, que o movimento ampliou o leque de atuação e entende a questão agrária como uma luta que deve envolver toda a sociedade, conforme afirma a palavra de ordem *“Reforma Agrária: uma luta de todos!”*, que expressa a compreensão de uma luta conjunta, articulada com outras forças sociais, portanto, não pode ser conduzida de forma isolada e corporativa.

Na última parte desta tese, realizo algumas considerações finais, onde deixo em aberto diversas questões que não foram possíveis ser respondidas. Até porque minha intenção não foi fechar o tema ou encontrar respostas à todas as dúvidas levantadas nestes quatro anos de pesquisa. Elas servem muito mais para ampliar, questionar, recolocar o tema de uma história em formação, que estes trabalhadores, teimosamente, insistem em realizar.

CAPÍTULO I:

A Formação do MST: Esperanças na Encruzilhada.

“Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos da realidade e de valor.” (BOSI, 1979: 17)

Sonhos e esperanças foram colocados numa Encruzilhada: a Encruzilhada Natalino. No mês de dezembro de 1980, próximo ao natal, três famílias ocuparam um barranco de terras vermelhas, vizinho de um grande latifúndio, posteriormente se juntaram outras centenas. Os trabalhadores deram-se ao direito de sonhar com a terra prometida. Uma luta diferente teve início neste espaço: a ocupação de terra, organizada em grupos de famílias.

Estas famílias decidiram formar o acampamento, apoiadas principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Diversos foram os fatores que contribuíram para esta decisão. A histórica concentração de terra em nosso País e a crise do mercado da soja, no final dos anos 1970, colocaram na miséria e na exclusão uma legião de pequenos agricultores. (MARCON: 1994).

No imaginário social destes trabalhadores a terra assumia diferentes significados: a terra enquanto negócio; a terra improdutiva; a terra da opressão; do latifúndio; ao mesmo tempo significando vida, luta, sonho e esperança de uma vida nova.

Em julho de 1981, estive na Encruzilhada Natalino para prestar solidariedade aos acampados, na condição de representante do Grupo de Jovens da Paróquia de Rodeio Bonito. Formávamos uma pequena comitiva de cinco jovens, eu e mais quatro seminaristas da Congregação Carlistas da Igreja Católica em São Paulo, que estavam de férias do curso de Teologia e desejavam conhecer o acampamento.

O acampamento estava localizado ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Sarandi, Ronda Alta e Passo Fundo. De longe se avistavam os barracos, que ocupavam cerca de dois quilômetros ao longo da beira da estrada. Viviam ali, em condições precárias, cerca de 600 famílias. Na medida em que nos aproximávamos, fomos percebendo a fumaça que emanava próxima aos barracos, num dia típico de inverno do Rio Grande do Sul, cujo frio intensificava-se pela sensação térmica provocada pelo vento minuano que corta as coxilhas da região. A fumaça se espalhava em todas as direções.

Fomos recebidos pela equipe de segurança e recepção do acampamento, cuja função era coordenar as visitas que chegavam. Enquanto adentrávamos o acampamento, caminhando por entre os barracos, aproveitamos para conversar com as pessoas que ali estavam. Algumas famílias provinham do município de Rodeio Bonito, outras tantas de outros municípios da Região. Percebíamos nessas pessoas a determinação, o desejo de conquistar algo que lhes parecia quase inatingível: a terra. Isso tudo era para elas um fato novo, além de um desafio às autoridades, em plena ditadura militar. O desafio maior, porém, era a busca de algo considerado justo, qual seja, o trabalho através da terra própria, algo tão precioso quanto negado em suas histórias de vida. Vinham da terra, mas de uma terra de outros, uma terra

que os expulsava de tempos em tempos. Terra de negócio, de sujeição, de situações de violência. Todos sonhavam um dia poder pisar numa terra de liberdade, de produção, que garantisse o sustento da família.

Andando pelo acampamento, percebi que o sonho e a esperança estavam latentes naqueles olhares tristes, mas firmes. Estavam presentes na determinação que demonstravam ao enfrentar as adversidades da luta. Tal enfrentamento transformou a paisagem daquele barranco de terras vermelhas e barrentas, agora povoado por lonas pretas, que serviam de lar às famílias acampadas, oriundas de diversos lugares, com histórias de vida diferentes, que se uniram no barranco da encruzilhada, tornando-o, segundo Babha (2002), um *entre-lugar*. Corajosamente, essas famílias desafiaram as fronteiras entre os que não tinham terra e os grandes proprietários da região.

O desejo de posse da terra e de nela trabalhar para retirar o sustento da família acalentava o sonho destes trabalhadores rurais que, vencendo o medo e acreditando em si mesmos, na sua força de fracos, pobres e excluídos, estavam certos de que juntos estariam mais fortalecidos para enfrentar as condições de vida do acampamento. Este sonho motivou a ação apoiada pela CPT.

A Encruzilhada Natalino transformou-se em símbolo da luta organizada, além de ter figurado como um fato político de grandes proporções para a época. Os trabalhadores lá organizados, antes invisíveis, conquistaram espaço nos meios de comunicação e, conseqüentemente, a merecida atenção da sociedade brasileira. Apesar de ter figurado como uma novidade histórica, a Encruzilhada Natalino elegeu como palco de luta pela terra uma região que já vivenciara dramas semelhantes. Em oito de janeiro de 1962, formou-se, na mesma região, o primeiro acampamento do Master¹⁹, com cinco mil pessoas,

¹⁹ O MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) surgiu como organização no Rio Grande do Sul, no final da década de cinquenta. Era composto por agricultores sem terra, assalariados, parceiros, pequenos proprietários e os filhos destes. Em 1962, os sem terra começaram a organização de acampamentos e territorializaram sua luta por todo o Estado do Rio Grande do Sul. Receberam o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro do então governador

na Fazenda Sarandi, pertencente a um grande latifundiário uruguaio, que teve 21.889 ha dos seus 24 mil ha desapropriados, em 13 de janeiro de 1962. O decreto de desapropriação foi assinado pelo então governador Leonel Brizola (governador entre 1958-1962), que desde o início de seu mandato demonstrara simpatia à causa dos Sem Terra, iniciando um processo de distribuição de terras que beneficiou muitos novos agricultores. O processo, porém, ficou estancado com a crise política de 1962 e 1963, que culminou no Golpe Militar, em 1964 (MAESTRI, 2000).

Dois anos antes da nossa visita ao acampamento, no dia 7 de setembro de 1979, numa outra ação apoiada principalmente pela CPT, 110 famílias ocuparam a Fazenda Macali, no município de Ronda Alta, a poucos quilômetros da Encruzilhada Natalino.

O nascimento do acampamento deve ser entendido em consonância com os precedentes de luta pela terra acima citados, bem como interligado ao processo de expulsão dos índios Kaingang de suas legítimas terras, na Reserva de Nonoai²⁰.

Não é difícil concluir que a conjunção destes fatos trouxe a coragem necessária às famílias que, posteriormente, tomaram a decisão de partirem em busca da terra acampando na Encruzilhada Natalino, em 1980.

Também percebo, vinte anos depois, por meio das entrevistas realizadas em 2004, durante uma pesquisa cuja perspectiva era narrar esta história vista de baixo, a terra como elemento central. Não a terra apenas no seu sentido físico, geográfico e material. Noto que são dadas diversas

Leonel Brizola e ficaram circunscritos ao RS. Com o golpe militar de 1964, todos esses movimentos camponeses foram aniquilados.

²⁰ Em 1976, havia 974 pequenas unidades agrícolas de arrendatários e intrusos na reserva de Nonoai. Os primeiros possuíam licenças de exploração de órgãos públicos; os segundos haviam simplesmente penetrado na reserva, sobretudo desde 1974. Os ventos democráticos agitaram também os caingangues. Aos quatro de maio de 1978, fartos de promessas não cumpridas, iniciaram a expulsão dos quase mil arrendatários e intrusos que receberam de poucas horas a algumas semanas para escafederem-se. Nessa guerra de pobres, os caingangues obtiveram vitória histórica na defesa secular de suas terras, porém milhares de agricultores terminaram desprovidos dos meios de vida. Com o duro inverno gaúcho às portas, os desterrados partiram à procura de recolocação (MAESTRI, 2000).

atribuições de sentidos à palavra terra. Terra de negócio, terra para trabalhar, terra vida, mãe, labuta, sofrimento, terra como espaço de luta e memória. A terra é o elemento central que une estas pessoas. Percebe-se que até mesmo no contexto do acampamento, diferentes compreensões acerca da terra são manifestas.

“... a terra é vida, é vida... Terra não se vende, se conquista...”
(ENTREVISTA)²¹.

“... é tudo. A terra é o principal. Se nós não tivesse esta terra nós não tinha nada...” (ENTREVISTA)²².

Os sentidos atribuídos à terra variam conforme a história de vida de cada sujeito. Para alguns significa a possibilidade de melhorar as condições materiais. A terra também é percebida como algo a ser conquistado, como experiência de liberdade que possibilita sair da sujeição do patrão. Em comum, compartilham uma história de perambulações por diferentes e variados lugares, trabalhando em fazendas, no cultivo de roçados, limpando as plantações para em pouco tempo ter que deixar a terra trabalhada, ou seja, um ciclo incômodo a nortear a vida destes trabalhadores:

“...a gente quando prepara bem uma terra tem que entregar pro patrão e pegar outra mais braba...” (ENTREVISTA)²³

A terra é vista como um direito a ser conquistado pela luta social e como uma necessidade para o sustento da família, como afirmam a Sra. Tereza Barbosa e Douglas Campigoto em suas narrativas:

“... nós temos direito a um pedaço de terra, vamos lutar e vamos consegui e eu fui lá com fé e fiquei firme lá e conseguimos graças a Deus...” (ENTREVISTA)²⁴

²¹ ENTREVISTA. Ivo da Silva, 46, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004

²² ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, casado, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004

²³ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004

²⁴ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, Op.Cit.

“... um direito que cada brasileiro tem, quem vive da terra é a terra, quem vive do emprego ter o direito de uma casa própria, emprego né, essa linha...” (ENTREVISTA)²⁵

“... a gente tem o direito de ter um pedaço de terra e ter a moradia digna da gente pra sustentar a família da gente porque também Deus não deu a terra só pra uma pessoa a terra ele deixou pra todos nós...” (ENTREVISTA)²⁶

Percebi em minha pesquisa diferentes sentimentos e compreensões acerca da questão da terra, assim como entre os historiadores e estudiosos do assunto, como destaque no tópico a seguir.

1.1 Interpretações sobre a questão agrária

Diversas são as interpretações sobre a questão da terra no Brasil. Realizo a seguir uma síntese dos autores pesquisados que tratam desta questão procurando identificar as diferentes compreensões e abordagens sobre as disputas pela terra ocorridas no Brasil nos diferentes períodos históricos.

Scherer-Warren (1993:96-99), analisando as lutas sociais do campo, afirma que, desde o século XVII, existiam movimentos sociais no campo e cita os quilombos como exemplo, tendo como caso mais expressivo o do quilombo dos Palmares, liderado pelo legendário Zumbi. Nos séculos XVIII e início do século XIX, despontam os movimentos nativistas, como a Cabanagem, Balaiada, Farroupilha, Praeira, em alguns casos contando com apoio de proprietários rurais. Na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, deram-se os movimentos de Canudos, Juazeiro, Muckers, Contestado e o Cangaço, liderado por Lampião.

²⁵ ENTREVISTA. Douglas Campigoto, 35, casado, filho de assentado, formado em Agronomia UFSM, Sub-Gerente da Cooperativa CREHNOR, - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004

²⁶ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, Op.Cit.

Nos anos 1940, ainda segundo a autora (SCHERER-WARREN: 1993), ocorreram diversas lutas no campo, como o Levante de Trombas e Formoso, no interior de Goiás (1948-1960), que contou com a mediação do Partido Comunista Brasileiro; a Guerrilha do Porecatu (1949-1951), no norte do Paraná; e a Revolta de Dona Noca (1951), no Maranhão. Todas estas lutas que antecederam a formação do MST foram muito importantes, pois criaram as condições para a retomada da luta pela terra nas décadas seguintes.

Na análise desenvolvida por Linhares (1999) sobre a questão agrária no Brasil, a autora analisa a questão da terra como “*uma dívida não resgatada*” com os trabalhadores pobres do campo e fortalece a percepção da terra como um direito que lhes fora negado. No processo histórico do Brasil, a terra prometida ficou muito distante para as famílias de trabalhadores rurais como as da Encruzilhada. Por isso, o acampamento simbolizava e significava para estas pessoas a oportunidade de cobrar este direito, na verdade, uma dívida da sociedade com esta população esquecida.

O acampamento também nasceu em resposta à estrutura agrária brasileira, que desde os tempos coloniais caracteriza-se pela alta concentração de terras. Uma realidade que pouco se modificou ao longo de 500 anos e que, como indicam alguns dados, tem se agravado. Segundo levantamento realizado pelo INCRA (1978), observa-se o crescimento das grandes propriedades com mais de 1000 hectares no período de 1966 a 1978 e a redução dos imóveis com menos de 100 hectares (pequenas propriedades):

Tabela 1: Dados da Concentração da Estrutura Fundiária no Brasil

(anos 1966, 1972 e 1978)

Número de Ha	1966	1972	1978
Até 100 há	20,4%	16,4%	13,5%
Mais de 1000 há	45,1 %	48,3%	55,5%

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA (1978)

Os dados do INCRA e do IBGE demonstram que esta estrutura se repete, com algumas variações, em todas as regiões do País. No Rio Grande do Sul, na década de 80, o grau de ociosidade da terra era de 15,2% e a incidência dos latifúndios sobre a área total era 74,1%, o que comprova a existência de 4 milhões de hectares ociosos na época em que a luta pela terra foi protagonizada pelas ocupações em estudo:

Tabela 2: Dados da Concentração da Terra no Rio Grande do Sul

Regiões	Grau ociosidade total	Incidência latifúndios ociosa	área	Área total ociosa em Ha.
Sul	15,2 %	74,1 %		4.403.184 ha

Fonte: IBGE 1988

Segundo Medeiros (2003), a concentração de terra no Brasil está ligada ao processo de colonização do território. Ela se inicia no período colonial, passando pela Lei de Terras de 1850, o tenentismo e a marcha para o oeste, em 1930. Porém, o correlato desta alta concentração de terras foi o desenvolvimento de diversas lutas no campo, como Canudos, Contestado, as Ligas Camponesas (1950), entre outras. A pressão social das lutas no campo fez com que os Governos programassem medidas ou tentativas de solução para os problemas de acesso à terra e para as pressões sociais deles decorrentes. Dentre essas medidas, podemos destacar a criação do Estatuto da Terra e a política militar de colonização.

A terra é percebida como um problema não resolvido. Para Stédile (1998), a questão agrária brasileira nunca foi “*resolvida*” de fato. Sucederam-se várias mudanças durante todo o processo de desenvolvimento agrário, porém a marca que prevaleceu foi a do conservadorismo. Quando houve algum tipo de modernização, foi uma *modernização conservadora* (GRAZIANO: 1980), mantendo-se a estrutura fundiária sob controle dos latifundiários.

A modernização no campo realizada no Brasil foi politicamente *conservadora*, posto que apenas adaptava a estrutura agrária a novas necessidades da produção/comercialização, sem no entanto alterá-la. A estrutura agrária, neste sentido, apresenta um paralelo com o desenvolvimento da sociedade brasileira, que também se modernizou em diversos aspectos mantendo a desigualdade social quase inalterada, conforme analisado pelo sociólogo Florestan Fernandes (1988). A modernização decorrente do processo histórico de desenvolvimento da sociedade brasileira “*não é em si mesma um fator de mudanças da situação ou de superação efetiva das iniquidades sócio-econômicas, culturais e políticas*” (FERNANDES: 1988, p.67). Ou seja, alteram-se as condições na política, na economia e na tecnologia, mas a vida das pessoas simples é pouco modificada. Permanecem os grandes dilemas da divisão das classes sociais, acentuando progressivamente o fosso que separa as elites do resto do povo.

Os índices de concentração fundiária explicitam o abismo social que separa os grandes e os pequenos proprietários. De acordo com os dados do IBGE (IBGE, 1996) e do INCRA (INCRA, 2006), cerca de 1% dos proprietários de terra dominam 45% das propriedades rurais em nosso País. Os dados da concentração de terra se tornam alarmantes quando observamos que os 300 maiores proprietários rurais possuem uma área que equivale aos Estados de São Paulo e Paraná juntos. Esta situação provoca desigualdade e diferenças antagônicas. Provoca conflitos e disputas, pois permanecem sem terra 12 milhões de pessoas.

O acampamento da Encruzilhada Natalino deu visibilidade a esta diferença social. As precárias condições de vida, a falta de alimentos, as crianças adoentadas, demonstravam o abandono social e político que enfrentavam estas famílias. Mas ao mesmo tempo expressava a energia e determinação de famílias desgarradas que se organizaram e se juntaram para lutar.

Há uma invisibilidade social desta “gente de baixo”. Estas, ao projetarem-se no barranco de uma encruzilhada, exigiram das autoridades uma tomada de posição, tornando-se um dos símbolos da luta pela terra no Brasil. O problema social agora estava explícito na encruzilhada, na beira de uma estrada: lá estavam famílias querendo terra para trabalhar.

Para Graziano (1980: p.85), “*os conflitos no campo provocados pela concentração de terras estendem-se a toda a realidade brasileira... e são agudizados pela mecanização no campo e conseqüentemente pela expulsão de vários camponeses substituídos pela maquinaria*”. Foi o que ocorreu nesta região nas décadas de 1970 e 1980: milhares de agricultores foram sendo expulsos do campo com a expansão da cultura da soja; extensas áreas de terras foram absorvidas por este tipo de cultura agrícola, sobrando pouco espaço para os pequenos agricultores.

O modelo econômico aplicado à agricultura também é um dos causadores desta situação de falta de terra para os trabalhadores rurais, de acordo com Martins (1996: p.188), “*...os conflitos engendrados no campo são causados pela expansão do capitalismo no setor agrário*”. Esta expansão obrigou os pequenos e médios produtores a plantar produtos definidos pelo mercado, como foi o caso da soja. Muitos acabaram endividados junto aos bancos, tendo que vender suas terras e tornando-se novamente sem terra.

Ao analisar estes autores percebo que existem diferentes percepções sobre a questão da terra. São concepções e atribuições de sentidos diferenciados na reconstrução histórica da questão agrária brasileira. Há pontos de convergências e divergências em relação ao processo de desenvolvimento do campo brasileiro. Neste trabalho não pretendo desenvolver exaustivamente estas temáticas, me reservo a identificar as diferentes interpretações e possíveis explicações sobre os fatores que levaram estes trabalhadores a lutar por um pedaço de terra.

A terra dividida, desde o período colonial, foi sintetizada em quatro grandes momentos por Silva (1996): (a) o regime de sesmarias; (b) a Lei de Terra (c); o Estatuto da Terra (d); a Constituição de 1988. A autora toma como enfoque os grandes momentos da história agrária em que o Estado usou de seu poder para regulamentar a posse e o uso da terra.

Mançano Fernandes (1998) assume outra perspectiva histórica quando analisa a questão da terra no Brasil. As lutas, resistências e disputas são seus enfoques principais. Sua análise parte do século XVI, narrando 500 anos de luta pela terra. Uma história construída por aqueles que resistiram à sujeição, exploração ou cativo. É apresentada em quatro grandes momentos: **(a)** “*A resistência camponesa: o princípio*”, retrata a chegada dos portugueses ao Brasil e a resistência dos indígenas, negros e posteriormente os camponeses até o século XIX; **(b)** “*A resistência camponesa: o, entretanto*”, onde se descreve as lutas de resistência, desde a segunda metade do século XIX, e como o sistema capitalista foi implantado no campo; **(c)** “*A resistência camponesa: a organização*” analisa como os camponeses se organizaram para enfrentar o latifúndio com as Ligas Camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais; **(d)** e finalmente o quarto e último momento “*A resistência camponesa: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*”, no qual focaliza as lutas referentes ao período de 1979 a 1998, cuja emergência do MST foi o grande evento.

A terra, negada historicamente a estes agricultores, praticamente ficou concentrada durante estes últimos quinhentos anos. Desde o século XVI, com o regime de sesmarias²⁷, implantado pela colonização portuguesa, quando as terras foram doadas em abundância a quem possuísse os meios de cultivá-la. No nascimento da estrutura agrária do Brasil, os proprietários estavam ligados à produção do açúcar colonial em grandes propriedades que utilizavam o

²⁷ Este sistema de capitâneas hereditárias foi instituído no Brasil em 1536 pelo rei de Portugal,, Dom João III. Foram criadas 14 capitâneas, divididas em 15 lotes e distribuídas a 12 donatários, que eram representantes da nobreza portuguesa. Em troca, eles eram obrigados a pagar tributos à Coroa.

trabalho escravo, cuja única contrapartida era a troca de tributos pagos à Coroa Portuguesa.

Este sistema apenas beneficiou os grandes proprietários. Foi concebido para solucionar a crise de abastecimento no reino português, cuja preocupação principal era com a exploração da terra, que deveria gerar produtos agrícolas para a Coroa. Ao mesmo tempo, ao distribuí-la em sesmarias, propiciou a formação de grandes latifúndios, a maioria, improdutivos.

A Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, denominada de Região do Alto Uruguai, foi sendo transformada, desde a metade do século XIX e de modo mais intenso no período posterior a 1930, na última fronteira agrícola do Estado. Foi utilizada no século XIX para o assentamento de colonos migrantes e imigrantes europeus conforme Maestri (2000) e Marcon (2003).

A terra foi concebida naquele momento como base do progresso e do processo de “desenvolvimento da civilização”. Com a implantação da política de imigração do Governo Federal no Sul do Brasil – responsável pelo assentamento das colônias ou as chamadas terras novas dos imigrantes alemães (1824) e italianos (1875)²⁸ – houve um intenso aumento da pressão sobre a ocupação deste espaço.

Em meados do século XIX, o Estado Imperial elaborou a primeira legislação agrária, conhecida como a Lei de Terras de 1850. Esta lei estabeleceu os princípios da política de intervenção governamental no processo de apropriação territorial. Mas essa Lei tinha, também, como objetivo,

²⁸ Com a independência do Brasil, proclamada em 1822, o governo viu-se obrigado a procurar novos imigrantes. Os alemães foram os primeiros a chegar, em 1824, no Sul do Brasil. Em 1850, o tráfico de escravos foi abolido no Brasil, o que levou o país à uma procura de mão-de-obra. Lentamente, começaram a chegar imigrantes de diversas partes da Europa. Entre 1824 e 1870, a maioria dos imigrantes que chegaram ao Brasil era alemã. Entre 1870 e 1900, os italianos tornaram-se a maioria. Foram criadas 142 colônias alemãs no Rio Grande do Sul durante o século XIX. Os imigrantes italianos colonizaram grande parte da região, principalmente em encostas e serras, com a fundação de colônias. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

além de retomar o domínio sobre as terras chamadas devolutas, impedir a ocupação de terras por ex-escravos, com cessação do tráfico de escravos. Na Lei estava implícito o desejo de estimular a imigração estrangeira ao Brasil, isto é, braços europeus para alavancar a produção. Por isso trouxe ao Brasil trabalhadores rurais sem terra da Europa. No acampamento da Encruzilhada Natalino muitos eram descendentes de colonos pobres italianos, alemães e poloneses, que trabalharam por décadas no meio rural, seus ascendentes foram sem terra na Europa. Aproximadamente dois séculos depois, agora em solo brasileiro, muitos continuaram sem terra. Trata-se de um reencontro com a história neste novo espaço de luta.

A Lei de Terras de 1850 não significou um avanço nem uma oportunidade para a obtenção de terras para os pequenos agricultores. Especialmente para os negros, excluídos da possibilidade de propriedade da terra. A Lei de Terras foi, neste sentido, uma lei racial, posto que negasse aos negros aquilo que incentivava aos imigrantes europeus: a posse da terra.

A Lei continha intencionalidades que garantiam a continuidade da exclusão dos pobres do campo em relação à posse da terra. Entre elas, destaca-se que até mesmo o poder de regulamentação ficou a cargo dos ocupantes, geralmente grandes proprietários, que realizavam a delimitação e a demarcação das terras. Só depois que os particulares tivessem declarado ao Estado a medida e a demarcação das terras que ocupavam, é que se deduzia o que restara para promover a colonização. Quem primeiro tinha direito à propriedade da terra eram os grandes proprietários, para só depois o Estado entrar em cena com suas políticas de incentivo à imigração européia.

Com isso, aqueles que detinham o poder político e econômico foram se apoderando de grandes extensões de terra. Embora os colonos italianos e alemães, especialmente nesta região do Rio Grande do Sul, recebessem uma colônia de terras por família, cerca de vinte e cinco hectares, a maior parte das terras, permaneceu nas mãos de poucos proprietários. A concentração das terras praticamente permaneceu inalterada durante quase um século.

A terra se transforma numa bandeira política incorporada ao discurso de João Goulart na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1964. Entre os anos de 1950-60 ocorreram grandes mobilizações sociais em torno das reformas de base. A Reforma Agrária passou a ser vista como um processo social amplo, parte fundamental das transformações estruturais que deveriam liquidar a dominação tradicional no campo. Melhorar a distribuição de renda e dar novo impulso ao processo de industrialização através da ativação do mercado interno se tornou uma questão estratégica para o desenvolvimento do Brasil e assim, alvo de disputas e cisões político-ideológicas.

A Reforma Agrária reuniu uma parcela importante dos trabalhadores rurais do Nordeste nas *Ligas Camponesas*²⁹, que compunham o processo de mobilização popular pela transformação democrática da sociedade brasileira. Apesar de toda a mobilização a favor das reformas, esta modificação constitucional não foi votada e o golpe de 1964 pôs fim à visão democrático-reformista da questão agrária.

O golpe militar de 1964 freou e frustrou o processo de democratização da terra anunciado pelo presidente Jango, resultado da luta social empreendida pelas Ligas Camponesas.

Importa ressaltar que além do processo brasileiro de luta pela terra, outros países da América Latina (em especial da América Central) vivam fortuitos momentos de ápice dos movimentos de luta pela terra, que através da

²⁹ As Ligas Camponesas surgiram por volta de 1945. Foi uma organização política de camponeses que resistiram à expropriação e à expulsão da terra. Sua origem está associada à recusa ao assalariamento dos trabalhadores rurais. Foram criadas em quase todos os Estados brasileiros e tinham o apoio do PCB, do qual eram dependentes. Em 1947, o governo decretou a ilegalidade do partido e com a conseqüente repressão generalizada, as Ligas foram violentamente reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços. Em Pernambuco, em 1954, as ligas ressurgiram e se organizaram em outros Estados do Nordeste, bem como em outras regiões. Neste mesmo ano, o PCB criou a ULTAB (União do Lavradores e Trabalhadores Agrícolas), que se organizou em quase todo o território nacional. Com essa forma de organização, o partido pretendia realizar uma aliança camponesa operária. Em 1962, as Ligas realizaram vários encontros e congressos, promovendo a criação de uma consciência nacional em favor da Reforma Agrária. A ação das Ligas era definida na luta pela Reforma Agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações.

Reforma Agrária desencadeavam processos revolucionários de transformação da estrutura da sociedade em seus países; destaca-se a Revolução Cubana (1959).

No período pós 1964, com os governos militares, a atenção centrou-se novamente no destino a ser dado às terras devolutas. A elaboração e adoção de uma legislação agrária - o Estatuto da Terra³⁰ - pelo governo oriundo do golpe militar de 1964, para alguns dos autores acima referidos, pode ser compreendida como resultado da pressão internacional norte-americana, realizada especialmente no final da década de 1950, que tinha por objetivo afastar o perigo de revoluções camponesas inspiradas nos movimentos revolucionários que ganhavam força em toda América Latina.

Estava também implícita a necessidade de desmobilizar e coibir os movimentos camponeses organizados, como foi o caso das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, e também com outros movimentos Latino Americanos nos anos 60.

Porém, o reconhecimento da necessidade de reformar a estrutura agrária brasileira pelos militares precisou ser precedido pelo afastamento dos principais interessados neste processo – os sem terra e seus movimentos ou organizações. Os militares implantaram diversos projetos de colonização, que tinham como efeito colateral o desmantelamento das Ligas Camponesas e controle dos sindicatos rurais. A resistência no campo foi sufocada por cerca de 20 anos.

1.2 Memórias da Encruzilhada

Em minha pesquisa com os trabalhadores acampados, vinte anos atrás, na Encruzilhada, procurei interpretar e buscar explicações sobre o porquê destas pessoas terem empreendido sua luta pela terra. A necessidade

³⁰ Estatuto da Terra promulgado pela Lei nº4504 de 30/11/64.

de sobrevivência era latente, evidente nas falas dos trabalhadores entrevistados. A situação sócio-econômica também é um fator importante que merece ser considerado. A indignação diante da forma como a terra permanecia intocada, representada pelo grande latifúndio é outro fator relevante.

O espaço geográfico em que se instalou o acampamento da Encruzilhada Natalino foi grilado pela Família Annoni desde 1960 - a grilagem³¹, como se sabe, é uma prática comum no Brasil. Quem tem mais poder arroga para si o direito de livre registro de terras, tomando posse com apoio das autoridades; então, passa a dominar grandes extensões de terra; a documentação é reconstruída sobre uma fachada de legalidade, amparada por órgãos oficiais que ludibriam as leis. Provar esta situação de grilagem é um processo moroso que os trabalhadores não possuem domínio, dado a alta complexidade burocrática e política das ações judiciais necessárias para comprovação desse processo. Por isso mesmo, em torno de 12 mil hectares permaneceram improdutivos por décadas na Fazenda Annoni.

O acampamento é percebido por estes trabalhadores como um espaço de reconstrução de vida. Nele vivenciam novas experiências e estabelecem novas relações sociais, convivem com pessoas oriundas de diferentes lugares e culturas, num processo de hibridismo cultural.

“...no acampamento, ele tem uma experiência coletiva de conquista da terra, ele ali vivenciou um processo coletivo. A convivência com pessoas que vêm de diferentes lugares e situações...” (ENTREVISTA)³².

³¹ O termo grilagem tem origem em uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência antiga e com uso.

³² ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004

Nesse sentido, o acampamento se transforma em um espaço híbrido, marcado por pés de caboclos e de descendentes de italianos e alemães. Homens, mulheres e crianças ali convivem. É a multiplicidade cultural destes trabalhadores pobres e excluídos do campo que transformam o acampamento num espaço híbrido. Como proposto por Bhabha³³, não se trata apenas de uma simples mescla de sujeitos singulares, tampouco da soma de diferentes matrizes culturais. Ao contrário, as relações sociais que se estabelecem entre pessoas oriundas de diferentes lugares e culturas criam e recriam signos em constante estado de ajuste, situados num espaço que Bhabha (1994) denomina *entre - lugar*³⁴.

O *entre lugar* é o acampamento, um espaço provisório, condenado pelo poder público, apoiado por alguns e desprezado por outros. O híbrido, neste sentido, não é algo concreto, palpável ou dado, mas ativo, vivo, processual. O acampamento tem este significado de processo, vivência e convivência. São histórias que se cruzam e se reconstróem num novo espaço social, de luta e de sonhos, onde as identidades múltiplas vão ser reconstruídas como algo não-fixo ou imutável, mas que simultaneamente afirmam e negam. Afirmam-se como Sem Terra, num processo de identificação coletiva. Negam

³³ O espaço híbrido, como um lugar de sonhos e esperanças, onde se produz o sentido de identidade, onde elas são negociadas. "Sonhar não com o passado ou o presente, e nem com o presente contínuo; não é o sonho nostálgico da tradição nem o sonho utópico do progresso moderno; é o sonho da tradução, como *sur-vivre*, como "sobrevivência", como Derrida traduz o "tempo" do conceito benjaminiano da sobrevida da tradução, o ato de viver nas fronteiras. (BHABHA:1994:p.311). Para Bhabha, o hibridismo também representa uma ameaça à autoridade. Subvertendo o conceito de origem ou identidade pura da autoridade dominante, uma ameaça porque é imprevisível.

³⁴ O entre-tempo e o entre-lugar de Bhabha são movimentos de vai-e-vem, de distanciamento e proximidade através do qual Benjamin descreve a relação presente-passado. Bhabha interpreta a cultura como estratégia de sobrevivência. O que não deixa de ocorrer num acampamento, em que as pessoas deslocam-se de diferentes lugares, convivem com costumes muito diferentes entre si. A troca de experiências entre povos de culturas diversas que passam a dividir um mesmo espaço (coexistência mais ou menos forçada) desencadeia um movimento ininterrupto de construção de significações. O conceito de diferença cultural trata da enunciação da cultura, ou seja, de um processo bastante complexo de significação, através do qual se produzem afirmações a respeito da cultura, as quais por sua vez constituem e engendram diferenças e discriminações, ao mesmo tempo em que estão na base da articulação de relações de poder e de práticas sociais muito concretas, de institucionalização, de dominação e de resistência. Para Bhabha o discurso dominante (colonial) é construído em situações de confronto político entre posições de poderes desiguais. É também um processo de negociação cultural, posteriormente retomado por Canclini. Trata-se de "um modo de apropriação e de resistência, do pré-determinado ao desejado" (BHABHA, 1994, p.120).

diferenciando-se dos que têm terra, muita terra, os grandes proprietários. Afirmam o que são e o que não são, ao mesmo tempo em que singularidades e diferenças culturais são reafirmadas.

Esses agricultores criam neste espaço uma linha fronteira distinguindo-se daqueles que tantas terras possuem. Um local que é ressignificado. Que ganha sentido e ao mesmo tempo perde o sentido anteriormente pré-estabelecido. Acampar na beira da estrada significa estar numa “corda bamba, no fio de navalha”.

A luta pela terra conduzida por estes trabalhadores é a expressão deste *entre-lugar*, qual seja onde são disputados interesses. Onde ocorrem negociações e afirmações de novas identidades - os Sem Terra. Ao juntarem-se num mesmo espaço social, ganham visibilidade e buscam legitimar sua luta. De outro lado, os proprietários lutam para garantir o direito “sagrado” à propriedade.

Por isso se constitui num espaço de negociação. Espaços intervalares nos quais identidades diferenciais estarão sempre em negociação, rearticulando-se, redefinindo suas fronteiras, tanto entre os próprios trabalhadores quanto entre estes e os proprietários de terras. O acampamento foi o espaço destas negociações. A experiência do fazer conjunto propicia cooperação, mas, ao mesmo tempo, conflitos pessoais e intra-grupais. As diferentes concepções entre a coordenação e a base social e os enfrentamentos entre as forças contrárias à luta destes trabalhadores são fronteiras construídas pela história que empreenderam.

Em relação às diferenças de concepções entre a direção e base social, em algumas entrevistas aparecem as críticas dos trabalhadores:

“... O MST é super bom, só que certa gente que aqui perto, eu... já que tu tá gravando eu vou dizer tudo... Tem muito leitão

mamando deitado, daí a turma fica braba mesmo...”
(ENTREVISTA)³⁵.

Percebe-se que há problemas em relação ao método de direção, às formas como os dirigentes são vistos e como estes se relacionam com as pessoas no acampamento.

“... Agora contra o MST não tem ninguém. Tem muita gente muito radical, mas pode ser que mais tarde o radicalismo funcione. Tem que ser radical, mas no momento aqui dentro não. Aqui tem tipo eu, cabeça dura, véio (rindo...) não entra mais nada na cabeça, de repente os mais novo vão, mais tarde podem ser melhor do que nós...” (ENTREVISTA)³⁶.

Normalmente quem está à frente de uma organização está envolvido com uma diversidade de questões que precisam ser resolvidas. A forma como estas são comunicadas, repassadas e informadas não levam em consideração que os tempos são diferentes. O tempo do trabalhador rural em compreender estas temáticas e as lutas propostas é diferente. Não compreendem tudo que faz a direção. A linguagem utilizada, os conceitos e a forma de relacionamento mudam na medida em que as lideranças e os dirigentes vão convivendo com outros universos sociais, resultando nesta situação de distanciamento percebida pelos trabalhadores, especialmente por aqueles que se organizam de forma individual.

“... Aqui dá pra se dizer, tem duas alas aqui dentro, tem uns mais radical e outros...” (ENTREVISTA)³⁷.

As demandas são diferentes e provocam estas diferentes formas de percepção sobre os diferentes papéis que cada um assume na organização. Alguns não compreendem bem quais são as atribuições e tarefas das lideranças e dirigentes. E através de seu universo social, pelo o que vêem, fazem sua própria interpretação:

³⁵ Assentado que trabalha em seu lote individual e neste momento da entrevista pediu para desligar o gravador.

³⁶ ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

³⁷ Assentado que trabalha em seu lote individual e pediu para desligar o gravador neste momento da entrevista.

“... Tem muita gente correndo prá cima e prá baixo, deixando a mulher trabalhando sozinha... é muita reunião. Eu só vejo correria...” (ENTREVISTA)³⁸.

1.3 Terra em disputa com os Kaingang

O espaço geográfico onde se encontra a Fazenda Annoni foi disputado durante o século XIX, especialmente a partir de 1850, entre os índios Kaingang e os novos moradores que foram deslocados para esta região. Este espaço sofreu profundas transformações com a abertura da estrada para interligar a Província de São Paulo (SP) com a de São Pedro (RS), caminho que os tropeiros passaram a utilizar para conduzir as tropas de gado e de mulas às feiras de Sorocaba³⁹.

Ao longo do trajeto, os tropeiros pernoitavam em lugarejos que com o tempo foram se conformando em vilarejos, vilas, pequenos aglomerados, até transformarem-se em municipalidades, dentro das terras pertencentes aos índios Kaingang, como foi o caso do município de Sarandi.

A terra-mãe, desde o século XVII, pertencia aos índios Coroados, que a ocupavam totalmente até 1845. Os índios Coroados⁴⁰ foram percebendo que a cada dia ela se tornava menor. Alvo de disputas para fixar as fronteiras do Sul do Brasil na época do Império, a até então terra-mãe foi gradativamente transformada em terra-negócio. Esta transformação foi permeada por conflitos entre caboclos, imigrantes europeus e indígenas.

³⁸ Assentado que trabalha em seu lote individual e pediu para desligar o gravador neste momento da entrevista.

³⁹ “Esta estrada foi uma iniciativa da Província de São Paulo, que encarregou o alferes Francisco Ferreira Rocha Loures. Devido à reação dos índios colorados especialmente de Nonoai, foi decisiva a mediação do índio Condá que tinha bom relacionamento com os brancos. Muitos índios trabalharam na construção desta estrada” (MARCON, 2003.p.59). Esta estrada penetrou no espaço até então ocupado pelos índios Coroados (Kaingangs) e intensificou a presença luso-brasileira e tropeiros na Região. Pois o caminho anterior saía da Região das Missões (RS) passando por Lages (SC) e Sorocaba (SP) (CIMI, 1984).

⁴⁰ Os índios Coroados passaram a ser denominados Kaingang a partir de 1882 e ocupavam o Norte do Rio Grande do Sul desde o século XVII. “... região indiscutível de domínio tradicional Kaingang” CIMI, 1984. p.7. Eles se concentravam na região de matas, dela retirando a subsistência, pelo menos até a criação dos aldeamentos, na segunda metade do século XIX. (MARCON, 2003, p.58)

Os Kaingang continuaram a resistir fiéis as suas tradições e ao mito fundador. A terra para os Kaingang tem uma singularidade particular pois compartilham crenças e práticas em suas experiências rituais: "... o profundo respeito aos mortos e o apego às terras onde estão enterrados seus umbigos são expressões incontestáveis do valor estruturante da cosmologia para estes índios." (BECKER, 1995, p. 263 apud PINHEIRO, 2005)⁴¹. O culto aos mortos e o lugar onde estão enterrados os antepassados desempenham papel relevante na vida dos Kaingang, porque "*o lugar do enterramento significa a porta invisível que liga um dos planos do mundo Kaingang a outro; o nível terreno e mortal ao subterrâneo, nível mítico do mundo dos ancestrais.*" (VEIGA, 2000, p. 227 apud PINHEIRO, 2005). Ou seja, a luta pelas terras ancestrais é importante para a comunidade indígena porque delas dependem seus cultos e suas práticas, determinantes para o fortalecimento de sua cultura e manutenção de sua identidade.

Historiadores que pesquisaram a cultura Kaingang⁴² afirmam que há um dualismo visível na organização social, caracterizada pela existência de duas metades exogâmicas e patrilineares, complementares e assimétricas, designadas como Kamé e Kainru-kré. Toda a natureza e a própria tribo divide-se nestes dois clãs (SCHMITZ, 2004).

Para os Kaingang, todos os seres, objetos e fenômenos naturais são divididos em duas categorias cosmológicas: uma, ligada ao gêmeo ancestral *Kamé*, e a outra, vinculada ao gêmeo ancestral *Kainru*. Essas metades são percebidas pelos *Kaingang* principalmente como cosmológicas, estando igualmente ligadas aos gêmeos civilizadores, os quais emprestam seus nomes

⁴¹ PINHEIRO, Aline. **Conflito ambiental: Justiça decide entre preservação da natureza e da cultura.** In: Revista Consultor Jurídico, 23 de outubro de 2005. **INTERDITO PROIBITÓRIO Nº 2005.71.00.023683-6/RS.** AUTOR: MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE. ADVOGADO: JOSE LUIZ ALIMENA. RÉU: COMUNIDADE INDIGENA KAIGANG DO MORRO DO OSSO DE PORTO ALEGRE RS. ADVOGADO: LUIZ FRANCISCO CORREA BARBOSA. ASSISTENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO – FUNAI

⁴² O Rio Grande do Sul foi povoado, desde aproximadamente dez mil anos antes de Cristo, por populações indígenas que viviam da caça, da coleta de frutos e de pequenos animais (SCHMITZ, 2004).

a elas. Segundo este mito fundador, os gêmeos ancestrais estão em relação de oposição e complementaridade.

“Kainru "é de caráter feroso, capaz de decisões rápidas, mas é instável; seu corpo é esbelto e leve". Kamé "é [...] pesado, de corpo como de espírito, mas é perseverante. A pintura corporal característica de Kañerú são manchas, a de Kamé são listras. Distinguem os objetos delgados e grossos, manchados e listrados, como pertencentes a Kañerú ou a Kamé, feitos por este ou por aquele, e que podem assim ser usados por este ou por aquele no ritual.” (NIMUENDAJU,1987, p. 121-122)

Na cultura Kaingang – é importante sublinhar – não são eles os donos da terra. Ela pertence à divindade, sendo eles os “cuidadores” da mesma, a fim de habitar, criar seus filhos, enterrar seus mortos, plantarem seus ervais e criarem seus animais. Os Kaingang precisam da terra não para explorar, mas para habitar com simplicidade, e por isso precisam de extensões maiores de terra do que os que a racionalizam, a transformam em um negócio.

A historiografia demonstra que estas terras foram permeadas por conflitos entre as pessoas que a habitaram e a construíram socialmente, Kaingangs, tropeiros, camponeses imigrantes, especialmente italianos e alemães, caboclos e, em 1985, entram em cena os trabalhadores rurais Sem Terra, de quem trato com maior atenção no capítulo dois. Cada grupo construindo e atribuindo diferentes significados à terra.

Os conflitos se acentuaram à medida que novos povoamentos e a instalação de colônias militares, previstas na Lei de Terras de 1850 (art.82), tomavam cada vez mais terras dos Kaingang, represando-os em reservas que foram demarcadas pelo Governo Provincial. Ao mesmo tempo, a aproximação dos brancos com os indígenas possibilitou o estabelecimento de relações de negociação entre as diferentes culturas. Infelizmente, um relacionamento carregado de disputas, preconceitos e conflitos.

Lembro-me da relação com os Kaingang desde a minha infância⁴³, entre os anos de 1960-1970. A presença dos Kaingang em nossa pequena cidade era constante. Eram chamados de “bugres”⁴⁴ e povoavam o imaginário das crianças como estranhos, sujos, perigosos. Os adultos ameaçavam: “*olha que os bugres vão te pegar*”. Faço aqui novamente uma referência aos *entre-lugares*, às fronteiras propostas por Bhabha, onde as identidades dos que se denominavam civilizados e dos “bugres” eram demarcadas pelo estranhamento e estabelecimento das diferenças entre “nós”, civilizados e “eles”, os estranhos.

Em 1980, realizei diversas visitas à aldeia indígena de Rodeio Bonito (RS), situada na Reserva de Nonoai e composta por cerca de 50 famílias, acompanhando um Padre e um Pesquisador da Universidade de Ijuí, que realizavam celebrações na língua Kaingang⁴⁵. Em 2004, retornei a esta aldeia e entrevistei um professor Kaingang (ver entrevista anexa), que ministra aulas bilíngües kaingang-português para um grupo de 23 crianças da aldeia. Apesar das visíveis transformações culturais, percebe-se um processo de resistência cultural da comunidade Kaingang. Esse processo de resistência ocorre igualmente em outras regiões do Brasil e do mundo, como, por exemplo, os

⁴³ O município de Rodeio Bonito (RS) teve como primeiros habitantes povos indígenas descendentes da nação Kaingang, que em meados dos anos de 1800, instalaram-se às margens do Rio da Várzea. A partir de 1890, chegaram fazendeiros da região de Palmeira das Missões e Sarandi, que durante a Revolução Federalista procuravam local seguro para esconder o gado, conforme marcas encontradas. Atraídos pela riqueza de caça existente na mata selvagem e pela abundância de peixes que o rio da Várzea possuía, alguns caçadores ali se estabeleceram entre os anos de 1900 e 1920, fundando assim a Vila. Entre os anos de 1925 e 1940, chegaram os descendentes de italianos, alemães e poloneses, que contribuíram para a prosperidade da então Vila.

⁴⁴ “O termo **bugre** é desqualificador: “bugre é o que vive no mato”; “o bugre é preguiçoso”; “o bugre, você não pode confiar nele, não”; “o bugre é inferior”. Originou-se num movimento herético, na Europa, durante a Idade Média, representando uma força contrária aos preceitos ditados pela ortodoxia da Igreja. Surgiu no século IX, na Bulgária, tendo sido batizado como bogomilismo, inspirado no nome do padre Bogomil, considerado fundador da seita herética. **No Brasil**, os costumes dos índios, os hábitos alimentares, o fato de andarem nus, a cor da pele, os traços faciais, a “imoralidade”, a imersão na natureza, configurando uma pré-humanidade que mal se distingue da animalidade, entendida como prova da privação das luzes da fé religiosa. O bugre parece despertar lembranças arcaicas de algo já vivenciado pelos cristãos de outrora, que viam nos bogomilos a crença no poder desmesurado do Diabo, a execração dos costumes, a recusa a rituais, a opção pela pobreza, a negação do matrimônio e a decorrente devassidão como que ritualizados pelos indígenas” (GUISARD, 1996)

⁴⁵ Segundo o lingüista Aryon Dall’Igna Rodrigues, a língua Kaingang pertence à família Jê do tronco Macro-Jê. A lingüista missionária WIESEMANN do Summer Institute Linguistics, classifica a língua Kaingang em cinco diferentes dialetos. Entre eles o dialeto falado na Reserva Indígena de Nonoai.

analisados por Thompson (1989) em seu texto sobre a economia moral e as práticas dos grupos excluídos na defesa de seus interesses, com base nos costumes e nas tradições, contra os valores e práticas do “mercado”.

A abertura da estrada, ligando o RS a Sorocaba, trouxe três conseqüências significativas para esta região: (1) atração de novos moradores das três províncias, SP, PR e RS; (2) ampliação do processo de ocupação de terras consideradas “vazias e improdutivas”; (3) uma medida geopolítica estratégica, para manter as fronteiras do Sul do País povoadas e garantir o território nacional⁴⁶.

A terra se transforma de fato num negócio. Deixa de ser a terra-mãe imaginada pelos Kaingang, ou a terra como espaço de vida imaginada pelos caboclos, quando, em 1906, o processo de colonização desta região ficou a cargo da empresa *Julio Mailhos, Mourinho e Lapido (Empresa Uruguia)*⁴⁷ e de outra empresa chamada *Gomes, Schering e Sturm*⁴⁸ (VENCATTO: 1974). A partir desta data, praticamente toda esta região passou a ser propriedade destas duas empresas, chamada, agora, de *Fazenda Sarandí* (município onde atualmente está situada a Fazenda Annoni).

As empresas colonizadoras, para alocar as novas famílias de imigrantes que eram deslocadas para esta região, expulsavam os caboclos nativos e represavam os índios em suas reservas. A luta entre brancos e indígenas passou a ser mediada pela iniciativa privada, por sua ganância pelo lucro em detrimento das terras “vazias e improdutivas”, ocupadas pelos indígenas, reduzindo, assim, consideravelmente suas terras.

⁴⁶ O Governo da Província de São Pedro em relatório de 1849 enviado a Assembléia Legislativa afirma: “nesta estrada á medida que ela avançar, se poderão demarcar muitas colônias, e pelas promptas a receberem moradores”. In: Relatório da Presidência da Província de São Pedro enviado a Assembléia Legislativa em 1849, p.18. Apud. MARCON, 2003. p.61

⁴⁷ Cf. VENCATTO (1974)

⁴⁸ Cf. VENCATTO (1974)

Passaram a ter o poder de posse, desalojando muitos caboclos, ribeirinhos, posseiros e meeiros, que não possuíam documentação legal de suas terras, e antigos descendentes dos tropeiros que fomentaram o povoamento da região. Eram expulsos e, em suas terras, foram sendo assentados os imigrantes europeus, que chegavam ao Sul do Brasil incentivados pelo Governo da época.

Mas as ações das duas empresas geraram reações contrárias. Muitos atos de violência pela posse da terra ocorreram neste espaço de disputa. Um deles ocorreu em 1924, quando os líderes maragatos⁴⁹ Ângelo Giordani – residente no povoado de Rodeio Bonito – e o Coronel Leonel Maria Rocha, lideraram 600 homens que ocuparam a Vila Sarandi, resultando num conflito onde morreram diversos trabalhadores rurais e também dois agrimensores (medidores de terras, empregados daquelas empresas).

O objetivo dos maragatos era enfrentar os abusos das empresas colonizadoras, que tomavam as terras dos caboclos e colonos pobres de origem européia, instalados na região, mas, ainda, sem o domínio legal de propriedade de suas terras (VENCATTO, 1974, p. 86-87).

Em entrevista realizada com o professor Kaingang, ele relata que o Cacique Nonoai, figura lendária na região do Alto Uruguai (RS), foi uma liderança importante na defesa de seu povo. Aliava-se aos caboclos, dando-lhes guarida em suas reservas; posicionava-se contra as empresas colonizadoras e pressionava o Governo Provincial para proteger as aldeias indígenas, mesmo que para isso seu povo tivesse que se manter sob a administração provincial.

⁴⁹ Maragatos era como chamavam as pessoas ligadas ao Partido Libertador que se opunham ao Governo Federal. Do outro lado estavam os Chimangos. Os dois grupos antagônicos compunham o cenário político da Revolução Farroupilha, movimento insurrecional do início da República, envolvendo as principais facções políticas do Rio Grande do Sul. A revolução teve início em 1835 e culminou com a Proclamação da República Riograndense ou do Piratini (Rio Grande do Sul, em 1836) e da República Catarinense ou Juliana (Santa Catarina, em 1839). Foi a mais longa das revoltas ocorridas no Brasil, com a duração de dez anos, terminado em 1845.

O contingente populacional rural continuava aumentando. Ampliam-se os contatos com os Kaingang e, com isso, os conflitos também aumentam. Tanto o Governo como os próprios agricultores entendiam que as matas e campos pertencentes aos indígenas deveriam ser destinados à colonização e ao pastoreio. Embora o Governo Federal, a partir de 1908, tenha realizado algumas demarcações de reservas indígenas, as invasões de terras continuavam.

As terras povoadas por povos indígenas eram legalmente consideradas devolutas. Do ponto de vista legal, os lotes de terra podiam ser distribuídos tanto para os colonos imigrantes quanto para os “lavradores nacionais”, ou caboclos. Entretanto, muitos caboclos aos poucos foram perdendo suas terras, pressionados a vender o assento de posse aos descendentes de imigrantes que lá se instalavam. O estranhamento ao componente racial permeava as relações sociais entre descendentes europeus e caboclos. Os imigrantes trouxeram da Europa uma experiência de agricultura que criam ser mais desenvolvida e equipamentos que representavam para eles uma tecnologia superior na produção agrícola. Em sua concepção, a terra era para produzir, desenvolver, gerar renda e riqueza, melhorar as condições de vida através da produção e comercialização dos produtos. Os caboclos, em geral, em seu imaginário social, viam a terra como um espaço de moradia, de sobrevivência e não tinham as mesmas finalidades de negócio. Eram mais extrativistas, caçadores, o que criou uma nova diferenciação social entre os próprios trabalhadores rurais.

O modelo de ocupação territorial incitado pelas populações imigrantes e caboclas manteve a estrutura desigual que caracteriza a ocupação do território brasileiro. Grandes extensões de terras permaneceram com empresas privadas, com latifundiários ou ainda como terras devolutas pertencentes ao Estado durante todo o século XIX e metade do século XX.

Esses fatores, associados a outros, como os baixos preços agrícolas, a falta de financiamentos adequados à pequena produção, a falta de infra-

estrutura, fizeram com que os próprios imigrantes europeus fossem perdendo suas terras ao longo do tempo, ampliando o universo de famílias sem terra no Rio Grande do Sul.

Entre os principais motivos para a ocorrência das migrações para Região Norte (RS), estava a concentração das terras nas mãos de poucos proprietários. As freqüentes crises econômicas e seus efeitos na agricultura e até mesmo o número de filhos dos trabalhadores rurais, estão entre os fatores geradores da condição de sem terra.

Taglietti (2002), citando Roche, defende que a ocupação do território Gaúcho ocorreu em quatro grandes fases: a primeira, que vai até 1850, é caracterizada pela disputa das terras indígenas; a segunda fase, de 1850 a 1890, com a entrada em vigor da Lei de Terras, iniciou-se o fracionamento dos lotes, que ocorria geralmente devido à falta de condições de adquirir novas terras. O lote era então dividido com os filhos em duas, três ou quatro partes; a partir de 1890, durante o nascimento da República, iniciou-se a terceira fase, quando os trabalhadores rurais rumaram para o Planalto Gaúcho. Foi nesta fase que os colonos italianos e alemães receberam lotes e terras do Governo para povoamento e subsistência familiar. A última fase inicia-se *“a partir de 1914, quando ocorre a emigração para os Estados brasileiros mais próximos: Santa Catarina primeiro e, mais tarde, o Paraná”* (ZARTH apud TAGLIETTI, 2002).

Para Caio Prado (1970), a ocupação do território no Brasil referente ao quarto período cumpria dois grandes objetivos: ocupar e povoar zonas desocupadas (interiorização do Brasil) e obtenção de braços livres em substituição aos escravos. No Norte do Estado do RS, no final do século XIX e início do século XX, a ocupação do território cumpria com o primeiro objetivo.

Em 1940, estavam esgotadas as terras acessíveis à colonização. Após vinte anos (1960) sem reformas na estrutura fundiária, 270 mil famílias gaúchas necessitavam de terras (MAESTRI, 2000). Durante o Governo de Leonel

Brizola, houve uma iniciativa de assentamento de colonos nesta região, especialmente na *Fazenda Sarandi*. Outros agricultores, por não terem sido contemplados, foram adentrando as terras indígenas pertencentes aos Kaingang, gerando novos conflitos.

Com o Golpe Militar de 1964, os militares impulsionaram a colonização de famílias do Sul para o Norte do País. Os programas de colonização na Amazônia deviam responder aos excedentes do campo: o Programa Altamira, no Pará, em 1971; o Programa de Colonização Canarana, em 1972; e o Programa Terranova, em 1978. Milhares de agricultores deixaram o Rio Grande do Sul em busca de uma nova vida, especialmente nos Estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará (TAVARES, 1994).

O final da década de 70, segundo Maestri, caracterizou-se pelo fim do "milagre", que interrompeu o apoio incondicional das elites aos militares e facilitou a difícil rearticulação dos movimentos sociais. Devido à nova situação, os militares propuseram uma redemocratização que assegurava a hegemonia das elites sobre a nação.

No campo, ainda eram tímidas as manifestações e lutas dos trabalhadores rurais, pois as organizações camponesas das décadas anteriores haviam sofrido muitas perseguições durante o Regime Militar e estavam praticamente desmanteladas.

Na área urbana, o final da década de 70 caracterizou-se pelas grandes greves paulistas que anunciavam o reingresso do operariado na arena política nacional. O contexto político do início da década de 80 teve como um dos significados políticos mais importantes o enfraquecimento do Regime Militar, que após 20 anos de vigência, começava a ruir. Dentre os fatores que sinalizavam este enfraquecimento político, destaca-se a oposição fomentada pelo movimento da anistia aos presos políticos, que foram banidos e cassados pelos militares, iniciado na segunda metade da década de 70 (LINHARES, 1990).

Essa oposição era formada por entidades do movimento estudantil e sindical, organizações populares, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e setores da Igreja. As eleições para Deputado Federal, Estadual e para o Senado, entre os anos de 1974 e 1978, foram outros importantes fatores, já que o partido de oposição, MDB, obteve uma votação expressiva. Em 1978, foi decretado o fim do AI-5 pelo Presidente Geisel. No ano seguinte, o Movimento pela Anistia conseguiu a decretação da anistia aos acusados de crimes políticos, o que beneficiou também os agentes dos órgãos de repressão envolvidos em denúncias de assassinatos e torturas.

As mobilizações passaram a ser mais freqüentes e a organização dos trabalhadores urbanos tornava-se cada vez mais evidente e difícil de ser contida pelo Regime Militar. Em 12 de maio de 1978, a greve de 1.600 operários da Saab-Scania, na região industrial do ABC paulista, marcou a volta do movimento operário à cena política nacional. Em junho do mesmo ano, o movimento espalhou-se por São Paulo, Osasco e Campinas. Foi este movimento que projetou para a sociedade o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luís Inácio da Silva, Lula, o atual Presidente da República. No dia 30 de outubro de 1979, durante um piquete em frente a uma fábrica em Santo Amaro, foi assassinado o operário Santo Dias da Silva, gerando uma grande comoção entre os operários. O fato repercutiu em toda a sociedade. Outras categorias também fizeram greve por melhorias salariais. Uma imediatamente após a outra, espalharam-se praticamente por todos os Estados do País (ARRUDA e PILETTI, 2002).

Em abril de 1980, ampliaram-se as greves por aumentos salariais envolvendo os metalúrgicos do ABC paulista e de mais 15 cidades do interior de São Paulo. Em 17 de abril, o Ministro do Trabalho determinou a intervenção nos sindicatos de São Bernardo do Campo e Santo André. Dois dias depois, foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional 13 líderes sindicais. Lula era um deles. A Sociedade reagiu mal à intervenção, o que provocou uma reação de apoio à luta dos trabalhadores sindicalistas,

originando a organização do fundo de greve, que mobilizou entidades estudantis, artistas, intelectuais, movimentos populares e comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Com o crescimento das greves e a renovação nas direções sindicais, foi retomada a organização intersindical, chegando-se à realização, entre 21 e 23 de agosto de 1981, da 1ª Conferência das Classes Trabalhadoras (Conclat), em Praia Grande (SP). Nesta mesma Conferência, criou-se a Comissão pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores), que preparou a fundação da entidade em agosto de 1983. Pela primeira vez no País, uma central sindical nacional conseguiu congregar trabalhadores do campo e da cidade, além de finalmente apresentar uma proposta de organização sindical independente do Estado.

Neste mesmo período, no Rio Grande do Sul, ocorreram diversas greves e paralisações: dos professores, bancários, operários da construção civil, entre outros. As lutas rurais eram mais isoladas, sem qualquer articulação política que pudesse dar visibilidade ao problema da terra enfrentado por várias famílias. Os ventos democráticos agitaram também os índios da tribo Kaingang de Nonoai. Num período de cinco dias, os Kaingang de Nonoai, com o apoio dos Kaingang de Chapecó/SC e de Mangueirinha/PR, queimaram sete escolas rurais construídas na reserva e, armados com porretes, arcos e flechas, lanças e algumas armas de fogo, expulsaram três mil agricultores ocupantes da Reserva Indígena de Nonoai.

“... O ambiente era de tensão, de expectativa e até de desânimo. Para muitos, significou o retorno a uma vida de insegurança que julgavam superada. Passado o primeiro impacto e a surpresa, começaram a aparecer as primeiras alternativas. Muitos já haviam se espalhado pelos três municípios circunvizinhos. Nonoai, Planalto e Ronda Alta. As alternativas possíveis e viáveis eram basicamente três: a) proletarizar-se como operários urbanos ou em empresas rurais; b) transferir-se para projetos de colonização na frente de expansão da Amazônia; c) permanecer como camponês, em uma de suas várias formas, no Rio Grande do Sul. A aspiração maior, neste caso, era a de assentamento na condição de pequeno proprietário.” (GEHLEN, 1985, p.159).

No dia 08 de dezembro de 1980, passados aproximadamente três anos da expulsão das famílias pelos Kaingang em Nonoai, três famílias acampam na

Encruzilhada Natalino e posteriormente se soma um grupo de aproximadamente 300 famílias, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Para alguns, foi a única alternativa. Mas também significava o início da realização do sonho de conquistar terra para trabalhar:

“... Nós chegamos lá, pra nós era uma coisa assim que até que era um sonho pra dizer a verdade...” (ENTREVISTA)⁵⁰.

A informação se espalhava pela região. As famílias foram se agrupando oriundas dos municípios próximos. Sete meses depois já somavam 600 famílias acampadas. Havia três mil pessoas distribuídas sobre o barranco. Os barracos se estendiam por dois quilômetros na beira da rodovia.

Nesta época eu estava envolvido com a Pastoral da Juventude da Diocese de Frederico Westphalen, este acontecimento surpreendeu a todos naquela região. Estávamos no ano de 1980 e ainda vivia-se o período da ditadura militar no Brasil. Naquele tempo, realizar este tipo de atividade, ocupar uma propriedade particular, era uma ousadia, o fato foi considerado pela sociedade conservadora como um ato muito grave e ilegal. Envolver-se com os “acampados” como eram chamados os trabalhadores que se encontravam na Encruzilhada Natalino também significava tomar uma posição bastante polêmica e desafiante.

Os meios de comunicação realizavam a leitura do fato ampliando e divulgando o ocorrido através de reportagens televisivas, jornalísticas, ou transmissões radiofônicas, isso gerava na sociedade local, regional e nacional debates que induziam posicionamentos favoráveis e contrários aos “acampados”.

Estas informações chegavam às cidades da Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul e todos se indagavam: Quem são estes “acampados”? O

⁵⁰ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

que pretendem? Quem está por trás deles? Quem são seus chefes e líderes? As discussões aconteciam em diversos lugares, nos estabelecimentos comerciais, bares, nas comunidades da Igreja, no Sindicato, nas Pastorais. Os questionamentos eram muitos: É correto invadir a propriedade dos outros? É invasão ou ocupação? Toda esta polêmica exigiu que nosso grupo de jovens da Igreja Católica de Rodeio Bonito, cidade onde eu vivi por 25 anos, tomasse a decisão de visitar o Acampamento da Encruzilhada Natalino para conhecer de perto estas pessoas e sua luta.

A partir das diversas visitas que realizamos, nos sensibilizamos com a falta de alimentos, os frágeis barracos de lona preta e como enfrentavam o inverno rigoroso, enfim, a precariedade daquelas condições de vida. Ao retornarmos do acampamento, organizávamos campanhas de apoio de doações de alimentos e remédios, mas principalmente atuávamos na divulgação de “uma outra história dos acampados”. Trabalhamos no sentido de divulgar seus objetivos, falávamos de suas necessidades, a situação de vida e o desejo de lutar por um pedaço de terra.

Realizamos diversas reuniões nas comunidades da Igreja Católica, nos grupos de Jovens da Diocese de Frederico Westphalen, no programa de rádio dominical do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito, que eu coordenava. Referendávamos os documentos sociais da Igreja, especialmente o documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil “*A Igreja e os Problemas da Terra*”, lançado na XVIII Assembléia Geral da CNBB, em 1980. Os setores progressistas da Igreja Católica, através desse documento, estabeleceram uma importante diferença em relação à propriedade da terra: condenaram “a terra de exploração” e valorizaram “a terra de trabalho”, que é aquela “possuída por quem nela trabalha”.

Este documento argumentava que a terra é um Dom de Deus e, portanto, pertence a todos. Deus não concedeu “escrituras” a ninguém em particular. Sendo assim, todos os trabalhadores rurais que necessitassem de terra teriam este direito sagrado. Na introdução deste documento, os Bispos

advertiam: “...Fazemos igualmente uma advertência evangélica aos que querem ajuntar casa a casa, campo a campo, até que não haja mais lugar e que sejam os únicos proprietários da terra” (CNBB, 1980, n. 7).

Também utilizávamos nos debates o Estatuto da Terra⁵¹ como um documento oficial, para demonstrar que estes trabalhadores estavam exigindo direitos que a própria Lei lhes assegurava e que, portanto, a sua luta, além de ser justa, estava amparada legalmente pela Legislação Agrária criada pelo próprio Governo Militar.

Percebendo as dificuldades enfrentadas no cotidiano das pessoas que viviam no acampamento, nos convencemos que elas estavam realizando uma luta justa por direitos historicamente negados. Os “acampados” iam incorporando esta concepção de que tinham direito a um pedaço de terra, e ainda hoje mantêm essa noção de direitos, como pude constatar na entrevista com a Sra. Tereza Barbosa:

“Deus não deu a terra só pra uma pessoa. A terra ele deixou pra todos nós, né? Não é só de uma pessoa às vezes tem um montão de fazenda ali, só por ser ganancioso, por dinheiro compra tudo e eu pensei por que que nós também temos que andar sempre sofrendo rolando trabalhando que nem escravo na mão dos outros?” (ENTREVISTA)⁵².

1.4 Tecendo histórias

Passados 25 anos deste fato, já na Pós-Graduação em História da UnB, encontrei a possibilidade de uma historiografia que permite o enfoque nas pessoas comuns que fazem sua própria história e que são tão importantes para a historiografia, articulando os acontecimentos locais, regionais e nacionais. Parto do cotidiano, da experiência de memória e representações destas pessoas, procurando entender como ocorre a *reconstrução das múltiplas*

⁵¹ ESTATUTO DA TERRA. Lei. N.4.504, de 30 de novembro de 1964.

⁵² ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

identidades sociais, nestes espaços socialmente construídos - o acampamento, o assentamento e a vinculação com o MST.

Conforme Hall (1998)⁵³, as identidades se reconstróem de múltiplas formas numa relação dialética entre identificação e diferença e são influenciadas pelas mudanças ocorridas na chamada pós-modernidade tardia, de forma descentrada, descontínua e deslocada, que caracterizam o final do século XX e início do século XXI, e por isso mesmo as identidades são heterogêneas, fragmentadas e incompletas, porque estão em permanente processo de reconstrução.

O indivíduo pode apresentar múltiplas identidades, sejam elas individuais ou sociais ao mesmo tempo, e ambas são construídas de forma concomitante a partir das experiências históricas de seu cotidiano e memória, ocorridas num espaço cultural (HALBWACHS, 1990) através das relações sociais, dos símbolos e significações, das negociações (BHABHA, 2002) estabelecidas com o grupo social a que pertencem.

Os trabalhadores iniciaram um processo de disputas que marcaria a historiografia da luta pela terra no Rio Grande do Sul: a organização de um acampamento de Sem Terra durante a ditadura militar. Em vista disso, o Acampamento da Encruzilhada Natalino passou a simbolizar a retomada desta luta histórica no Brasil.

⁵³ Stuart Hall é um dos maiores expoentes da corrente conhecida como Escola de Birmingham, foi Diretor do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, entre 1970 e 1979. Juntamente com um conjunto de pensadores britânicos contemporâneos, faz uma radiografia dos processos culturais contemporâneos, a partir de uma leitura do filósofo marxista Antonio Gramsci. O principal ponto de partida de Hall é a crise da noção de identidade e de sujeito constituída na modernidade - a idéia de um sujeito centrado, unificado é questionada. Segundo Hall, "uma mudança estrutural está fragmentando e deslocando as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade - se antes estas identidades eram sólidas localizações nas quais os indivíduos se encaixavam socialmente, hoje elas se encontram com fronteiras menos definidas que provocam no indivíduo uma crise de identidade". Principais publicações: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 1998; HALL, Stuart. A identidade em questão. trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG/Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003

Conforme Maestri (2000): “...num desses paradoxos históricos, o movimento originou-se, não da ocupação, mas da expulsão da terra de trabalhadores rurais...intrusos na reserva indígena de Nonoai”.

Faço um pequeno parêntese para questionar o conceito de “origem”. Na historiografia, cada pesquisador ou sujeito reconstrói o passado conforme suas interpretações, o que demonstra não haver um momento, um fato, ou o “início” como uma data no tempo vago e abstrato, por isso, minha preocupação não é de precisar a origem desta luta ou do próprio Movimento. Quero, sim, sinalizar os múltiplos inícios que contribuíram para a sua formação.

Portanto, o início da formação do MST pode ser considerado tanto o Acampamento da Encruzilhada Natalino como a ocupação da Fazenda Macali, em 07 de setembro de 1979, conforme afirma MORISSAWA (2001), ou a primeira ocupação organizada pelo MST, na Fazenda Annoni em 1985.

Nesta pesquisa não procurei comprovações, no sentido de encontrar a verdade dos fatos. Mas priorizei a atribuição de sentido a estes fatos e eventos. As memórias, os sentimentos, as representações e as informações de cada sujeito histórico, na perspectiva da história vista de baixo, são, portanto, de fundamental importância.

Como é o caso de José Estevão da Silva, um dos trabalhadores que participou da ocupação da Fazenda Annoni e hoje (2004) vive no Assentamento 29 de outubro. “Foi ali que nasceu o MST”⁵⁴, afirma lembrando com emoção e detalhes a chegada na Fazenda Annoni (1985):

“... Olha, apesar do tempo, eu lembro como se fosse hoje... a gente se reuniu quase todos os municípios no mesmo local e de lá a gente saiu em comboio, eu estava num ônibus que devia ser o quinto ou sexto veículo, que tava vindo...a gente olhava para trás era uma caravana que não tinha fim, não tinha fim, aquilo

⁵⁴ JOSÉ ESTEVÃO DA SILVA, entrevista realizada no assentamento 29 de outubro, em 13 de julho de 2004. Pai de 3 filhos, Coordenador Regional do MST, agente de pastoral da Igreja Católica, e militante do Partido dos Trabalhadores.

era emocionante...foi ali que nasceu o MST..."
(ENTREVISTA)⁵⁵

Tanto o Acampamento da Encruzilhada Natalino (1980) como a primeira ocupação organizada pelo MST (Fazenda Annoni, em 1985) são marcos importantes na memória dos trabalhadores rurais Sem Terra e na história da luta pela terra, serviram como embriões da organização do Movimento. Muitas lutas foram travadas nestes dois espaços.

Assim que as famílias chegaram à Encruzilhada Natalino, a brigada militar cercou o local tentando intimidar os acampados. O comando policial estava articulado com o Bispo de Passo Fundo, que se ofereceu para negociar com os acampados. Tentou de todas as formas demovê-los da luta, oferecendo-lhes empregos na cidade. Tentou cooptá-los, mas as diversas tentativas foram em vão, não conseguiu convencê-los, tanto que permaneceram firmes no acampamento. (MORISSAWA, 2001)

A terra como espaço da solidariedade. Em julho de 1981, D. Pedro Casaldáliga visitou o acampamento, trazendo sua solidariedade e rezando uma missa que reuniu seis mil pessoas. Com sua voz profética, afirmou aos trabalhadores acampados: *"Meus irmãos! Em nome de Jesus de Nazaré, em nome do Deus libertador, eu, bispo de São Felix, lhes asseguro e lhes prometo que se vos manteis unidos, conquistarão a terra que sonhais, e que é de todos e todas!"*⁵⁶.

⁵⁵ ENTREVISTA. José da Silva, 45, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004.

⁵⁶ "Fui a São Felix do Araguaia visitar um Mestre. Um profeta. Um poeta. Um amigo. Um lutador do povo. Em 1981, foi para nosso acampamento na Encruzilhada Natalino, que havia resistido e derrotado o famigerado Coronel Curió, que também atormentava o trabalho pastoral na região amazônica de Pedro. E lá no acampamento, ergueu sua voz, e disse: **"Meus irmãos! em nome de Jesus de Nazaré, em nome do Deus libertador, eu, bispo de São Felix, lhes asseguro e lhes prometo que se vos manteis unidos, conquistarão a terra que sonhais, e que é de todos e todas!"** Pedro como quer que lhe chamem, havia me convidado muitas vezes, desde os tempos de CPT. A Prelazia é enorme do ponto de vista geográfico, quase do tamanho de Sergipe. Tem 15 municípios, pouca população, e muitos latifúndios. A população se divide entre os originários povos indígenas que sempre habitaram as margens dos piscosos rios da região, os caboclos ribeirinhos." Relato pessoal da visita de João Pedro Stédile a D. Pedro Casaldáliga. São Paulo, 30 de dezembro de 2005.

No dia do trabalhador rural (25 de julho), reuniram-se na Encruzilhada Natalino 10 mil pessoas que vieram de diversas partes do Brasil, trazendo apoio e solidariedade às famílias acampadas. Esse acontecimento foi divulgado em âmbito nacional e internacional e o acampamento tornou-se naquele período o símbolo e a expressão da luta pela terra em todo o Brasil.

Terra de violência. O Governo Militar⁵⁷ fez várias tentativas para dispersar os Sem Terra acampados. Não tendo sucesso com a Brigada Militar (RS), o Exército encaminhou o Coronel Curió⁵⁸, que se acampou numa fazenda próxima e instalou um verdadeiro estado de sítio. Proibia a entrada e saída das pessoas, tentando intimidá-los. Nem os padres, sindicalistas ou qualquer autoridade que os apoiavam conseguiam autorização para entrar. Sucederam-se diversos enfrentamentos durante a permanência do Coronel Curió nas imediações do acampamento, como pode ser observado nas narrativas orais dos trabalhadores:

*“Eu lembro do Coronel Curió, que **passava a patrula na estrada, e depois passava uma árvore na estrada e formava uma poeira desta altura (fazendo sinal com a mão) e a poeira entrava nos barracos, fazia isso de propósito, formava uma poeira que era uma loucura cara**” (ENTREVISTA)⁵⁹*

Ao solicitar que cada um relatasse quais foram os momentos considerados mais marcantes em suas vidas⁶⁰, pude perceber que a violência

⁵⁷ SUWWAN, Leila. Folha de S. Paulo - 06/set/2001. O Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, comentou, pela primeira vez, que os documentos secretos apreendidos por procuradores em uma casa do Exército em Marabá (PA), divulgados pela Folha, em 1997, admitiam "arranhar" os direitos dos cidadãos e classificavam movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), de "forças adversas" que poderiam ser "eliminadas".

⁵⁸ Ex-agente do Serviço Nacional de Informações coronel Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como coronel Curió, comandou a execução de vários prisioneiros. Curió foi também prefeito de Curionópolis, no Pará, após atuar na desocupação dos garimpeiros de Serra Pelada. Foi apontado como chefe de um grupo de extermínio pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Brasília, maio 2001.

⁵⁹ CAMPIGOTO, Douglas Manoel, 28 anos, engenheiro agrônomo (UFMS), filho de Salete Campigoto (primeira professora do Acampamento Encruzilhada Natalino). Entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

⁶⁰ Transitar e construir uma trajetória de vida não significa elaborar uma mera biografia do sujeito, mas passear junto com suas lembranças compreendendo suas práticas e relações sociais. Isso permite que tracemos as mobilidades tanto social como espacial, especialmente com estes trabalhadores itinerantes como os Sem Terra, articulando os diferentes momentos da existência de cada um.

imposta pela Brigada Militar e pelo Coronel Curió, durante o período do acampamento, foi o que mais lhes marcaram:

“... É acho assim que a gente lembra a resistência nossa lá porque o que nós passava de pressão sobre a polícia depois veio o Coronel Curió que eu me lembro muito que aquilo lá foi uma destruição pra nós lá ele chegou lá mesmo só dividiu o acampamento...” (ENTREVISTA)⁶¹.

A forma como foram tratados pelas autoridades, o desrespeito, a humilhação e o sofrimento geraram tanta indignação que se transformou numa maneira de se perceber as injustiças, a dominação do poder das elites, lembranças que continuam vivas em suas memórias vinte anos depois:

*“... Difícil foi se livrar da polícia, ela foi a mais problemática. **Passamos um tempão lidando só com a Polícia, apanhando e correndo...**”* (rindo). (ENTREVISTA)⁶²

“... Os grandes proprietários aqui da região se organizaram e começaram a fazer barreira também, a polícia começou a andar com helicóptero subindo por cima, intimidando as pessoas, fazendo manobras em cima do acampamento, mas a gente já sabia que isso iria acontecer porque lá na base a gente tinha discutido sobre isso. A gente já sabia que iria haver uma repressão por parte do outro lado, nos já tinha consciência disso...” (ENTREVISTA)⁶³.

A professora Bernadete, em sua entrevista, reforçou este sentimento de injustiça e descaso em relação à forma como foram tratados pelos órgãos do Governo:

*“... O que me marcou também a **inexperiência das autoridades que estão nestes órgãos de lidar com esta situação social dos Países, isso aí decepciona qualquer um, a morosidade de resolver as coisas...**”* (ENTREVISTA)⁶⁴.

⁶¹ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

⁶² ENTREVISTA. Selma Hartz, 51, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

⁶³ ENTREVISTA. Professora Bernardete, 42, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

⁶⁴ ENTREVISTA. Professora Bernardete, Op; Cit..

A terra é também percebida como espaço de vida, onde nascem crianças, onde a vida teima em continuar. As experiências pessoais, de singulares vidas nos acampamentos, continuam vivas na memória. Foram momentos marcantes e importantes no processo de formação das identidades sociais dos trabalhadores Sem Terra, como o nascimento dos filhos, por exemplo:

“... Eu tinha três filhos, daí tive um no acampamento e outro, daí tenho cinco filhos, sou mãe de cinco filhos, uma tá assentada agora aqui na Fazenda Annoni...” (ENTREVISTA)⁶⁵.

Ao chegar ao acampamento, cada família vinculava-se a um grupo, constituindo núcleos de vinte famílias. Elegiam os coordenadores, participavam das comissões de trabalho para resolver os problemas de falta de água, comida, cuidar da saúde, organizar a escola para as crianças. Enfim, passavam a ter responsabilidades sociais, muito diferentes das atividades individuais e familiares a que estavam acostumadas a desenvolver em sua vida anterior à chegada ao acampamento.

O acampamento tornou-se espaço de vida, de luta, de conflitos e de esperança. Um espaço permeado por novas relações sociais. No cotidiano as pessoas vivenciavam e partilhavam outros valores, como a solidariedade, a partilha, a preocupação quanto grupo social organizado.

Os trabalhadores desenvolviam práticas de trabalho conjunto. Necessitavam se organizar como grupo para enfrentar a polícia, fazer negociações com as autoridades, discutir os problemas do conjunto do assentamento. Isso fez com que as pessoas passassem a construir outro universo social.

As decisões precisavam ser tomadas coletivamente nas equipes de trabalho, na coordenação ou em assembléias com todos os membros do acampamento.

⁶⁵ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

Neste processo das práticas coletivas, cada pessoa foi assumindo novas responsabilidades. Estabeleceram-se relações de cooperação e ao mesmo tempo de conflito. Tiveram que ser negociadas normas e regras que provocavam mudanças comportamentais e organizacionais. Estes fatores se constituíram em elementos fundamentais na reconstrução das múltiplas identidades sociais destes trabalhadores, como vou demonstrar ao longo desta pesquisa.

Para recompor o passado dos assentados utilizei as letras das músicas entoadas pelos trabalhadores como uma fonte de pesquisa. As músicas que eram cantadas podem traduzir parte da história vivida, concepções de diferentes matizes, a religiosidade, as visões políticas, as diferenças sociais, entre outras. Através das poesias e músicas vão reproduzindo momentos históricos, a vida cotidiana, as lides domésticas, o trabalho árduo do campo, as lutas enfrentadas para conquistar a terra, as alegrias e sofrimentos ou o tempo de espera no acampamento. Ou seja, utilizam-se da arte para reconstruir a própria história, numa perspectiva da história vista de baixo (THOMPSON: 1978), com o olhar e o sentimento dos próprios sujeitos Sem Terra. Conforme pode ser observado nas seguintes narrativas:

*“... Eu tinha seis anos ou sete anos, lembro do Coronel Curió, ele hoje é prefeito de Curionópolis (MT), eu lembro de muitas coisas, mas uma delas no final da tarde que **as pessoas iam no final da tarde em direção a Cruz e as pessoas cantavam duas músicas, uma era “a classe roceira” e “o povo unido” todo mundo em frente a cruz...**” (ENTREVISTA)⁶⁶*

Especialmente a música A Grande Esperança⁶⁷, que os trabalhadores chamam de “A Classe Roceira” muito cantada no acampamento ainda ecoa na memória da Sra. Tereza Barbosa e do Sr. José da Silva, que falam com emoção quando relembram aqueles momentos vividos:

“... Eu lembro muito bem o Padre Arnildo, que vinha animar o pessoal. Se não fosse o Padre Arnildo muitos tinham desistido,

⁶⁶ ENTREVISTA. Douglas Campigoto, 35, casado, filho de assentado, formado em Agronomia UFSM, Sub-Gerente da Cooperativa CREHNOR, - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004.

⁶⁷ A Grande Esperança, autoria de Goiás e Francisco Lazaro, cantada por Chico Rey e Paraná.

*ele ia lá no microfone, cantava, chamava as crianças, e nós cantava a Classe Roceira. Eu **me emociono até hoje...** a animação era muito boa...” (ENTREVISTA)⁶⁸.*

*“... Ah, a **Classe Roceira** era o carro chefe da nossa caminhada muitos outros cantos religiosos que a gente cantava. Mas a Classe Roceira é o que mais está dentro da minha memória...” (ENTREVISTA)⁶⁹.*

Estas canções continuam fazendo parte do imaginário destes trabalhadores. A luta por um mundo justo, a união da classe roceira e da classe operária refletia de maneira apropriada o que estava acontecendo na década de 80 no Brasil.

Nas cidades, os operários estavam impulsionando grandes mobilizações e greves por melhores salários. A letra desta música ratifica essa convicção - *“ansiosos esperam a Reforma Agrária, sabendo que ela dará solução para a situação que está precária... de cada roceiro plantar sua área”* – e evoca o sonho da terra desejada e prometida, que sempre lhes foi negada:

*A classe roceira e a classe operária
Ansiosos esperam a Reforma Agrária
Sabendo que ela dará solução
Para a situação que está precária
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área
Sei que na miséria ninguém viveria
E a produção já aumentaria
Quinhentos por cento até na pecuária*

A canção se tornou um hino no acampamento, cantada em todas as assembléias. Ela traduz a esperança e a crença de que a Reforma Agrária solucionaria os seus problemas, cada trabalhador teria, então, sua própria terra. Saindo da miséria, das difíceis condições de vida do acampamento, se transformando em produtores de alimentos.

⁶⁸ ENTREVISTA. Selma Hartz, 51, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

⁶⁹ ENTREVISTA. José da Silva, 45, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004.

*A grande esperança que povo conduz
 Pedir a Jesus pela oração
 Para guiar o povo por onde ele trilha
 E a cada família não faltar o pão
 E que ele não deixe o capitalismo
 Levar ao abismo a nossa nação
 A desigualdade que existe é tamanha
 Enquanto o rico não sabe o que ganha
 O pobre do pobre vive de tostão*

Nesta parte da canção, percebem-se duas influências importantes na concepção de organização. A religiosidade que os acompanha, a crença de que Jesus está com eles nesta luta. O outro aspecto são as desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista. A canção embala sonhos e vai despertando novas leituras da realidade. Os trabalhadores percebem-se desiguais, explorados, excluídos. Mas, ao mesmo tempo, capazes de juntar as forças de cada um para lutar por uma mudança daquela situação.

*O lavrador que vive do chão
 Só tem a metade de sua produção
 porque a semente que ele semeia
 Tem que ser a meia com o seu patrão
 O nosso roceiro vive num dilema
 E o seu problema não tem solução
 Porque o rico que vive folgado
 Acha que o projeto se for assinado
 Estará ferindo a Constituição*

Outro aspecto relevante é que a música retrata a vida de sujeição dos trabalhadores. O trabalho “a meia”, em que a produção em seus roçados era dividida com os donos das terras onde trabalhavam. São os meeiros que, num contrato de arrendamento, precisam repartir o resultado de seu trabalho com o proprietário. A música fala da resistência dos ricos, dos proprietários de terras, quando se trata de apoiar projetos de Reforma Agrária. Contrários a este tipo de proposta, dominam a política, as estruturas do Estado, e impedem que esses projetos sejam aprovados no Congresso Nacional.

Embora a música não seja criação deste grupo, ela foi assumida como tal: expressa a esperança da terra prometida, anima a luta, alimenta a

esperança, fortalece a experiência do grupo, como afirmado por THOMPSON (1987). É na experiência cotidiana que os trabalhadores definem suas identidades de classe. As relações sociais estabelecidas no acampamento proporcionavam novas posturas dos sujeitos. Não eram apenas despossuídos da terra, eram mais: estavam se transformando em lutadores; começava a ser formada uma organização, que a sociedade relegou ao seu próprio destino.

Nas narrativas orais, percebo que as pessoas relembram estas experiências como momentos fortes em suas lembranças. O acampamento aproxima as pessoas, as dificuldades fortalecem o grupo, amplia as relações de sociabilidade, os trabalhadores rurais que antes viviam dispersos em fazendas como posseiros, agregados ou meeiros, agora vivenciam outra experiência. Neste novo espaço, alguns se descobrem como poetas, cantadores, trovadores, contistas, criam música, arte e poesia utilizadas nas místicas, ritos e celebrações realizadas no acampamento. A terra, aqui, figura como espaço de memória.

Em suas memórias, continuam lembrando a vida no acampamento. Tanto que, passados vinte anos, em 2004, narram seus dramas com detalhes, emocionam-se, revivendo estes acontecimentos, trazendo o passado para o presente, conforme afirma Antonio Campigoto:

“... Fizemos parte de um pedaço da história do Brasil, é o lugar que vai ficar marcado na história do Brasil. Ela foi muito comentada, a fazenda Annoni. Nós antes da fazenda Annoni, nós tava num outro acampamento que foi na Encruzilhada Natalino...” (ENTREVISTA)⁷⁰.

Para Pollak (1992), a memória está ligada a um lugar particularmente carregado de lembranças, que permanece muito forte nas histórias de vida das pessoas. Estes locais evocam memórias de lutas e conquistas, ocorrem

⁷⁰ ENTREVISTA. Antonio Campigoto, 58, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em julho de 2004.

invariavelmente num quadro espacial, “*não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial*” (HALBWACHS, 1990, p. 139).

As lembranças reconstroem as relações de conflito, o enfrentamento com os poderes públicos, presentes na luta pela terra: “... *o conhecimento de classe seria impossível sem a compreensão das experiências que emergem dos confrontos entre classes em função também das diferenças entre as várias culturas, políticas, religião, valores, convenções...*” (THOMPSON: 1981).

Tais experiências são construídas tanto nas lides diárias quanto na participação das lutas pela Reforma Agrária articuladas pelo MST. Nas entrevistas, não raros são os momentos em que o sentimento de *pertencimento* é reafirmado:

“Nós fazíamos 13 quilômetros numa carreta agrícola do assentamento até a escola, e na carreta agrícola tínhamos sempre estendida a bandeira do MST que todos viam por onde passávamos...”

“... meu Pai que não participa mais do Movimento, que tem algumas restrições a determinadas pessoas do Movimento... mas não fale mal do MST perto deles. É uma questão interessante isso. Isso e todo mundo, não só o pessoal lá da Nova Ronda Alta, mas os assentados que se afastaram dos coletivos defendem o MST sempre. Isso parece estar impregnado dentro.”

“... e ninguém consegue explicar esta força, o cara pode falar mal de todas as cooperativas do setor de produção do Movimento, pode falar mal da cooperativa de crédito, pode falar mal da associação, da direção do Movimento, bom a direção e Movimento..., mas não fale mal do MST pra ele que ele não admite isso...” (ENTREVISTA)⁷¹

Este sentimento é um fator importante na construção da identidade Sem Terra. Nas narrativas destes trabalhadores percebo que o sentir-se parte, vincular-se, ser do MST é um sentimento que cada um desenvolve de forma independente de uma chancela, seja da organização, da direção, do

⁷¹ ENTREVISTA. Douglas Campigoto, 35, casado, filho de assentado, formado em Agronomia UFSM, Sub-Gerente da Cooperativa CREHNOR, - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004.

assentamento ou da cooperativa. O que não significa que a organização – MST – não tenha suas normas, princípios organizativos que tenta inculcar em seus membros, num processo de enquadramento como sugerido por Pollak (1992). Entretanto, cada um reconstrói de maneira diferente seu sentimento de pertencimento, alguns com certa devoção, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

“... Que Deus nos livre nós trabalhá pros granjeiros... no MST nós conseguimos conquistá a nossa terra...” (ENTREVISTA)⁷².

“... Foi por causa da organização do MST. Se não fosse essa organização nós não tinha nada. E foi por causa dessa organização que saiu a terra, porque sem luta...” (ENTREVISTA)⁷³.

“... O MST significa pra mim, significa muito. E agora tem gente aqui dentro que não se diz contra o MST, mas ele tem raiva. Não por ser contra o MST, pelo contrário, muita gente que se queixa aqui, que vai se queixar do mesmo jeito. O MST é super bom...” (ENTREVISTA)⁷⁴.

“... Porque o Movimento é nosso! E de todo mundo. É de todos...”

“... Então você se sente do MST?...”

“... Mas sim! Até debaixo d'água! É nosso Movimento. Porque desde a nossa vida, eu digo o jeito que nos levamos, porque nós conseguimos isso, porque nós conseguimos isso via o Movimento...” (ENTREVISTA)⁷⁵

Essa sensação de pertencimento a um grupo social, político e cultural é fortalecida pelas relações sociais que se estabelecem no cotidiano, conforme afirma Pesavento (2003: p.80), *“as pessoas reconhecem-se a si mesmo como membros do mesmo grupo e estabelecem os padrões de identificação e diferenciação, quem pode pertencer ao grupo e quem não pode.”*

⁷² ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

⁷³ ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, casado, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

⁷⁴ ENTREVISTA. Nilo Hartz, Op.Cit.

⁷⁵ ENTREVISTA. Lucia Vedovatto, 40, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

Por que a identidade é importante? HALL (2000) nos propõe o questionamento: *quem precisa de identidade?* E Woodward (2000) da mesma forma nos interroga: *porque investimos na identidade?* Hall afirma que, na pós-modernidade tardia, tem sido intenso o debate sobre identidades. Estudos interdisciplinares são realizados nesta perspectiva e todos, de certo modo, criticam a perspectiva da identidade integral, originária e unificada.

Hall (2000) afirma que existem duas formas ou tentativas de responder a estas questões (a) a primeira, em função das críticas ao essencialismo e à desconstrução destes conceitos, e a segunda (b) a centralidade deste conceito para a “questão da agência e da política”, entendendo “agência” como elemento ativo da ação individual e política como a ação coletiva de um grupo ou movimento. Tanto os indivíduos que desenvolvem uma ação política ou os grupos que desenvolvem ações coletivas necessitam reconstruir suas identidades. E as ações que desenvolvem se constituem em processos integrantes da reconstrução destas identidades. Neste sentido, as identidades são “estratégicas e posicionais”, porque estão se reconstruindo na ação política empreendida por sujeitos sociais, como no caso destes integrantes do MST.

Ao ingressarem no Movimento, as pessoas deixam de ser “sem terra” e reconstroem-se como Sem Terra⁷⁶, *como um nome próprio, que não mais identifica sujeitos de uma condição de falta: não ter terra (sem terra), mas sim sujeitos de uma escolha “ser um Sem Terra”*. Passam a ter orgulho desta denominação e pertencimento, não se importam se são admirados por uns e discriminados por outros. Convivem com estas contradições, afirmam-se como tal.

Em outras narrativas destacam-se diferentes noções do que significa fazer parte do MST. Para alguns significa participação efetiva nas atividades de lutas propostas pela organização, para outros significa realizar atividades

⁷⁶ Cf. Caldart (2000) para explicação da diferenciação da grafia das palavras “sem terra” e Sem Terra.

propostas pelo Movimento, estar formalmente vinculado a alguma instância de decisão, e ainda há aqueles que acreditam ser a partilha de objetivos comuns:

“... eu sou desta organização, eu devo a ela, eu devo como as pessoas dizem assim: ‘tudo o que eu sou eu devo ao Movimento’. Eu acho que neste momento ela se sente parte do Movimento...”(ENTREVISTA)⁷⁷.

“... me sinto parte do Movimento mesmo não estando numa instância, porque eu continuo participando das atividades, e como o Movimento se faz fora, nós estamos continuando a participar, seja em mobilização, seja em encontros...” (ENTREVISTA)⁷⁸.

“... teria que participar também para ser parte. Tu tem que participar, também não basta... mas para mim é este o momento, quando tu diz eu sou, eu pertencço a esta organização, eu defendo ela onde eu estiver e eu participo, então você é parte e alguém que ajuda a construir...” (ENTREVISTA)⁷⁹

“... A nossa luta é ainda maior. Não é apenas ser assentado e a sobrevivência da minha família. Nosso desafio é muito maior, é transformar a sociedade, como fazer com que ela seja justa e solidária, esta é a nossa ideologia enquanto Movimento, que todo mundo tenha vida digna e o seu pedaço de terra...” (ENTREVISTA)⁸⁰

A relação de *pertencimento* também está ligada ao conceito de memória, herdada nas experiências anteriores conforme afirma Pollak (1992). A experiência anterior é fundamental para os processos coletivos implantados no assentamento, como pude verificar numa das entrevistas realizadas com o filho de um dos assentados, onde este relata os motivos pelos quais seus pais saíram do coletivo. Relata a experiência anterior de 30 ou 40 anos de vida no sistema de produção individual e familiar.

⁷⁷ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

⁷⁸ ENTREVISTA. Lucia Vedovatto, 40, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

⁷⁹ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

⁸⁰ ENTREVISTA. José da Silva, 45, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004.

Esta mudança de uma forma de organização individual para coletiva tem laços com o passado, é uma reconstrução, e requer tempo, paciência, experimentação, significa realizar uma nova experiência. Pollak argumenta que é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com uma determinada situação do passado, denominada de memória herdada.

Para Pollak (1992), quando se fala em memória, existem três elementos essenciais:

- (a) a unidade física e o sentimento de fronteira
- (b) a continuidade do tempo
- (c) e o sentimento de coerência.

A unidade física e o sentimento de ter uma *fronteira física* ficam evidentes nas entrevistas, quando os assentados dizem “NÓS” a fim de designar os assentados, ou aqueles que pertencem ao Movimento e “ELES”, para designar os fazendeiros, as elites, os que se posicionam contra a Reforma Agrária, enfim, para todos aqueles que possuem posições ideológicas contrárias. “ELES” são colocados do outro lado da “fronteira” imaginária, são referidos como “os grandes”, “os poderosos”, “os latifundiários” ou “o Governo”.

O segundo elemento refere-se à *continuidade do tempo*. Percebo-o quando, em suas histórias de vida, argumentam que a luta continua, que irão prosseguir até que todos tenham sua própria terra, que querem educar seus filhos no assentamento. Declarações como estas demonstram sua visão de continuidade, de futuro. Mostram que estes trabalhadores acreditam que, no futuro, o Movimento permanecerá na luta por transformações na sociedade. Eles não promoveram essa luta simplesmente para conquistar a terra pensando apenas em si próprios, ou para solucionar apenas os seus problemas no presente, lutam por outras mudanças na sociedade, para todos

que ainda continuam sem terra. Assim, fica evidente a noção de continuidade no tempo de luta.

Com o terceiro elemento referido por Pollak (1992), o *sentimento de coerência*, os diferentes elementos que formam o indivíduo são efetivamente unificados e interligados. É através da atribuição de sentido que as pessoas buscam coerência entre suas práticas sociais e o que crêem; constroem a sua própria concepção de coerência em sua ação política, nas lides do cotidiano e com o que pensam ser correto. Questionam-se: O que é ser militante? Quais são os compromissos com o coletivo? Cada um constrói seu próprio conceito e atribui sentido a determinadas ações, criando significados. O assentamento constitui-se num espaço de cultura, onde as identidades são negociadas.

A partir das entrevistas, analiso como ocorrem as atribuições de sentido: o que de fato significa ser do MST, estar no MST, ser assentado, ser considerado militante do MST, participar do MST, quem é do MST e quem não é, o que e quem determina ou delimita estes espaços e fronteiras de pertencimento e não pertencimento. Como e porquê ocorre esta identificação e diferenciação.

Esta atribuição de sentidos ocorre de diversas formas, com visões e concepções diferenciadas, fragmentadas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes graus de intensidade e com diferentes percepções de compromissos e deveres, que se alteram dependendo da posição de fala, da função de poder, e da experiência de cada pessoa.

A memória e as identidades são disputadas em diferentes espaços sociais. Nas entrevistas que realizei com os dirigentes, percebi que eles interligam fatos da realidade local com o contexto geral, referem-se muito mais aos aspectos mais amplos do contexto sócio-político regional, nacional e internacional, do que ao cotidiano e, quando o fazem, procuram vincular, unificar, dar um sentido de coerência com as questões do contexto mais amplo.

Esta situação retrata muito bem o que acredita Pollak “... a *memória e a*

identidade são valores disputados em conflitos sociais e inter-grupais e em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (1992: p. 205). Em suas narrativas, os trabalhadores constroem interpretações sobre a conjuntura, sobre a situação do Governo, relacionando aspectos do Movimento em âmbito local, regional e nacional. A vida pessoal confunde-se com a vida do Movimento.

Em julho de 2000, por ocasião dos 20 anos da Encruzilhada Natalino, trabalhadores rurais Sem Terra ligados ao MST-RS realizaram um grande acampamento com cerca de 500 famílias, no mesmo local, para comemorar a data tão significativa. O retorno a este local de memória foi reconstruído através da mística. Os momentos mais marcantes foram revividos. Ao final da cerimônia, os trabalhadores cravaram na terra um monumento, que simboliza a luta travada naquele espaço. Estas experiências, vividas e revividas no cotidiano, reafirmam uma identidade: o Sem Terra, o militante, desenvolvem um sentimento de pertencimento a uma organização – o MST.

Durante o ano de 1981, outra tentativa de desmobilizar o acampamento foi feita pelas autoridades, tendo à frente, novamente, o Coronel Curió. Ele convenceu um grupo de famílias a visitar terras na Bahia e no Mato Grosso. Dois aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) foram utilizados para levá-los a conhecer o projeto de colonização em Serra do Ramalho (BA). Outro grupo de famílias foi levado ao Projeto Lucas do Rio Verde (MT). Cem famílias aceitaram a proposta e foram morar neste projeto, desistindo do acampamento (MORISSAWA, 2001 p.128).

A luta destes trabalhadores tinha como objetivo forçar os limites consentidos de ação política, durante o período da Ditadura Militar, além de buscar - em torno do ordenamento jurídico-político da sociedade, seja apoiando-se no Estatuto da Terra ou na Constituição Brasileira - uma legitimidade para sua luta, enfatizando a função social da propriedade. Ao mesmo tempo, utilizavam simbologias religiosas, como a cruz, as celebrações,

e a doutrina social da Igreja Católica, que reforçava o direito à vida, à terra como um dom de Deus, pertencente a todos.

O centro do acampamento era demarcado por uma cruz, em torno da qual se reuniam os agricultores em suas assembléias e celebrações. Essa cruz de três metros de altura tornou-se um dos símbolos da luta e da identidade dos “acampados” ou dos sem terra, como eram chamados à época. Carregavam-na tanto em procissões como em atos públicos. Em fevereiro de 1982, o acampamento sediou a “V Romaria da Terra”, com a participação de vinte mil pessoas, em mais um ato público promovido pela CPT, demonstrando seu apoio à luta dos trabalhadores.

O bloqueio continuava, com a presença ostensiva da Brigada Militar, violando o direito constitucional de ir e vir. Os trabalhadores começaram a buscar apoio e afirmação de personalidades com expressão nacional, que se solidarizavam com o acampamento.

No mês de julho de 1981, organizou-se uma grande mobilização de apoio aos acampados, com a presença de 137 padres, sindicalistas, representantes da OAB, deputados federais e estaduais. Devido à pressão pública, no mês de agosto, o Coronel Curió abandonou o acampamento, o que significou uma grande vitória para os acampados. A luta prosseguia no acampamento, aguardando a apresentação de uma proposta de assentamento pelo Governo.

O cotidiano destas famílias era permeado pelo sonho e o desejo de conquistar um pedaço de terra. Significava também a construção da legitimidade da luta e de táticas de negociação, utilizando o que mais tarde no MST se convencionou chamar de “*pau e prosa*”. *Pau* significa luta, mobilização, trancamento de rodovias, a própria ocupação. E a *Prosa*, a negociação com os poderes públicos e a sociedade. Talvez tenha se inaugurado, neste espaço, uma maneira própria de conduzir a luta pela terra. Disso faz parte a necessidade de conciliação dos sentidos, aparentemente contraditórios, da

pressão política realizada pela ação direta e a busca da negociação a partir de uma posição de força conquistada sempre conduzida por grupos de representantes, comissões, coletivos e não por um presidente ou coordenador do Movimento.

Conforme afirma Bourdieu (2001: p. 213), *“a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública em um discurso ou ato público representa uma forma de oficialização, de legitimação”*. Foi o que fizeram estes agricultores ao criar o Acampamento da Encruzilhada Natalino. Colocaram um desejo na estrada, na encruzilhada, criaram um grande problema para as autoridades e conquistaram visibilidade social.

Em fevereiro de 1982, sensibilizada com as famílias acampadas e vendo que o Governo não resolvia o problema de assentamento, a CNBB do Rio Grande do Sul decide realizar uma campanha nas paróquias para comprar 108 hectares de terra. A bem sucedida iniciativa culminou com a fundação do Assentamento Nova Ronda Alta, beneficiando 210 famílias. Chega-se, enfim, à terra prometida, como afirma a canção entoada no acampamento e aqui lembrada por Lucia Vedovatto⁸¹:

*“... Nova Ronda Alta, terra prometida.
Quando a união falta sobre terra é vida
Terra prometida que conquistaremos
Com a força unida e os irmãos que temos...”*

A música demonstra a religiosidade vinculada à terra, à crença na união, e ao reconhecimento dos “irmãos que temos”, que era a sociedade ligada à Igreja Católica e Luterana, aos sindicalistas, às personalidades que apoiavam a luta pela Reforma Agrária. Como o Governo não resolvesse o problema, a própria sociedade buscou alternativas.

*“... Nos pobres podemos Deus está por nós
Juntos venceremos muitos Curiós*

⁸¹ ENTREVISTA. Lucia Vedovatto, 40, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

*Para a gauchada que firme onde está
A golpe de enxada o chão crescerá...*

Afirmam sua identidade cristã, comparam sua luta com o Povo Hebreu, pois a luta pela terra também está na Bíblia, isso lhes dá força e credibilidade, combatem desta forma aqueles que os criticam, que os perseguem. Estabelecem relações de diferenças entre o “povo unido” e “os poderosos”. Quando pergunto: Quem são os poderosos? A resposta é: os fazendeiros, o governo, os ricos, as elites que dominam o País.

Em sua linguagem afirmam uma identidade gaúcha “*para gauchada que firme onde está*”. Demonstram firmeza e valentia em permanente duelo com o “outro”, na disputa pela demarcação das fronteiras sulistas desde o início do século XIX. Uma identidade “fronteiriça” e de confrontos ambigualmente belicosa e hospitaleira. Construída numa relação de conquista e defesa, de vigilância dificultada pela *vastidão pampeana*, quase uma “terra de fundo”, corredor para bandeirantes e castelhanos. Mesmo depois de sua definição, o Rio Grande do Sul permaneceu com uma tendência obsessiva, repetitiva, para um dualismo resolvido na “degola”. Ximangos e maragatos são figuras desse dualismo que vem desde a Guerra Farroupilha e se repete mimeticamente até nossos dias. Seja nas batalhas políticas, seja no futebol ou na questão da terra. O cotidiano do acampamento é permeado por estas expressões como “gauchada” ou “indiada”, em torno de algum “índio velho” ou “qüera velho”. O lutador, o guerreiro constitui o imaginário destes sujeitos.

Outro elemento importante é a religiosidade. A catequese católica foi implantada no acampamento pela Irmã Isabel Grein, que passou a viver no acampamento, acompanhando as famílias, especialmente as crianças, as mulheres e a juventude. Dez anos depois, ela deixou a Igreja, e tornou-se dirigente do Movimento, no estado do Paraná, e coordenadora nacional do coletivo de Gênero. Ela nos lembra de uma das músicas entoadas no acampamento:

*O Povo de Deus no deserto andava
Mas à sua frente alguém caminhava
Também sou teu povo Senhor
E estou nesta estrada...*

Como foi dito, ao entoar os cantos religiosos, os trabalhadores identificam-se com o Povo de Deus, porque também estão na estrada em busca da terra prometida. Há uma relação direta com a religiosidade trazida em suas memórias, agora ressignificada. Na estrada, na encruzilhada, nos impasses, na luta que realizam contra o latifúndio, eles sentem a presença de Deus em seu cotidiano.

Tudo isso lhes dá forças para continuar e enfrentar as dificuldades. O trabalho realizado pelos agentes de pastoral e o apoio da Igreja Católica e Luterana contribui significativamente para manterem-se na luta.

O fazer se torna aprendizagem, o próprio acampamento transforma-se em um espaço pedagógico, uma “escola”, conforme afirma Caldart (2000), onde as pessoas partilham conhecimentos, ensinam e aprendem ao mesmo tempo.

O acampamento da Encruzilhada Natalino durou praticamente três anos, de 1980 a 1983. Darcy Maschio, 43 anos, dirigente do MST-RS, assentado na Fazenda Annoni, viveu este período no acampamento. Seu envolvimento com esta luta iniciou-se ainda quando era agente de pastoral da Igreja Católica, em Três Passos-RS. Os agentes de pastoral vinculados à ala da Igreja Católica denominada de Progressista realizavam atividades de organização popular, de conscientização, vinculando a religiosidade com a realidade social e política da época.

Maschio não gosta muito de falar sobre sua vida pessoal, prefere falar sobre a funcionalidade do acampamento. Aproximadamente, trezentas famílias, que iniciaram o acampamento, eram oriundas da região Noroeste do Rio

Grande do Sul, a maior parte expulsas da Reserva Indígena de Nonoai e sem muita experiência de organização social.

O trabalho inicial foi criar as comissões de trabalho e serviços para buscar soluções que atendessem as necessidades mais urgentes, como a coordenação geral do acampamento, alimentação, saúde e organização interna. Posteriormente criaram-se outras comissões, disciplina, negociações, alfabetização.

A organização interna foi sendo construída a partir de grupos de vinte famílias, cada grupo contando com um coordenador. Os coordenadores dos grupos formavam a coordenação geral do acampamento, que acompanhava as comissões de trabalho, criando um tipo de organização horizontal e coletiva.

Cada comissão específica (saúde, alimentação, alfabetização) desenvolvia seu trabalho de atendimento às demandas das famílias. O próprio grupo foi se organizando, com apoio da CPT, das Igrejas, de pessoas que se sensibilizavam com a luta dos acampados.

As discussões de maior importância, decisões sobre os rumos e estratégias do que fazer, eram apresentadas em assembleias gerais do acampamento, onde se tomavam as decisões. Foram sendo estabelecidas normas e regras de condutas internas. Regulamento sobre entrada e saída do acampamento, a forma da distribuição dos alimentos doados, a incorporação de novas famílias, expulsão em casos de indisciplina, tudo era discutido na assembleia geral, que ocorria às 17h, todos os dias, em frente à cruz construída pelos acampados.

Este processo de condução consultiva aos grupos de base, as assembleias, as diversas reuniões, a organização de comissões, foi criando um novo jeito de viver. Os acampados não estavam acostumados com este tipo de organização. Suas experiências anteriores era o trabalho em grandes propriedades, a vida familiar era isolada no meio rural, havia pouco contato diário entre as pessoas.

Conviver com cerca de três mil pessoas diariamente muito próximas, que trouxeram para este espaço toda sua esperança, mas também todos os seus problemas, fez com que as relações passassem pela cooperação, solidariedade, partilha, mas, também, pelos conflitos, diferenças, desigualdades. A uniformidade aparente de uma única identidade Sem Terra é permeada por múltiplas identidades, por diversidades e diferenças.

Valdemar Alves de Oliveira, 44 anos, ou *Nego*, como é chamado pelos companheiros, à época com vinte anos, foi acampar na Encruzilhada Natalino. De uma família com 14 irmãos, apenas ele, seus pais e mais dois irmãos, foram para o acampamento. Quando ele fala sobre o acampamento, o que mais se destaca em sua memória é a repressão, a fome e a difícil vida nos barracos:

“... Não tinha comida para todo mundo. Mas o pouco que tinha era dividido entre todos. Nós tínhamos um setor de alimentação que organizava a distribuição da comida. As famílias com crianças, com maior número de pessoas recebiam primeiro. Teve dias que o Exército não deixava entrar nada, nem comida, houve muita repressão e violência contra nós.” (ENTREVISTA)⁸²

“... A gente tinha que sair para pegar o leite pra piaçada e a polícia não deixava sair, judiava, pisava nos pés, tinha que mostrar tudo nas bolsinhas que trazia, roupas, tinha que desvaziar as sacolas, colocar tudo no chão, tinha que mostrar uma por uma, nem que tivesse suja, daí, nem que não tinha nada para eles ver, revistavam tudo roupa limpa ou suja, eles não acreditavam...” (ENTREVISTA)⁸³.

Valdemar de Oliveira está na Annoni desde 1985. Atualmente é o Presidente da Crehnor, uma cooperativa de crédito criada para que os próprios assentados gerenciem seus recursos. Um pequeno banco, que teve permissão

⁸² ENTREVISTA. Valdemar de Oliveira, 42, casado, assentado no Assentamento Holandês, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, Dirigente da Cooperativa de Crédito CREHNOR, entrevista realizada em julho de 2006.

⁸³ ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

em 2004 de lançar a sua moeda própria, denominada horizonte, que circula não só entre os assentados, mas no comércio local na cidade de Sarandi - RS.

A Encruzilhada Natalino teve repercussões internacionais, especialmente quando o Exército, sob o comando do coronel Sebastião Curió, junto com a Brigada Militar e a Polícia Federal, cercaram o acampamento:

“Foi a repressão nua e crua, ninguém entrava e ninguém saía do acampamento sem ser revistado.” (ENTREVISTA)⁸⁴

Foi nessa época que o ex-governador Amaral de Souza teve a idéia de exportar colonos. Muitas famílias foram parar no Mato Grosso sem qualquer condição de permanência.

“... na Encruzilhada Natalino sobraram 200 famílias Sem Terra. A Igreja então fez uma campanha e comprou 108 hectares de terras em Nova Ronda Alta, que hoje é um assentamento.” (ENTREVISTA)⁸⁵.

A percepção de quem viveu no acampamento contrasta muito com a de quem apenas passa pela rodovia, visualizando-o de dentro do automóvel, ou do ônibus, ou mesmo dos muitos caminhões que por lá trafegam diariamente. Segundo os entrevistados, a maioria das pessoas passa direto. Algumas expressavam desinteresse, outras mais enfáticas, chegavam a gritar: *“vagabundos! Vão trabalhar!”*. Outras paravam e se solidarizavam. Entretanto, pouco podiam fazer, pois o esquema policial barrava todos que passavam pela rodovia.

O acampamento tinha seu próprio sistema de segurança, ou de disciplina, como preferiam denominar. Com ele, buscavam evitar infiltrações, além de controlar as entradas e saídas. Os visitantes eram recebidos pela segurança do acampamento e precisavam se identificar na entrada. Era feita uma revista em qualquer material que estivessem carregando, de modo a

⁸⁴ ENTREVISTA. Darci Maschio, 49, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, EX-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em julho de 2006.

⁸⁵ ENTREVISTA. Darci Maschio, 49, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, EX-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em julho de 2006.

impedir a entrada de bebidas, armas ou qualquer objeto que pudesse ser apreendido pela polícia, a fim de colocar a culpa nos acampados.

O controle de assinaturas era feito num caderno, exigência feita à todos que entravam ou saíam do acampamento, como por exemplo, os líderes do Movimento, os acampados ou um visitante, anotavam seu nome neste caderno. Para aqueles que não sabiam escrever, a pessoa informava seu nome para que os companheiros que estavam no controle da disciplina anotassem no caderno.

A responsabilidade pelos visitantes era de cada acampado na opinião de Darci Maschio:

“... os companheiros tinham famílias fora e vinham visitá-los. Então cada um era responsável por estas visitas. Também foi necessário controlar as entradas e saídas para evitar que pessoas estranhas se instalassem sem a aprovação da assembléia geral, para evitar infiltrações...” (ENTREVISTA)⁸⁶

A forma de tratamento também vai fazendo com que se crie uma identidade própria. Todos se tratam como “companheiros”. Aqueles que comem do mesmo prato. Havia uma preocupação em preservar a identidade de cada um, especialmente das lideranças, coordenadores, daqueles que eram mais visados pelo esquema policial. Usava-se muito a forma de tratamento por apelidos, pelo nome sem citar o sobrenome, como uma forma de autodefesa. Além de todo o esquema constante de vigilância, esta é uma das normas do MST para resguardar a privacidade de seus acampados.

“... O maior motivo era evitar perseguições. Os fazendeiros da região estavam acompanhando e dando ordens para a polícia. O uso de apelidos dificultava a identificação. Mas eles tinham seu próprio esquema de controle e certamente conseguiam ter os nomes das lideranças, de quem tinha maior visibilidade fora do

⁸⁶ ENTREVISTA. Darci Maschio, 49, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, EX-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em julho de 2006.

acampamento, nas reuniões com as autoridades, entrevistas, palestras.” (ENTREVISTA)⁸⁷

A disciplina foi um conceito trabalhado durante o período do acampamento. Nas reuniões dos grupos de famílias, os coordenadores explicavam os motivos da disciplina e envolviam todos para “tirar guarda”. Havia um rodízio, um revezamento, todos os grupos tinham representantes que passavam parte do seu tempo nesta atividade.

É o fazer conjunto, o decidir coletivamente, que vai forjando um novo jeito de viver. Uma experiência de vida comunitária vai sendo incorporada à identidade Sem Terra. A polarização é notória sob vários aspectos. As diferenças entre a conduta dos acampados e da polícia vão se estabelecendo. O mesmo ocorre entre os Sem Terra e os fazendeiros. Lá, Os que lutam se distinguem nitidamente dos que buscam saídas de forma individualizada ou desorganizada. São fatores fundamentais na constituição de uma identidade social. A experiência concreta, no cotidiano do acampamento, reconstrói um outro sujeito. O sem terra se transforma em Sem Terra, cuidando de si próprio, e do companheiro. Participa e precisa tomar decisões que implicam mudanças. Passa a submeter-se a normas e regras que influenciam a sua vida e a dos companheiros.

Esta forma de controle acaba convertendo-se numa certa prestação de contas para a sociedade, posto que comumente a mídia em geral prefere ignorar este aspecto ordeiro dos acampados, inclinando-se aos que vêem nesses agricultores apenas baderneiros, invasores, vagabundos, que querem tomar o que é dos outros. A reconstrução de uma imagem diferente era necessária para a própria sobrevivência do acampamento e, conseqüentemente, de sua luta. A coordenação geral do acampamento passou a realizar palestras, aceitar os convites para falar em escolas, igrejas,

⁸⁷ ENTREVISTA. Valdemar de Oliveira, 42, casado, assentado no Assentamento Holandês, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, Dirigente da Cooperativa de Crédito CREHNOR, entrevista realizada em julho de 2006.

sindicatos, na mídia local, nacional e internacional, e isso aos poucos ajudou a dar uma outra versão sobre o acampamento.

“Aprendemos depois de 20 anos de experiência que a disciplina é um valor da organização. Os horários devem ser respeitados. Normalmente nos acampamentos temos uma rotina. Seis horas da manhã é o horário de despertar. Por volta das 6 horas, se há companheiro que gosta de acordar mais cedo, tudo bem, sem atrapalhar os outros. Até as 10 da noite, estão livres para conversas, reuniões, alguns dias tem noites culturais, jornadas socialistas, aí o horário vai até mais tarde meia noite. A partir deste horário, o silêncio é obrigatório. E os horários das reuniões das equipes às 8 horas, ou às 14 h, vários dias na semana conforme a necessidade.” (ENTREVISTA)⁸⁸.

O respeito às regras estabelecidas conjuntamente, os horários acordados, as tarefas de cada um, vão construindo um movimento organizado, uma organização social, preparando as pessoas para a vida que vem depois, isto é, o assentamento. A convivência social desta experiência de vida comunitária vai criando laços importantes na formação dos núcleos de produção, setores de trabalho ou cooperativas. A vida no acampamento é vista pelos dirigentes como um estágio ou rito de passagem. Mas ao mesmo tempo, gera situações de distanciamentos, desentendimentos, conflitos, fazendo com que alguns decidam continuar produzindo de forma individual.

Maschio argumenta que ainda hoje no MST é pequeno o número de famílias que decidiu se organizar de forma associativa ou em cooperativas. Eis sua percepção a respeito do assunto:

“Não é simples, não basta só querer. Tem que superar um monte de coisas relativas ao individualismo”. “É uma forma de produção que requer um esforço muito grande de superação do meu, do individual” (ENTREVISTA)⁸⁹

⁸⁸ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

⁸⁹ ENTREVISTA. Darci Maschio, 49, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, EX-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em julho de 2006.

A terra desejada por muitos anos, quando conquistada, é um bem precioso. Muitos preferem cuidá-la de forma individual. Este apego foi gerido por muito tempo, ter seu próprio chão e nele atuar livremente foi algo muito sonhado. Esta oportunidade não poderia ser perdida, pois significava a possibilidade de livrar-se do patrão, do mando. Para muitos, o encontro com a liberdade se concretiza com a propriedade individual.

Darci Maschio defende a cooperativa agrícola como uma alternativa para melhor organizar a produção. Ele entende que a agrovila é o melhor sistema de moradia, por facilitar as condições de infra-estrutura, como energia elétrica, água encanada. Quem mora em agrovila também pode negociar os preços com mais vantagem, mas precisa ter um senso coletivo muito apurado.

“Nem sei onde é meu lote. É tudo de todos. Estamos organizados numa cooperativa com 14 famílias. O nosso poder de barganha é bem maior que o de uma família isolada.”
(ENTREVISTA)⁹⁰.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando define a fazenda que será desapropriada, reforça esta situação de individualismo. Cada barraco é identificado com um número. Os lotes são distribuídos para cada família. Cada um torna-se dono do seu próprio lote. Aqueles que decidem ficar juntos formam pequenas agrovilas, deixando parte da terra num sistema de produção coletiva. Mas há dificuldades em registrar esta terra comum em nome de um grupo ou associação, normalmente ela permanece juridicamente como propriedade do próprio INCRA.

No acampamento, o respeito à hierarquia e às decisões coletivas é mantido com firmeza. Decisões tomadas coletivamente não podem ser desrespeitadas. Somente em nova assembléia geral um assunto já decidido pode ser questionado novamente. A coordenação do acampamento, formado pelos representantes dos grupos de 20 famílias, constituía a direção do acampamento. Os grupos ou núcleos de família escolhiam livremente seus

⁹⁰ ENTREVISTA. Darci Maschio, 49, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, EX-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em julho de 2006.

coordenadores. À própria composição do núcleo de famílias, que normalmente se dava pelo grau de parentesco ou de vizinhança, juntavam-se aqueles que já se conheciam no município de origem, por afinidades ideológicas, religiosas, ou de etnia (caboclos, italianos, alemães).

Nas reuniões, os trabalhadores discutiam os problemas gerais do acampamento. As comissões de trabalho estavam incumbidas de buscar alternativas para solucionar os problemas específicos de saúde, alimentação ou de disciplina interna. A equipe de negociação buscava soluções fora do acampamento, em reuniões e audiências com autoridades, organizações de apoio, e na sociedade regional.

Criaram a equipe de animação, que anos mais tarde, o Movimento passou a denominar equipe de mística. A função da equipe de animação era organizar as assembléias no final do dia em frente à cruz. Organizar as celebrações, cantos, poesias, manter o povo animado para a luta. Uma forma de buscar na espiritualidade uma guarida para seus problemas.

1.5 Uma terra para ocupar! Da Encruzilhada para a Fazenda Annoni

Na madrugada do dia 29 de outubro de 1985, aproximadamente sete mil pessoas, oriundas de 33 municípios, ocuparam a Fazenda Annoni, conforme relembra com emoção José da Silva, assentado, mas que esteve desde o início desta ocupação.

“Isso aconteceu foi de madrugada, que foi cortada uma das cerca do latifúndio, que foi por onde a gente entrou, foi uma coisa assim que você não vai esquecer nunca mais, nunca mais, que a gente não vai tirar da memória, aquele povo chegando...”
(ENTREVISTA)⁹¹.

Este fato ocorreu após seis anos da expulsão das famílias da reserva indígena dos Kaingang em Nonoai, sem que os governantes encontrassem

⁹¹ ENTREVISTA. José da Silva, 45, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004.

uma solução para a questão. No cenário político nacional, Tancredo Neves, do MDB, fora eleito o primeiro Presidente civil após 21 anos de Ditadura Militar. Antes de tomar posse, ele visitou o Sul do Brasil. Esteve em Porto Alegre, onde uma comissão de acampados conseguiu uma rápida audiência, entregando-lhe suas reivindicações. O MST havia sido criado um ano antes, em 1984, em Curitiba – PR, num congresso que reuniu 1.500 lideranças, representando quinze Estados do Brasil. A ocupação da Annoni foi a primeira grande ação organizada pelo Movimento.

Passados trinta dias sem respostas concretas, no dia 5 de dezembro de 1985, as famílias decidem, por conta própria, realizar a “Lavração da Annoni”. Organizaram-se em grupos e, com o apoio da sociedade, realizaram um grande mutirão para arar a terra improdutiva. Este fato teve grande repercussão, gerando muita discussão sobre sua legalidade, mas também serviu para denunciar à sociedade a improdutividade da fazenda demonstrando a vontade dos agricultores de trabalhar a terra e dela retirar o sustento de sua família.

Este episódio me faz lembrar Thompson (1975), em *Senhores e Caçadores*⁹², quando analisa como a Lei Negra, criada em 1723, foi usada para reprimir as ações de trabalhadores que usavam as florestas para caçar como uma forma de subsistência. Tais ações apenas reivindicavam usos costumeiros, consolidados em décadas ou séculos de história que transpunham as fronteiras dos parques e florestas da Coroa Inglesa. Era da

⁹² “Para compreender a origem da Lei Negra, Thompson procura reconstituir historicamente o modo de vida dos camponeses no espaço florestal inglês, considerando principalmente o costume de usos de bens naturais que eram, até então, de livre acesso aos moradores daquelas regiões. Por outro lado, Thompson destaca a conjuntura dos anos 1720, na Inglaterra, como um momento de ascendência da gentry Whig enquanto grande proprietária e ocupante dos principais e mais rendosos cargos político-administrativos, o setor social dominante responsável direto pela aprovação da Lei Negra. Esta Lei gerou um conflito com conseqüências profundas entre os florestanos ingleses e os grandes proprietários de terras ao tornar crime práticas econômicas que representavam mesmo a sobrevivência de famílias inteiras que dependiam dos produtos das florestas” E.P.THOMPSON. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. apud CANDIDO, T. 2001. In: **Fazendo justiça - E.. P. Thompson, o crime e o direito.** MNEME - REVISTA DE HUMANIDADES - ISSN 1518-3394 UFRN - CERES

floresta que eles retiravam cervos, galhos, lenha, peixes e diversos outros produtos silvestres para alimentar suas famílias. A Lei Negra foi uma forma de proibir e impedir o extrativismo, prática já consolidada no cotidiano destes trabalhadores rurais.

O objetivo dos trabalhadores Sem Terra também teve este sentido com a lavração da Annoni, retiravam da terra o sustento familiar, mesmo que o ato aos olhos da lei fosse ilegal. Eles estavam cientes de estarem em uma propriedade alheia e já haviam cometido outra “ilegalidade”, que foi ocupar a terra. Mas era preciso trabalhar, pois o tempo passava e as respostas não chegavam.

À medida que os dias e meses se passavam, os trabalhadores foram percebendo que, em função da má vontade e da burocracia do Poder Público, o processo de desapropriação das terras seria moroso. Faltava muito para estabelecerem o assentamento definitivo.

A decisão dos trabalhadores foi agir, ocupando no dia 27 de fevereiro de 1986, a sede do INCRA⁹³, em Porto Alegre. Chegaram com 250 pessoas e lá permaneceram por mais de trinta dias. Depois de muitas negociações, firmou-se um acordo entre com os “acampados da Annoni” e do INCRA. Prometeram desapropriar 16 mil hectares em quinze dias e 32 mil em sessenta dias. Com este acordo, os trabalhadores desocuparam o prédio.

Mas o acordo não foi cumprido. Novamente no dia primeiro de maio de 1986, as famílias decidem realizar nova ocupação do INCRA. Passados quase trinta dias o acordo novamente não foi cumprido. A postura das autoridades em relação ao problema foi ficando cada vez mais evidente para os trabalhadores. Uma nova forma de luta foi organizada. No dia 27 de maio de 1986, os trabalhadores saem em caminhada de Sarandi até Porto Alegre. Realizam um percurso de 450 km com 250 pessoas, para exigir das autoridades na Capital

⁹³ INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Criado em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110, resultado da fusão do Ibra com o Inda. A ocupação ocorreu na Superintendência do INCRA em Porto Alegre (RS) em 27 de fevereiro de 1986.

Gaúcha o cumprimento do acordo com o INCRA e o imediato assentamento das famílias acampadas na Fazenda Annoni, como relembra Sr. José, assentado no dia 29 de outubro:

*“A caminhada, que a gente fez da Fazenda Annoni para Porto Alegre, **uma caminhada para conquistar nossa terra e foram 28 dias** de caminhada e quando a gente chegou em Porto Alegre a gente se deparou com uma realidade frustrante, o Governo não tinha naquela época nenhum hectare de terra para ser desapropriada para assentamento. Eu participei da caminhada os 28 dias a pé daqui da Annoni até Porto Alegre e que a gente chegou lá e viu que o Governo daquela época de fato não tinha interesse na Reforma Agrária, nós éramos uma multidão, mais de 20 mil pessoas, e o Governo não nos ouviu.”* (ENTREVISTA)⁹⁴.

No percurso, ocorreram vários conflitos com a Brigada Militar e a Polícia Rodoviária, que tentaram impedir que a marcha prosseguisse. Mas os trabalhadores continuaram mesmo assim. A marcha deu origem ao filme “Terra para Rose”⁹⁵, da cineasta Tetê Moraes, que recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais. Esse filme tem como personagem principal uma mulher, Rose, acampada da Annoni.

Rose Celeste Nunes da Silva, ou Rose, como é chamada pelos companheiros, chegou grávida na ocupação da Annoni. Mesmo assim, seus companheiros relatam que ela sempre esteve disposta a assumir tarefas e a

⁹⁴ ENTREVISTA. José da Silva, 45, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004.

⁹⁵ O filme “Terra para Rose” lançado em 1989 pela cineasta Tetê Moraes foi realizado concomitantemente aos acontecimentos – em especial, à marcha de cerca de 450km dos trabalhadores rurais Sem Terra em direção a Porto Alegre e à morte de Roseli Nunes da Silva (em 1987). Tetê mostrou a primeira grande ocupação de uma terra improdutivo no Rio Grande do Sul. Rose e sua família participaram da ocupação da Fazenda Annoni, em 1985. Dois anos depois, numa colisão entre caminhões na estrada, três integrantes do MST morreram e vários ficaram feridos. Ela estava entre os mortos. O motorista do caminhão fugiu. A ocupação da fazenda foi um marco para a expansão do Movimento dos Sem Terra em todo o Brasil. Uma década depois, Tetê Moraes decidiu voltar à fazenda Annoni e mostrar a situação do assentamento e das famílias que participaram da invasão. Com narração de Lucélia Santos e música de Chico Buarque, o documentário apresenta o bem-sucedido modelo de administração em terras antes improdutivas e acompanha a trajetória de famílias que, por motivos pessoais ou divergências políticas, preferiram deixar a região. “Terra Para Rose” mostrava a luta. ‘O Sonho de Rose’ mostra o resultado desta luta”, diz a cineasta participante da mostra Première Brasil do Festival do Rio BR 2000. O documentário é uma espécie de continuação de “Terra Para Rose” (1989). Além dos trabalhadores rurais do Rio, vieram também do Rio Grande do Sul, especialmente para a sessão, o marido e dois dos filhos de Rose Nunes da Silva.

enfrentar a polícia. Dois dias depois de sua chegada, em primeiro de novembro, deu à luz a primeira criança nascida no acampamento. O nome dado à essa criança, Marcos Tiaraju⁹⁶, foi-lhe dado em homenagem à Sepé Tiarajú.

Ela desejava simplesmente um pedaço de chão para plantar, para garantir o sustento dos filhos e ali vê-los crescer, donos de seus destinos, sem ter de ficar de fazenda em fazenda como meeira, bóia fria ou posseira.

Rose virou personagem de filme quando a diretora de cinema Tetê de Moraes, 57 anos, a encontrou no meio das mil e quinhentas famílias do acampamento. Ela tornou-se um símbolo da luta pela Reforma Agrária ao morrer, no dia três de março de 1987, aos 26 anos. Rose estava numa manifestação de agricultores, que trancava uma rodovia próxima à fazenda Annoni, quando um caminhão em alta velocidade não aceitou a ordem da polícia de parar. Arremeteu-se sobre a multidão, atropelando-a junto com outros dois companheiros. O acidente provocou a criação de uma CPI na Assembléia Legislativa. O motorista alegou que o freio do caminhão falhou, mas muitos acreditam que o acidente foi proposital.

“O Sonho de Rose”, filmado 10 anos depois, em 1996, e finalizado em 2000, com a atuação dos próprios agricultores que lutavam pela terra na Fazenda Annoni, retoma a saga dessas famílias e narra a sua trajetória. Eles conseguiram transformar anos de luta, de acampamentos desconfortáveis, instalados em precários barracos de lona, em uma bem sucedida experiência de assentamento.

O filme retrata, através de entrevistas emocionadas, diálogos e imagens reveladoras da situação de luta das famílias e de sua nova vida no

⁹⁶ Marcos Tiarajú. Em abril de 2006, com 21 anos, foi indicado pelo MST-RS a ocupar uma vaga oferecida pelo Governo Cubano para cursar medicina em Cuba. Viajou com mais quatorze jovens de outros Estados articulados pelo Movimento. Na Escola Latino Americana de Medicina (ELAM) estudam 55 jovens filhos de Sem Terra. Onze se formaram em 2005 e retornaram para os assentamentos onde realizam trabalho no Setor de Saúde e aguardam o reconhecimento de seus diplomas por parte do Governo Brasileiro.

assentamento. Também demonstra os conflitos e fracassos que surgiram ao longo do caminho. Apresenta as conquistas e problemas internos, confronta a forma de produção individual à coletiva. Em especial focaliza a família de Rose.

Traumatizados com a tragédia, o viúvo e os três filhos mudaram-se para uma cidade vizinha ao acampamento da Fazenda Annoni, passando a viver distantes do sonho de Rose. Depois, migraram para a Grande Porto Alegre. O pai, trabalhando como pintor de paredes e a filha, como doméstica. O filme, amplamente divulgado, gerou muita reflexão e discussão dentro do MST, constatando-se o fato de os filhos de Rose terem ficado sem terra.

A direção do MST-RS decidiu procurar o viúvo de Rose, José Corrêa da Silva, e conseguiu junto ao INCRA um lote de terra para a família. Esta conquista concretizou-se pouco antes de finalizada a nova versão de “O Sonho de Rose” para o cinema. Após a primeira exibição pública do filme, em agosto de 2000, para uma emocionada platéia no Festival de Cinema de Gramado, o viúvo de Rose, sua nova companheira e seus filhos anunciavam que acabaram de receber um lote de terra num assentamento em Viamão, na periferia de Porto Alegre.

As mulheres são as protagonistas do filme. Relatam o cotidiano da luta pela terra. Por sua perseverança em vida e pela brutalidade de sua morte, Rose acabou dando nome ao documentário, “Terra para Rose”.

“Não tive dúvida. Pela primeira vez estava vendo uma cidade de umas 1.500 famílias, cerca de 3, 4 mil pessoas, muitas crianças, cachorro, periquito, papagaio, naquelas tendas de lona espalhadas numa extensão enorme, e fui conversando com aquela gente, super pacífica e absolutamente organizada. Vi que a presença das mulheres era forte. Havia grupo de higiene, grupo de educação, grupo de limpeza, setores diversos. E pensei: é aqui, essa é a história que ninguém conhece que quero contar.” (Tetê Moraes no lançamento do documentário, em 1987).

O fato é revivido na memória do Sr. Ivo, também assentado no 29 de outubro, quando pergunto sobre o que mais lhe marcou na luta pela terra:

*“Dessa aqui (aponta o cartaz da Rose pendurado na parede de sua casa no assentamento)... **jamais vai se apagar**. Deus nos livre, que tá loco a gente perdeu, a gente perdeu vários companheiros por uma causa, jamais se apaga na vida da gente.” (ENTREVISTA)⁹⁷*

A marcha chegou a Porto Alegre no dia 23 de junho de 1986. Entretanto, nada foi providenciado pelo Governo Estadual ou pelo INCRA. Os trabalhadores então decidiram permanecer na Capital e ocupar a Assembléia Legislativa do Estado, acampando no plenário dos deputados por 45 dias. No período em que ocuparam a Assembléia Legislativa (RS), Rose e uma companheira eram as responsáveis pela alimentação do grupo.

Os trabalhadores dormiam no plenário, cozinhavam, cuidavam das crianças, transformando o local em espaço de vida e de luta. As 250 pessoas acompanhavam as atividades diárias da Casa, ao mesmo tempo importunando e sendo importunados pelos parlamentares. Os trabalhadores buscaram uma nova forma de dar visibilidade ao problema, que não se resolvia. Na capital, buscavam apoio de outras organizações de trabalhadores, sindicatos, igrejas e de alguns poucos parlamentares que se solidarizavam com a luta, como rememora José da Silva:

*“... **O protesto que a gente fez na Praça (da Matriz em Porto Alegre), deitamos, depois ocupamos a Assembléia Legislativa** fizemos todo aquele movimento, ficamos 45 dias morando lá dentro da Assembléia, e o problema não foi resolvido, e decidimos de lá voltar para Fazenda Annoni para achar outras estratégias, outras alternativas.” (ENTREVISTA)⁹⁸*

Como esta ação também não resolvesse o problema, trinta e um trabalhadores e mais alguns religiosos entram em jejum por cinco dias. Ainda assim, o problema se arrastava sem solução. No dia 23 de julho do mesmo ano, realizou-se a “Caminhada das Crianças” acampadas na Assembléia

⁹⁷ ENTREVISTA. José da Silva, 45, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

⁹⁸ ENTREVISTA. José da Silva, 45, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004.

Legislativa. No dia 24 de setembro de 1986, as 250 pessoas que realizaram a marcha regressam ao acampamento da Fazenda Annoni, ainda de mãos vazias.

Finalmente a terra fora conquistada. Em 01 de outubro de 1986, a Fazenda Annoni foi desapropriada e o INCRA iniciou o processo de assentamento de 450 famílias. As demais⁹⁹ foram sendo deslocadas morosamente para outras regiões do Rio Grande do Sul. Lutas e conquistas, derrotas e vitórias, frustrações e esperanças, participação ativa na resistência e muitas negociações foram necessárias para a conquista da terra tão desejada e prometida. Decorrido um longo período, desde o Acampamento da Encruzilhada Natalino (1980) à ocupação da Fazenda Annoni (1985), deu-se finalmente sua desapropriação.

Este processo de luta propiciou aos trabalhadores a experiência de enfrentar novas situações, desafios, compreendendo melhor o funcionamento da sociedade. Enfrentando os poderes públicos, desafiando as leis, resistindo às ações violentas da polícia, eles participam de uma luta coletiva, onde os problemas precisam ser debatidos de forma organizada, a partir dos núcleos de famílias. Convivendo com pessoas vindas de diferentes lugares, com diferentes costumes, mas com a mesma história de opressão, compartilham seu sonho, sua busca por um pedaço de chão para plantar e viver com a família. Esta experiência coletiva modifica a maneira de encarar os problemas e o mundo que os rodeiam. A luta empreendida transforma-se em uma nova realidade social. As difíceis condições de vida, a preocupação com a alimentação, com a água, enfim, todas as dificuldades e necessidades passam a ser pensadas e resolvidas conjuntamente. Esses trabalhadores reelaboraram e reconstruíram novos valores e significados em relação à própria vida. A solidariedade, a partilha, o companheirismo, a ajuda mútua, a participação em reuniões e assembléias, passaram a fazer parte do cotidiano.

⁹⁹ Das 1.500 famílias que ocuparam a Fazenda Annoni no dia 29 de outubro de 1985, 450 foram assentadas na própria Fazenda Annoni, e as demais foram assentadas em: 30/10/1986 Fazenda S. Pedro (Município de Guaíba); em 25/02/1987, Fazenda Santa Rita (Município Santiago); Fazenda Bela Vista (Município de Tupã) em 16/03/1987.

No acampamento, os trabalhadores precisam somar esforços, superar divergências internas, para se tornarem mais coesos e unidos contra o inimigo maior - o latifundiário. Os desafios se ampliam além da luta pela sobrevivência familiar. Agora, é preciso assumir uma luta coletiva, unir-se a seus iguais. Assumir a nova identidade coletiva: Sem Terra significa empreender uma luta mais ampla, com a convicção de poder melhorar a sociedade em que vivem.

A partir da luta social, das marchas, caminhadas e negociações, os trabalhadores passaram a adquirir também uma consciência coletiva. Ouvindo o discurso das lideranças e também aprendendo por conta própria que a união e a organização os tornam mais fortes, mais visíveis, descobrem que agora constituem uma força política. A mídia fala deles, antes esquecidos em seus roçados, nas terras que não lhes pertenciam. Agora, mesmo continuando sem terra, têm esperança de um dia conquistá-la. Os trabalhadores sonham com a terra e com uma nova vida.

Impelidos pela organização do acampamento a ultrapassar os limites do meu, da família e da vida privada, criam expectativas, mas ao mesmo tempo, apreensão e desconforto, pois mesmo com os reveses da sujeição a que eram submetidos em terras alheias, estavam acostumados, pelo menos na vida privada, a decidirem por si próprios. No acampamento, precisam partilhar os seus problemas com outros. Todo esse enfrentamento acabou por servir de veículo rumo a um novo jeito de viver.

Agora percebem que a luta deve ser coletiva e que a solução do seu problema imediato - a terra - só vai ser atingida de maneira conjunta:

“Quando cheguei no acampamento eu pensava em conseguir uma terra pra mim durante o acampamento, deu pra perceber que não existe só a família da gente, que existem milhares e milhares de famílias na mesma situação.” (ENTREVISTA)¹⁰⁰

¹⁰⁰ ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

Esta experiência altera o imaginário social e individual, possibilitando a ressignificação de sua própria luta.

“... constroem na sua luta um saber que é social, e que se constitui a partir do enfrentamento da luta pela terra, visto que cada etapa do processo de ocupação é permeada por novos desafios que exigem a criação e recriação de novas soluções pensadas e assumidas coletivamente, de acordo com a conjuntura mais ampla que vivenciam. Neste processo o campo do imaginário social também se altera.” (GOHN, 1997, p. 155)

As lideranças e organizações de apoio da época realizaram diversos cursos de formação, mostrando como funciona o Estado, o Governo e as demais instituições públicas. Demonstrando quem está do lado do povo e quem está contra a Reforma Agrária, estabeleceram diferenças entre “nós” e “eles”.

Ao ingressarem na luta pela terra de forma organizada, num movimento social, criaram um novo espaço pedagógico e de aprendizagem. Conforme Caldart (1996), um espaço de conhecimento e construção de cidadania, onde se constrói uma nova cultura. Para a autora, as ações realizadas pelo Movimento propiciam a produção de novos saberes, constituídos nas situações de embate vivenciadas pelas pessoas em seu cotidiano. Reconstroem-se como sujeitos sociais, portadores de uma identidade cultural criada pela participação na luta pela terra.

“Passar da condição de um trabalhador do campo que não tem terra para a condição de “agricultor sem terra”, não é apenas uma mudança de nome; representa a construção de uma identidade nova, ao mesmo tempo que recuperação de uma identidade que vem sendo perdida, a de agricultor mesmo. Nova no sentido de não fazer ainda parte de seu universo de consciência e de ser uma identidade grupal, coletiva e não apenas individual.” (CALDART:1987, p.76)

Suas práticas sociais e concepções são reelaboradas em função das novas condições que o espaço de vivência, o fazer social, as relações sociais cotidianas propiciam, instituindo significados importantes na construção de suas identidades sociais e individuais.

No próximo capítulo, amplo e aprofundo a discussão sobre a reconstrução histórica das identidades partindo das histórias de vida das pessoas que vivem no Assentamento 29 de Outubro.

Capítulo II:

Identidade coletiva: uma reconstrução histórica

“... a narrativa não está interessada em transmitir o “puro em-si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-lo dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.” (BENJAMIN: 1986, p. 205)

A discussão deste capítulo tem como enfoque principal a reconstrução das identidades dos Trabalhadores Sem Terra, objeto desta pesquisa. O suporte teórico-epistemológico está relacionado principalmente aos autores Stuart Hall, Hommi Bhabha e E.P. Thompson, mais ligados aos estudos culturais.

A partir das entrevistas e das fontes escritas, analiso como os trabalhadores assentados reconstróem suas identidades como expressões culturais socialmente construídas e, por isso mesmo, múltiplas, sociais, coletivas, individuais. Identidades políticas, cidadãos, de resistência, locais e globais ao mesmo tempo. Identidades masculinas e femininas. Identifico a atribuição de valores, simbologias e significados. Os códigos sociais são compartilhados coletivamente e disputados no cotidiano do assentamento. Eles estão presentes nas relações de gênero, no processo de organização, reforçando o sentimento de identidade.

A identidade fornece a coesão social e articula a percepção sobre o mundo em que as pessoas vivem. Isto significa que a identidade é sempre uma

reconstrução num espaço social onde as intenções, desejos e necessidades de um grupo ou indivíduo se relacionam. Seja pelo próprio olhar que constrói uma imagem própria ou o olhar dos outros, o que faz com que a identidade seja também uma condição atribuída tanto pelo julgamento interno quanto pelo externo.

Neste sentido, a identidade é sempre relacional: para a existência de um "nós" ou de um "eu" identitário, é preciso o contraponto de uma alteridade, a dos "outros" (PESAVENTO, 2003). Os assentados criam esta situação de diferenciação com o seu entorno, tendo em vista que suas terras têm como fronteiras muitos latifundiários. Portanto, a diferenciação ocorre tanto dentro do próprio grupo social, onde um indivíduo se diferencia do outro, e ao mesmo tempo o grupo se diferencia de outros grupos da sociedade na qual está inserido. A identidade é sempre relacional porque o sujeito singular depende do outro para se reconstruir. É na experiência cotidiana permeada por relações sociais que vão se estabelecendo fronteiras, os *entre-lugares* e os limites entre as identidades (BHABHA, 2001).

2.1 Identidades coletivas e individuais

Em 1986, foram assentadas 70 famílias no Assentamento 29 de Outubro. Destas, 28 decidiram-se por morar em lotes individuais e 42, no sistema coletivo. As quarenta e duas famílias criaram uma associação de produção e serviços e quatro anos mais tarde (1990) fundaram uma cooperativa, a COOPTAR¹⁰¹, onde, inicialmente, o processo produtivo e de organização social eram totalmente coletivos.

As próprias famílias decidiam o que plantar, quais tipos de produtos beneficiar, a forma de gestão, como distribuir as sobras e os resultados da produção. A criação da associação e da cooperativa recebeu orientação e acompanhamento da Comissão Nacional dos Assentados. Em 1989, o MST

¹⁰¹ COOPTAR, Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata oficialmente em 1990.

cria o Setor Nacional de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, que deu seqüência ao acompanhamento, influenciando sua organização.

A maior parte das terras permaneceu no sistema coletivo de produção. Os assentados organizaram suas moradias em forma de agrovila, morando todos muito próximos, com uma pequena área particular, onde cada família construiu sua casa, um pequeno pomar ou horta.

Discutiram a organização da escola a partir das orientações do Setor de Educação do MST, que estava iniciando o debate sobre *a escola que queremos*, com um tipo de pedagogia que vincula luta e conhecimento, incorporando a luta pela terra como parte do currículo escolar. O tempo de produção foi respeitado no calendário da escola, preocupada com a qualidade do ensino e vinculada à vida no campo. Foi uma discussão prolongada e de muitos desentendimentos com os órgãos oficiais de educação do Estado e Município.

As famílias que decidiram manter-se na agrovila organizaram uma ciranda infantil (creche) para as crianças de zero a seis anos, permitindo que as mães pudessem se integrar em outras atividades de produção no assentamento, não ficando exclusivamente vinculadas ao trabalho doméstico.

Os assentados discutiram de forma conjunta também a organização do trabalho doméstico, que deveria ser dividido entre homens e mulheres. Criaram um restaurante comunitário, com revezamento das tarefas. O sistema de produção foi implantado a partir de um estudo de mercado, tendo em vista a região do entorno do assentamento, a viabilidade econômica dos produtos agrícolas e a renda necessária para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Cada pessoa do grupo escolheu uma atividade de trabalho específica dentro do assentamento, de acordo com as necessidades, perfil e experiência de cada um. Formaram-se os núcleos de produção ou serviços: como cuidar do restaurante comunitário, o acompanhamento da escola pública, a produção de leite, a lavoura de arroz, a lavoura de soja, o maquinário, a criação de animais,

os serviços de escritório da cooperativa, a produção de frutas e horta, entre outros. Formaram núcleos de produção coletivos¹⁰², liderados por um coordenador, sendo que todos os trabalhadores têm carga horária, normas e regras estabelecidas coletivamente.

Em julho de 2004, das 42 famílias que decidiram trabalhar em conjunto, apenas 13 continuavam vinculados à cooperativa. Nas entrevistas com os assentados que decidiram se retirar do processo de produção conjunta, apareceram afirmações, tais como:

*“Eu pra mim não largo o individual pra trabalhar na cooperativa. **Eu não sirvo pra ser mandado**, eu sou branco e franco, não sirvo pra ser mandado. Porque aquilo tem que ser mandado.”* (ENTREVISTA)¹⁰³.

No sistema coletivo de produção, não cabe mais ao indivíduo decidir por si só seu horário de trabalho, onde e quando trabalhar ou o que produzir. O sistema de produção coletivo exige disciplina quanto aos horários, planejamento, organização e controle. É uma experiência nova para muitos, pois vários dos assentados entrevistados nunca haviam trabalho em conjunto, dificultando a assimilação e aceitação desta forma de organizar a produção. Na percepção do Sr. Nilo Hartz:

“E, eu perco a liberdade, ali não tem liberdade. Tem a Cooptar que começou com 42 e hoje está virado em 12 ou 13 famílias. Das 500 famílias do assentamento, não deve dar 5% das famílias.” (ENTREVISTA)¹⁰⁴.

Estas concepções do Movimento indicam que ele está vinculado a um paradigma socialista, que em certos momentos diverge dos anseios diretos dos assentados ansiosos por ter sua propriedade particular. Em razão dessa

¹⁰² Coletivo é entendido pelo MST como a forma de cooperação mais simples. Não precisa de Estatuto, organizam-se comissões, confeccionam o regimento interno e o plano de produção (GOERGEN & STÉDILLE, 1991 e MST, 1993)

¹⁰³ ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

¹⁰⁴ ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

percepção, as formas organizativas de produção foram sendo flexibilizadas no Movimento, permitindo que elas possam ser coletivas, semi-coletivas, associações, cooperativas ou produção individual e familiar. Todavia, o Movimento continua fomentando e incentivando que em algum momento do processo de produção parte dele possa ser coletivo.

Estas experiências de trabalho coletivo se constituem em: *“um exercício permanente de construção de parâmetros sociais e humanos que orientam cada ação na direção do futuro”* (CALDART, 2000:212). Os parâmetros são construídos a partir da estrutura organizativa, o núcleo, a associação, a cooperativa, o fazer conjunto. Nestas práticas, a referência mais forte é o coletivo, não o indivíduo. Mas *“ao mesmo tempo as pessoas têm na organização um lugar de destaque”*, pois são o centro e o motivo principal de sua existência. Ainda assim é percebida por alguns com certa obrigatoriedade:

“Olha a cooperativa, os coletivos é bom, pra buscar recursos, colocar benfeitoria nos lotes, recolher o lixo, tem a prefeitura, então é como uma empresa...”(ENTREVISTA)¹⁰⁵.

E também revelam os problemas internos e as dificuldades de manter o grupo coeso e unido. As entrevistas demonstraram que os assentados têm diferentes concepções sobre o sistema coletivo, conforme afirmam Tereza Barbosa e Ivo Silva:

“Daí a gente mais ou menos encaixou assim as idéia da pessoa assim de se um gostava de fazer o grupo, de continuar no grupo. Daí se juntou aquele grupinho, daí uns ficaram meio de lado assim, que não queriam, daí quando eles viram a discussão, daí uns já foram se ajuntando, ficou uns meio pra lá e outros pra cá.” (ENTREVISTA)¹⁰⁶

“Nós tinha um grupo sabe que trabalhava no coletivo, nós tinha porco, nós tinha vaca, só que nós, homem do céu, nós sentava pra discutir planejamento, quando chegava no outro dia, ou ali pra frente ninguém cumpria. E ai aquele que cuidava das vacas, vendia o leite e ficava com o dinheiro, aquele que cuidava do

¹⁰⁵ ENTREVISTA. Ivo da Silva, 46, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

¹⁰⁶ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

trator, já não queria trabalhar, chegou tirar as peças do trator pra vender, e foi indo até se terminar.” (ENTREVISTA)¹⁰⁷

“Porque tem pessoas que são meio individualista não tem muita experiência de grupo, mas depois nós trocando idéia pessoas da assessoria lá dentro e com outros companheiros com mais experiências as pessoas vão entender e com isso começou a encaixar no coletivo.” (ENTREVISTA)¹⁰⁸

A discussão sobre as formas de organização da produção, em assentamentos rurais do MST, teve início a partir de meados da década de 80. Foi o período em que houve um aumento significativo do número de assentamentos vinculados ao Movimento. Era necessário, além de ocupar e resistir, produzir. Trabalhar no sentido de viabilizá-los econômica e socialmente; bem como concretizar a idéia de que através da Reforma Agrária o assentado pode sobreviver da terra, produzindo em maior quantidade e com melhor qualidade.

No entanto, o avanço do capitalismo no campo e as políticas governamentais historicamente sempre priorizam as grandes propriedades e o agronegócio. A agricultura familiar e os assentamentos de Reforma Agrária ficam relegados a um segundo plano, ampliando as dificuldades de desenvolvimento, são fatores vinculados ao macro ambiente que não aprofundo neste trabalho.

De acordo com Darci Maschio e Antonio Pilati, dois dirigentes do assentamento, as dificuldades em organizar as famílias num trabalho coletivo estariam relacionadas ao forte componente individualista a que estão submetidos os camponeses, corroborando com minha argumentação de que a inexperiência, ou mesmo uma experiência anterior mal sucedida de práticas produtivas e sociais conjuntas, influenciam sobremaneira no posicionamento que tomam:

¹⁰⁷ ENTREVISTA. Ivo da Silva, 46, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

¹⁰⁸ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, Op.Cit.

“...só uma minoria aceitou morar próximo às agrovilas...”
(ENTREVISTA)¹⁰⁹

“ uma forma de produção que requer um esforço muito grande de superação do meu, do individual...” (ENTREVISTA)¹¹⁰

“Isto aqui está bem organizado, bem diferente do que era há 20 anos, quando entramos sem experiência. No primeiro ano, fizemos um lavourão, todos trabalhavam juntos. Mas o pessoal era meio chucro, cada um tinha o seu pedacinho de terra e não aceitava isso de associação.” (ENTREVISTA)¹¹¹

É o fazer conjunto, preconizado e desenvolvido pelo Movimento, que visa implantar uma nova forma de socialização das pessoas:

“Juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (...) até chegar ao ponto de ter a terra, capital e trabalho em conjunto.” (MST, 1997, p. 21)

No assentamento, este novo espaço social, novas relações são estabelecidas e vão criando um novo sujeito político. Mesmo submetidos às regras do sistema capitalista de produção e comercialização e, na necessidade de inserção no mercado, parte das pessoas carregam dentro de si um projeto de uma nova sociedade. Buscam alternativas de produção associativa como uma forma de resistência ao modelo macro-econômico, construindo novas relações de solidariedade:

“No coletivo é amizade se demos muito bem, barbaridade! E a gente se ajuda, se não tem semente, se ajuda o companheiro, ou ele arruma pra gente e assim vai...” (ENTREVISTA)¹¹²

“A grande lição que se pode tirar é a constatação de que as pessoas podem ser solidárias na diferença e que podem

¹⁰⁹ ENTREVISTA. Darci Maschio, 49, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, EX-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em julho de 2006.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ ENTREVISTA. Antonio Pilatti, 38, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em julho de 2004.

¹¹² ENTREVISTA. Ivo da Silva, 46, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

aprender a estabelecer parcerias bem sucedidas, mesmo que todos não façam tudo da mesma forma. A prática ensinou que o importante é o sentimento e a vivência da solidariedade.” (ENTREVISTA)¹¹³

Percebo, na entrevista com o Sr. Ivo da Silva, um dos que optou pelo trabalho familiar individual, que o sonho de possuir a terra, um direito que sempre lhe fora negado, agora se realizou. O sonho de ter seu próprio pomar, poder produzir e estocar alimentos, são os fatores que norteiam sua decisão pela produção individualizada. É para ele a garantia de uma melhor condição de vida:

“Eu acho assim, a minha família queria um lote, os filhos, nós queria ter um arvoredo, aquela coisa assim, um canavial, um pedaço de terra, pra plantar as miudezas, aquelas coisas que a gente colhe pra fazer um estoque no paiol pra passar o ano, tem aquela tradição dos pais, que os pais têm lá um estoque pra passar o ano.” (ENTREVISTA)¹¹⁴

Quando pergunto ao Sr. José da Silva, por que saiu do trabalho conjunto, da cooperativa, ele cita a falta de oportunidade para os jovens como fator principal da sua escolha. Este é realmente um problema muito grande no meio rural brasileiro. O outro fator diz respeito à forma de remuneração no sistema de trabalho coletivo:

“Eu saí do coletivo pelo fator do trabalho mesmo. Porque naquela época, não tava tendo uma discussão, não tinha uma visão maior sobre a mão de obra dos filhos naquela época. Então eu já tinha um filho que já estava crescendo e eu não conseguia ver ele como uma pessoa responsável trabalhando num determinado local, que nós não tinha esta preocupação naquela época.” (ENTREVISTA)¹¹⁵

“... e o outro fator da remuneração também, que a cooperativa na verdade eram cinco anos que a gente não conseguia fechar nenhum ano com um balanço positivo, estava

¹¹³ Reportagem realizada com a cineasta TETÊ MORAES, cineasta sobre as razões que a levou a realizar o filme *Terra para Rose nos assentamentos da Fazenda Annoni*. *Jornal Sem Terra*, mar. 2000.

¹¹⁴ ENTREVISTA. Ivo da Silva, 46, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

¹¹⁵ ENTREVISTA. José da Silva, 45, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004.

sempre em dificuldades. Mas hoje graças a Deus eles estão se recuperando também.” (ENTREVISTA)¹¹⁶

Encontrei, igualmente, no decorrer das entrevistas, um grupo muito coeso, que já havia desenvolvido uma experiência de vivência conjunta anterior ao assentamento. O embrião deste grupo surgiu no acampamento, quando as famílias se organizavam em núcleos. Foi quando um grupo de jovens solteiros também formou seu núcleo, chamado de “núcleo dos *Piás*” (guris, rapazes), e passaram a viver e conviver no mesmo barraco.

A partir desta experiência, criaram laços de companheirismo, de cumplicidade e de amizade que certamente contribuíram para a unidade do grupo no futuro assentamento. Eram os dirigentes mais jovens do acampamento e sonhavam com um modelo de produção socialista. Faziam parte da coordenação do acampamento, e depois se integraram nas articulações regionais, estaduais e nacionais do MST. Quando foram assentados no Assentamento 29 de Outubro, estes jovens mantiveram-se unidos na agrovila. Apesar de casados, formando família, continuam fazendo parte da cooperativa.

A hegemonia do fazer coletivo consolidou-se nos casais novos, oriundos do “grupo dos piás”, que continuam unidos até hoje. A maioria se tornou militante nacional do Movimento, realizando experiências de trabalho voluntário em vários estados onde atuam. Possuidores de uma visão mais articulada entre o local e o nacional, conquistaram uma participação mais efetiva nas instâncias de decisão do assentamento e do MST. E talvez tenham dado menos importância às questões do seu próprio cotidiano. O Sr. José da Silva, assentado, que se afastou da cooperativa, atribui um peso maior justamente a estes fatores, menos relevantes para aqueles engajados jovens:

“Lá no coletivo nesta época, só ficou casais novos, então toda a criançada estava crescendo naquela época, então tinha 4 ou 5

¹¹⁶ ENTREVISTA. José da Silva, Op.Cit..

guris maiores e a gente não conseguia encaixar eles, e não conseguia absorver a mão de obra que estava ociosa, então tu não conseguia vislumbrar um futuro maior para aquele momento, e isso desestimula qualquer pai, qualquer mãe, não consegue...” (ENTREVISTA)¹¹⁷

Cada pessoa ou família possui diferentes necessidades, que variam conforme a faixa etária, a visão sobre a educação dos filhos, as experiências de vida. Ou seja, os fatores que possibilitam a unidade e a coesão de um grupo vão muito além da questão econômica, da remuneração, da divisão das tarefas, produtividade ou horas trabalhadas.

Os fatores sócio-culturais também influenciam nas escolhas dos assentados, como afirma o Sr. José da Silva, pai de três filhos, enquanto esteve participando do trabalho coletivo, lembra que algumas prioridades pessoais e familiares foram ignoradas. Na opinião dele, elas eram fundamentais e precisavam ser discutidas e resolvidas pelo coletivo. Como exemplo, cita a busca de alternativas de trabalho para os jovens. O coletivo, a cooperativa, deveria ter considerado estes aspectos.

Outra preocupação dos assentados que deixaram o coletivo refere-se à tomada dos empréstimos, necessários aos investimentos na produção coletiva. As dívidas bancárias assustam o assentado, que não possui experiência anterior de relação bancária ou de gestão empresarial, dificultando sua compreensão do processo de organização econômica:

*“Eu não posso me queixar, mas só que a cooperativa, **perderam crédito do pessoal, administrada muito mal, e administrador mau**, só que nós avalizemos muitos créditos, foi muito dinheiro 5 mil e 600 reais cada um, e depois mais, quando ela tava meio feia, avalizemos de novo mais 5 mil reais, pro saneamento básico dela, e hoje deve tá caindo hipoteca. E nós não somos avalistas, nós somos devedores.”* (ENTREVISTA)¹¹⁸

¹¹⁷ ENTREVISTA. José da Silva, 45, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004.

¹¹⁸ ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

Interessante é observar que, apesar das críticas ao coletivo local e da opção de afastamento do processo de produção coletiva, eles mantêm vínculos muito fortes com outras atividades sociais e práticas coletivas do assentamento e do próprio MST:

“Eu faço parte da coordenação do assentamento, eu faço parte da coordenação da regional Sarandi e faço parte do Conselho da Cooperativa da Coanol. Além disso, também eu assumo a questão da pastoral, eu sou coordenador da pastoral da Paróquia de Pontão.” (ENTREVISTA)¹¹⁹

*“Sou sócio do banco da Crehnor (cooperativa de crédito), a Crehnor tá muito bem, administrada por acampado e assentado que nem nós. **E quando o Movimento faz lutas, eu vou.**” (ENTREVISTA)¹²⁰*

Quando pergunto sobre as vantagens do trabalho individual, um dos trabalhadores que se afastou da cooperativa e que não pretende mais retornar ao trabalho coletivo argumenta:

*“Eu não quero me gabar, **mas tenho uns cacozinho aqui dentro de casa**, eles também têm, mas todos eles perdem pra mim. E vão continuar perdendo (...) não repartem o capital. No sistema deles, o que entra ali, fica ali. Ele é distribuído, claro, não é um salário, é por dia ou por hora, não sei, ou por mês. Esse aí (faz sinal para o dinheiro), esse não falta, todos recebem. Só que o capital fica.” (ENTREVISTA)¹²¹*

Outros fatores que influenciam a permanência ou não em atividades coletivas, são os sentimentos e laços de confiança ou desconfiança que foram se construindo. São elementos da subjetividade, que vão além das questões econômicas e interagem neste processo:

“Mas eu tenho meu grupo ainda que nós mesmos formamos. É um grupo ecológico, nós temos um ônibus do grupo...Mas eu vejo assim, que pra fazer negócio assim pra frente o bom mesmo é o grupo, tu sabe, não adianta, como é que eu vou comprar um ônibus sozinho? Então o bom mesmo é o grupo, e

¹¹⁹ ENTREVISTA. José da Silva, 45, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 de julho de 2004.

¹²⁰ ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, Op.Cit.

¹²¹ ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

cada companheiro tem uma função, um vai na Caixa negociar um projeto...” (ENTREVISTA)¹²²

Conforme afirma Pollak (1992, p. 201), os acontecimentos vividos pessoalmente são os principais elementos constitutivos da memória. Nas entrevistas realizadas com o Sr. Ivo Silva, o Sr. Nilo Hartz e o Sr. José da Silva, que se retiraram da cooperativa, foram estes acontecimentos, vividos no coletivo, que influenciaram as suas formas de interpretação, que os fazem ter uma resistência e uma avaliação negativa dessa prática econômica.

Porém, quando se trata de participação social e outras práticas conjuntas, todos eles afirmam que continuam fazendo parte de algum tipo de atividade coletiva, seja na cooperativa regional, para comercializar os produtos ou como sócios da CREHNOR, que é a cooperativa de crédito. Ou ainda, no caso do Sr. Ivo Silva, da Pastoral da Igreja Católica, e da Direção Regional do MST. Entretanto, todos são enfáticos quando se trata da produção. Nenhum quer retornar ao modelo de produção coletiva adotado no assentamento. Os acontecimentos vividos por eles tiveram um forte impacto em suas decisões e na sua leitura da realidade.

Esta forma de organização, denominada de *cooperação agrícola*, segue alguns princípios propostos pelo Setor de Produção do Movimento. A gestão democrática é aquela onde todos os associados vinculam-se a uma empresa associativa, possuindo os mesmos direitos e deveres, entre eles o direito/dever de participar das decisões, do planejamento, do trabalho, da distribuição das sobras, enfim, de todos os momentos da vida da empresa. Conforme entrevista realizada com Francisco Dalchiavon, coordenador nacional do setor de produção do Movimento, a função de dirigir, de coordenar, seja um setor de trabalho ou um núcleo de base, deve ser exercida de forma participativa:

“Tudo que envolve a vida da cooperativa, deve estar vinculado à vida de cada sócio e à democracia interna. Se tudo ficar sob a responsabilidade da diretoria, a cooperativa terá limites de

¹²² ENTREVISTA. Ivo da Silva, 46, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

crescimento e o descontentamento estará sempre presente. É preciso distribuir as responsabilidades para que haja participação integral de todos os sócios.” (ENTREVISTA)¹²³

A concepção de uma gestão democrática tem também o significado da participação econômica, tanto no pagamento das quotas-partes quanto na distribuição das sobras da empresa social. Outro princípio é o da neutralidade: As associações e cooperativas devem envolver, além da vida econômica, a vida social e cultural de seus parceiros. No fazer conjunto, são incorporadas questões mais amplas do que a cooperação econômica. Na concepção dos dirigentes Irene Manfio e Darci Maschio, essa cooperação serve de espaço para a formação política e ideológica dos assentados:

“Todos têm direito a escolher o seu partido político, a sua religião e ter opções culturais diferentes, deve-se evitar que a ignorância prejudique tanto a vida individual quanto a coletiva.” (ENTREVISTA)¹²⁴

“Este tipo de decisão pessoal não deve impedir a experiência de cooperação. Nós achamos que o importante é entender que a sociedade se divide em classes sociais, onde uma domina a outra. O partido, a cultura, a raça, as questões de gênero, são levadas em conta. É preciso saber tolerar e procuramos eliminar de forma radical tudo o que está errado e atrapalha a vida da organização.” (ENTREVISTA)¹²⁵

Esta forma de organização cooperativa é vista pelo MST como mais uma ferramenta de luta, de resistência, de fixação das pessoas no assentamento. É imaginada como mais uma forma de luta contra o sistema capitalista. Por isso, existe o esforço de inserir a cooperação na formação político-ideológica de seus membros, no desenvolvimento da mística,

¹²³ ENTREVISTA. Francisco Dalchiavon, 50, casado, assentado em Santa Catarina - Dirigente Nacional da CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, entrevista realizada em julho de 2005.

¹²⁴ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

¹²⁵ ENTREVISTA. Darci Maschio, 49, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, EX-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em julho de 2006.

incentivando sua capacidade crítica e autocrítica e a continuidade da participação nas lutas gerais do Movimento.

As Associações, Cooperativas ou Empresas Sociais, como são denominados os empreendimentos econômicos e sociais dos assentamentos, são experiências que buscam a construção de novos valores e novas relações sociais. Têm como base a visão socialista do Movimento, embora conviva com as contradições oriundas da freqüente emergência de vários problemas. Por tudo isso, trata-se de um método que está ainda em pleno processo de construção.

“As sobras devem ser distribuídas aos associados de acordo com a participação de cada um. Porém, no início a proposta foi a distribuição igualitária. Funcionava assim: um grupo com 10 famílias colheu 1.000 sacas de milho, na distribuição cada família recebe 100 sacas, independentemente de quanto cada uma realmente trabalhou. Esta forma de distribuição trouxe inúmeros problemas para os grupos que a adotaram, resultando na extinção da ampla maioria deles.” (ENTREVISTA)¹²⁶

Os principais problemas relacionam-se à sua pequena capacidade produtiva, que em muitos momentos sequer supre as necessidades básicas de subsistência. Para Tereza Barbosa, a distribuição igualitária, independente da produtividade, provoca sentimentos de iniquidade e injustiça:

“Tem muita gente que assim é individualista, né, num pega junto no grupo, quando um trabalha o outro num quer trabalha coisa que aconteceu lá no Salto foi assim né, uns trabalhavam bastante outros num trabalhavam quase nada e daí foi aonde que não deu certo.” (ENTREVISTA)¹²⁷

Foi necessário mudar. Implantar novas formas de distribuição entre os trabalhadores. Os assentados decidiram adotar a distribuição das sobras com base nos dias trabalhados. Outros núcleos adotaram a remuneração pelas

¹²⁶ ENTREVISTA. Francisco Dalchiavon, 50, casado, assentado em Santa Catarina - Dirigente Nacional da CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, entrevista realizada em julho de 2005.

¹²⁷ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

horas trabalhadas. Nos dois sistemas, procurou-se recompensar as pessoas que trabalham mais tempo no sistema coletivo.

Os trabalhadores decidiram adotar um sistema de controle do tempo trabalhado, em que se registram os dias ou as horas de serviços dos associados. Ao final do ano, a distribuição das sobras é feita proporcionalmente às horas ou dias trabalhados. Esse mecanismo estimulou as pessoas a dedicarem o maior tempo possível de trabalho à cooperativa ou grupo coletivo, premiando os que mais se esforçaram. Com isso, a produção cresceu em muitos casos e as condições de vida dos assentados melhoraram visivelmente.

Segundo Stédile e Fernandes (1999), a cooperação agrícola foi um marco importante no desenvolvimento dos assentamentos vinculados ao Movimento:

“Naquele período de 1986 a 1990, o grande avanço que o Movimento obteve foi o desenvolvimento da teoria da cooperação agrícola, de compreendê-la como fundamental. Aprenderam também que as formas de aplicação da cooperação agrícola deveriam ser flexíveis. Pois era, e ainda continua sendo preciso levar em conta as condições objetivas e subjetivas da comunidade que vai aplicá-la. As condições objetivas são o nível de acumulação de capital existente, o tipo de produto que é possível produzir as condições naturais existentes no assentamento. [...] as condições subjetivas são o grau de consciência política e história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta para a conquista da terra.” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 101-102)

Tomar as decisões de forma participativa, em conjunto, dirigir coletivamente é outro princípio seguido. Nas cooperativas e associações, a direção política é superior à direção formal da cooperativa. A direção política é eleita e referendada pelas assembleias de forma participativa e democrática. Entretanto, nas entrevistas com os assentados, alguns demonstraram insatisfação em relação a este modelo de organização. Eles alegam que a cooperativa não lhes dá a liberdade que têm quando estão em seus lotes individuais e que a estrutura organizativa adotada cerceia sua liberdade. Argumentam não haver espaço para a juventude. De fato, muitos jovens deixaram o assentamento e foram procurar emprego na cidade.

O Movimento procura fazer com que todos os assentados, independente da forma de cooperação¹²⁸, procurem se organizar em núcleos de base. É um espaço para discutir os problemas do assentamento, a organização da produção, a luta dos trabalhadores e o avanço da cooperação. Cada assentado deve estar vinculado em algum núcleo, que não é percebido como uma estrutura formal. A principal razão é garantir a participação e a vinculação das pessoas ao Movimento.

Trata-se de uma metodologia implantada pela organização com o intuito de ampliar a participação dos assentados na vida do assentamento. Pelo núcleo deveriam passar todas as decisões, numa espécie de democracia participativa e de poder desde a base até a direção nacional. Nem todos, porém, concordam ou aceitam este tipo de organização.

A partir dos núcleos de base, analisam-se as demandas, elaboram-se propostas, tomam-se decisões relacionadas tanto ao cotidiano como à questões mais gerais, que são encaminhadas pelo Movimento ao assentamento. Serve também para eleger os representantes para a

¹²⁸ Principais formas de cooperação agrícola desenvolvidas pelo MST. Setor de Produção, 1999.

CARACTERÍSTICAS	GRUPO COLETIVO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
QUEM PARTICIPA	Vizinhos, parentes ou amigos. Geralmente só homens.	Famílias. Homens e às vezes também mulheres	Famílias. Homens, mulheres e jovens acima de 16 anos
Nº. DE SÓCIOS	Geralmente abaixo de 10 pessoas	Entre 20 e 400 conforme o tipo	Nº. mínimo exigido por lei: 20
FORMA DE PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES	Combinação verbal entre todos os membros do grupo	Assembléia	Assembléias. Conselhos dos Representantes dos setores.
PARA QUE SE JUNTAM	Geralmente para: * Compra de implementos * Venda de produtos * Construção de benfeitorias * Ajuda mútua no trabalho	Geralmente para: * Prestação de serviços de comércio e transporte, etc. * Encaminhamentos das reivindicações da comunidade	Para: * Organização coletiva da produção e comercialização * Criação de agroindústrias
USO DA TERRA	Geralmente individual	Individual e semi-coletivo	Semi-coletivo e coletivo
DIVISÃO DO TRABALHO	No máximo mutirões de ajuda mútua	Formas simples de divisão social do trabalho	Especialização do trabalho através dos setores de atividades
ESTATUTO E REGISTRO	* Não tem estatuto * Geralmente não tem regimento interno * Quando existem registros, os principais são os contratos assinados por todos	* Precisa de estatuto * Pode ter registro interno * Não pode ter bloco de notas fiscais	* Tem estatuto regulamentado pela lei Cooperativista * Deve ter registro interno * Pode ter bloco de produtor e notas fiscais * Deve ter registro oficial da contabilidade

coordenação do assentamento, para decidir quem participa dos cursos, atividades externas, e outras questões relacionadas à vida do assentamento e do próprio Movimento.

“A prática tem nos mostrado que os núcleos se organizam a partir de diferentes necessidades, sejam elas: econômicas, de prestação de serviços, de discussão política. Mas também tem que levar em conta as experiências de organização que já existem nos assentamentos, se não, não dá certo.”
(ENTREVISTA)¹²⁹.

Há uma forte indução, segundo Francisco Dalchiavom, por parte do Movimento, para que todos se organizem de forma associativa. Trabalham no sentido de conscientizar todos os assentados para ingressarem na cooperação agrícola, independente das formas de cooperação.

“O importante não é a forma, mas o ato de cooperar.”
(ENTREVISTA)¹³⁰

Massificar a cooperação entre os assentados representa também a garantia da organização de base dos trabalhadores e o vínculo que estes continuam mantendo com o Movimento. Outro objetivo, segundo Irene Manfio, é romper com o isolamento costumeiro dos trabalhadores em seus lotes individuais, distantes uns dos outros.

“Talvez aqui estaria um pouco a diferença. Na cooperativa quando você começa a educar os filhos neste sentimento aí, que é o coletivo, a cooperativa, a criança já nasce com esta idéia da vivência coletiva. Acho que aí está a diferença de quem está individual, isolado, em que as opções são poucas. Aqui não, você está 24 horas, exagerando um pouco, você está todo o dia, as crianças com quatro meses de idade começam ir para a ciranda, elas já não sabem viver uma longe da outra. Acho que este é o grande mérito do coletivo, que você estabelece relações

¹²⁹ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

¹³⁰ ENTREVISTA. Francisco Dalchiavom, 50, casado, assentado em Santa Catarina - Dirigente Nacional da CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, entrevista realizada em julho de 2005.

que no individual dificulta, se você for ver assim.”
(ENTREVISTA)¹³¹

Este fazer conjunto através da cooperação vem ocorrendo em situações como: a troca de dias de serviço; a produção individual comercializada em conjunto; o uso coletivo de máquinas e equipamentos, mantendo em separado a produção familiar. Outros ainda chegam a ter até linha de produção em comum, organizada em condomínios, associados a alguma cooperativa local ou mesmo regional (que envolve diversos assentamentos). As treze famílias associadas a Cooptar possuem um modelo mais intenso de coletivização. Todo o capital, os serviços, até mesmo a ciranda infantil são coletivos.

“Evidentemente que sonhamos que o ideal seria que cada assentamento pudesse instalar sua agroindústria, transformar seu produto, aumentar sua renda e melhorar mais rapidamente as condições de vida dos assentados. Mas isso não depende apenas da vontade da organização ou do MST, não é mesmo? Depende, de novo, da correlação de forças na sociedade e de nosso enfrentamento com as elites, com o governo, que controlam o mercado, o capital, as agroindústrias, a política agrícola.” (ENTREVISTA)¹³²

Em 1988, os assentados conseguiram seus primeiros créditos, oriundos do Programa Nacional de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Este crédito especial perfazia um valor aproximado de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) por família. As famílias associadas à COOPTAR decidiram que os recursos, ao invés de serem utilizados por núcleo familiar, seriam utilizados a partir do planejamento realizado pelo grupo, baseados em estudos de mercado que identificaram os produtos e serviços que agregavam maior valor econômico. O objetivo era gerar renda e melhorar a qualidade de vida dos assentados.

¹³¹ Entrevista. Irene Manfio, Op.Cit.

¹³² ENTREVISTA. João Pedro Stédile, 53, casado, economista, Dirigente Nacional do MST, residente em São Paulo - SP, entrevista realizada em julho de 2006.

Com estes recursos, realizaram os investimentos iniciais em equipamentos, ferramentas agrícolas, armazéns de grão, galpões para os maquinários, entre outros investimentos diretos na produção, como sementes e adubos. O financiamento foi feito de forma que todos assumiram uma responsabilidade solidária em relação ao seu pagamento. Todas as 42 famílias tornaram-se responsáveis, respondendo conjuntamente pela dívida bancária.

Os assentados conseguiram um índice de produtividade acima da média da região e continuaram desenvolvendo o sistema coletivo de produção¹³³. Conquistaram um bom nível de vida. Cada família construiu sua casa, algumas de alvenaria, outras de madeira. E continuaram reivindicando melhorias para o assentamento, como energia elétrica, estradas e escola, junto aos órgãos públicos municipais e estaduais.

Um estudo realizado pela Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul (COCEARGS), em 1997, demonstrou sua evolução produtiva e desenvolvimento social antes e depois da desapropriação da Fazenda Annoni, onde está situado o Assentamento 29 de Outubro, demonstrando o dinamismo dos assentados. (Cf. Tabela I – Anexo I p. 332)

Porém este dinamismo produtivo e a melhoria na qualidade de vida também foram afetados por alguns fatores externos, típicos da conjuntura vivida nos anos de 1992 a 2000, posto que os sucessivos Governos continuaram priorizando o modelo dominante de agricultura voltado à exportação, ao agro-negócio, com a conseqüente redução dos preços dos produtos agrícolas da agricultura familiar e os produtos do mercado interno, resultando em grande prejuízo financeiro para os pequenos agricultores, entre eles, os assentados.

Os fatores internos mais relacionados ao objeto deste estudo serão trabalhados com maior profundidade a seguir. Estão relacionados às

¹³³ COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul (1997, p. 17).

dificuldades de absorção da mão de obra do assentamento, especialmente dos jovens; às dívidas assumidas coletivamente; à falta de experiências anteriores de vida econômica coletiva; à diferença de opiniões e visões sobre os investimentos, trabalho e remuneração do coletivo; ao individualismo, entre outros fatores relatados pelos assentados.

A proposta do Movimento, tendo como base os documentos escritos analisados, é buscar a superação do modo tradicional de produção camponesa. O trabalho individual e exclusivamente familiar, muitas vezes, é percebido como um obstáculo para o desenvolvimento das ações coletivas nos assentamentos, pois há um entendimento que estas são formas conservadoras de produção, denominada “produção artesanal”, praticada em unidades familiares individuais. A manutenção individualizada dos lotes, sem nenhum processo coletivo, pode levar novamente o camponês à situação anterior de exclusão social, além de dificultar, ou mesmo impossibilitar, a transformação do sujeito isolado, individual em um sujeito coletivo.

“Nós temos um caso quando uma família estava pensando em sair do coletivo e o filho de oito anos disse: “sim pai e mãe vocês querem que vá viver que nem bicho lá no mato sozinho”. Bom isso deu um choque nos pais e eles recuaram imediatamente. Então esta relação, a convivência, eu acho que ela e aí sim e até nem seria o trabalho, mas o ser enquanto o ser social, enquanto sujeito.” (ENTREVISTA)¹³⁴

A cooperação é vista pelo Movimento como uma forma de superação desta lógica. Não somente porque possibilitaria a viabilização econômica desses agricultores e a “*transformação de suas formas de consciência*”, mas também porque permitiria a própria reprodução do Movimento enquanto organização, tanto através da contribuição econômica quanto da “*liberação*” de lideranças para desempenharem funções como militantes em suas instâncias orgânicas, setores, comissões estaduais e nacionais, direções das centrais cooperativas, entre outras.

¹³⁴ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

A tentativa do Movimento é buscar “elevar o grau de consciência” ou “alterar a mentalidade camponesa”, o que reduziria a resistência dos assentados às práticas coletivas. Os cursos de formação técnica e política para os assentados e acampados são realizados com esta intenção. Entretanto, os cursos, somente, não são capazes de mudar mentalidades ou consciências. A experiência, segundo Thompson (1987), é que possibilita ao sujeito transformar-se, sentir-se parte, mudar sua prática individualista. São as relações sociais, estabelecidas coletivamente na convivência, que fazem diferença na construção de um ser social:

*“É fundamental e aí sim faz a diferença, são as relações que tu estabelece. Se tu mora sozinho lá no canto, bom tu vai de lá às vezes enquanto conversar com o vizinho. Aqui no **coletivo** não, você está diariamente em contato, você estabelece relações mais complexas, e é mais complexa a relação, mas eu acho que aí que eu viria a diferença, e também no dia a dia, tu acaba cooperando muito mais.” (ENTREVISTA)¹³⁵*

Pude perceber pelas entrevistas que existe ainda muita resistência por parte de algumas famílias às formas coletivas de trabalho e de produção propostas pelo Movimento. O fazer conjunto e a vida coletiva no acampamento, embora sejam considerados importantes, também não se bastam, não são experiências suficientes para manter a organização coletiva no processo produtivo. É necessária uma vivência mais intensiva para que os assentados se organizem e lutem coletivamente. O sentimento de pertencimento ao Movimento é mais forte neste sentido. Faz com que se sintam comprometidos com o assentamento, mesmo que, ainda, se mantenham as divergências em relação à cooperação, estas devem ser entendidas como componentes do processo e não como “defeitos” ou “desvios”.

O desejo de ser o dono do seu próprio destino, imaginado desde o acampamento, e a necessidade de autonomia, tornam-se mais prementes,

¹³⁵ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

emergindo-se as dualidades entre os que trabalham de forma individual e os que trabalham de forma coletiva.

O grupo de produção coletiva do Assentamento 29 de Outubro teve início com a experiência da lavoura extensiva, mas o foco nesta atividade produtiva demonstrou-se inviável. Tornou-se necessário diversificar a produção, incluir agroindústria, extinguir o sistema tradicional de horticultura, dando lugar à horta ecológica para consumo próprio. Em 2004, ainda existia o plantio de soja e milho, mas já deixara de ser o foco principal. O assentamento possui uma infra-estrutura bem consolidada, com caminhões, máquinas e equipamentos, além de um frigorífico.

Os assentados industrializam produtos como salame italiano, lingüiça de carne suína defumada, salsichão, banha, torresmo, carne de suíno e de gado, leite e derivados. Semanalmente, são produzidos em torno de 800 quilos de embutidos e cinco a seis toneladas de carne. A produção de leite chega a 30 mil litros por mês. Os produtos são comercializados em pequenos mercados dos municípios da região do Vale dos Sinos e Paranhana (municípios de Três Coroas, Igrejinha e Novo Hamburgo) e nas lojas da Reforma Agrária, em Porto Alegre, além da comercialização direta entre os assentados. O incremento na produção leiteira, de suínos e de embutidos gerou melhoria na renda e nas condições de vida das famílias.

Apesar de todos os assentados terem experimentado ações e práticas coletivas no acampamento, suas histórias de vida devem ser interpretadas considerando-se as experiências anteriores, ou seja, os costumes mais fortemente enraizados na forma de produzir e de se relacionar com a terra, já que esta passagem da produção familiar para a produção coletiva ocasiona uma ruptura de valores, uma mudança, tanto de concepções como de relações cotidianas, que vão sendo tecidas num processo lento e conflituoso.

Apesar da existência de dois modelos de produção, todos se denominam pertencentes ao MST. As duas formas, a meu ver, são partes inseparáveis deste processo de construção da identidade Sem Terra.

Gohn (2000) identifica diferentes conflitos culturais no interior das práticas cotidianas do MST. Há, por exemplo, um constante confronto de opiniões sobre o que deveria ser a práxis política do Movimento. Enquanto os dirigentes e lideranças tentam investir na construção de uma identidade cultural baseada no modelo cooperativo ou coletivo, a base na sua maioria fundamenta seu comportamento e as visões de mundo baseada também em suas histórias de vida e experiências anteriores onde o trabalho individual sempre foi hegemônico.

O desafio do Movimento ao organizar-se desta forma é criar espaços de organização social em que o coletivo possa se fortalecer como identidade social, e, ao mesmo tempo, que cada indivíduo possa ampliar sua participação e liberdade mantendo sua singularidade dentro dos coletivos, construindo-se como sujeito.

Não deixa de se assemelhar ao que Darcy Ribeiro chama de “*povo em fazimento*” impedido de sê-lo enfrenta a tarefa de reinventar o humano, sonhando com a constituição de um povo novo a partir das diferenças que se estabelecem entre eles, das especificidades e contradições políticas e sociais que os envolve. Portanto, as identidades não estão ligadas ao centralismo do indivíduo isolado, mas de um sujeito que se constrói num processo histórico e relacional. Neste sentido, a construção de uma identidade fixa, imutável e preexistente é improvável, o que constato na pesquisa são identidades fluidas e múltiplas em constante processo de reconstrução. Identidades entrelaçadas e tecidas pelas diversas atitudes, crenças e experiências.

As ações coletivas desenvolvidas pelos assentados criam uma rede de interdependência que os mantém vinculados. Elas formam o nexos que Norbert

Elias¹³⁶ (1994) define como *a configuração*, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e interdependentes. Estas formas do fazer conjunto, que vem desde a experiência do acampamento, continuando mais tarde no assentamento, transformam-se em aprendizagem social ou configurações.

Para Elias, a configuração enfatiza as ligações entre mudanças na organização estrutural do grupo social - do indivíduo para o coletivo -, na organização dos acampamentos, assentamentos, núcleos de base, comissões e nas mudanças estruturais de comportamento dos próprios indivíduos. A distinção social e os graus de controle que o coletivo impõe aos indivíduos fazem parte deste jogo de configurações e reconstrução de suas identidades.

O cotidiano destes homens e mulheres no assentamento, calcado na identificação e na diferença, permite o compartilhamento de um projeto coletivo ao mesmo tempo em que emerge dos indivíduos a necessidade de manter a sua singularidade, demonstrando que as identidades são múltiplas e não uniformes, não podem ser enquadradas numa única identidade coletiva.

2.2 Identidade Cidadã Construída na Luta Social

Outro aspecto importante da luta empreendida pelos trabalhadores assentados vinculados ao Movimento é a interpretação e análise da luta como processo de construção da cidadania.

Percebo a cidadania como um processo histórico em construção, que vai mais além do que a luta por um conjunto de direitos. Trata-se, na verdade,

¹³⁶ A configuração possibilita que se pense a relação entre controle de instintos e impulsos instintivos não a partir de metáforas espaciais como “dentro” e “fora”, “casca” e “cerne”, pois, tal como a natureza, o ser humano não tem núcleo ou casca. Tais metáforas não podem ser aplicadas à estrutura da personalidade, pois todo complexo de tensões – sentimentos e pensamentos, espontaneidade e comedido – consiste em atividades humanas. Deste modo, como alternativa aos habituais conceitos-substância “sentimento” e “razão”, Elias prefere o conceito de atividade que, além de ajudar a superar o monismo sociológico, possibilita livrar as investigações sociológicas de idéias preconcebidas que pensam a realidade a partir do que ela deve ser e não a partir do que é (ELIAS, 1994).

de um conjunto de ações que formam pessoas portadoras de direitos. Interpreto-a também como uma identidade cidadã construída a partir da luta, das representações e práticas que os Trabalhadores Rurais Sem Terra constroem no processo relacional entre si e com a sociedade. Neste sentido, ela apresenta uma dimensão política e ao mesmo tempo simbólica. Uma dimensão sócio-cultural que forma o imaginário social do grupo.

A cidadania insere-se no interior desta capacidade que os trabalhadores Sem Terra conquistaram de representarem-se nesse universo simbólico denominado imaginário social. Estas dimensões constituem-se em torno das práticas que impulsionam o próprio Movimento. Desde o fazer conjunto, as reivindicações, marchas, caminhadas, manifestações, nos quais são formulados valores e comportamentos tidos como legítimos ou não por eles próprios, pela organização ou pela sociedade.

Assim, a cidadania, antes de ser interpretada por definições jurídicas com enfoque em direitos e deveres, é uma identidade social, formada a partir da luta social. A participação política é outro aspecto fundamental e importante no exercício da cidadania. Depois de conquistar a terra, que lhes fora historicamente negada, buscam agora outros direitos, procurando interagir no cenário político local, regional e nacional.

A ocupação da Fazenda Anonni e a sua posterior desapropriação culminaram em uma nova cidade, municipalizada em 1993: o município de Pontão. Lá, em 1996, foi eleito, pelo partido dos Trabalhadores, o primeiro prefeito assentado do Brasil, Nelson José Grasselli, que participou da ocupação da Fazenda Anonni, em 1985. Em 2000, Grasselli foi reeleito com 63% dos votos. Em entrevista, Grasselli avalia que as conquistas obtidas em sua trajetória política devem-se às atividades desenvolvidas no MST:

“Eu não me considero um político, na verdade eu nunca havia pensado em ser um político. Eu recebi a tarefa de integrar a equipe de organização interna do acampamento. Ali começou minha experiência pública. Por isso, me considero um semi-analfabeto. Aprendi a escrever e ler aqui no acampamento. Acredito que todos nós seremos felizes a partir do momento em

que não tivermos nenhuma família sem terra, desempregada e sem educação. É importante que todos tenham vida digna (...) Nós conseguimos consolidar o assentamento em 1993. O próprio assentamento ajudou na emancipação do município de Pontão, sendo que grande parte dessas famílias ficou pertencendo à nossa cidade.” (ENTREVISTA)¹³⁷

A luta das famílias fez com que o Poder Público Municipal construísse sete escolas estaduais e municipais e um posto de saúde. Nelson José Grasselli orgulha-se de já ter espalhado escolas, estradas e redes de abastecimento de água em quase todos os assentamentos, que abrigam 27% dos quatro mil habitantes do município.

”Quando ocupamos a área da Fazenda Anoni, há 17 anos atrás, lutamos e sofremos junto com os demais companheiros para que a Justiça apreciasse o processo de desapropriação do local. Depois disso, conseguimos consolidar o assentamento das famílias. No início, éramos em 1500 famílias e hoje estão assentados na Fazenda Anoni 314 famílias. A grande maioria das pessoas que ocuparam a área residem no município de Pontão.” (ENTREVISTA)¹³⁸

Depois de concluir seu segundo mandato, Grasselli pretende voltar a cuidar exclusivamente do lote de 20 hectares, no assentamento onde vive com a esposa e a filha.

A luta pela terra é também uma luta pela cidadania¹³⁹, pois nela as pessoas vivem suas relações familiares e afetivas e dela tiram o seu sustento. É a partir desta interação que os trabalhadores ampliam o universo de sua luta, englobando agendas regionais, nacionais e mundiais. A luta pelo acesso à

¹³⁷ ENTREVISTA. Nelson José Grasselli, 51, casado, assentado no Assentamento Holandês, Ex-Prefeito de Pontão - RS, município situado dentro da Ex-Fazenda Annoni, julho de 2004.

¹³⁸ ENTREVISTA. Nelson José Grasselli, 51, casado, assentado no Assentamento Holandês, Ex-Prefeito de Pontão - RS, município situado dentro da Ex-Fazenda Annoni, julho de 2004.

¹³⁹ A origem da palavra cidadania vem do latim “civitas”, que quer dizer cidade. A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Segundo Dalmo Dallari: “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, D. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998. p.14)

terra é condição de *cidadania*¹⁴⁰, na medida em que, além das necessidades de satisfação das carências alimentares e de moradia para uma vida digna no campo, outras demandas passam a ser discutidas quando estes sujeitos passam a ter participação social e política.

De acordo com Boaventura Sousa Santos, a cidadania moderna, enquanto definição ampliada secularmente mediante o reconhecimento de novos direitos e de novos setores da população, investidos com capacidade legal de usufruí-los, encontra-se hoje diante de uma encruzilhada de caminhos incertos. As condições, que lhe outorgaram viabilidade política e simbólica, enquanto status universal¹⁴¹, sofreram transformações profundas, cujas implicações suscitam controvérsias quanto ao futuro do próprio conceito de cidadania e aos eventuais rumos de sua reconstrução no caso de ter que se adequar às exigências dos novos tempos.

Neste sentido, os novos tempos trazem temas “distantes” do cotidiano do assentamento, como a globalização, a ALCA, os produtos transgênicos, as rodadas internacionais de negociação da OMC. A mídia questiona o porquê do Movimento se envolver com questões que não lhe dizem respeito. Ora, como cidadãos, como brasileiros, essas pessoas têm o mesmo direito de discutir questões que afetam suas vidas. Embora não tenham o domínio dos códigos, da linguagem, da complexidade que estes temas exigem, o direito de envolver-se com estas questões não lhes pode ser negado. Quando negados, a saída que encontram é organizarem-se, mobilizarem-se, protestarem ou ocuparem os espaços onde ocorrem as negociações que afetarão suas vidas.

¹⁴⁰ ALFONSIN, Jacques Távora. O acesso à terra como conteúdo de Direitos Humanos Fundamentais à alimentação e à moradia. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003, p. 209.

¹⁴¹ Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo XXV, lê-se: “*Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle*”.

Boaventura Sousa Santos amplia o conceito de cidadania, propondo uma análise que envolve quatro questões principais: i) a concepção tradicional da cidadania; ii) as forças responsáveis pela sua desestabilização; iii) as reações na literatura teórica perante tal desestabilização; e, sobretudo, iv) as diferentes tensões entre cidadania, igualdade e diferença que, na edificação da cidadania moderna, caracterizaram a relação do binômio igualdade/diferença.

Um dos desafios atuais da cidadania, segundo este autor, está na reelaboração do próprio conceito. Romper com o conceito tradicional¹⁴² de reivindicação por melhorias apenas materiais, que, apesar de importantes, necessita ser ampliado pela ação. Os componentes do Movimento que realizam este rompimento buscam nas articulações dos Fóruns Internacionais, entre os diversos grupos reunidos, que contrariam, confrontam, influem e propõem uma nova cidadania, novas regras de funcionamento para a sociedade acreditando que *“um outro mundo é possível”*.

Estas ações políticas estariam ressignificando a cidadania, criando a “cidadania moderna¹⁴³”, que corresponde aos complexos processos de edificação de novas propostas para o Estado-Nação. Questionando a legitimidade e o poder de intervenção das grandes corporações e empresas

¹⁴² No último quarto do século XX, em particular após a ascensão do neoconservadorismo, a temática da cidadania passou a ser explorada de forma crescente, até assumir posição de destaque no debate acadêmico dos últimos anos em especial na agenda da filosofia política e da teoria social. No *corpus* dessa literatura, em expansão vertiginosa, são bem conhecidas as críticas à concepção marshalliana, salientando de forma recorrente ora a indevida generalização do caso inglês, ora o desenho de roteiro histórico altamente estilizado quanto à Formação e transformação da cidadania, ora a simplificação da emergência dos direitos nas sociedades modernas em três subconjuntos indevidamente homogêneos, ora certo evolucionismo e linearidade em relação à trajetória efetivamente seguida pelas sociedades européias inclusive a inglesa (MILLER, 1993; ZOLO, 1993; HELD, 1989). Não é esta a oportunidade para avaliar a pertinência dessas ressalvas, apenas cabe explicitar que a despeito de sua ampla difusão, nem todas elas fazem juz ao pensamento do sociólogo britânico, particularmente se considerada a ausência de uma filosofia da história subjacente à sua análise, e, portanto, sua concepção da mudança social como fenômeno por excelência contingente (HELD, 1997). Em perspectiva mais abrangente, o caráter liberal da concepção tradicional da cidadania foi questionado da ótica dos marxismos pela ausência de formulações quanto ao papel desse status sócio-político moderno dentro da lógica de dominação do Estado-nação, e pela escassa atenção prestada ao conflito social no reconhecimento de novos direitos (GIDDENS, 1985)

¹⁴³ A concepção mais influente da cidadania moderna foi elaborada por T. H. Marshall, quando da sua conferência “Cidadania e Classe Social”, ministrada no final dos anos quarenta a propósito da obra do economista Alfred Marshall.

transnacionais que acabam subjungando e suplantando os Governos Nacionais, produz-se o enfrentamento que se transforma num espaço relacional em que os sujeitos assim constituídos afirmam sua identidade e trocam significados produzindo sentido e direção à suas ações¹⁴⁴. São os excluídos sociais, organizados em movimentos, ou de forma individual, que questionam o modelo dominante de civilização e de desenvolvimento. A participação do Movimento nos diversos fóruns internacionais e as articulações políticas que transcendem fronteiras estaria dentro deste novo escopo de uma cidadania moderna.

Se a desigualdade é um fenômeno socio-econômico, a exclusão é, sobretudo, um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria a interdição e a rechaça (BOAVENTURA S. SANTOS, 2003).

É o discurso da verdade, da realidade se impondo sobre os camponeses, da técnica e da ciência como “verdadeira e neutra”. A modernização chegando com força na agricultura e desestruturando o modo de vida camponês, como pode ser observado nas tentativas de privatização da água na Bolívia, dos transgênicos no Brasil e das mudanças dos métodos de produção, da alta tecnologia aplicada na agricultura.

A luta por uma cidadania global através destas ações não busca tornar o sistema “um pouco mais justo”, não procura a inserção no sentido de introduzir pequenas mudanças nas rodadas de negociação dos Organismos Multilaterais. O que pretendem os movimentos nestas articulações é que a

¹⁴⁴ Grosso modo, tais características são passíveis de síntese em quatro elementos i) universalidade da cidadania: atribuição de um status elabora do em termos de direitos universais para categorias sociais formalmente definidas, ao invés estamentos ou castas com qualidades substantivas inerentes; ii) territorialização da cidadania: territorialidade combinada com o elemento anterior para delimitar politicamente os alcances da cidadania, ou seja, assunção do território como critério horizontal a delimitar a abrangência desse status, em substituição dos princípios corporativos; iii) princípio plebiscitário da cidadania ou individualização da cidadania: generalização dos vínculos diretos entre o indivíduo e o Estado como forma legítima de reconhecimento e subordinação política, suprimindo não apenas o princípio funcional da tutela das antigas corporações, mas também o chamado governo indireto, quer dizer, a delegação das funções do Estado às camadas locais de intermediários entre os poderes centrais e os donos de terras, os mercenários, o clero, e diversos tipos de oligarquias; iv) índole estatal-nacional da cidadania: existência de vínculo constitutivo entre a cidadania e a edificação do Estado-Nação, graças à construção histórica de coincidência dupla: entre o território e um poder centralizado único, de um lado, e, do outro, entre a população constituída como comunidade política e o Estado enquanto encarnação presuntiva.

OMC não regulamente mais a questão da comercialização da produção agrícola. Que o alimento seja tratado numa outra esfera que não a do comércio como uma simples mercadoria. Que as sementes sejam consideradas “patrimônio da humanidade”. Portanto, nesta emergência de uma cidadania moderna, as polêmicas vão muito além da (in)suficiência de bens e direitos, ou de ganhar um pouco mais de espaço. Trata-se de construir um novo espaço para a participação social vinculando as questões locais e singulares com a diversidade e as questões globais.

Quando estas questões são projetadas para a arena política, tais identidades geram efeitos desestabilizadores para o *status quo*. Questionam a existência de uma ordem mundial neutra, imutável como a chamada globalização. Ao mobilizarem-se, firmam-se como opositores e, concomitantemente, portadores de propostas diferenciadas. Apresentam necessidades específicas e reivindicações cuja satisfação não é passível de equacionamento nos marcos do atual *status quo* universal. Entendem que está em jogo a imparcialidade e representatividade das instituições encarregadas desta mediação e que as transformações necessárias não podem ser feitas sem a ampla participação das pessoas e das organizações sociais.

A luta política empreendida pelo Movimento e demais movimentos camponeses neste novo contexto extrapolam as fronteiras nacionais. O Movimento foi um dos articuladores e fundadores da Via Campesina Internacional. A Via Campesina foi criada em 1992 como uma articulação de diversas organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. Em seus documentos, a Via Campesina registra que tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda (VIA CAMPESINA, 2005).

No Brasil, estão vinculados à Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores

(MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

No âmbito internacional, a Via Campesina envolve cerca de 186 movimentos camponeses de 90 países. A maior parte dos movimentos se concentra nos continentes Americano e Europeu. É uma rede internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar, entendida como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar.

Outras bandeiras importantes dos camponeses vinculados a esta articulação são: lutar por uma produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados, para o mercado interno; construir um sistema de produção camponês diversificado; proteção aos preços dos produtos camponeses. Reivindicam também a necessidade de regulamentar a produção camponesa para o mercado interno impedindo a formação de excedentes agrícolas, fortalecendo nos processos de Reforma Agrária a agricultura camponesa duradoura e a eliminação de todos os subsídios diretos e indiretos às exportações.

Mobilizam milhares de agricultores para protestar contra as políticas agrícolas definidas por instâncias comerciais como o Banco Mundial ou Organização Mundial do Comércio (OMC), que atendem aos interesses de corporações privadas multinacionais. Entendem que é papel das forças políticas da sociedade e dos governos decidirem sobre as políticas nacionais, sejam elas agrícolas ou de qualquer outro ramo, e não dos agentes do mercado. Essas decisões devem respeitar os direitos humanos e as convenções internacionais e, ainda, serem submetidas a uma jurisdição internacional independente.

Esta participação ativa dos movimentos camponeses nos espaços internacionais forja novas relações sociais de solidariedade entre os que se denominam contrários à dominação do mercado e exige mudanças nas políticas econômicas neoliberais. Nas ruas, conquista espaço e liberdade de expressão. Constrói, assim, uma imagem de camponeses que lutam articulados por questões que são comuns ao mesmo tempo em que mantêm suas especificidades e singularidade no âmbito nacional.

Neste espaço de representação social se estabelecem diferenças e fronteiras. As mobilizações delimitam os iguais que constituem as redes de articulações políticas e faz com que se posicionem contra a classe dominante. Estabelecem-se novas diferenças entre “Nós” e “Eles”. Sendo “Eles” os governos, as empresas transnacionais, os poderosos representados nos organismos internacionais e nas rodadas de negociações.

Estes movimentos estabelecem relações de identificação na diversidade e através da ação política mobilizatória, constroem temáticas articuladoras que unificam discursos, estabelecem uma tríade entre diferença, integração político-cultural e unificação de propostas constituindo uma *comunidade imaginada*.

Na Via Campesina como em qualquer outra organização existe um sistema classificatório que implica em critérios de inclusão e ao mesmo tempo de exclusão, isto é, quem pertence e não pertence a esta comunidade imaginada. Excluem-se todos aqueles que são contrários ou que tenham interesses antagônicos às suas bandeiras de luta. Esta diferenciação é importante porque a luta é em si mesma um fator de resistência. Resistência contra as multinacionais que dominam o comércio internacional de alimentos, de produtos químicos, das patentes e o controle das sementes. Estes camponeses desejam manter-se no campo defendendo sua cultura, seu espaço de trabalho e de vida.

Boaventura Sousa Santos citando Castells (1998) e Giddens (1994) afirma que estes têm apontado a resistência dos movimentos sociais como uma resposta às ameaças de desintegração provocadas pela globalização. Contraditoriamente, o fenômeno da globalização tem aberto caminhos para a formação de uma cultura global, seja ao difundir certos padrões de consumo, seja ao pôr em contato indivíduos e grupos de diferentes partes do mundo. Como exemplo, temos o Fórum Social Mundial e outros eventos articulados por estes movimentos, indivíduos, ONGs, que ampliam as perspectivas de construção de identidades sociais de âmbito internacional, uma cidadania global.

Os movimentos sociais transnacionais conteriam o germe da formação desta cidadania global. No entanto, os movimentos estão carregados de ambigüidades, diferenças, fronteiras, *entre-lugares*, que se refletem nas lutas pela construção de outro mundo possível, imaginado por estas organizações.

Esses movimentos ocupam um espaço que não lhes pertencia. Nestes novos espaços, articulam o local, o nacional e o global, define-se uma nova territorialidade para a cidadania. E, ao mesmo tempo, explicitam o sujeito descentrado, constituído na interseção de uma multiplicidade de posições e exigem o reconhecimento da diferença, da particularização do universal, mais uma demonstração de que as identidades são múltiplas e não uniformes.

As conquistas obtidas pelo Movimento na luta pela terra como uma luta pela cidadania podem ser observada também nos seguintes aspectos: (a) a conquista de novas territorialidades para além do assentamento; (b) independência e autonomia do Movimento em relação aos partidos políticos e aos sindicatos; (c) revalorização da cultura e construção de uma identidade própria - Sem Terra; (d) formação de seus próprios militantes, quadros e intelectuais; (e) ampliação da participação das mulheres; (f) preocupação com a organização do trabalho num processo coletivo; (g) questão ambiental.

Portanto, quando me refiro à cidadania, antes de pensá-la como algo isolado ou apenas como uma conquista material, ou de direitos negados, penso-a como parte do emaranhado de sonhos que se materializam como práticas políticas conferindo um referencial legítimo aos sujeitos, que se afirmam como cidadãos perante a sociedade e suas instituições.

O MST conquistou nestes 20 anos de existência cerca de 7 milhões de hectares de terras, distribuídos em 1.600 assentamentos localizados em 23 Estados do Brasil. Neles foram assentadas 350 mil famílias. É um universo significativo de pessoas que se inserem no processo produtivo e que são socialmente incluídas. Da condição de sem terra, esses excluídos sociais passam a usufruir da condição de cidadãos, ainda que não plenamente. A propriedade da terra lhes confere a condição de produtores. Ajudam a movimentar a pequena economia local e auxiliam o desenvolvimento das regiões em que estão inseridos. Pagam impostos, abrem contas no banco, dinamizando e gerando novos serviços no entorno dos assentamentos.

Mas a cidadania vai mais além. Conforme apontado por Gramsci (APUD FLEURY: 1994)¹⁴⁵, a noção de *civiltá* refere-se a um conjunto de modos de vidas, comportamentos e valores ideológicos originários da organização do trabalho e das relações de produção. É o que ocorre com os trabalhadores Sem Terra, assentados ou acampados. Ao mesmo tempo em que se inserem no processo produtivo e conquistam direitos, continuam

¹⁴⁵ Segundo FLEURY (1994) Sonia Maria. Gramsci identifica-o à noção de *civiltá* como conjunto de modos de vidas, comportamentos e valores ideológicos originários da organização do trabalho e das relações de produção e ao papel adaptativo-educativo do Estado, na busca da adequação entre o aparelho produtivo e a moralidade das massas populares. Desta forma, os grupos excluídos estão, em geral, impossibilitados de participar das relações econômicas predominantes -- no mercado, como produtores e/ou consumidores -- e das relações políticas vigentes, os direitos de cidadania. No entanto, a coexistência, em um mesmo grupo populacional, de situações de pobreza, ausência de direitos sociais ou de condições de exercê-los, e sua exclusão da comunidade sócio-política não nos deve confundir e levar-nos a pensar que se trata de um fenômeno simples, subordinado à dimensão econômica, o que implicaria em uma estratégia técnico-redistributiva de enfrentamento desta complexa condição. Ela deve ser pensada mais além, como, por exemplo, a da luta social por direitos e transformação das estruturas de exclusão social, cultural e política.

resistindo e desafiando os grandes proprietários, o Estado e os Governos com sua luta.

Outro aspecto da cidadania relaciona-se a independência da organização destes trabalhadores em relação aos partidos políticos, sindicatos ou igrejas. Organizam-se sem esta tutela, sem a necessidade de vínculo de obediência à estes tipos de organização. Como movimento social amplia as temáticas, métodos e processos de luta e formas de organização extrapolando municipalidades, federações ou confederações. Como movimento social desfruta de uma liberdade maior em relação aos procedimentos burocráticos de filiação, registros legais e formas de representação. Aboliram a figura do presidente, tendo sua representação efetivada por comissões eletivas.

Reconstroem regras e normas, alteradas com maior facilidade e autonomia, pois não há regulamento jurídico-legal, como na organização sindical ou partidária. Pelo fato de ser um movimento autônomo, há co-responsabilidade e o papel de cada um torna-se mais exigente, cabendo a todos e a cada um a condução, manutenção e sustentação dos objetivos do Movimento.

A cidadania emerge no Movimento também como uma questão política, pela necessidade de pautar os problemas na arena política, buscando transformar necessidades em demandas. Estas demandas passam a ser reconhecidas pelo poder público devido à pressão social, e às formas de luta implantadas pelo Movimento: mobilizações, marchas, caminhadas, ocupações de prédios públicos. Nestas ações de agência e da agenda política é que ocorre a construção de uma identidade cidadã, uma identidade política.

A identidade política é construída na diferença com outras forças da sociedade, pela oposição em relação ao latifúndio, pela condição de desigualdade social, como também pela ausência do Estado, que se expressa nas diferentes necessidades do cotidiano. A luta por uma vida digna, por moradia, crédito, escola, construção de estradas, pressiona os poderes

públicos. Os trabalhadores conquistam visibilidade pública e transformam o Movimento em força política. Passam a ocupar, além da terra, o espaço imaterial da ação política.

Na ampliação do espaço territorial dos assentamentos, os assentados envolvem-se com articulações micro-regionais, do movimento sindical, das igrejas progressistas, pastorais sociais, da organização da escola, na participação em eleições municipais. Exercem seu papel como cidadãos numa nova condição. Estas ações demonstram a capacidade de reação dos trabalhadores em relação ao seu entorno criando redes de relacionamento mais amplas garantindo a conquista de novos espaços de atuação.

De maneira geral, os grupos excluídos, como os Sem Terra, são impedidos pelas exigências impostas pelas instituições da sociedade de participar como cidadãos. A alternativa que lhes resta é construir seu próprio caminho através da organização e da pressão social. As ações de impacto como as ocupações abrem espaço para a emergência da cidadania política. E somente são atendidos quando provocam, incomodam e alteram a normalidade social.

Isto pode ser verificado quando se analisa a implantação de assentamentos de Reforma Agrária. Há uma forte relação entre as desapropriações de terras e às ocupações, conforme pesquisa realizada por Heredia e demais autores (UFRJ, 2003)¹⁴⁶:

quando toma-se o mapa da distribuição dos assentamentos no Brasil pode-se perceber claramente a existência de áreas vazias, onde não há praticamente nenhuma presença de projetos e

¹⁴⁶ Pesquisa: "Assentamentos rurais e perspectivas da Reforma Agrária no Brasil". Realizada por Beatriz Heredia (IFCS/UFRJ); Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ); Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRJ); Rosângela Cintrão Sérgio Pereira Leite (CPDA/UFRRJ). Este artigo sintetiza algumas conclusões da pesquisa Impactos regionais da reforma agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas, realizada entre janeiro de 2000 e dezembro de 2001, pelo CPDA/UFRRJ (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e pelo NuAp/PPGAS/MN/UFRJ (Núcleo de Antropologia da Política, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro), com financiamento do NEAD/IICA.

*outras onde há uma concentração deles, indicando uma espécie de territorialização da Reforma Agrária. Essas áreas não apresentam necessariamente coincidência com nenhum recorte administrativo ou regional preexistente, algumas abrangendo uma pequena parte de um estado, outras envolvendo partes de dois ou três estados da federação. Também não se explicam pela lógica das políticas federais de Reforma Agrária, que se pautaram até hoje por desapropriações isoladas, **segundo a dinâmica dos conflitos** (HEREDIA et.al.UFRJ: 2003)*

Corroborar-se assim a tese de que é a luta pela terra que faz avançar o processo de desapropriação. Os dados da pesquisa sinalizam na perspectiva de uma luta social que garante conquistas:

Em 82 casos (89%), a iniciativa do pedido de desapropriação partiu dos trabalhadores e seus movimentos. Em apenas 10% dos assentamentos da amostra a iniciativa de desapropriação partiu do Incra e em apenas 3% não houve algum tipo de conflito. (HEREDIA et.al.UFRJ:2003)¹⁴⁷

Uma vez conquistada a terra, surgem novas demandas, como o desejo de conquistar o acesso à educação, aos serviços básicos de saúde, melhorar as condições de moradia e aumentar a renda familiar. Outro fator relevante apontado pela pesquisa é que em alguns dos municípios analisados os assentamentos têm provocado um redesenho da zona rural, modificando a paisagem, o padrão de distribuição da população, o traçado das estradas, provocando a formação de novos aglomerados populacionais, mudando o padrão produtivo, às vezes, relacionando-se à autonomização de distritos e mesmo à criação de novos municípios. Como foi o caso do município de Pontão, originário do processo de ocupação da Fazenda Annoni.

A cidadania é uma luta contra a exclusão social. Contra as “cercas” da educação. Os pesquisadores afirmam que os responsáveis pelos lotes têm baixa escolaridade, 87% dos entrevistados cursaram apenas a 4ª série do ensino fundamental, sendo que 32% nunca foram à escola.

¹⁴⁷ Pesquisa: “Assentamentos rurais e perspectivas da Reforma Agrária no Brasil”. Realizada por Beatriz Heredia (IFCS/UFRJ); Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ); Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRJ); Rosângela Cintrão Sérgio Pereira Leite (CPDA/UFRRJ).

O sentimento de reconhecimento social fica evidente quando estes trabalhadores conseguem desenvolver habilidades de trabalhos não agrícolas. Sentem-se valorizados por ter oportunidade de usar conhecimentos adquiridos em sua história de vida anterior ao assentamento, como a construção de casas, estradas, escolas, obras de infra-estrutura. Outros ocupam funções como professores, merendeiros e agentes de saúde. Reconstroem, assim, outra imagem perante a sociedade que os via como intrusos, invasores, desocupados e vagabundos. Melhoram sua auto-estima e reafirmam sua identidade social como trabalhadores portadores de novos direitos que precisam ser conquistados através da luta:

Em muitos lugares os assentados ganharam reconhecimento social e político pelos demais setores sociais, superando uma tensão inicial, muitas vezes marcada por uma visão de que os assentados eram "forasteiros" ou "arruaceiros", em especial nas áreas onde os assentamentos foram resultado de ocupações de terra. (HEREDIA, Et.Al.UFRJ:2003)

A solidariedade familiar foi outro fator constatado pela pesquisa. Além do número de empregos gerados, as famílias assentadas acabam servindo como amparo social a outros parentes, atuando, também, em alguns casos, como mecanismo de recomposição da família.

Em 24% dos lotes vivem, além da família nuclear (pai, mãe e filhos), outros parentes, como pais/sogros, genros/noras, irmãos/cunhados, netos, etc., muitos dos quais não viviam anteriormente com a família assentada. O acesso à terra permitiu, pois, às famílias entrevistadas uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar. (HEREDIA, et.al.UFRJ:2003).

O assentamento significa uma vida nova, no sentido de incluí-los no processo de consumo dos bens básicos importantes à sobrevivência.

Houve um aumento na sua capacidade de consumo, não só de gêneros alimentícios, mas também de bens de eletrodomésticos, insumos e implementos agrícolas. Isso se revela no fato de que 66% dos entrevistados apontaram uma melhora na alimentação e 62% consideram que seu poder de compra aumentou. Cresceu o número de famílias que possuem fogões a gás, geladeiras, televisão, antenas parabólicas, máquinas de lavar e transporte próprio (especialmente bicicletas e animais). As melhorias no padrão de consumo, de habitação e na posse de bens duráveis

fazem com que os assentamentos acabem atuando como dinamizadores do comércio local, fato que se acentua nos casos de elevada concentração de assentados (HEREDIA et.al.UFRJ:2003).

Como demonstrei anteriormente, os assentados ampliam e diversificam a produção, industrializam produtos e se inserem no mercado local. Porém, isso não basta para resolver os graves problemas relacionados ao bem estar social da família. O Estado e os Governos de maneira geral têm dado pouca prioridade para os trabalhadores assentados:

Cerca de 46% dos assentamentos estudados têm parte dos lotes com problemas de abastecimento de água. Apesar de 78% dos projetos terem rede elétrica, somente 27% deles são servidos na sua totalidade por ela. Predominam estradas de terra para acesso ao assentamento e, em metade dos casos, há inacessibilidade na época das chuvas. A distância média dos assentamentos estudados em relação às cidades de maior contato é de 28 km, com um tempo médio de deslocamento em torno de uma hora. Com relação ao transporte coletivo, apesar do quadro geral de precariedade, as observações de campo indicam que a presença dos assentamentos trouxe mudanças, com a ampliação da frota de veículos e máquinas das prefeituras, tais como ônibus para transporte escolar, ambulâncias e tratores. (HEREDIA et.al.UFRJ:2000/2001) .

Por isso a luta pela cidadania não tem um tempo determinado. É necessário continuar lutando para conquistar políticas públicas adequadas às do meio rural. A atuação política empreendida pelos trabalhadores, vinculados a um movimento social expressivo como o MST, provoca mudanças nas relações com as autoridades locais. Surgem novas lideranças que passam a disputar espaços públicos locais. Com a luta social recriam-se como novos atores sociais, que assumem novas identidades. Sentem-se libertos da submissão que anteriormente caracterizava suas relações de trabalho e de convivência social nas fazendas:

Foram comuns os depoimentos sobre o sentido do ser assentado, em especial (embora não exclusivamente) nas áreas onde predominaram as monoculturas e as relações de poder que as marcam. Não pagar renda da terra, deixar de ser "escravo", sentir-se "liberto" e capacitado a controlar sua vida, foram elementos recorrentes na fala dos assentados, quando contrastam seu passado com seu presente. Por mais que este seja prenhe de dificuldades, o acesso à terra provocou em muitos casos rupturas e uma sensação nítida de melhora em

relação ao passado: ao comparar suas condições de vida antes dos assentamentos com as atuais, 91% dos assentados entrevistados consideraram que suas vidas melhoraram e 87% acreditam que o futuro será melhor, apontando um quadro de esperança que tem no acesso à terra uma perspectiva de estabilidade a longo prazo. (HEREDIA, et. Al UFRJ:200/2001).

A reconstrução do conceito de cidadania trabalha com uma ressignificação da idéia de *direitos*, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos. Essa concepção não se limita, portanto, às conquistas legais, através da experiência de luta, das práticas cotidianas, incorpora-se, exige-se e se propõe novos direitos.

Não trata de incluir-se no *status quo*, mas de alterá-lo. A nova cidadania requer a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram serem os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania "de baixo para cima". Trata-se de um *alargamento* do conceito da nova cidadania proposto por Boaventura Sousa Santos, que vai além da reivindicação e aquisição formal-legal de um conjunto de direitos. Na luta social, novas articulações e formas de sociabilidade se estabelecem. É a busca de novas relações de gênero, raça, de reconhecimento das diferenças, configurando uma decisiva luta por direitos civis, políticos, sociais e culturais.

A construção social da cidadania na luta pela terra transcende o foco da relação dos trabalhadores Sem Terra com o Estado. É uma luta articulada com a sociedade como um todo. "Reforma Agrária: Uma luta de Todos!" como afirma a palavra de ordem do Movimento. A legitimação precisa ser conquistada a partir das práticas sociais dos trabalhadores que vai se enraizando em setores importantes da sociedade. Buscam a participação nesta sociedade, porém se recusam a permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles. Reivindicam e constroem espaços para redefinir políticas públicas, créditos, escolas, novas formas de organização social, imaginando a construção e reinvenção de uma sociedade baseada em outros e novos valores.

2.3 Os valores preconizados pelo MST

Na convivência cotidiana, nas celebrações e comemorações, os trabalhadores vinculados ao MST procuram vivenciar os valores que são preconizados pela organização de que fazem parte. É uma tentativa de *enquadramento* dos indivíduos na memória coletiva conforme propõe Pollak, afirmando que as organizações procuram formar seus quadros e militantes dentro da cultura institucional. O controle da memória neste sentido é fundamental para qualquer organização. A afirmação da identidade Sem Terra também está fundamentada na memória daqueles que lutaram antes do surgimento do Movimento, conforme afirma Ademar Bogo (1998), dirigente nacional do Movimento e responsável durante muitos anos pelo setor de formação:

...não nos pertencemos individualmente. Somos a projeção histórica de nossos antepassados. Carregamos não apenas os traços físicos de nossos pais e avós. Mas também sonhos e esperanças que eles formularam e incutiram em cada consciência, pois sabiam que através de nós continuariam vivos. Eis porque se empenharam em moldar nossa conduta (BOGO: 1998).

A conduta proposta se materializa em valores que fazem parte da cultura do Movimento e que devem ser vivenciados por seus militantes. São rememorados, celebrados e fazem parte das místicas realizadas nos cursos, marchas, e demais atividades em que participam. O primeiro valor preconizado pelo Movimento é a solidariedade, que é vista como:

...um valor que o egoísmo capitalista aos poucos desestimulou. Não significa que nosso povo não tem valores morais e éticos. Os poderosos apenas os fizeram adormecer em nossa consciência. A classe dominante nos faz crer que tudo se pode comprar. Por isso o mercado ganha tanta expressão...Esta lógica embruteceu as pessoas e as transformou em objetos descartáveis, como as embalagens dos produtos do novo mercado (BOGO, 1998).

Existe uma exortação para que a solidariedade seja vivenciada como um valor na vida pessoal e no coletivo. Ser solidário com outras organizações, com

a sociedade, com outros povos. Como foi o caso da visita à Palestina realizada por Mario Lill, dirigente nacional do Movimento e morador do Assentamento 29 Outubro, que foi representar o MST numa comitiva da Via Campesina em solidariedade ao povo palestino, no mês de abril de 2002, quando por coincidência ocorreu o cerco ao Quartel General de Arafat. Mário Lill permaneceu trinta e um dias no QG de Arafat, na cidade de Ramallah, saiu depois junto com outras nove pessoas e foi detido pelas tropas israelenses sendo, em seguida, expulso do País.

a luta pela Palestina continua e nós continuamos sendo povos solidários em luta pela paz na região. Viemos com a missão de ampliar e difundir mais a causa palestina. Trabalharei esses dias para divulgar com mais intensidade a causa palestina e a necessidade do povo brasileiro se mobilizar para que o governo brasileiro rompa as relações diplomáticas com esse governo assassino, que é o governo de Ariel Sharon. Essa é a nossa luta e nós estaremos mais do que nunca empenhados nisso (ENTREVISTA)¹⁴⁸

Mário Lill, descendente de imigrantes alemães, se envolveu na luta do MST em 1985, quando participou da ocupação da Fazenda Anonni. Fez parte do grupo dos “piás” que viveram durante quatro anos num barraco de lona preta até serem assentados. Foi em tarefa prestar solidariedade ao povo palestino. Um cidadão comum, camponês, atravessou o Atlântico acompanhado por outros ativistas camponeses da Via Campesina e entregou uma bandeira do Movimento como símbolo da liberdade, da fraternidade, da luta e resistência ao Líder dos Palestinos na época.

O segundo valor preconizado pelo Movimento é a beleza:

A beleza deve ser para nós, um valor fundamental, pois desde os primórdios ela é símbolo do bem-estar. Encontramos,

¹⁴⁸ ENTREVISTA. Mario Lill, 42, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Anonni - Sarandi - RS, em entrevista ao *Correio da Cidadania*, página internacional, 04 de abril de 2002.

inclusive na Bíblia, escrita há mais de dois mil anos, a simbologia do mérito que o ser humano tem. Após ter sido criado, Deus colocou o ser humano em um jardim. Esta é a imagem que os escravos nos deixaram e que devemos fixar. Nossos assentamentos devem ser verdadeiros jardins. A beleza física é que deve chamar atenção. Ali deve ter árvores, flores, frutos, água limpa, casas bonitas e limpas, roças bem cuidadas, pastos bem formados, animais bem tratados e pessoas saudáveis e bem alimentadas (BOGO, 1998, p.11).

As áreas de Reforma Agrária são geralmente devastadas, antes de serem desapropriadas, pela ganância dos latifundiários. O Setor de Produção e Meio Ambiente do Movimento incentiva a preservação da natureza, o plantio de árvores nativas.

Se quisermos, podemos reproduzir as florestas. Já pensou um futuro sem árvores? As árvores são um dos símbolos da continuidade da vida. Os índios enterravam seus mortos e no local plantavam uma árvore como se este renascesse através dela. Talvez seja uma boa orientação para nossos cemitérios. Para cada "Sem Terra" morto, uma árvore na cabeceira como sinal da continuidade da vida e da luta (ENTREVISTA)¹⁴⁹

Nos assentamentos temos que desenvolver outras formas de produzir, preservando a natureza. Quanto menos produtos químicos, melhor, mais saudáveis serão as pessoas. Os nossos produtos não podem ter agrotóxicos. É preciso mudar a consciência dos assentados. Existem dezenas de formas de adubar e combater doenças sem recorrer aos venenos químicos. (ENTREVISTA)¹⁵⁰.

O terceiro valor é a preservação da vida. Na cartilha dos valores divulgada e estudada pelos militantes afirma-se que não basta salvar as árvores e os rios, esquecendo-se do ser humano. É preciso salvar o ser humano. A defesa da vida deve estar acima da defesa do lote de terra e do crédito. Acima de tudo a preocupação deve ser com a saúde e o bem-estar das pessoas.

...o agrônomo quando vai para o assentamento no geral não vê que o dono da lavoura está doente ou se envenenando ele está sendo um péssimo técnico. Quando o veterinário vê apenas os animais e não vê que a mulher está grávida ou o assistente social não vê a situação das crianças. Quando os dirigentes somente percebem massa e não pessoas que possuem

¹⁴⁹ CEZIMBRA, Elemar. Entrevista realizada em julho de 2004.

¹⁵⁰ PIZETTA, Adelar J. Entrevista realizada em julho de 2004.

necessidades, estão apenas se utilizando delas para alcançar objetivos políticos (ENTREVISTA)¹⁵¹

O gosto pelos símbolos do Movimento é o quarto valor. Os símbolos são as representações materiais das utopias. Eles passam a ser um meio de comunicação e identificação entre os trabalhadores Sem Terra e ajudam a garantir a unidade política. É através dos símbolos que o Movimento comunica aos seus membros esta proposta de unidade. Os trabalhadores portam a bandeira e as ferramentas de trabalho em todas as manifestações. Cantam o hino do Movimento antes de cada atividade importante. O compartilhamento e aceitação dos símbolos é parte importante na construção da identidade Sem Terra.

Por isso o Movimento trabalha para que a bandeira seja hasteada nos assentamentos e acampamentos, que cada militante tenha uma em casa e em sua mochila. Pintam a bandeira nas paredes das escolas, dos armazéns e outros locais dentro dos assentamentos.

A bandeira tornou-se símbolo do MST em 1987, durante o 4º Encontro Nacional. Ela está presente nas comemorações e festas. As cores, de acordo com a Cartilha, têm os seguintes significados: a cor vermelha representa o sangue dos trabalhadores e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade; a cor branca representa a paz, que somente será conquistada quando houver justiça social para todos; a cor verde representa a esperança de vitória a cada latifúndio que é conquistado; a cor preta representa o luto e a homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade; o mapa do Brasil representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país; o trabalhador e a trabalhadora representam a necessidade de que a luta deve ser feita por mulheres e homens; o facão simboliza as ferramentas de trabalho, de luta e de resistência.

¹⁵¹ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

A partir da bandeira, o Movimento criou sua marca que consta nas publicações, embalagens de produtos, cartazes, enfim, em todos os materiais que produz. Na discussão realizada sobre como deveria ser o símbolo do Movimento havia argumentações que deveria ser adotado o símbolo internacional do cooperativismo:

convenhamos, os dois pinheirinhos (símbolo universal do cooperativismo) nada têm a ver conosco. Inclusive porque nossa cooperação se estrutura em novas bases, com novos princípios e outros valores (BOGO, 1998, p.8)

Estes elementos somente se transformam em símbolos quando as pessoas aceitam e reelaboram os mesmos em seu cotidiano. Servem para construir a identidade política do Movimento.

O gosto de ser “povo” representa o quinto valor:

a burguesia e os poderosos do mundo moderno, aos poucos, substituem a idéia de nação por mercado globalizado. Tudo o que é nacional é pior, na avaliação deles. Os filmes são piores, os carros, a roupa etc. Isto não seria tão grave se os pobres pensassem diferente. Nós também passamos a reproduzir estas idéias e fortalecemos esta idéia de não-nação, de pessoas de terceira categoria (BOGO, 1998. p.12).

O texto, a todo momento, busca valorizar o que é feito pelo povo. O termo *povo* é utilizado no texto pelo Movimento. Preferi mantê-lo, embora podemos questionar este conceito quando refere-se à população, aos pobres, excluídos, aos trabalhadores. O texto traz o significado do gosto pelas coisas triviais, do cotidiano das pessoas simples e comuns, o sentimento de pertencimento à nação brasileira. A valorização da cultura local o perpassa, insistindo no estabelecimento de diferenciação entre o povo e as elites, os “poderosos” que tendem a valorizar o que é de fora, o que vem de outros Países:

Em nada somos inferiores aos imperialistas. Podemos não falar inglês, não ter a Disneylândia, mas temos a Amazônia: maior reserva florestal e animal do mundo. Temos o melhor futebol, temos as melhores praias, temos as melhores terras, temos os melhores climas, temos o povo mais bonito e mais alegre do planeta (BOGO, 1998, p.13).

Esse discurso, que se pauta pela valorização das culturas brasileiras, reafirmando o sentimento de nacionalidade, não estava presente no princípio do Movimento. Foi sendo incorporado mais tarde, especialmente nos anos 90, em função das privatizações, do neoliberalismo e da abertura de investimentos para o capital internacional:

A bandeira do Brasil representa este sentimento nacional, devemos tê-la hasteada juntamente com a bandeira do MST em todos os assentamentos como prova de que nós somos os verdadeiros brasileiros. Somos os filhos e filhas que não fogem à luta nos integrando à sociedade da qual os ricos tentam nos excluir. Esta é a sociedade do povo pobre que deve ter orgulho de honrar sua nacionalidade e sua pátria (ENTREVISTA)¹⁵²

A cultura começa a fazer parte do discurso político do Movimento. A valorização das festas populares e dos costumes. Durante o carnaval, em três ocasiões, o Movimento foi homenageado por escolas de samba, no Rio de Janeiro (2002), São Paulo (2003), São Luís (2005). O que no início do Movimento era considerado pouco importante, ausente nas discussões políticas, após 1999, com a discussão temática da cultura, começou a ser valorizada:

Devemos participar ativamente em todas as manifestações populares, festas religiosas em cada estado, carnaval, eleições, e lutas massivas, ali está o povo, ali está a consciência popular. (BOGO: 1998, p.15)

O trabalho e o estudo são apresentados como o sexto valor. O trabalho é compreendido como um processo de socialização e transformação do ser humano. O texto afirma que “o ser humano se diferencia dos animais porque consegue produzir seus próprios meios de vida, por isso o trabalho é quem dá forma ao ser humano”. Nos assentamentos, cada um deve produzir o seu sustento, esta é a exortação. O desemprego e a desocupação são vistos como desumanização do ser humano. Deve-se procurar utilizar todo o potencial da força de trabalho e buscar alternativas de investimentos para que todos tenham condições de integrar-se ao trabalho.

¹⁵² ENTREVISTA. Ademar Bogo, 47, casado, assentado no Assentamento Prado - Bahia entrevista realizada em julho de 2005.

A falta de escolas, o baixo grau de escolaridade, e o sentimento de que a educação é importante se transforma num valor. O estudo dos clássicos de esquerda, Marx, Lênin, Mao Tse-Tung, entre outros, é obrigatório nos cursos. A educação é entendida como um direito e uma tarefa de todos, conforme afirma Kolling (2004): “os militantes devem procurar alfabetizar todos os adultos e estruturar a educação, embasada em novos princípios pedagógicos, deve ser uma tarefa de todos”. Reafirmando este valor:

devemos ter amor ao estudo. Conhecer todas as coisas. Desenvolver formas de organizar a produção e a sociedade, que ajudem a melhorar o tempo em que vivemos. Ninguém é tão incapaz que não consiga escrever um poema, um canto, uma carta ou mesmo um pensamento que seja. É preciso criar. É elaborando que se aprende. Nossa inteligência é subutilizada. Há espaço dentro dela para ser preenchido. Nela devemos colocar o máximo de coisas boas para que sejam reproduzidas. (ENTREVISTA)¹⁵³

A capacidade de indignar-se é o sétimo valor que deve ser vivenciado pelos militantes. A dura realidade vivida pelos excluídos e as diversas atrocidades que presenciam cotidianamente insensibilizam as pessoas. O texto recorre a Ernesto Che Guevara demonstrando que a indignação é um valor: “Sentir profundamente qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo, é a qualidade mais bonita de um revolucionário”.

A exortação aos militantes é no sentido de este reaja, sempre que identificar uma injustiça cometida contra qualquer ser humano. Indignar-se é visto como uma tarefa urgente e fundamental. As pessoas precisam redescobrir o valor de serem humanas.

Além dos valores, existem princípios que devem ser seguidos pelos seus integrantes. Os princípios abaixo foram sendo criados em discussões nas diversas instâncias do Movimento e depois se transformaram em um cartaz amplamente divulgado na base social. Talvez pela influência da religiosidade

¹⁵³ ENTREVISTA. Edgar Kolling, 41, casado, Coordenador Nacional do Setor de Educação do MST, residente em Porto Alegre- RS, entrevista realizada em dezembro de 2005.

na constituição do Movimento, esses princípios se assemelham aos mandamentos, que seus membros devem seguir:

1. *Amar e preservar a terra e os seres da natureza.*
2. *Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.*
3. *Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.*
4. *Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.*
5. *Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.*
6. *Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores...*
7. *Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.*
8. *Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza.*
9. *Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.*
10. *Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.*

(Fonte: Secretaria Nacional MST, São Paulo, 2004.)

Estes cânones servem para formar seus quadros dentro da proposta ideológica do Movimento. Sua legitimação ocorre no campo simbólico, isso exige que outros grupos sociais reconheçam estas práticas como legítimas. Por isso, os integrantes do MST buscam na própria sociedade esta legitimação, o que lhes confere uma forte carga de poder. São reconhecidos como portadores de uma bandeira de luta, de reivindicações de um grupo social mais amplo, que são as 4,7 milhões de famílias sem terra. Esta legitimação identitária ajuda a delimitar e ao mesmo tempo ampliar a própria área da ação política. No imaginário social do MST cabe aos seus integrantes realizar e comprometer-se com a luta pela Reforma Agrária e com os processos de transformação social. O poder político se amplia na medida em que vinculam suas questões específicas de desigualdades, exclusões e discriminações com a lógica e a dinâmica da política macroeconômica, com modelos de desenvolvimento excludente, incorporando novos desafios à sua luta específica e corporativa.

Este processo gesta identidades resistentes e contestadoras da ordem vigente criando seu imaginário social.

Baczko (1985) afirma que por meio do imaginário se pode atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo, ou conforme Castoriadis (1995: p.177) “*é pelo imaginário que uma sociedade se constitui, é no fazer de cada comunidade que se responde às suas perguntas, que uma sociedade se define*”. É nele que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro. A imaginação social pode ser um fator regulador e estabilizador, além disso, é também a faculdade que permite que os modos de sociabilidade existentes não sejam considerados definitivos, os únicos possíveis, possibilitando outras concepções e percepções do mundo em que vivem. Conforme a construção de outras formas de organização da sociedade implícita no imaginário social dos Sem Terra.

O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, e também por mitos, símbolos, alegorias e rituais, constituindo-se numa rede imaginária que possibilita observar a vitalidade histórica das criações dos sujeitos; como estes utilizam socialmente as representações e as suas idéias; e como estes elementos se interrelacionam, plasmam visões de mundo e reconstroem condutas e estilos de vida ora preservando as concepções e ordens vigentes, ora introduzindo mudanças.

A análise do imaginário social do Movimento pode revelar o que está por trás da organização, quais são seus objetivos, suas estratégias de luta e como estas se complementam ou se distanciam da imaginação social dos seus integrantes. O que Baczko (1982) chama de *comunidade de imaginação* ou *comunidade de sentido*, que são as significações imaginárias construídas e reconstruídas por imagens simbólicas que definem, para estes indivíduos pertencentes a uma mesma organização, os meios inteligíveis, como a bandeira e o boné, as músicas e o hino, as ocupações, marchas e

manifestações que possibilitam o intercâmbio permanente entre o sujeito e a organização à qual ele se sente vinculado.

A imaginação é um dos modos pelo qual a consciência apreende a vida e a re-elabora. A experiência construída na luta pela terra, a convivência com outras pessoas ao mesmo tempo iguais e diferentes, faz com que os trabalhadores “saíam de si mesmo” e busquem satisfações que ainda não encontraram na vida anterior, antes de ingressar no Movimento. Criam e recriam novos sentidos para aquilo que fazem como seres humanos, geram e recriam imagens de si próprios como sujeitos. Imagens calcadas na realidade social, conforme afirma Castoriadis, o imaginário social é criação humana:

Criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos (CASTORIADIS, 1982, p. 13).

Significa que toda “realidade” é “realidade social”, todos os objetos não são objetos só, mas “objetos sociais” criados pelo ser humano. Neste sentido, o real da vida dos trabalhadores não pode apenas ser visto como um conjunto de fatos que o oprimem, desqualificam, segmentam e exploram. Estes fatores estão no cotidiano, nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais que se articulam na vida do assentado. A imaginação também serve para libertá-los da evidência do presente imediato, refletindo o futuro e reconstruindo o passado. O imaginário permite a criação e a recriação. É aquilo que Bloch (2002) denomina de “o ainda-não-ser”, acreditando nas potencialidades imanentes do ser humano que ainda não foram exteriorizadas, mas que constituem uma força dinâmica que os projeta para o futuro.

É através do imaginário que os sujeitos recriam, reinterpretam e astuciam o mundo, vinculado ao real, ao cotidiano, às suas experiências. Deve-se distinguir imaginário de imaginação e de fantasia (BLOCH: 2002) ou do fantástico (HELD: 1977). A fantasia tende a criar um imaginário alternativo á

uma situação insatisfatória. Já a imaginação permite a consciência humana adaptar-se à uma situação específica ou mobilizar-se contra a opressão.

No imaginário, o significado precisa ser reconhecido no processo de decodificação, caso contrário, o símbolo cai no vazio, não se efetiva a troca imaginária. Sendo assim, o Movimento não se reduz à dimensão simbólica, mas só existe no plano simbólico, pois é legitimado por significações que encarnam sentidos reconhecidos pelos seus integrantes, por aqueles que se sentem pertencentes a esta comunidade imaginada. Este sistema simbólico emerge para reunir o imaginário social, disperso, fragmentado, diversificado em tantos acampamentos e assentamentos distribuídos pelo País. Permite a funcionalidade da organização e dos processos sociais, através dos múltiplos imaginários, que se complementam, coexistem, superpõem-se ou excluem-se enquanto forças reguladoras do cotidiano. O real é, pois, sobredeterminado pelo imaginário e expressa as relações vividas no cotidiano.

O campo do imaginário social, ao ser investigado pelo historiador, não pode ser tomado como fiel reproduzidor da realidade material, mas como elemento simbólico a ela articulado, mantendo, de acordo com o caso, maior ou menor correspondência. É preciso, utilizando a metáfora de Pesavento (1995), articular o *texto*, que são as imagens, discursos, símbolos, etc., presentes no campo do imaginário, com o contexto, ou seja, a materialidade das relações sócio-econômicas vividas na sociedade em que estão inseridos formando uma totalidade histórica:

Partimos da premissa de que só é possível decifrar a representação através da articulação texto/contexto. [pois] não se pode abandonar a idéia da totalidade para estabelecer a compreensão de um texto (PESAVENTO, 1995, p. 16).

Pensando dessa maneira, é possível reconstruir o campo do simbólico como espaço da ação humana e, como tal, pertinente ao estudo histórico. Esse olhar historiográfico, porém, não trata o simbólico como imagem fiel da realidade social, mas como a forma que os sujeitos históricos percebem-se e interpretam o real. Para Baczko (1982), a imaginação social é um aspecto

significativo e é através dela que as sociedades se percebem, elaboram uma imagem de si próprias e atribuem identidades sociais a seus membros.

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores, tais como o do 'chefe', o 'bom súdito', o 'guerreiro corajoso', etc (BACKZO: 1982, p. 409).

Como vemos, é no campo do imaginário social que a sociedade informa os sujeitos históricos de seus papéis incorporando ou excluindo os indivíduos e grupos. Podemos, assim, considerar que dentro desse campo simbólico são travados combates pela legitimação de representações do significado de ser do MST, pertencer ao MST, como foi demonstrado nas entrevistas com os trabalhadores. Existem diferentes concepções sobre esta noção de pertencimento. Cada um sente-se membro da organização de diferentes maneiras.

Chartier (1990) também aponta as representações sociais como formadoras de entendimentos do mundo que, adotados pelos indivíduos e grupos, lhes conferem uma dada identidade. Através dessas representações coletivas é possível entender como, dentro de uma sociedade, se constituem diferentes leituras do mundo; como essas leituras representam e incorporam socialmente os diferentes grupos, e, assim, legitimam e reproduzem relações sociais. É o que ocorre com relação às formas de organização interna do assentamento entre os trabalhadores individuais e coletivos.

Da mesma forma na relação social entre os integrantes do Movimento e seus opositores se estabelece um campo de negociação onde a força das representações sociais é disputada. Neste espaço de negociação ocorre a definição dos papéis dos indivíduos na sociedade. Portanto, é possível afirmar que os diferentes grupos sociais disputam a construção de identidades e representações. Fazem leituras particulares do mundo, concebem, para si e para os outros, identidades que atendam a seus interesses articulando as

representações, identidades sociais e o mundo material. Ou ainda, como afirma Baczko (1982), como um apelo a ação e adesão de um sistema de valores que vai remodelando ou reconstruindo novos comportamentos:

Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em casos de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum (BACKZO: 1982, p. 411).

Pode-se afirmar, então, que o poder, no interior do Movimento, só se estabelece no momento em que é coletivamente reconhecido; esse reconhecimento, sem dúvida, passa pelo campo do imaginário social, ou ainda, pela construção de um conjunto de representações sociais que estabeleçam esse poder como legítimo, segundo Baczko:

Qualquer sociedade precisa imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder. (...) Ora, na legitimação de um poder, as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário a que dão nascimento e de que o poder estabelecido se apropria (BACZKO: 1982: p. 410).

Como momento de legitimação, as representações sociais se mostram um espaço de disputa entre os diferentes grupos com o intuito de tornar legítima a sua visão de mundo. Estabelecida essa dominância, o campo simbólico atua como um campo de exercício do poder. Um poder que não coage fisicamente, mas constrói no interior dos indivíduos os valores necessários à manutenção das estruturas sociais, justificando determinadas práticas sociais em detrimento de outras. São as representações criadas para identificar a si e ao mundo material que dão unidade a esta coletividade denominada MST, formando, assim, as ligações simbólicas das múltiplas identidades encontradas nesta pesquisa.

As representações sociais compõem uma das dimensões do social que interferem no posicionamento político dos trabalhadores Sem Terra. As ações de contestação estão pautadas pelas representações que estes internalizam

como legítimas à sua identidade social de lutadores do povo brasileiro. É no campo do simbólico, portanto, que os sujeitos históricos vão identificar-se como condutores da luta pela Reforma Agrária. Afirmam-se na memória para formular justificativas que postulam uma organização social diferente.

Estes valores são materializados num espaço social. O assentamento é para estes trabalhadores o espaço em que reconstroem suas memórias e de seus antepassados. Reverenciam lutadores que os antecederam.

Conforme Nora (1993), os lugares de memória são espaços físicos que trazem em si a capacidade de preservar a memória coletiva de um grupo. Nestes lugares, há uma materialização do que seria simbolicamente parte fundamental da busca de identidade, de reforço de laços eletivos e afetivos de um país ou de determinados grupos. O lugar contribui, dessa maneira, para a formação de uma comunidade imaginada que se constitui a partir dos marcos físicos de memória. O próprio Movimento é um dos espaços onde esta memória é reconstruída, pois orienta ações que são materializadas nos assentamentos e acampamentos.

A construção da memória pode ser constatada também na materialização dos seguintes elementos: (a) a escolha do nome do assentamento: normalmente o nome da fazenda desapropriada está ligado às diversas formas de repressão e opressão. Os trabalhadores ressignificam aquele espaço escolhendo um nome para o assentamento. Na maioria das vezes, esta escolha faz uma homenagem a alguma liderança histórica, uma data, uma luta ou algo que represente, no imaginário, o sentido da vida nova e de luta. São exemplos: O Assentamento 29 Outubro, a primeira ocupação da Fazenda Annoni, Assentamento Che Guevara, Carlos Mariguela, Padre Josimo, e assim por diante. (b) Placas de identificação: O Movimento orienta para que cada assentamento tenha uma placa indicando e identificando o assentamento do Movimento Sem Terra. Lutar para que as entradas que levam para a sede do assentamento estejam em boas condições de acesso. Arborizadas e floridas, embelezando o lugar em que se vive. Isso eleva a auto-

estima e serve para ir fixando as pessoas nos lugares em que vivem. (c) A organização em forma de agrovilas: Na organização dos assentamentos há um trabalho de convencimento para que as famílias morarem de forma mais agrupada possível. As moradias em formação de agrovilas evitam o isolamento e é a melhor forma de organizar a urbanização nos assentamentos garantindo os serviços de infra-estrutura. Também se constata que aqueles que vivem mais próximos ampliam as relações sociais, a coesão do grupo, e partilham mais as concepções nos aspectos político, econômico, social e cultural. (d) Construção de praças: Orienta-se que em cada agrovila sejam construídas praças com o plantio de árvores, flores, palmeiras, cactos, recuperando árvores nativas da região. E que nela se faça algum tipo de pedestal homenageando a quem deu origem ao nome do assentamento ou a uma luta importante. (e) Jardins: No quintal ou na frente das casas dos assentamentos, cada família deve plantar no mínimo uma árvore e um canteiro de flor. A árvore como símbolo de vida, resistência, fruto e esperança. A flor como sinal de carinho, beleza e alegria. Em cada assentamento, deve-se garantir a preservação de área florestal como reserva permanente ou reflorestar áreas desmatadas. (f) A produção de horta alimentícia: Em cada assentamento, de forma coletiva ou individual, produzir hortas com legumes e hortaliças, diversificando e qualificando os hábitos alimentares. (g) Produção de hortas medicinais e construção de Postos de Saúde: Em cada assentamento, lutar pela construção de postos de saúde e produzir hortas medicinais, recuperando a medicina popular. Ter pessoal na área de saúde preparado para cuidar da saúde como um dos maiores valores da vida; combater as doenças e cultivar a saúde. (h) Escola e educação: A organização das escolas nos assentamentos deve refletir de fato a educação no MST. Esta visa construir o novo homem e a nova mulher, e preparar as crianças e jovens para a construção da nova sociedade. (i) As atividades de lazer, cultura e esporte: criar espaço nos assentamentos para desenvolver atividades organizadas de lazer, tais como: festas de aniversário da ocupação ou da criação do assentamento, bailes e forró; espaço para a juventude e todos os assentados para que possam desenvolver

atividades culturais, mas como prioritário organizar as atividades esportivas, não apenas futebol, mas diversas atividades que envolvam todas as faixas etárias e ambos os sexos. Preparar quadras desportivas e uniformizar os atletas como membros do MST são intencionalidades e orientações do Movimento. Ao visitar os assentamentos percebe-se que alguns implantam estas orientações. Outros talvez nem as conheçam direito. Uma das dificuldades é fazer com que estas decisões tomadas em âmbito nacional, ou nos diferentes setores, de fato cheguem até a base social. Além disso, nem toda base social está convencida da importância destas determinações. As pessoas tendem a incorporar estas orientações quando estas têm algum vínculo com necessidades internas do próprio indivíduo.

Nora (1993) explica que a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, são “*sinais visíveis do que foi*” a história do grupo. São gestos de reconstrução do passado no presente. São gestos simbólicos de atualização. É através desta memória transformada em história, que se estabelecem os “*lugares de memória*”, que seriam: “*museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações (...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea*” (NORA, 1993.p 196). Neste sentido, a memória é uma construção do grupo social.

Assim, o gesto de constituição dos lugares de memória é um trabalho, uma construção simbólica. Esta definição vai dar conta da existência de uma série de monumentos e de marcos concretos cuja função simbólica é a de remeter, a partir do presente, à memória já vivenciada.

Nesta perspectiva, podemos entender em que medida a implantação destas orientações, marcos, placas, nomes dos assentamentos, o plantio de árvores realizado pelos assentados, se configurariam em uma estratégia de manter viva a memória de suas lutas. Esta construção de símbolos garantirá ao espaço físico, o assentamento, o status simbólico de um lugar de memória. Mas, neste caso estaremos nos deparando com um lugar da memória “oficial

do Movimento”, porém existem outras memórias subterrâneas que emergem das histórias de vida das pessoas. O assentamento, portanto, traz em seu bojo um constante confronto entre as diferentes memórias, quer seja nos projetos individuais das famílias sem-terra ou nos projetos coletivos propostos pelo Movimento. Outro aspecto importante é a formação que cumpre a função de desenvolver novos saberes e visões de mundo, bem como responder à demanda por uma educação diferente, que valorizasse a cultura do próprio grupo social.

2.4 O processo educativo e pedagógico na formação das identidades

Assim que ocorreu a ocupação da Fazenda Annoni, logo em seguida construiu-se no acampamento um barraco para servir de escola para atender as crianças que acompanhavam as famílias na luta pela terra. A idéia de ter uma escola no acampamento surgiu como uma necessidade e preocupação do que fazer com as crianças do acampamento, conforme afirma a professora Bernardete:

eu entrei no acampamento (1985), a gente começou a fazer a discussão do que fazer com as crianças dentro do acampamento. Porque aí a própria liderança e os pais perceberam que a solução começou a demorar e aí o que vamos fazer com as crianças do acampamento que eram mais de 600 crianças de primeira a quarta série. Eram mais de 1500 famílias e aí a gente tomou a decisão de conseguir escola oficial mais aí a gente atendia as crianças debaixo das árvores depois conseguimos a lona, construímos um barracão de lona e foi nessa escola que surgiu a idéia da escola itinerante. Então foi nessa luta aqui que começou a idéia da escola acompanhar os acampamentos (ENTREVISTA)¹⁵⁴

Logo, a escola surge da necessidade de ocupar as crianças. Colocá-las num espaço para evitar que ficassem “soltas” por entre os barracos do acampamento:

E aí dava problema, criança brincando aí umas cortavam os barracos de uns, cortavam o barraco de outros, claro criança tem

¹⁵⁴ ENTREVISTA. Professora Bernardete, 42, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

toda a energia do mundo. E aí o pessoal sentiu a necessidade de certa organização (ENTREVISTA)¹⁵⁵

Mas também analiso que a educação é uma questão de estratégia política. Pois as crianças em idade escolar não foram para o acampamento, ficaram com os avós, parentes ou vizinhos. A ocupação ocorreu no final de outubro durante o período escolar, vieram somente os filhos menores e os que já haviam concluído as primeiras séries, que não estavam mais estudando.

de outubro até o final do ano, as crianças ficaram estudando lá junto com seus parentes, depois foi uma debandada de crianças lá pro acampamento (ENTREVISTA)¹⁵⁶

A escola passou a ser uma bandeira de luta. Uma luta para garantir o direito à educação. A forma encontrada foi pressionar as autoridades municipais e estaduais. Os pais se organizaram e junto com as crianças foram exigir a criação de uma escola no acampamento.

no momento que nós íamos nas audiências e falamos o número de crianças, lá tem 600 crianças fora da escola, e tava tudo uma propaganda que as crianças tinham que estar numa escola, que o lugar da criança é na escola, e aí nós mostráramos esse número e eles se apavoravam, ao mesmo tempo eles tinham um pé atrás, porque era uma situação ilegal, daí eles se perguntavam, como nós vamos colocar uma escola numa situação ilegal? Né, se nós colocar uma escola lá, nós estamos dando força pra eles, então eles tinham este choque de entendimento (ENTREVISTA)¹⁵⁷

A escola foi sendo conquistada por meio de uma luta que envolvia os pais, as crianças, professores, assim como foi feita a ocupação para conquistar a terra. A pressão social e a forma de negociação coletiva foram sendo gestadas desde as primeiras lutas. O apoio externo e a solidariedade também foram aspectos importantes:

eu acredito assim que foi mais pressão, na época o CEPERGS ajudou bastante nós, também o prefeito do município, apavorado com aquele monte de gente, e criança tinha que dar uma resposta. Eu acredito que a questão legal da escola foi em função do número. E pela pressão, porque os vários pais, o

¹⁵⁵ Ibidem

¹⁵⁶ ENTREVISTA. Professora Bernardete, 42, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

¹⁵⁷ Ibidem.

grupo dos pais indo lá negociar e a gente percebia que nunca tinha tido este tipo de negociação, né eu lembro que o secretário lá na época, dizia quem é você pra negociar? (ENTREVISTA)¹⁵⁸

Em julho de 2004, visitando a escola do assentamento, encontrei Bernardete rodeada de crianças. Um entra e sai de crianças na sala da direção colegiada. Ali funciona uma escola com uma pedagogia diferente. A pedagogia proposta pelo setor de educação do Movimento. Descrevo a construção histórica desta proposta pedagógica logo abaixo.

O que chama a atenção nesta escola num primeiro momento é a participação das crianças e da comunidade assentada. As crianças organizam-se em grupos, controlam a chamada. Nas assembléias com os pais, decidem os temas de pesquisa durante o ano. E não são apenas temas “ideológicos”. Os alunos falam sobre questões diversas: estudo dos poetas, o problema da água no assentamento, a biodiversidade, os transgênicos, assuntos que são combinados entre escola, alunos e professores.

A biblioteca é controlada pelos próprios alunos. No final da manhã fui convidado para ir até a quadra de esportes. Iria ocorrer uma assembléia da escola com os professores e alunos. A pauta da discussão era sobre o orçamento participativo do Município de Pontão.

Cada coordenador de brigada deu seu informe dizendo como estavam se organizando para no dia seguinte ir de ônibus até a sede do município para apresentar as propostas da escola para serem incluída no orçamento participativo.

Lá, não existe a figura da diretora. Possuem uma direção colegiada composta por três professores, representantes dos alunos e representantes dos servidores da escola. O projeto pedagógico foi elaborado pela própria escola com apoio de professores universitários que fazem pesquisa com enfoque nesta pedagogia. Recebem muitas visitas externas e algumas

¹⁵⁸ Ibidem

internacionais que querem conhecer uma escola de assentamento onde funciona um sistema diferenciado de educação.

Tu quer saber uma coisa, eu não fui formada para enfrentar uma situação assim. Nenhuma escola forma para trabalhar o social, as dificuldades sociais de uma criança, no Brasil não existe uma escola que ensine isso. Então eu fui aprendendo com eles, e o Movimento acho que me ajudou muito neste sentido pedagogicamente. Eu acho que, claro que a gente sempre deixou, eu poderia ter feito melhor, mas o que a gente pode fazer, a gente fez, da maneira como a gente foi trabalhando conquistando as coisas. Eu acredito claro que muitas coisas as crianças poderiam ser melhor atendidas, trabalhadas, mas...eu também sabia que eu não fui formada para isso. Eu me formei lá. Na escola da vida (ENTREVISTA)¹⁵⁹

A proposta de educação começa a ser formada no Movimento, segundo Caldart e Cerioli¹⁶⁰, entre os anos de 1988 a 1995 com a organização do Setor de Educação e as frentes de atuação¹⁶¹. Os educadores criaram um Coletivo Nacional de Educação com pessoas do próprio Movimento assessoradas por professores e pesquisadores externos que se identificavam com esta pedagogia.

o ponto de partida foram as crianças que estavam acampadas e não tinham aula. A necessidade obrigou a criar. Como nós tínhamos vários setores no acampamento, de higiene, de saúde, de negociação, vários setores... foi preciso criar um Setor de Educação (ENTREVISTA)¹⁶²

Quase ao mesmo tempo em que as famílias começaram a lutar pela terra começou também a luta pelo acesso dos Sem Terra à escola pública. Exigindo que o Estado cumprisse seu papel, a luta iniciou por uma educação fundamental para crianças e adolescentes; aos poucos foi sendo incorporada a bandeira da alfabetização e logo em seguida a educação de jovens e adultos;

¹⁵⁹ ENTREVISTA. Professora Bernardete, 42, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

¹⁶⁰ Os períodos de recortes no tempo utilizados aqui são os recortes adotados amplamente pelo próprio MST em sua literatura.

¹⁶¹ Antes, a preocupação era basicamente com a educação de crianças, da primeira à quarta série. Ver os livros de Roseli Caldart para uma excelente análise do processo histórico de construção de uma pedagogia própria do MST e de suas frentes de atuação educacional.

¹⁶² ENTREVISTA. Isaias Antonio Vedovatto, 43, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em julho de 2003. Dirigente do MST-RS que esteve acampado na Annoni, e hoje vive no Assentamento 29 de Outubro

depois exigiram, também, a educação infantil e mais recentemente a educação universitária.

A educação média surgiu com a possibilidade de cursos alternativos para formação dos professores das escolas conquistadas e logo para a formação de técnicos para as experiências de cooperação desenvolvida nos assentamentos.

Nestes vinte anos de existência do Movimento, segundo Edgar Kolling, coordenador nacional do Setor de Educação, foi possível conquistar cerca de 1500 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos. Nelas estudam 160 mil crianças e adolescentes Sem Terra. Foram formados mais de 4 mil professores em parceria com Universidades. O setor também desencadeou um trabalho de alfabetização de jovens e adultos, com 2000 educadores que em 2003 alfabetizaram 28 mil pessoas. Criou-se no setor a frente de educação infantil que atua principalmente nos cursos e encontros, e em alguns acampamentos e assentamentos. Foram formados pelo menos 500 educadores nesta nova frente. Criaram 20 escolas de ensino médio nos assentamentos e colocaram nas Universidades em torno de 800 jovens e adultos que estão cursando a graduação em várias áreas do conhecimento.

A luta por escolas públicas nas próprias áreas de Reforma Agrária fez com que se conseguisse praticamente universalizar o acesso das crianças em idade escolar à escola acompanhando os dados da educação nacional:

o que certamente não teria acontecido se tivéssemos aceitado a lógica do transporte escolar, pressão que continua até hoje na implantação de cada assentamento; - porque toda vez que conseguimos conquistar uma escola de educação fundamental completa e de educação média em um assentamento ela representa menos adolescentes e jovens do campo fora da escola, e mais gente enraizada em seu próprio lugar; - conseguimos com esta luta específica recolocar a questão da educação da população do campo na agenda de secretarias de educação, de conselhos estaduais, do próprio MEC; - porque aprendemos neste processo que a escola tem que estar onde o povo está, e que os camponeses têm o direito e o dever de participar da construção do seu projeto de escola.

(Fonte: MST, Boletim n.9 Educação no MST: balanço 20 anos, set, 2004. São Paulo)

Mesmo assim toda esta luta de 20 anos não impediu a reprodução nos assentamentos do ‘gargalo’ ou o ‘funil’ que caracteriza o acesso à educação em nosso país. Das 1500 escolas, em torno de 200 trabalham com a educação fundamental completa e menos de 20 com o ensino médio.

A visão predominante no poder público tem sido a seguinte: “até 4ª série, se não tiver outro jeito, se a pressão for muita, a gente até cria escola ali no assentamento; mas depois, quem quiser continuar estudando que vá para a cidade”. Nos últimos anos temos gasto mais energia para impedir o fechamento de escolas do que para abrir novas ou ampliar as existentes. E o pior: nossas comunidades se acomodaram a esta realidade de escolas até 4ª série, e as iniciativas do setor também têm sido tímidas para reverter uma situação que é estrutural

(Fonte: MST, Boletim n.9 Educação no MST: balanço 20 anos, set, 2004. São Paulo.)

Analisando os textos, boletins e cadernos de formação escritos sobre a educação, percebe-se que foram produzidos por muitas pessoas num processo de construção coletiva. Tem a marca das experiências coletivas: valorização da prática e de seus sujeitos, o diálogo com teorias diversas, mas priorizando a perspectiva de classe e de valorização do ser humano. Para Sérgio Gorgen, frade franciscano e um dos fundadores do Movimento, a escola protagonizada pelos trabalhadores Sem Terra trouxe vários frutos:

me emocionei com uma senhora que está bem velhinha, que está agora morando junto com o filho no assentamento em que eu moro, em Encruzilhada do Sul, não sei porque cargas d’água ela tinha que assinar um papel e perguntei: ‘a senhora sabe assinar o nome?’ e ela respondeu ‘sei, aprendi lá no Erval Seco!’ (ENTREVISTA)¹⁶³

A construção desta pedagogia assumiu vínculo com a luta dos trabalhadores Sem Terra e contou com a participação de diversos educadores. Educadoras dos assentamentos eram chamadas de “professoras leigas” pela linguagem educacional oficial em razão da ausência de titulação específica para exercer a função, mas isso não significou um impedimento para

¹⁶³ Frade franciscano, acompanhou o Movimento desde o início, em 2003-2006, elegeu-se deputado estadual PT-RS.

participarem e protagonizarem o processo coletivo de produção do projeto pedagógico. A educação foi pensada desde o início no sentido de atender a demanda pela escolarização das crianças e em seguida incorporou os jovens e adultos:

as famílias iam inteiras para o acampamento e as crianças não tinham como estudar. “Era uma criançada e não conseguíamos ter um trabalho permanente de educação. Então no período de férias, de 1984 para 85, nós conseguimos convencer um grupo de meninas que faziam o magistério, numa escola normal de Frederico Westphalen, onde as irmãs trabalhavam, para passar o período das férias dando aula para as crianças... Aí os adultos resolveram aprender também, tinha uma porção de analfabetos. Foi aí que organizamos a alfabetização de adultos. Algumas pessoas antes analfabetas, hoje, graças ao trabalho feito no acampamento, conseguem escrever seus nomes (ENTREVISTA)¹⁶⁴

Estas experiências com apoiadores e educadores que se solidarizavam com o Movimento forçou a revisão da oposição inicial entre “professores de dentro” *versus* “professores de fora”. Foram sendo ampliados os conceitos de “educadores do MST” e “educadores da Reforma Agrária”, o que significou um avanço, uma abertura para novas abordagens e concepções de educação, conforme afirma a Professora Luci Piovesan, do Assentamento na Annoni:

as professoras, que em sua maioria eram esposas de acampados, reuniam as crianças e davam aula mesmo sem receber do governo do Estado. A importância dessa iniciativa era não deixar as crianças completamente paradas, embora as aulas não valessem como ano letivo, ao menos elas recebiam alguma formação evitando que se perdesse o conhecimento que já tinham adquirido nas escolas, antes de irem para o acampamento. Uma criança tinha cursado a primeira série quando voltasse a escola não ia saber mais nada teria que voltar a fazer novamente a mesma série (ENTREVISTA)¹⁶⁵

¹⁶⁴ ENTREVISTA. Sérgio Gorgen, 49, Frei Franciscano, Ex-Deputado estadual, fundador do MST, MPA, residente no Assentamento Dois Irmãos-RS, julho de 2005.

¹⁶⁵ Luci Piovesan, professora, assentada no Assentamento 29 de Outubro, na Fazenda Annoni, julho de 2003.

A formação de professores teve início em 1990, primeiro de nível médio ou magistério, e a partir de 1998 também de nível superior, com o curso Pedagogia da Terra, em parceria com a Unijuí-RS. Os cursos formais tiveram um impulso maior a partir da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA-INCRA/MDA). Em 2004, já haviam sido formados aproximadamente 800 educadores nestas turmas específicas.

A experiência com as turmas de Pedagogia nos fez perder o medo da universidade e quebrou o mito de que camponês não pode ter espaço nela. Na sociedade brasileira a universidade simboliza, de fato, e ainda hoje, o latifúndio do saber; uma instituição pensada desde uma lógica elitista e que se perturba toda vez que há a entrada de pessoas organizadas (movimentos sociais) que representam e lutam por uma outra lógica.

(Fonte: MST, Boletim n.9 Educação no MST: balanço 20 anos, set, 2004. São Paulo)

A educação passou a fazer parte da agenda política do Movimento, sendo incluída nas pautas de reivindicação apresentadas aos governos Estaduais e Federal. No mesmo patamar de importância de outras reivindicações, dividindo espaço com a terra, o crédito, a cesta básica para os acampamentos. Desenvolveu-se internamente uma percepção de que a educação é fundamental para o desenvolvimento social dos trabalhadores rurais Sem Terra. Não como mais um serviço, mas como direito e dever de educar, como parte integrante da luta pela terra e como um valor -- o estudo.

Na base social, as demandas pela alfabetização surgem da necessidade de reduzir o grande número de analfabetos que em seus núcleos não conseguem ler os materiais produzidos pelo Movimento, redigir uma ata da associação, ou seja, pelas necessidades de dominar os códigos da escrita no cotidiano da organização. Da mesma forma surgiu a ciranda infantil pelas dificuldades da inserção das mulheres com filhos pequenos nos cursos, nas instâncias de decisão e no processo produtivo:

quando, por exemplo, não se consegue encontrar num novo assentamento pessoas habilitadas para fazer a ata da fundação de uma Associação, ou mesmo assinar os papéis necessários, o analfabetismo começa mais fortemente a aparecer como um problema para o conjunto da organização. Do mesmo modo a

decisão sobre a produção traz em alguns lugares a questão da participação da mulher que, por sua vez, traz à luz outras dimensões das relações de gênero e entre elas a da educação das crianças (CARLDART, 1997, p.35-36).

A primeira escola construída num assentamento ocorreu em 1983, em Nova Ronda Alta (RS). Este assentamento abrigou uma parte das famílias deslocadas da ocupação da Fazenda Annoni. No ano seguinte, outra escola foi construída num assentamento do Espírito Santo. A escola informal implantada no acampamento da Annoni, em 1985, só foi reconhecida pelo Estado em 1987. Hoje, em 2004, esta prática de educação fundamental nos acampamentos é chamada de “Escola Itinerante”, devido ao fato de a escola ir acompanhando as crianças na dinâmica do acampamento. Quando os trabalhadores são despejados, a escola segue as crianças, de tal forma que elas não fiquem sem aulas.

O primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamentos aconteceu em 1987 no Espírito Santo com a participação de professores de sete estados¹⁶⁶. Este encontro é considerado por Caldart (1997) como “a semente do Setor de Educação do MST”. No encontro, tomou-se a decisão de que o Movimento deveria lutar pela construção de escolas em cada área de assentamento. Na época, o sonho dos assentados era ter uma escola de 1ª a 4ª série para todas as crianças.

A educação do Movimento passou a ter visibilidade na sociedade, nas Universidades. O setor de educação entrou em contato com Paulo Freire convidando-o a conhecer a experiência de alfabetização nos assentamentos. No dia 25 de maio de 1991, ele abriu a Campanha de Alfabetização no Assentamento Conquista da Fronteira, em Hulha Negra, então município de Bagé afirmando:

esta tarde é o começo de algo que já começou. Começou até no momento mesmo das primeiras posições de lutas que vocês assumiram, mas essa tarde marca o começo mais sistematizado, de um novo processo ou de um desdobramento do primeiro, de um grande processo da luta que é um processo

¹⁶⁶ ES, RS, SC, PR, MS, SP e BA.

político, que é um processo social e que é também um processo pedagógico. Não há briga política que não seja isso. Mas o começo mais sistemático a que me refiro que hoje se inicia, tem a ver exatamente com dois direitos fundamentais, entre outros, mas dois direitos fundamentais que poucos têm e pelos quais temos que brigar. O direito a conhecer, a conhecer o que já se conhece, e o direito a conhecer o que ainda não se conhece (PAULO FREIRE, maio 1991. Hulha Negra/RS).

Esta experiência foi ampliada para outros Estados e no mesmo ano foram estabelecidos pelo setor de educação os princípios pedagógicos da “escola que queremos”:

1. *Ter o trabalho e a organização coletiva como valores educativos fundamentais;*
2. *Integrar a escola na organização do assentamento;*
3. *Formação integral e sadia da personalidade;*
4. *Prática da democracia como parte essencial do processo educativo;*
5. *Professor como sujeito integrado na organização e interesses do assentamento;*
6. *Escola e educação devem construir um projeto alternativo de vida social;*
7. *Uma metodologia baseada na concepção dialética do conhecimento.*

(Fonte: Cartilha da Educação A Escola quer queremos. Secretaria Nacional. São Paulo, 1992.)

A partir dos princípios, Edgar Kolling, coordenador nacional do setor de Educação, afirma que os educadores, mesmo sem as condições materiais necessárias, foram construindo uma escola diferente:

é uma caminhada feita de teimosia (...) Às vezes juntos, às vezes cada um do seu jeito e com as condições de cada momento, romper com as cercas de mais um latifúndio: o latifúndio do analfabetismo e da educação burguesa, fazendo a Reforma Agrária também do saber e da cultura (ENTREVISTA)¹⁶⁷

Os educadores foram discutindo no conjunto do Movimento quais deveriam ser os objetivos das escolas dos assentamentos e a partir disso estabeleceram os seguintes:

1. *Ensinar a ler, escrever e calcular a realidade;*
2. *Ensinar fazendo, isto é, pela prática;*

¹⁶⁷ ENTREVISTA. Edgar Kolling, 41, casado, Coordenador Nacional do Setor de Educação do MST, residente em Porto Alegre- RS, entrevista realizada em dezembro de 2005.

3. *Construir o novo;*
4. *Preparar igualmente para o trabalho manual e intelectual;*
5. *Ensinar a realidade local e geral;*
6. *Gerar sujeitos da história; e*
7. *Preocupar-se com a pessoa integral.*

(Fonte: Cartilha da Educação A Escola quer queremos. Secretaria Nacional. São Paulo, 1992.)

A pedagogia do Movimento foi buscar sua aprendizagem em diversos teóricos e teorias da educação. Entre eles, Paulo Freire, a escola do trabalho de Pistrack (educador soviético), incorporação da concepção dos temas geradores, o vínculo com a realidade, teoria e prática e especialmente o envolvimento com temas e problemas do cotidiano dos trabalhadores.

Com o crescimento deste setor de educação dentro do Movimento foram criadas em seu interior frentes como sub-áreas. Em 1993, em São Paulo, ocorreu o primeiro encontro para planejar e avaliar o trabalho de alfabetização em âmbito nacional. Elegeram-se os princípios desta frente de trabalho na educação: (a) Ensinar a ler, escrever e calcular no papel a realidade; (b) Ensinar fazendo, isto é, pela prática ou a partir das necessidades reais dos alfabetizados e do Movimento; (c) Construir o novo que começa nas novas relações e termina numa sociedade sem exploradores e sem explorados; (d) Preparar igualmente para o trabalho manual (especialização da mão-de-obra) e intelectual; (e) Ensinar a realidade local e geral; (f) Gerar sujeitos da história a partir de sujeitos do processo de alfabetização; (g) Preocupar-se com a pessoa integral e com o coletivo.

No ano seguinte, o MST foi convidado à participar da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos, no MEC, ligada à Secretaria da Educação Fundamental (SEF). Esta comissão foi extinta dois anos depois, sem ter exercido influência, de fato, na política do MEC.

Em 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, a luta pela educação foi marca pelo enfrentamento. O MEC não abriu espaços para o Movimento. Praticamente não houve diálogo e quando houve sempre foi muito difícil. Havia uma orientação política de não valorizar a educação realizada pelo

Movimento. A idéia era do Estado como o condutor da educação. Não que esta proposta estivesse equivocada, mas no meio rural o Estado está muito ausente e, por isso, deve levar em consideração os esforços de outras organizações que podem cumprir um papel importante como protagonista do processo educativo. São exemplos as escolas indígenas, quilombolas, famílias agrícolas, escolas agrícolas e as escolas técnicas.

A fim de dinamizar o processo pedagógico, o setor criou um hino próprio para frente de educação de jovens e adultos, cujo lema é: *sempre é tempo de aprender!*

*Quem é que tem interesse em participar,
Quem é que se prontifica para ensinar
Tá lançado o desafio e o refrão vamos cantar:
Sempre é tempo de aprender, sempre é tempo de ensinar.
Quando criança nos negaram esse saber,
Depois de grande vamos pôr os pés no chão,
Há quem não sabe o dever de repartir,
Todos na luta pela alfabetização.
Jovens e adultos lápis e papel na mão,
Unificando educação e produção,
Num gesto lindo de aprender e ensinar,
Se educando com palavras e com ação.
Na nossa conta um mais um tem que crescer,
A liberdade vai além do ABC,
Um conteúdo dentro da realidade,
Vai despertando o interesse de saber*

(Autoria: ZÉ PINTO)¹⁶⁸

Além dos princípios pedagógicos, o setor de educação, discutindo a filosofia de ensino, estabeleceu os princípios filosóficos da educação: (a) Educação para a transformação social: educação de classe, massiva, organicamente vinculada ao movimento social, aberta ao mundo, para a ação e aberta para o novo; (b) Educação para o trabalho e a cooperação: voltada para as várias dimensões da pessoa humana; (c) Educação com/para valores humanistas e socialistas; e (d) Educação como um processo permanente de formação/transformação humana.

¹⁶⁸ José Pinto, músico e militante do MST/Rondônia, chamado por Zé Pinto.

Em abril de 1997, por ocasião da Marcha Nacional chegada em Brasília reunindo cerca de 100 mil pessoas, Paulo Freire escreveu uma carta dirigida ao Movimento. A carta intitulada *Do direito e do dever de mudar o mundo*, foi um dos últimos escritos de Paulo Freire, que viria a falecer 15 dias depois:

O Movimento dos Sem-Terra, tão ético e pedagógico quanto cheio de boniteza, não começou agora, nem há dez ou quinze, ou vinte anos. Suas raízes mais remotas se acham na rebeldia dos quilombos e, mais recentemente, na bravura de seus companheiros das Ligas Camponesas que há quarenta anos foram esmagados pelas mesmas forças retrógradas do imobilismo reacionário, colonial e perverso.

O importante, porém, é reconhecer que os quilombos tanto quanto os camponeses das Ligas e os sem-terra de hoje todos em seu tempo, anteontem, ontem e agora sonharam e sonham o mesmo sonho, acreditaram e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura da história como “façanha da liberdade”. No fundo, jamais se entregariam à falsidade ideológica da frase: “a realidade é assim mesmo, não adianta lutar”. Pelo contrário, apostaram na intervenção no mundo para retificá-lo e não apenas para mantê-lo mais ou menos como está.

Se os sem-terra tivessem acreditado na “morte da história”, da utopia, do sonho; no desaparecimento das classes sociais, na ineficácia dos testemunhos de amor à liberdade; se tivessem acreditado que a crítica ao fatalismo neoliberal é a expressão de um “neobobismo” que nada constrói; se tivessem acreditado na despolitização da política, embutida nos discursos que falam de que o que vale hoje é “pouca conversa, menos política e só resultados”, se, acreditando nos discursos oficiais, tivessem desistido das ocupações e voltado não para suas casas, mas para a negação de si mesmos, mais uma vez a Reforma Agrária seria arquivada. A eles e elas, sem-terra, a seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país, devemos mais do que às vezes podemos pensar. E que bom seria para a ampliação e a consolidação de nossa democracia, sobretudo para sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua. A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível.

(Fonte: Arquivo da Secretaria Nacional do MST em São Paulo. Paulo Freire, 17 de abril de 1997.)

Os educadores do Movimento guardam um carinho especial ao mestre Paulo Freire. Sua memória está sempre presente nos encontros e cursos, seja através de cartazes, frases do educador e nas místicas que antecedem ou

encerram as atividades. Apesar deste esforço, ainda persiste no campo um grande número de pessoas sem alfabetização. De acordo com o IBGE, o analfabetismo da população rural acima de 15 anos era de 32,7% em 1985. Cinco anos mais tarde, a pesquisa realizada pelo INEP, IBGE e PNUD constata que no meio rural brasileiro a taxa de analfabetismo é três vezes superior à da população urbana: 28,7% e 9,5%, respectivamente. Os contrastes regionais são bastante acentuados, quando se compara a situação no campo, no Nordeste, o índice é de 40,7% e a Região Sul 11,9%.

Em 1998, com a pressão dos trabalhadores, educadores e Universidades, o INCRA criou o PRONERA. Este programa possibilitou a ampliação dos cursos especiais para áreas da Reforma Agrária, de educação de jovens e adultos, de nível médio e graduação em parceria com Universidades. O Estado obrigou-se a criar políticas públicas específicas para atender a crescente demanda por educação no campo. O PRONERA nasceu neste contexto da educação como um direito conquistado pela pressão social. Surgiu da articulação política do Movimento com outras organizações e instituições públicas preocupadas com a educação do campo. A CNBB, UNESCO, as Universidades, em especial a UnB, que participou ativamente do processo de proposição desta política pública, tendo à frente o GT da Reforma Agrária coordenado pela professora Mônica Molina.

A construção de experiências de educação no meio rural não tem apenas o MST como protagonista, mas uma diversidade de iniciativas importantes que foram socialmente construídas por outras organizações:

a educação do campo é composta por outras importantes e fundamentais experiências educativas implementadas fora do âmbito governamental, promovidas por associações civis e movimentos sociais que têm assumido o papel de combater o processo de exclusão da população rural. Estas práticas pedagógicas, algumas das quais remontam à década de 70, contaram com o apoio de partidos políticos, da Igreja Católica, universidades e organizações não governamentais, contribuindo com a construção de uma nova escola para a população do campo. Dentre as mais expressivas, encontram-se as Casas Familiares Rurais e as Escolas Família Agrícola (que desenvolvem variações da pedagogia de alternância), o Movimento de Educação de Base (MEB), a Rede de Educação no Semi-Árido Brasileiro (RESAB) e

o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

(Fonte: Cartilha da Educação. MST, 2003, p. 25)

Quando se analisa a questão da educação, percebe-se que ela possui vinculação com o modelo excludente de desenvolvimento sócio-econômico do meio rural. Outros fatores importantes a serem considerados são os quase quatro séculos de escravidão e a concentração fundiária. Além do esquecimento da população rural por parte dos Governos, das políticas públicas insuficientes e muitas vezes inadequadas, criaram-se as “cercas” da educação. Cercas estas que representam uma afronta direta a Constituição de 1988, que assegura o direito a educação à todos os cidadãos:

Título VIII: da ordem social

Capítulo III: da educação, da cultura e do desporto

Seção I: da educação

Art.205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.208.: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso em idade própria;

II- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino público;

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou a sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Diversas pesquisas demonstram que a realidade está distante deste anseio de universalizar a educação no meio rural. As matrículas no ensino fundamental, segundo o censo de 1996 realizado pelo IBGE, apontam que os maiores índices de crianças entre 7 e 14 anos que estão fora da escola pertencem a áreas rurais. No ensino médio, a situação piora, pois apenas 1,1% dos estudantes de nível médio moram no campo. Das 15 mil escolas, apenas

3,2% estão na área rural. Estes dados foram confirmados pela Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA)¹⁶⁹, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A pesquisa constatou que a maioria das escolas rurais é pequena e construída com materiais inadequados além de possuir instalações precárias. Destas, 48% têm apenas uma sala de aula e 22,8% duas salas. Esse é um dos motivos para que 70,5% das escolas de ensino fundamental atuem com turmas multisseriadas.

Nos assentamentos, segundo a pesquisa, 95,7% dos alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental estão na escola, o que equivale à média nacional, mas apenas 3,5% dessas unidades oferecem creches, 30% pré-escola e 4,3% o ensino médio. O estudo explicita as distorções existentes no ensino fundamental: 95,7% das crianças entre sete e dez anos estão estudando, porém destas, 92,5% estão nas séries iniciais. Na faixa entre 11 e 14 anos, 94% estão na escola, mas apenas 45% estão nas séries finais do ensino fundamental – de 5ª a 8ª série – o que revela uma distorção entre idade e série.

Quanto aos jovens na faixa etária de 15 a 17anos, 76% estudam, mas apenas 17% deles estão cursando o ensino médio regular; 48,1% estudaram até a 4ª série do ensino fundamental. Dos que têm 18 anos ou mais e que estão fora da escola, 45% fizeram até a 4ª série e 14% nunca foram à escola.

A pressão social feita pelo Movimento, junto aos Órgãos Públicos ligados a educação, tem como objetivo buscar soluções que visem reduzir este fosso social que mantém na exclusão milhares de trabalhadores rurais.

A construção de escolas e centros de formação técnica e política impulsionada pelo Movimento também visa ampliar o acesso ao estudo, decodificar, traduzir, reelaborar o conhecimento a partir da prática dos

¹⁶⁹ O universo da pesquisa apontou que nos 5.595 assentamentos do Incra vivem 2,5 milhões de pessoas e destas 987.890 são estudantes. Das 8.679 escolas, 83% são municipais, 8,3%, estaduais, 4,4%, federais e 3,7% são privadas.

trabalhadores acampados e assentados ampliando as possibilidades de leitura da realidade em que vivem. Possibilitando, dessa forma, uma maior compreensão sobre as questões do contexto macro-social que influenciam, seja positiva ou negativamente, em seu cotidiano.

De maneira geral, as pessoas passam a ver na educação uma perspectiva de melhorar as condições de vida. Colocar os filhos na escola significa sonhar com um futuro melhor, diferente, promissor. Embora o simples letramento não seja garantia de mudanças sociais.

O MST neste sentido exerce um papel pedagógico, como uma grande escola em movimento onde as pessoas educam e se educam, ensinam e aprendem. As pessoas se educam pela experiência com a oralidade e a escrita.

O MST é o grande educador dos Sem Terra. Tem com a educação uma relação de origem: a história do MST é a história de uma grande obra educativa (CALDART, R. CERIOLI, P.: 1997, p.38).

A oralidade é a forma de linguagem principal utilizada pelos trabalhadores. Por isso é utilizada de forma constante pela proposta pedagógica do setor de educação. As músicas e os hinos permeiam o processo educativo. Para cada frente, um hino; para cada importante atividade, poesias ou canções são criadas a fim de reproduzir em forma de arte as intencionalidades:

*É ser antes e sempre um educando.
É reconhecer-se como Sem Terra.
É ter o Movimento como referência.
É saber-se um Educador do Povo.
É ver os educandos como Seres Humanos.
É ser exemplo da prática de valores que libertam.
É estudar muito: conhecer as ciências que fundamentam a arte de educar.
É aprender a educar através de uma Coletividade.
É saber construir o Ambiente Educativo.
É fazer a Escola do Povo Sem Terra.*

No período mais recente, com o Governo Lula, abriu-se um maior espaço de diálogo com o MEC. Entre 8 e 10 de abril de 2003, aconteceu em

Brasília, DF, o I Seminário Nacional do PRONERA, com o objetivo de avaliar os resultados do programa envolvendo os diferentes atores: Universidades (35), Movimentos Sociais (entre eles o MST) e INCRA (27 superintendências).

Constata-se que algumas das conquistas mais importantes foram: a participação dos movimentos sociais na pressão para que o PRONERA se transforme numa política pública e não apenas um programa temporário e pontual; a criação de coletivos de professores de várias áreas e cursos das faculdades atuantes no Programa; o engajamento de vários professores, pesquisadores e estudantes universitários na educação do campo; a entrada dos movimentos sociais do campo em cerca de 70 Universidades, numa aliança que respeita a autonomia e a identidade dos movimentos no processo pedagógico; a alfabetização de cerca de 200 mil pessoas no meio rural nos últimos quatro anos; a inserção de educadores e jovens das áreas de assentamentos nos cursos de graduação especialmente criados para este público.

Na luta pela terra e pela Reforma Agrária o Movimento incorporou a educação como uma questão fundamental. Talvez seja o único movimento camponês de esquerda, no continente Americano, que tenha conseguido colocar nos últimos cinco anos cerca de 850 estudantes nos cursos de graduação, 150 mil crianças em escolas públicas, com 2000 educadores vinculados à esta pedagogia. Um movimento social de luta que ao mesmo é um espaço educativo onde as identidades de seus componentes também são reconstruídas pelo viés da educação e da escolarização, tendo o estudo e o conhecimento como um valor fundamental.

2.5 A luta das mulheres por espaço e participação.

Na trajetória da luta pela terra realizada pelo MST, sempre foi expressiva a presença, participação e atuação das mulheres. Em todas as fases do processo, desde ocupação, organização do acampamento bem como

na vida no assentamento, as mulheres estão presentes. Ampliam-se as formas de participação também nas instâncias de poder. Esta é a perspectiva proposta pelo Movimento que é acompanhada e coordenada pelo Setor de Gênero, criado em 2001.

No entanto, a participação nas instâncias internas de poder, nestes vinte anos de história, não foi sempre assim. As mulheres, embora estejam desde o início do Movimento, não tiveram espaço de representação adequado. À medida que se sobe nos níveis hierárquicos de representação, poucas eram as mulheres presentes nestes espaços.

Assim como ocuparam a terra, os espaços de poder, de fala e de representação tiveram também de ser ocupados por elas. A compreensão e o discurso interno do Movimento era que a questão das mulheres deveria ser vista somente pela ótica da luta de classes. Nela, o que existem são trabalhadores, independentemente do seu gênero. As questões específicas eram consideradas como de menor importância. Num movimento socialista e classista estas questões estariam “a priori” resolvidas pelo seu próprio caráter revolucionário. A prática demonstrou que isso não era verdade, que mesmo dentro de um movimento com propostas avançadas de mudanças sociais, as questões de gênero e específicas das mulheres estavam mal resolvidas ou eram ignoradas.

O tema veio à tona a partir de 1999, quando foi pautado na Coordenação Nacional, fruto de muitas reuniões “informais” realizadas pelas mulheres dirigentes que sentiam a necessidade de explicitar e colocar em discussão nas instâncias suas percepções, questionamentos e demandas. Produziram, então, textos e seminários onde o tema começou a ser tratado de maneira transversal nos principais setores do Movimento.

Foi uma conquista importante, entretanto, é ainda hoje uma batalha permanente, visto que o machismo está impregnado na sociedade e no meio rural com maior intensidade, não existindo motivos para “automaticamente” ser

diferente no MST. Os homens, ao ingressarem no Movimento, trazem consigo seus sonhos, esperanças, seu modo de vida e as relações sociais construídas historicamente. Transformam-se, reconstroem suas identidades, mas, ao mesmo tempo, mantêm determinadas formas de exclusão do feminino. Seja no método de organização, nos espaços de representação, a quem se dirigem nas reuniões, quem intervém no espaço público. Reproduzem comportamentos da sociedade em que vivem.

Quando analiso as falas das mulheres na pesquisa que realizei, percebo que a participação delas é mais efetiva na ocupação e durante o processo de luta no acampamento. Elas têm forte influência na decisão de continuar a luta ou abandoná-la, permanecer mais tempo no acampamento ou buscar outras alternativas de sobrevivência. Em geral, é uma decisão em que é forte a sua influência, conforme constatei na entrevista com Tereza Barbosa, que esteve acampada na Fazenda Annoni:

Eu nunca pensei em desistir só que o meu marido Deus o livre ele queria por conta disso até nós brigava e eu mandava que ele fosse embora (ENTREVISTA)¹⁷⁰

No acampamento assumem papel de destaque no enfrentamento com a polícia, na organização interna dos serviços, especialmente de alimentação, saúde e educação. Isso não difere dos “papéis” que assumiam antes de chegar ao acampamento. Contudo, na medida em que estas questões passaram a ser discutidas internamente no Movimento, as mulheres passaram a questionar estes “papéis” sociais imputados.

No primeiro encontro das mulheres, realizado em Brasília em 1998, lembro-me de ter estado presente num curto espaço de tempo no plenário onde se reuniam. No quadro estavam estampadas duas colunas: tarefas cotidianas das mulheres e tarefas cotidianas dos homens. Havia uma disparidade evidente entre ambos. As mulheres são responsáveis por uma

¹⁷⁰ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

enormidade de tarefas domésticas, do entorno da casa, com os pequenos animais, com os filhos e ainda precisam encontrar tempo e energia para as atividades do Movimento.

na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como, lavar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (BRUMMER, 2004, p25.).

Estas e outras questões foram ganhando corpo dentro do Movimento e se transformando em debates envolvendo homens e mulheres. Esse problema colocado por elas foi, aos poucos, assumido pela organização e seus setores. É válido lembrar que o papel social assumido pela mulher é socialmente reproduzido internamente, pois especialmente no sistema de produção individual ou familiar, ela, quando assentada, acaba retornando ao “seu papel” anterior a entrada na luta, ocupando seu tempo com os afazeres domésticos no espaço privado, sobrando poucas possibilidades de participação em atividades “fora do lote”.

Percebi também através do trabalho de pesquisa que as relações de gênero se diferenciam em relação à forma como se organiza a produção na propriedade familiar, no lote individual ou na cooperativa e nos grupos coletivos. Nos lotes individuais, quando ia realizar as entrevistas, o homem começava a falar enquanto a esposa estava nos afazeres domésticos, preparando o chimarrão para acompanhar nossa conversa. As mulheres que trabalham fora de casa, na cooperativa, numa atividade de produção, que não permanecem somente cuidando da casa, tiveram uma postura de altivez

durante a entrevista, emitindo sua opinião e se envolvendo na conversa. Ressalvo que esta afirmação deve ser restrita às visitas que eu realizei.

A divisão social do trabalho se deve não apenas aos modelos organizativos de produção, mas também aos aspectos culturais envolvidos nestas relações sociais, tais como o machismo impregnado na cultura camponesa.

*Olhando para as mulheres, vamos pegar as mulheres nossas daqui do coletivo, **elas tem altivez, erguem a cabeça, que o marido não manda**. Não é que não manda no sentido de mandar, mas o fato de ter esta vivência possibilitou que elas no conjunto do assentamento sejam diferentes. (ENTREVISTA)¹⁷¹*

O setor de gênero foi composto por homens e mulheres, para que estas questões sejam debatidas por ambos de maneira transversal em todas as instâncias e estruturas do Movimento. Alguns avanços podem ser constatados. A partir de 2004, uma nova forma de organicidade foi implementada. Cada instância de decisão, sejam os setores de trabalho, as coordenações regionais, estaduais e nacionais, deve ser composta por dois membros representantes, um homem e uma mulher. Isso fez com que houvesse uma presença significativa das mulheres nas instâncias de decisão.

Outro avanço importante foi a questão do respeito ao “tempo das mulheres”, ao “método de trabalho com as mulheres”. O tempo das mulheres difere do tempo dos homens. Quando se trata de decidir a participação em uma luta imediata, uma viagem para outras localidades, o homem está sempre pronto para viajar. A mulher precisa de um tempo maior, precisa se organizar com as vizinhas para tomar conta dos seus filhos. Ela preocupa-se com quem vai alimentar os pequenos animais que estão no seu lote e assim por diante. Isso exige outra concepção do tempo na tomada de decisão se os dirigentes desejam abrir este espaço de participação de fato.

¹⁷¹ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

Nos debates do setor de gênero é freqüente a reclamação das mulheres de que seu trabalho não é reconhecido. O trabalho na produção é percebido como ajuda, como mais leves e simples:

é preciso destacar que o caráter de 'pesado' ou 'leve' da atividade é relativa e culturalmente determinada, uma vez que, na esfera de suas atividades (doméstica), a mulher executa tanto trabalhos 'leves' como trabalhos 'pesados' (como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio). Essa constatação levou Maria Ignez Paulilo a concluir que "o trabalho é 'leve' (e a remuneração é baixa), não devido a suas características, mas devido à posição ocupada na hierarquia da família por aqueles que executam o trabalho" (BRUMMER, 2004, p. 30.).

Nos grupos coletivos vinculados à associações ou cooperativas, a situação se modifica. Existem critérios de igualdade na divisão das sobras, independente se a pessoa for homem ou mulher. Já na propriedade individualizada, no lote familiar, a situação continua discriminando as mulheres com maior evidência.

ocorre que as atividades geralmente desenvolvidas pelas mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários requerem algumas qualidades que supostamente as mulheres (adultas e jovens) possuem (por natureza ou por aquisição, através do processo de socialização) ou que sua situação de trabalhadoras eventuais propicia (devido à manutenção de suas obrigações na esfera da reprodução). (BRUMMER, 2004.p.33.).

Em muitas situações, os maridos cercearam a participação da esposa em reuniões, assembléias e organizações, tornando-se esse um dos principais motivos de brigas conjugais. A predisposição para o conflito, o debate próprio da ação política, ameaçam a "moral" da mulher: muitas delas, quando assumem a posição de dirigentes ou representantes, precisam falar com muita gente, participar de reuniões, sozinhas ou com um grupo do qual o marido em geral não participa.

No início da militância das mulheres foi muito comum fofocas e falações. As mulheres que iam para as reuniões, que viajavam

sozinhas. Teve muito caso de mulher que os maridos não deixaram mais participar de reuniões fora do assentamento ou do acampamento. Teve até separação. (ENTREVISTA)¹⁷²

A participação das mulheres na luta está inserida no conjunto do Movimento por se tratar de uma luta familiar em que todos os membros da família se envolvem. Elas possuem um papel fundamental dentro desta estratégia e foi muito bem retrato no filme *O Sonho de Rose*, da cineasta Tetê Moraes:

Terra para Rose não se chamava assim quando fui fazer. Queria fazer um filme sobre a questão da terra no Brasil relacionando mulher e terra, porque acho que há uma relação forte: ambas dão a vida e a alimentação. Tive essa idéia quando, em 1984/1985, fiz uma série de quatro documentários sobre o Brasil para a BBC de Londres, com um produtor inglês, Peter Riding. Viajamos e filmamos em nove estados brasileiros. A série tratava de cultura, economia, política, e quase sempre eu esbarrava com o problema da terra. Então vi, concretamente, a enorme importância dos conflitos pela posse da terra, realidade distante do nosso cotidiano urbano. Também me chamava a atenção a força das mulheres. (Tetê Moraes).

A presença da mulher marca, no entanto, diferenças na concepção da organização e construção do novo modo de vida presente nos assentamentos. A mulher, por sua vez, tem o comando no processo de transformar tais laços em espaços de permanência na terra. A ocupação produz nos trabalhadores mudanças comportamentais importantes. Desafia o poder dos fazendeiros, o poder das autoridades. No âmbito familiar, também as relações sociais são influenciadas por estes desafios onde as mulheres assumem outros papéis, reconstroem novas identidades.

Com o formato participativo das assembléias, dos núcleos e setores de serviços funcionando nos acampamentos, a mulher exerce seu direito de fala, de posicionar-se e expressar suas opiniões no espaço público. Estas experiências vão forjando uma nova visão de mundo e da própria família, na opinião de Irene Manfio, assentada na Fazenda Annoni. Mas ela afirma que

¹⁷² ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

ainda não é suficiente para mudar a cultura machista e a estrutura de organização familiar:

*Tem mulheres no assentamento, no lote individual, que baixam a cabeça, que deixou de ir em reunião porque em casa não tem quem faça os serviços. **Nós é o contrário, as mulheres devem ir para a reunião para erguer melhor ainda a cabeça...***
(ENTREVISTA)¹⁷³

Outra questão importante é o problema da titulação da terra. No cadastro do INCRA havia espaço apenas para um nome, ficando a propriedade da terra em nome do homem. Isso criava uma série de dificuldades para as mulheres, entre elas a comprovação de sua profissão como trabalhadoras rurais para aposentadoria. Foi desencadeada uma luta por parte do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) articuladas com o MST para que a terra fosse titulada em nome do homem e da mulher de maneira conjunta. Por meio da pressão realizada durante anos, mobilizações nos dias 8 de março, acampamentos e ocupações nos prédios dos INCRA's Estaduais, conseguiram conquistar este direito em 2003, com a portaria nº 979 publicada em 30 de setembro de 2003, que tornou obrigatória a titulação conjunta de homens e mulheres nas áreas de assentamentos.

Outra campanha importante desenvolvida pelo MMC e MST foi “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento”, visto que as mulheres camponesas não possuem vários documentos necessários ao exercício de sua cidadania. Documentos sempre exigidos pelas instituições públicas, especialmente a carteira de identidade, CPF e o bloco de produtor também em nome delas. A campanha existe desde o ano 2000, foi apoiada inicialmente com recursos de emendas parlamentares de deputadas e deputados de esquerda (Luci Schoinaski PT-SC, Adão Pretto PT-RS, Marta Suplicy PT-SP).

¹⁷³ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

"Logo quando nós iniciamos a campanha, tomamos um susto muito grande com a realidade das mulheres. Vimos que era uma situação muito pior do que imaginávamos. O IBGE coloca que 40% das mulheres da zona rural não têm documentos, o que corresponde a 9 milhões. Mas vai ver esse número é até maior."(ENTREVISTA)¹⁷⁴

Posteriormente, o INCRA passou a dar apoios pontuais e mais recentemente, no Governo Lula, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça, incorporaram a campanha em suas ações. Os documentos pessoais são fundamentais para o processo de cidadania, segundo Noemi Crefta, dirigente do Movimento das Mulheres Camponesas:

somos cidadãs e temos direito de ter nossos documentos pessoais e profissionais. Assim poderemos ter mais acesso às políticas públicas. Sem documentos, perante a lei você não é considerada cidadã e, com os documentos, tem como dizer estou aqui, eu existo, sou cidadã e tenho os meus direitos", (ENTREVISTA)¹⁷⁵

A questão da propriedade da terra no meio rural é uma questão cultural. Para as filhas, a obrigação consiste em proporcionar-lhes o enxoval, alguns utensílios domésticos e uma vaca para o leite. Entre os filhos homens, subdivide-se a pequena propriedade familiar. Embora o Código Civil assegure a igualdade de direito entre todos os herdeiros. No MST esta discussão foi ampliada e, atualmente, a propriedade deve ser garantida de forma igual tanto para homens e mulheres independente de sua situação conjugal. Moças e rapazes acima de 18 anos possuem o mesmo direito.

É no fazer humano, no cotidiano, que as mulheres vão tecendo novas relações de gênero que dá um novo sentido para a vida nesse novo espaço. Mas outros desafios ainda precisam ser vencidos. A compreensão do setor de gênero do MST é que a luta das mulheres precisa ser levada pelo conjunto da

¹⁷⁴ ENTREVISTA. Rosangela Piovezani, 44, casada, Dirigente do MMC - Movimento de Mulheres Camponesas, entrevista realizada em outubro de 2004.

¹⁷⁵ ENTREVISTA. Noemi M.Crefta, 48, casada, Dirigente do MMC - Movimento de Mulheres Camponesas, outubro de 2004.

organização. Não pode ser isolada, não pode ser apenas mais um setor. Precisa estar vinculada a estratégia geral da organização. Ao mesmo tempo, as questões específicas precisam ser discutidas.

Por isso, trata-se de aliar a luta pela terra com a luta específica das mulheres. Este foi o caso da ocupação do laboratório da empresa Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, em março de 2006, que despertou inúmeras críticas. A ocupação do horto florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, foi realizada por trabalhadoras camponesas ligadas aos movimentos da Via Campesina Internacional. Este acontecimento foi noticiado em toda a grande mídia brasileira e em jornais do exterior. Por um lado, a crítica irracional e fanática, acusando que aquele era um gesto qualificado como baderna, terror e insano, por outro lado, muitos demonstraram a percepção do verdadeiro significado do ato acontecido no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher. Para Irma Ostrovisk, 38, dirigente estadual do MST/RS, o objetivo da ocupação foi denunciar o impacto social e ambiental provocado pelo monocultivo de eucaliptos:

Nós entramos lá não foi para estragar, mas para evitar os estragos que já estão sendo causados pelo cultivo do eucalipto em algumas regiões do Brasil. O deserto verde do eucalipto destrói a terra e consome muita água,...o eucalipto é capaz de gerar apenas um emprego em cada 185 hectares. (ENTREVISTA)¹⁷⁶

Irma defende que foi um ato em defesa da vida e este gesto, mesmo que não tenha sido compreendido desta forma por parte da sociedade, foi uma ação pensando nas futuras gerações, conforme afirma o Frei Pilato Pereira, em um artigo publicado em defesa da ação das mulheres:

As futuras gerações vão lamentar por tudo o que estamos fazendo contra a biodiversidade do nosso planeta, o único lugar que temos para se viver; vão lamentar também a incapacidade de muitos em compreender o gesto profético do dia 8 de março de 2006, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. As futuras gerações vão dizer: "Benditas mulheres que ocuparam a Aracruz". (PEREIRA: 2006.).

¹⁷⁶ ENTREVISTA. Irmã Ostrovski, 38, casada, Dirigente Nacional do MST, vinculada ao MST-RS, entrevista realizada em julho de 2004.

As mulheres, desse modo, tecem uma luta que tramam diferentes fios: tanto as questões específicas, quanto as questões mais amplas, que envolvem o conjunto da sociedade. As mulheres possuem participação ativa na organização das festas da comunidade, nas questões da educação e da saúde. Começam a exigir espaços de participação na produção e nas instâncias de poder.

A definição do futuro do lote, do projeto produtivo nos núcleos, nas cooperativas, passa a ter uma exigência do setor de produção do Movimento, esta deve ser estabelecida de maneira conjunta. Os técnicos precisam do apoio formal das mulheres para apresentar projetos de produção. As operações de crédito e de financiamento contribuem para esse planejamento conjunto. A elaboração de projetos de produção e financiamento com a anuência do homem e da mulher é um passo importante no processo de inclusão e conquista de novos espaços da participação feminina no assentamento.

Outro questionamento recorrente dentro do Movimento, por parte das mulheres, é relativo à simbologia estampada na bandeira. A imagem de um homem com o braço levantado empunhando um facão e a mulher ao seu lado com os braços abaixados, numa atitude de passividade. Afirma que esta imagem da forma como está não representa a história de luta das mulheres nestes vinte anos de luta e resistência. Certamente, a imagem representa uma concepção de quem a criou e hoje, com a ampliação do debate acerca de gênero, sofre críticas.

Uma conquista necessária foi a criação das cirandas infantis em todos os cursos nacionais e em algumas cooperativas, pois permitiu às mulheres e homens levarem seus filhos, quando participam de reuniões ou cursos. Cabe ao setor que está organizando o curso preocupar-se com o cuidado das crianças no tempo de estudo ou de reuniões. Isso ampliou significativamente a participação principalmente das mulheres. Isso porque a responsabilidade pelos cuidados dos filhos nestes espaços não é da mulher, é da organização. E

quando se organiza alguma atividade sem ciranda, os coordenadores do curso devem resolver o “problema”. Cria-se uma espécie de constrangimento para quem não previu, não organizou o cuidado das crianças que acompanham as mulheres nestas atividades.

Não se trata de apenas conquistar mais espaços de participação das mulheres, embora isso seja importante. Trata-se de incluir no método, nos cânones, nos textos, na linguagem, nos gestos do Movimento os aspectos do feminino. Possibilitar que o Movimento, feito por mulheres e homens, incorpore também os valores do feminino e suas reivindicações. Permitindo que as múltiplas identidades femininas e masculinas tenham os mesmos espaços de participação.

2.6 Identidades forjadas na resistência

A resistência é uma forma de luta construída pelo Movimento. Os trabalhadores expressam esta resistência em seu cotidiano de várias maneiras. Uma delas está relacionada às ocupações. O processo de ocupar um espaço vago, uma terra improdutiva, provoca reações e exige a construção coletiva da resistência. Essa é constituída pelo uso da força numérica representada pelas famílias, pelos instrumentos de trabalho, de organização do acampamento, geralmente em locais que dificultam o acesso daqueles que desejam retirá-los de qualquer maneira. A força é o método de luta massiva que significa a junção de um grande número de pessoas nas ocupações.

A resistência também tem um valor simbólico que pode ser legitimado pela sociedade. A justificativa do ato em si, ou seja, a ocupação de terras para suprir as necessidades básicas das famílias, desperta sentimentos de justiça em relação à má distribuição da terra. São elementos que somados constituem-se em uma força política que amplia a capacidade de resistência dos trabalhadores frente aos Poderes Públicos.

Entendo que o termo “força” difere do conceito de violência. Há vários modos de abordar o tema da violência. Pensando a partir de Hannah Arendt (1992), a violência é um instrumento de aniquilação das relações políticas democráticas, uma forma de silenciamento do discurso e da ação dos indivíduos. Já Bourdieu (1989) define a violência a partir da dominação pelo simbólico, pela exclusão do outro através do estigma, da rejeição. Sendo a violência simbólica uma forma de controle social, aberto e contínuo, perpassando todos os espaços sociais. A violência também pode ser definida pelos seus aspectos físicos ou psicológicos. Na luta pela terra, os trabalhadores sofrem violências que causam danos psicológicos, físicos e morais.

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) classifica a violência policial sofrida pelos Trabalhadores Sem Terra nas ocupações, sob três aspectos: (a) O uso da força física de forma ilegal; (b) O uso desnecessário ou excessivo da força para resolver pequenos conflitos ou para prender de forma ilegítima; (c) Os usos irregulares, anormais, escandalosos ou chocantes do poder de polícia.

Os trabalhadores usam uma força organizada. Os latifundiários e a polícia, por sua vez, usam de violência. O uso da força para resistir por parte dos movimentos sociais é legítimo e, em determinadas circunstâncias, absolutamente necessário, sendo uma das alternativas encontradas pelas famílias para garantir os poucos avanços obtidos na Reforma Agrária Brasileira. A pressão e mobilização organizada dos movimentos sociais, especialmente do MST, permitiram avanços na luta pela terra. A resistência é construída como um direito à autodefesa, a organização social livre mobiliza as pessoas para defender e garantir direitos negados.

O exercício da resistência está estreitamente relacionado com o conceito de liberdade. Liberdade de manifestar-se, de organizar-se de se reconstruir como sujeito. É condição humana necessária à sobrevivência dos

trabalhadores Sem Terra. Para Hannah Arendt (2003) ¹⁷⁷ a ação humana, o agir, necessita ser exteriorizado, concretizando-se em ação, o que requer a existência de espaço concreto para essa liberdade se expressar em atos: “Os homens são livres – diferentemente de possuir o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa”. O ato de ocupar terras, de resistir, são ações de resistência em busca da liberdade sonhada por estes trabalhadores.

Esta ação coletiva muitas vezes é reprimida pela violência institucionalizada na sociedade. O enfrentamento com estes poderes exige a participação de todos, homens, mulheres e crianças, o que amplia a capacidade de reação. As pessoas passam a perceber como atuam os poderes do Estado. Identificam quem está “do nosso lado” e quem está “contra nós”. Neste espaço, ocorrem diferenciações importantes do processo de construção das identidades. Identidades que se constroem também pelo ato de resistir.

A reação a esta forma de luta provoca situações de violência contra os trabalhadores. Desde 1985, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) publica sistematicamente um relatório denominado Conflitos no Campo -- Brasil. De 1985 a 2004 foram assassinados 1379 trabalhadores e trabalhadoras. Só foram julgados 75 casos, com a condenação de 5 mandantes e 64 executores. Muitos conseguem escapar das prisões. Esta situação potencializa a impunidade e novos conflitos voltam a surgir.

Por outro lado, a justiça, em geral, é extremamente ágil para condenar trabalhadores. Expede liminares de despejo de áreas, muitas delas com documentos totalmente espúrios - em 2003 foram despejadas no campo

¹⁷⁷ Hannah Arendt. *A condição humana*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. O conceito de ação vincula-se estreitamente à polis grega, onde os homens deixavam o domínio de suas necessidades naturais e podiam agir de forma livre. O agir tem uma concepção muito distinta de labor na medida em que a ação liberta, permite ao homem seu auto-governo no meio de tantos outros homens livres das necessidades imanentes dos animais. Esta é a esfera política, que objetiva ao governo comum de liberdades. Enquanto o labor se caracteriza pela sua não-interrupção e pela limitação de alcance aos anseios fisiológicos, a ação, ao contrário, é ilimitada e espontânea. *A Condição Humana*, publicado em 1958, é considerado o livro mais ambicioso de Hannah Arendt, filósofa e pensadora política, nascida na Alemanha.

35.292 famílias e quase igual número em 2004 (CPT, 2005). O Poder Judiciário mantém trabalhadores encarcerados durante meses e meses seguidos, sem lhes conceder hábeas corpus, enquanto muitos poderosos ou outras pessoas que cometeram crimes graves, às vezes já condenados, continuam em liberdade, aguardando julgamento em instância superior.

A história do Brasil é permeada por situações de violência contra os trabalhadores. Houve o genocídio cometido contra os povos indígenas, tendo como consequência a quase extinção de suas nacionalidades, a selvageria cometida contra os escravos, cujos reflexos permanecem em nossa sociedade, como, por exemplo, a exclusão a que são submetidos os negros em nosso País. Além da violência contra as revoltas populares, que sempre foi uma marca do Estado brasileiro.

A violência no campo é uma realidade que acompanhou os séculos de luta pela terra no Brasil e continuou ocorrendo nas diferentes épocas históricas. Mesmo em 2004 e 2005, durante o Governo Lula, em que se imaginava que os números de conflitos no campo poderiam ser reduzidos, estes continuaram a crescer. Segundo dados da CPT, os conflitos continuaram ocorrendo e em alguns casos aumentaram. Foram 1.881 conflitos em 2005 e 1801 em 2004. O número de assassinatos no campo praticamente permaneceu inalterado: 38 em 2005, um a menos que em 2004, com 39 mortes. Houve um aumento significativo de famílias expulsas da terra pelo poder do latifúndio e do agronegócio, 42.5% a mais do que em 2004. Foram expulsas, em 2005, 4.366 famílias, contra 3.063 em 2004. Além disso, houve uma queda no número de ocupações, 11,8% menor (sendo 437 ocupações em 2005 – 461 em 2004 e 391 em 2003) reduzindo-se o número de acampamentos em torno de 40% no mesmo período.

Quando se relaciona o número de conflitos e de violência com os dados da população rural, estes números são significativamente maiores nos estados onde mais cresce e se expande o agronegócio, isto é, na região Centro-Oeste e Norte. O Estado do Mato Grosso aparece com o maior índice,

6,71, seguido pelo Pará, 5,15, e depois por Goiás, 2,92, Tocantins, 2,82, Mato Grosso do Sul, 1,89, Roraima, 1,70, Rondônia, 1,48 e Amapá, 0,87. Entre os Estados da região Sul, o Paraná apresentou o mais alto índice de conflitividade e violência, 1,32 e no Nordeste o Estado de Alagoas apresentou o índice mais alto, 1,02, seguido por Pernambuco, 0,87. Em 2005, foram ameaçadas de morte 266 pessoas, sendo que só no Pará foram 96 ameaçados.

A reação do Estado tem sido de condenar e criminalizar estas ações de resistência. As ocupações são muitas vezes classificadas como "crimes contra a propriedade da terra" por alguns juízes e promotores. Sem a compreensão do que seja um movimento popular, alegando o direito de propriedade que estaria acima do direito à vida e à liberdade, decretam prisões preventivas contra lideranças do Movimento. Durante a CPMI da Terra, realizada em 2004 e 2005, acompanhei diversas reuniões onde o debate apresentava as diferentes e antagônicas opiniões sobre a luta pela terra. No parecer final elaborado pelo Deputado Abelardo Lupion, as ocupações de terras são definidas como "crime hediondo" e "ato terrorista". Segundo o advogado que representava o Movimento na comissão, este documento, conforme afirma Marcos Souza, um dos advogados do MST na CPMI da Terra, "*torna-se o primeiro documento oficial do Parlamento brasileiro que incorpora a "doutrina Bush" de 'guerra contra o terror'* (Relatório CPMI da Terra: Dez: 2005).

Outra forma de tentar coibir as ações dos trabalhadores é a atuação de alguns representantes do Ministério Público e Magistrados que argumentam o seguinte: ao se organizarem, os trabalhadores estariam formando "bando ou quadrilha" – conforme artigo 288 do Código Penal. Afirmam que os trabalhadores se organizaram no MST a fim de cometer crimes, entre eles, o esbulho possessório. Como afirma Juvelino Strozacke, filho de assentados e o primeiro Sem Terra a concluir um curso de Doutorado (DIREITO, PUC-SP 2006):

esquecem que a finalidade do ordenamento jurídico penal é reeducar o criminoso e dar uma satisfação para a sociedade aplicando o Direito com equidade. Em certas situações, o Poder

Judiciário analisa os conflitos dando-lhes um caráter individual e singular, separando-o das condições sociais, políticas e econômicas que os germinam (STROZACKE: 2000).

Entendo que a luta pela terra, a resistência e as ações para conquistar direitos não podem ser tratados como caso de polícia. A luta pela Reforma Agrária é uma ação motivada pela necessidade que ao se transformar num Movimento incorpora aspectos de cunho social e político. Entretanto, a forma como se aplica o ordenamento jurídico e penal, através da condenação e repressão destas ações, é utilizada pelo Estado como defesa de uma ordem que se converte em tirania contra os pobres do campo e a favor das elites.

A experiência do MST tem demonstrado que alguns magistrados, ao aplicar a lei no caso concreto, em se tratando de conflitos coletivos, analisará sob a ótica de classe, ou seja, na prática, para a concessão de liminar de reintegração de posse o causídico do fazendeiro não está obrigado a cumprir com as exigências do Código Civil e Código de Processo Civil, e para a expedição de decreto de prisão preventiva não precisa observar os preceitos do Código Pena e Código de Processo Penal. Em outras palavras, quando o conflito é entre iguais – fazendeiro contra fazendeiro, aplica-se a lei, quando é sem-terra contra fazendeiro, o que está escrito não vale (STROZACKE: 2000).

As ocupações de terras e de prédios públicos têm por objetivo chamar a atenção dos governantes para a necessidade de implementação, com mais urgência, de políticas públicas na área rural.

Sendo assim, a persecução penal se torna ineficaz porque, sob qualquer dos seus aspectos – prevenção geral, ressocialização ou retribuição – não se mostra como uma solução adequada. O trabalhador rural que age movido por convicção possui conjuntos éticos diferentes do criminoso comum. Se vale de uma visão do mundo que não é superior, nem inferior, somente distinta daquela interpretação do comando jurídico fiel às estruturas de poder, segurança e dominação em dado contexto social. (STROZACKE: 2000).

A reação do Estado contra as ações dos trabalhadores rurais sob o pretexto de impedir ocupações de terras é uma violência contra o direito de liberdade tão arduamente conquistado recentemente. Quando trabalhadores rurais são encarcerados em razão da luta pela terra, o ordenamento jurídico penal está sendo usado na proteção dos interesses do latifúndio. Quanto a

legitimidade destas ações e das ocupações de terras, enquanto mecanismo de pressão pela realização da Reforma Agrária, transcrevo opiniões de alguns juristas brasileiros sobre o assunto.

Durante a realização do III Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília em 1995, o ex-senador José Paulo Bisol, ex-desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, fez um discurso emocionado em apoio ao Movimento. Nele reafirmou seu apoio às ocupações de terras:

Gostaria de declarar aqui um compromisso pessoal perante a minha Pátria. O ato de ocupar os latifúndios é Justo. É necessário para fazer avançar a Reforma Agrária. É nobre e nos aproxima de Deus. Pois através disso vamos lutando pela Justiça aqui na terra. Que os sem-terras continuem ocupando todos os latifúndios. Se não fosse o MST, os sem-terras não passariam de uns párias da nossa pátria. É só através dele que Os sem-terras conseguem ser cidadãos (discurso proferido por ocasião do 3º CONGRESSO NACIONAL DO MST EM BRASÍLIA, JULHO DE 1995).

O também jurista e advogado Plínio de Arruda Sampaio, ex-promotor de justiça no Estado de São Paulo, secretário da Casa Civil no Governo Carvalho Pinto, membro da direção nacional do PT durante muitos anos e, desde 2005, filiado ao PSOL, afirma que:

Os Sem Terra sabem que se esperarem quietos, a terra não lhes será entregue nunca. Decidiram pressionar. Pressão legítima diante da inoperância do Estado. Ruy Barbosa dizia que os conservadores recusam-se a fazer mudanças quando o povo pressiona, porque não se pode mudar sob pressão e recusam-se a fazer mudanças quando o povo não pressiona, porque, se o povo está quieto, por que mudar? E ainda há gente que em vez de denunciar uma sociedade omissa diante de gerações e gerações de meliantes, tem o displante de pedir cadeia para quem luta por dez hectares de terras a fim de escapar da miséria abjeta. É muita "cara de pau".

As ocupações são compreendidas como direito a legítima defesa, haja vista o estado de necessidade em que se encontram as famílias sem terra, conforme a opinião do ex-Defensor Público Geral da União, Antonio Jurandir Porto Rosa, também jurista, advogado:

As invasões de terras rurais que vêm ocorrendo no país produzem inquietação e alarma social. Suas causas são sociais e denunciam o sistema fundiário anacrônico, injusto e presentemente explosivo. Mas, no plano legal, há ofensa aberrante a princípios constitucionais expressos na Carta Magna, que retiram dos invasores sem terra o caráter de ilegalidade de suas ações. Corresponde, no Direito Penal, à legítima defesa ou ao estado de necessidade, circunstâncias excludentes.

O jurista Fábio Konder Comparato, advogado, doutor pela Universidade de Paris, professor titular da Faculdade de Direito da USP, autor de inúmeras obras, fundador e diretor da Escola de Governo, em fevereiro de 1996, por ocasião das prisões no Pontal do Paranapanema, em artigo publicado na imprensa de São Paulo, com o rigor que lhe é característico, manifestou-se contrário às prisões e à criminalização dos trabalhadores por conta das ocupações de terras:

No caso dos magistrados e dos membros do Ministério Público, a deficiência educacional não ocorre apenas no campo técnico - pela ignorância, muitas vezes, dos rudimentos da ciência do Direito -, mas aparece também e sobretudo no terreno ético, pela completa incultura cívica de grande parte dos homens e mulheres a quem foi confiada a missão de zelar pelo respeito aos valores básicos da cidadania

Outro jurista, Hélio Bicudo, ex-promotor de justiça em São Paulo, membro do Fórum Interamericano de Direitos Humanos (FIDEH), em entrevista na Folha de São Paulo, quando tratou da questão da criminalização das ocupações de terras manifestou-se afirmando que:

Na consideração do problema fundiário não se pode, simplesmente, fazer uma abordagem técnico-jurídica, pretendendo, com semelhante procedimento, fazer justiça. Ora, "summum jus, summa injuria". Hoje, o conceito de justiça não se pode apartar do conceito de solidariedade ou fraternidade, fomento que deve levedar todas as atividades humanas, para o aperfeiçoamento do conjunto da sociedade. Não basta, para o recolhimento de uma pessoa à prisão, dizer-se que a ordem pública está ou foi extremamente abalada. Que ordem pública? Essa "ordem" que oprime e exclui? Mas essa não pode, evidentemente, ser considerada ordem pública, porque contém em si o contrário: a desordem. Como falar-se em ordem pública quando não se busca a construção de uma política voltada para o estabelecimento dessa mesma ordem pública? (FOLHA DE S. PAULO, 13 MARÇO 1996).

A organização popular é necessária para garantir avanços sociais. As ocupações de terra foram e continuam sendo necessárias para garantir que assentamentos sejam criados e que mais famílias consigam acesso a terra. Reconhecimento feito também por Fernando Henrique Cardoso, em março de 1997, ainda como Presidente da República, em seu discurso perante uma comissão de representantes do Movimento Grito da Terra Brasil:

Como presidente, eu, talvez, não devesse dizer nada. Como sociólogo, eu devo dizer: precisa desta luta. Quer dizer, quando há uma luta para que haja um melhor atendimento e tal, eu sei que essa luta é necessária, não é? Apenas... Claro, é preciso que se compreenda, também, que esse governo tem esta atitude. Ele sabe que essa luta é necessária e ele tenta fazer o que pode. Não é um governo e portas fechadas. É de portas abertas. E sabe o governo também que precisa dos movimentos para que as coisas avancem (O ESTADO DE SÃO PAULO, 20 MAR 1997).

A forma como o Estado Brasileiro trata as ações realizadas pelos trabalhadores na luta pela terra tiveram repercussões internacionais. Em agosto de 1997, a Anistia Internacional publicou um relatório acerca dos processos criminais e prisões preventivas contra trabalhadores rurais. No relatório intitulado "Denúncias criminais com motivação política contra ativistas da reforma agrária", a Anistia informa e denuncia:

A Anistia Internacional está preocupada com o uso do que consta serem acusações e mandados de prisão preventiva com motivação política contra ativistas da reforma agrária e membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Tudo indica que a formalização de tais denúncias tenha constituído uma forma de assédio e criminalização de ativistas da reforma agrária, num contexto de disputa de terras. (ANISTIA INTERNACIONAL, AGO 1997).

Os dados da violência no campo e as diferentes interpretações do papel do movimento social na luta pela terra demonstram que as ocupações suscitam polêmicas. Os trabalhadores Sem Terra conseguem legitimar sua luta ou não dependendo de uma série de fatores, tais como: da correlação de forças que se estabelece na sociedade local e nacional; do tipo de terra que é ocupada, se um latifúndio improdutivo, terra devoluta, ou pertencente a alguma

família influente, terras de políticos ou ainda terras de propriedade de empresas.

As reações são proporcionais ao grau de poder dos proprietários. Da mesma forma as famílias reagem de acordo com sua capacidade de articulação com forças apoiadoras locais, como, por exemplo: Igrejas, Sindicatos, Personalidades, etc.. Outro fator relevante é a quantidade, o número das famílias envolvidas. Quanto maior o número de famílias numa ocupação, maior é a capacidade de negociação do Movimento. Isso porque o assunto envolve centenas ou milhares de pessoas naquele conflito. Esta é uma estratégia de enfrentamento, massificar as ocupações, envolver muitas pessoas. Ou seja, ganhar força pela expressão massiva e mostrar a necessidade real de milhares de famílias.

Portanto a resistência está intrinsecamente ligada à forma de luta destes trabalhadores, faz parte de sua construção histórica e se constitui num elemento importante na construção de suas identidades. A experiência tem demonstrado que o caminho é lutar, resistir, os trabalhadores não podem ficar esperando e acreditando em promessas que não se realizam, é preciso *Ocupar, resistir e produzir!*¹⁷⁸

2.7 A mística como elemento da construção da identidade Sem Terra

A mística¹⁷⁹ é um conjunto de sentimentos materializados em símbolos utilizados em rituais que antecedem ou encerram atividades do Movimento.

¹⁷⁸ Palavra de ordem escolhida durante o Congresso Nacional do MST em 1990.

¹⁷⁹ A mística é um aspecto do MST quase desconhecido para quem não é integrante ou próximo do Movimento. Faz parte dela, por exemplo, o culto aos mortos heróicos do Movimento, a reverência de personalidades históricas como Che Guevara, Rosa Luxemburgo, Lenin, Marx, Antonio Conselheiro, Zumbi, José Martí, entre outros cujos nomes também são dados a assentamentos. Cultuam-se, também, os mortos no interior do próprio Movimento, os mortos de Carajás, a gaúcha Roseli Nunes, assassinada por atropelamento (no filme "Terra para Rose", de Tetê Moraes). Calcada, de início, nos rituais católicos, quando o papel da Igreja perde seu grande peso dentro do MST, a mística se "laiciza", se transforma numa prática social do cotidiano e é canalizada a um ideal alcançável, a terra desejada, o socialismo, a construção de uma sociedade justa no imaginário social de seus militantes. Nela há um desejo de recuperar e integrar a arte, principalmente a música. O uso da bandeira, do boné e da camiseta faz parte da mística, por darem a quem os porta a sensação de "pertencimento" ao Movimento.

Constitui-se em um dos principais rituais em que o simbólico é produzido. Pode ser vista também como um elemento importante do imaginário social, que renova as forças dos trabalhadores e lhes rejuvenesce a coragem para seguir a caminhada.

Talvez seja difícil para quem não pôde ainda presenciar um momento como este - em um encontro ou seminário, numa passeata ou marcha, ou nas atividades cotidianas de alguma das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, ser capaz de sentir ou compreender de imediato o sentido e efeitos disto que se denomina como mística (MEDEIROS: 2001, p.22).

Neste ato de trazer para o presente, para o momento revivido, as representações são carregadas de emoção: um olhar, um suspiro, uma lágrima, uma mão que busca a outra do companheiro, um coração que se aperta de indignação ou tristeza, um sorriso que acompanha a esperança, além de tantos outros sentimentos provocados.

Qualquer descrição de um momento de mística será demasiadamente pobre para explicar algo que possui a capacidade de mudar de forma tão profunda a temperatura e temperamentos das pessoas envolvidas por ele (MEDEIROS, 2001, p.26).

Estes atos carregados de simbologia¹⁸⁰ possibilitam à cada integrante a reflexão e a reconstrução de seu cotidiano, reconhecer e reconhecer-se no espaço em que atuam desenvolvendo sentimentos de pertencimento à organização. É a alma da organização, como afirmam Cerioli e Caldart:

*A mística é a alma de um povo. A mística do MST é a alma do sujeito coletivo Sem Terra que se revela como uma paixão, que nos ajuda a 'sacudir a poeira e dar a volta por cima'. (...) **A mística é a alma da identidade Sem Terra** (CALDART; CERIOLI, 1999, p. 23).*

É uma energia que transforma estes sujeitos sem terra em Sem Terra, imbuídos pela necessidade de lutar sempre buscando não *perder a ternura jamais*. A mística anima e fortalece, procuram nela a força para não fraquejar:

Usá-los faz parte da mística assim como a marcha também constitui uma ação mística carregada de simbologias.

¹⁸⁰ CERIOLI, Paulo Ricardo, e CALDART, Roseli. Como Fazemos a Escola de Educação Fundamental. Caderno de Educação nº 9. São Paulo: MST, 1999.

Nas lutas sociais existem momentos de repressão que parecem ser o fim de tudo. Mas aos poucos, como se uma energia misteriosa tocasse cada um, lentamente as coisas vão se colocando novamente e a luta recomeça com maior força. Esta energia que nos anima para seguir em frente é que chamamos de 'mistério' ou de 'mística'. Sempre que algo se move em direção a um ser humano para torná-lo mais humano, aí está se manifestando a mística (BOGO, 1999, p. 126-127).

Na luta que empreendem pela Reforma Agrária, a mística faz aflorar a convicção, o sentimento de responsabilidade de lutadores, continuadores das lutas históricas de Canudos, do Contestado, das Ligas Camponesas, assumem a responsabilidade de levar adiante a luta pela terra. Sentimentos esses que ligam o indivíduo ao coletivo. Podem ser expressos por alegrias ou tristezas, vitórias ou derrotas, a vida e a morte, tornando-se duais, um importante elemento propulsor e mobilizador de luta.

A mística é composta por um conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou que sustentam a esperança face aos fracassos históricos (BOFF, 1998, p. 25–38).

Num contexto em que as lutas sociais, e o próprio Movimento sofrem represálias por parte das instituições do Estado, surge a necessidade de manter-se vivo como sujeito coletivo. Manter viva a identidade Sem Terra. A capacidade de suportar momentos difíceis é buscada também através da mística, neste sentido ela também se transforma numa força:

É nessa alegria que carregam todos os militantes que lutam por uma causa social, é nesse sentimento da certeza de que se luta por algo justo, em que se acredita verdadeiramente, que ultrapassa os desejos individuais e corporativos e que não se prende somente às necessidades materiais; é nessa energia interior que impulsiona a luta com todo vigor e coragem, que faz as pessoas suportarem tudo, mesmo os sofrimentos mais fortes como a perda de companheiros; é aí que se materializa a mística (MEDEIROS, 2001 p.29).

Transforma-se num elemento da prática que dá unidade no cotidiano, nas lutas, no sonho pela terra, ou na utopia da construção de um projeto defendido coletivamente. Não se trata de mistificar a realidade, mas de se

alimentar com os símbolos. Ritualizar a vida, celebrar as vitórias, lembrar seus mortos, pois a luta não é apenas “racional”, precisa ser feita também com as emoções:

como uma prática que faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta (STÉDILE, 1999, p. 129).

Em qualquer espaço, seja ele o acampamento, o assentamento, os cursos de formação, são momentos em que os trabalhadores reconstroem novos valores e recriam percepções do mundo nos diferentes aspectos. Nestes espaços partilham uma ideologia comum. Assumem um conjunto de idéias que caracterizam uma concepção de mundo e de papéis sociais que adotam como lutadores do povo.

vivenciar um mesmo sentimento, a se sentir membros de uma mesma identidade coletiva de lutadores e lutadoras do povo (CALDART; CERIOLI, 1999, p. 23).

As experiências são revividas pela mística, que exerce influência direta sobre a vida e o agir humano e que se manifesta implícita ou explicitamente em momentos da vida individual ou coletiva. Formam um conjunto de convicções que são traduzidas em gestos, imagens, na sonoridade de suas canções.

Através da mística reafirmam o compromisso com os ideais defendidos por esta concepção e buscam difundir e justificá-la socialmente em suas manifestações públicas, dando visibilidade através da bandeira, dos símbolos, dos gestos, das falas, das palavras de ordem, da linguagem cotidiana, buscando uma construção no presente do que seria uma sociedade utópica futura. É como se estivessem experimentando no presente os valores e práticas humanas que são sonhados como pilares da sociedade futura.

É organizada, preparada, pensada, pelos coletivos de místicas nestes espaços pedagógicos e expressam os sentimentos, sonhos, valores e princípios que estes sujeitos cultivam. A existência destes coletivos e os conteúdos metodológicos dos cursos demonstram que o Movimento possui claramente uma preocupação com a questão das subjetividades do sujeito. No

interior das instâncias, os coletivos de mística têm a responsabilidade de organizar esta atividade relacionando-a aos conteúdos do dia, ao tema das aulas, às palestras que serão desenvolvidas naquele momento, não é realizada apenas para animar ou despertar o grupo, vai mais além do que a simples representação, pois é parte integrante do processo de aprendizagem.

em vez de educar para a domesticação, é possível subverter a desordem e reinventar a ordem, a partir de valores verdadeira e radicalmente humanistas, que tenham a vida como um bem muito mais importante do que qualquer propriedade (CERIOLI; CALDART: 1999, p. 7).

É uma forma de vivência que se materializa nos anéis de tucum de cor preta que a maioria das pessoas usa em um dos dedos da mão esquerda; nas canções entoadas, nos cartazes que decoram o ambiente, na bandeira sempre presente nas atividades do Movimento, no uso do boné, nas palavras de ordem, no hino entoado no início de cada atividade. Momento em que as pessoas se postam de punho cerrado em posição de sentido e na estrofe erguem e movem o braço esquerdo com o punho cerrado.

A mística irriga, pela paixão, a razão, nos ajudando a ser mais humanos, dispostos a desafiar coletivamente os nossos limites; nos impulsionando a ir além do esperado, alimenta os valores e nos faz sentir que somos parte de uma grande família: somos Sem Terra (CALDART; CERIOLI, 1999, p. 23).

Este fazer conjunto também demonstra o “sentir-se parte da família” Sem Terra. Durante os cursos, marchas e atividades este fazer coletivo se fortalece nas brigadas, como são chamados os grupos de trabalhos de coordenação geral, da limpeza do espaço, de todos os serviços que são necessários. Implícita e explicitamente, a todo instante, se fortalece a *identidade* Sem Terra.

A mística é um momento fundamental, ela trabalha muito com valores e sentimentos, como você se emociona. Mas há momentos que ocorrem naturalmente, a partir da própria organização do coletivo. Isso é uma coisa magnífica, porque é um negócio que se opera dentro das pessoas e é o coletivo que ajuda, não dá pra dizer como é que isto acontece, é um gesto, uma palavra, é um debate na brigada

(DANIEL, MEMBRO DA COORDENAÇÃO POLÍTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA NACIONAL - CPP, APUD MEDEIROS, 2001).

Por isso mesmo não cabe uma receita, uma fórmula prescritiva de como a mística deve ser desenvolvida, elaborada, aplicada. A mística deve ser vivida. Deve ser uma construção autêntica e criativa. Cada coletivo de mística a prepara de sua maneira, incorporando elementos de sua própria realidade: se são acampados, assentados, do coletivo de saúde, produção ou educação, oriundos do Sul, do Nordeste, do Centro-Oeste, tudo é considerado. Cada mística é produzida e representada com os elementos constitutivos da realidade de cada grupo e por isso cada uma é singular, se faz de maneira diferente e diversificada. Por isso mesmo é participativa, feita por todos, vale a emoção de cada um, a palavra de todos e de cada um é valorizada. A mística também opera como reconstrução da memória trazendo o passado no presente e projetando o futuro.

através da mística o Movimento dos Sem Terra celebra a sua própria memória. (...) é educar-se para sentir o passado como seu, e portanto como uma referência necessária às escolhas que tiver que fazer em sua vida (CALDART; CERIOLI, 1999, p. 7).

Está enraizada nas músicas, nos poemas, nas relações pessoais, na alegria, nas festas, na partilha solidária dos acampamentos, na produção coletiva dos assentamentos, no cuidado com os símbolos do Movimento. Os rituais, quando é realizada em atividades públicas, contribuem para dar visibilidade às ações desenvolvidas, para comunicar à sociedade suas propostas e denúncias.

Woodwards (2004) afirma que cultura tem um sentido próprio e distinto, utiliza diversas formas para classificar o mundo, atribuindo sentido a objetos, artefatos, e em seus rituais organiza seu sistema de classificação. É por meio deste sistema classificatório que a cultura nos propicia os meios pelos quais damos sentido ao mundo em que vivemos. Através das experiências, dos

sentimentos, idéias, símbolos que são partilhados e que permeiam as relações sociais é que os indivíduos se reconstróem.

Um dos elementos mais utilizados nestes rituais é a terra. Ela pode ser usada para formar um mapa que representa a territorialização do Movimento dentro de uma Região, Estado ou do País. Exemplos desses rituais: um mapa feito com contorno de terra, produzido no centro de uma sala onde está acontecendo um curso, um encontro ou uma reunião; a terra distribuída em pequenas embalagens como recordação de um encontro; ou quando é carregada dentro de um vasilhame onde cada pessoa presente toca, ou se apropria de um pouco de terra.

Neste momento a terra não “suja” as mãos, a terra simboliza vida, conquista, futuro, transforma-se em terra prometida que muitas vezes é negada aos Sem Terra. Representa a terra disputada e ocupada -- a terra conquistada. Significa que aqueles que ali estão presentes ou aqueles que estão distantes têm o mesmo sentimento, idéias ou propósitos, que fazem parte do Movimento como uma *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2000).

A identidade Sem Terra é afirmada e reconstruída por estes sistemas de símbolos e rituais. Os trabalhadores afirmam-se tanto por algo que eles não têm -- a TERRA --, mas ao mesmo tempo por algo que já possuem -- a bravura, a disposição de luta, a coragem de lutar e conquistar a terra desejada compondo-se em elementos de sua cultura que são encontrados em suas histórias de vida. A mística é a tradução simbólica da identidade Sem Terra, que alimenta o imaginário social destes trabalhadores.

2.8 A Mística Reconstrói e Fortalece as Identidades Coletivas

Os trabalhadores investem nas identidades através de um conjunto de significados construídos pelos discursos, pelas idéias, que somente serão eficazes se nos recrutam como sujeitos. O sujeito precisa aceitar estes valores,

emocionar-se, sentir-se parte do grupo. Ou seja, apenas investem em identidades nas quais percebem correspondência, quando se identificam com os símbolos, os rituais, quando esses mexem com seus sentimentos, sua vida, seu imaginário.

Os assentados ligados ao Movimento investem na identidade Sem Terra porque, de alguma maneira, seja pelas idéias apregoadas pelo Movimento, pelos sentimentos, pela experiência de lutas, pelas conquistas, fazem sentido, toca-os como sujeitos. Porque por meio da experiência concreta destes trabalhadores as proposições do Movimento criam um elo entre ambos – organização e indivíduo, entre os desejos deste sujeito e os princípios e objetivos do MST. Ou seja, os sujeitos somente investem numa determinada identidade quando encontram, seja pelas razões objetivas e subjetivas ao mesmo tempo, a realização de desejos. Desenvolvem um sentimento de *pertencimento* e neste pertencimento conseguem reconhecer que seus anseios e desejos de alguma forma podem ser realizados. Nas entrevistas realizadas com os assentados, percebo esta ligação entre os desejos do indivíduo e a crença de que o Movimento pode realizá-los de alguma maneira, e talvez seja esta uma das razões porquê ocorre este “investimento” na identidade Sem Terra:

foi por causa da organização do MST. Se não fosse essa organização nós não tinha nada (ENTREVIISTA)¹⁸¹.

O MST significa pra mim, significa muito. O MST é super bom. (ENTREVIISTA)¹⁸²

Porque o Movimento é nosso! E de todo mundo. É de todos (ENTREVIISTA)¹⁸³

E ninguém consegue explicar esta força, o cara pode falar mal de todas as cooperativas..., Mas não fale mal do MST pra ele que ele não admite isso (ENTREVIISTA)¹⁸⁴.

¹⁸¹ N. HARTZ, Op., Cit.

¹⁸² N. HARTZ, Op., Cit.

¹⁸³ L.VEDOVATTO. Op., Cit.

Eu sou desta organização, eu devo a ela, tudo o que eu sou eu devo ao Movimento (ENTREVIISTA)¹⁸⁵.

Este sentimento denota certa “devoção” de pertencimento, de desejos realizados ou que serão realizados por meio da organização – o MST – e faz com que as identidades também sejam construídas por “um sentimento de falta” por algo que ainda não lhe pertence em sua completude, por isso também um processo de construção constante do conceito de identidade. Ela nunca se completa totalmente, está sempre em fase de construção. Através dos depoimentos acima percebo que alguns dos desejos individuais vão buscar guarida ou acolhimento dentro do Movimento. Nem todos os desejos podem se expressar na identidade Sem Terra, pois ela não consegue abranger todas as dimensões do ser humano sem terra. Contudo, parte destes desejos consegue se realizar – a terra para plantar, um lugar para morar, um sentimento de orgulho de reconhecimento por parte da sociedade, de fortaleza e segurança dentro de uma organização que lhes assegura representação política, econômica e social -- e por isso “investem” nesta identidade.

Outro fator importante se refere à conquista de uma nova cidadania, que talvez em outros espaços de sua vida não foi possível realizar. E isso faz com que estes sujeitos invistam nesta identidade, como afirma Caldart (2000), as pessoas deixam de ser “sem terra” *como um nome próprio que identifica não mais sujeito de uma condição de falta: não ter terra (sem-terra), mas sim sujeitos de uma escolha de ser Sem Terra (grafado em letras maiúsculas)* afirmando-se como tal nos diferentes espaços que atuam e permitem que suas memórias sejam recriadas, respeitadas, e revividas e onde sua subjetividade ganha espaço de expressão e realização.

¹⁸⁴ D. CAMPIGOTTO, Op., Cit.

¹⁸⁵ I.MANFIO, Op., Cit.

2.9 A Arte Fortalece as Identidades.

Na análise das poesias produzida pelos Sem Terra, Costa (2000) afirma que a arte tem uma função social, e tem um papel importante no fortalecimento das identidades, na construção de uma memória social, que também possibilita o fortalecimento da luta política realizada pelo Movimento. Neste trabalho, a historiadora identifica a produção poética de sujeitos simples, acampados e assentados ligados ao MST, pessoas consideradas “iletradas”, com pouco domínio dos códigos da escrita, mas que têm uma produção poética significativa e impressionante. Afirmam-se em sua oralidade, rica, diversa e que vai sendo transmitida aos companheiros, de acampamento a acampamento, de um assentamento ao outros e transcende fronteiras locais se transformando em versos que são recitados em cursos, encontros, assembléias e manifestações.

Percebo nos versos construídos a afirmação de uma identidade coletiva que se realiza na prática destes trabalhadores. Afirmam o coletivo sobre o individual, esta é uma tentativa de “*enquadramento*” da memória como denomina Pollak (1992). Os partidos políticos, os movimentos sociais, através do seu processo de formação de quadros, realizam um processo de enquadramento da memória individual e coletiva. Necessitam deste processo para afirmar as idéias coletivas. Depois, estas idéias tentam ser implantadas em suas práticas cotidianas. “*É a práxis desta consciência coletiva que proporciona a instituição de formas coletivas de vivência*” (COSTA, 2000, p.19). Essas formas ocorrem nos processos de nucleação das famílias na produção, na organização da escola, nos grupos e equipes de trabalho, na distribuição e no exercício do poder das coordenações e brigadas de trabalho nos acampamentos e assentamentos. A arte que se expressa através de versos, poesias e cantos cumprem também este papel de reconstrução das identidades sociais como vou demonstrar a seguir nas músicas criadas por pessoas que fazem parte do MST:

*Pegue os cereais e a lona, junte a criança.
Pois Sem Terra organizado e terra ocupada*

*De mãos dadas vamos juntos, não somos covardes.
Somos contra o latifúndio só produz maldade
Companheirada, pra burguesia não tire o chapéu.
Mesmo que ele nos prometa o céu
É falsidade quer nos enganar
Grita Sem Terra, unindo as forças ocupando o chão.
Mesmo debaixo desta repressão
A nossa luta não pode parar*

(NÃO SOMOS COVARDES – ZÉ PINTO)

Esta música evoca a necessidade de organizar-se, de juntar gente para realizar a ocupação. A organização depende do esforço de cada um e do conjunto das pessoas. Cabe a cada um somar-se, fazer parte do grupo e acreditar em sua própria força e organização. A música propõe que não se deve acreditar nas promessas “dos outros”, “da burguesia”, aqui a identidade é marcada pela diferença “a companheirada”, “os Sem Terra” que não se enganam, que chamam para a luta, e o “latifúndio” e seus representantes, “os burgueses”, que enganam, reprimem e são contra a luta pela terra. Evocam a “valentia” como mais um componente importante da simbologia da identidade “Sem Terra”, a força da “companheirada”. O número de pessoas também é importante porque significa resistência para luta, para enfrentar as adversidades, a violência do latifúndio. Muitas pessoas reunidas conseguem uma maior efetividade e chamam mais atenção do poder público e da sociedade, um aprendizado do Movimento nestes vinte anos de história, denominado de “ocupação massiva”.

*A realidade se constrói juntos
De ver a todos revolver o chão de arado
Pois esse anseio nada poderá detê-lo
Quando este apelo estiver unificado*

(AUTORIA: ÂNSIA POR TERRA - CLODOVEU E AMILTINHO)

A afirmação de que a realidade é construída em conjunto, o apelo à unificação, quando unidos nada poderá detê-los, demonstra novamente que a consciência coletiva precisa ser exercitada e instituída dentro do acampamento ou assentamento. Através da música, constroem-se relações sociais que

chamam para a organização coletiva, afirmando mais uma vez este traço importante das identidades sociais dos Sem Terra.

*Vem teçamos a nossa liberdade
Braços fortes que rasgam o chão
Sob a sombra de nossa valentia
Desfraldamos a nossa rebeldia
E plantemos nesta terra como irmãos.*

*Vem, lutemos de punho erguido.
Nossa força nos leva a edificar
Nossa Pátria, livre e forte.
Construída pelo Poder popular*

(HINO DO MST)

Novamente a “valentia” e o “braço forte” aparecem nas letras do Hino do Movimento, sugerindo uma identidade de força, masculina, destemida, e que tem referência à vida dura do campo. Chama para a luta, para a liberdade, para a construção de um outro tipo de Pátria, de País, “livre e soberano”. Está implícita a idéia de uma nova sociedade, e de um reforço à identidade coletiva, onde cada sujeito que faz parte do grupo internaliza a missão de construir uma nova sociedade, tendo o socialismo como utopia.

As pessoas investem numa identidade social se existe uma correspondência entre o que propõe o grupo, o coletivo, e os sentimentos dos indivíduos. As letras das músicas e poesias podem soar ocas e vazias para quem não tem esta mesma leitura da realidade. Essas pessoas podem ler estes versos e atribuí-los a “fanáticos” a pessoas “fora do tempo”, pois muitas outras análises apregoam que o mundo caminha para a modernidade, que exacerba o individualismo, vendo o ser humano como consumidor. Estas idéias de uma sociedade onde as relações sociais, políticas, econômicas e culturais, privilegiam a vida humana, como o centro das preocupações e o socialismo como modelo de sociedade, podem ser consideradas superadas por algumas pessoas. Todavia, o que para muitos está totalmente descartado e impossível de ser realizado para os Sem Terra, que acreditam ser os próprios sujeitos que realizam e reconstroem a história, outras saídas são possíveis.

Esta possibilidade de construção do novo é reafirmada nas canções. As letras das músicas demonstram esta intencionalidade de uma organização política que propõe um outro mundo. Os trabalhadores transformam o cotidiano em melodias e com elas embalam suas histórias de vida.

2.10 Identidades reconstruídas na diferença

Os objetivos propostos, formas de lutas e de organização social destes trabalhadores propiciam que as diferenças se estabeleçam nas relações sociais internas e externas. A diferença é parte integrante do processo de formação do grupo. O afloramento das diferenças ocorre entre o “eu” individual e o “outro” coletivo, entre os chamados trabalhadores individuais e os que aceitam inserir-se no processo coletivo de produção. Criam relações num contexto que está *“saturados de significações sociais e são (re)significados na prática”* (CASTELO BRANCO: 2003, p. 176) cotidiana individual ou coletiva. As normas, regras, comportamento e sentimentos determinam quem está “dentro” e quem está “fora” marcando a diferença na construção das identidades.

No âmbito externo, o assentamento acaba criando fronteiras entre os assentados e os grandes proprietários. Em suas falas, demonstram que ao empreenderem uma luta questionam não apenas o modelo agrário, mas o modelo econômico e político, estabelecem a diferença entre “nós” e “eles”. Definem quem está “dentro”: os assentados, acampados e quem se solidariza com a luta pela terra e a Reforma Agrária. Os que estão “fora” são os grandes proprietários, as autoridades, o Governo, os que são contra suas propostas.

Esta diferenciação com o meio social mais amplo, segundo Silva (2000, p.75), pode ser exemplificada na afirmação: *“eu sou brasileiro”*. Ela representa uma extensa cadeia de negação que significa que “não sou argentino, americano ou europeu”. Ou seja, a identidade precisa negar o outro, ela é marcada pela diferença, conforme afirmar Woodward (2000). A negação pressupõe que não haja qualquer semelhança entre o “eu” e o “outro” por isso

a demarcação desta diferença é marcada pela exclusão. O “outro” é diferente, nada se assemelha ao “nós”, ao “eu”. Porém, é necessário entender que existem semelhanças nas diferenças.

Para os assentados pertencentes ao Movimento, “os outros” são os latifundiários, as elites, o governo, aqueles que se posicionam contra a Reforma Agrária. Ao realizarem uma luta, que questiona o poder do capital, o poder do próprio Estado nos momentos de repressão, estabelecem diferenças nítidas entre os companheiros e apoiadores excluindo do processo aqueles que são contrários. Entendem que os interesses são antagônicos sem possibilidade de negociação.

A definição identitária é um processo que simultaneamente inclui aqueles que têm algum tipo de semelhança e exclui os demais. Como no caso do conceito “brasileiro”, pois também inclui que somos latinos como os argentinos, peruanos ou bolivianos, temos hábitos, valores, costumes, gostos em comum, que se assemelham e que ao mesmo tempo se diferenciam. Inclusão e exclusão se relacionam neste processo. Portanto, a identidade não é simplesmente aquilo que se é, mas também aquilo que “não somos”. Não pode ser definida como uma positividade, como um fato autônomo ou independente (SILVA, 2000), mas numa relação estreita e interdependente. A afirmação de que “somos brasileiros” só é necessária por que existem outros que “não são brasileiros”, ela se afirma pela negação. Em um mundo imaginário onde as identidades seriam homogêneas, estas afirmações perderiam o sentido. Por isso mesmo, a identidade depende da diferença, assim como a diferença depende da identidade, são determinadas mutuamente, e, portanto, tanto uma como a outra são produzidas nas relações sociais.

A luta pela terra realizada por estes trabalhadores gera um processo de enfrentamento e disputa de poder. O assentamento “retira” o poder de posse e de propriedade do Fazendeiro. Nestes enfrentamentos cristalizam-se as diferenças entre quem somos “nós” e quem são “eles” em ambas as partes

deste conflito. Logo, para a existência do Sem Terra é necessário a existência do latifundiário. A existência de pessoas com muita terra provoca e cria a existência de pessoas com pouca ou sem terra.

A constituição das identidades não é apenas a resposta do “quem sou eu?” ou “quem somos nós?”. Estas questões não podem ser colocadas de forma estável ou estática em função do dinamismo da vida e da turbulência da sociedade na pós-modernidade tardia como afirma Hall, mas no estabelecimento das diferenças e contraposições às representações que o “outro” tem de “mim” ou de “nós”. Assim o “eu” e o “nós” não existem fora da representação do “outro” construído no processo de alteridade.

Neste sentido, a dinâmica do grupo social é mediada na relação dialética do “outro” que está fora. Nas fronteiras do assentamento, o fazendeiro, nas fronteiras do Movimento, as elites, o Governo, as autoridades. E neste movimento dialético das relações que vão se formando, as múltiplas identidades só poderão ser desvendadas no jogo contraditório das concepções.

Para Ignatieff (1993, p. 225), as principais questões que envolvem o conceito de identidade estariam em: (a) entender como as identidades funcionam e entendê-las em suas diferentes dimensões; (b) com frequência este conceito envolve posições essencialistas, tomando como base a natureza, a biologia, ou uma história do passado como verdade imutável; (c) a identidade é relacional e é marcada pela diferença; (d) está cravada no social, vinculada às condições sociais e materiais; (e) é articulada entre o social e o simbólico, onde as práticas ganham sentido, se relacionam com os grupos, movimentos, organizações a que os sujeitos se sentem parte; (f) envolve o exame dos sistemas classificatórios, e a identificação de quem chancela, quem valida o ordenamento das importâncias simbólicas; (g) as diferenças obscurecidas, os esquecimentos, como no caso das relações sociais e de gênero; (h) as múltiplas identidades dentro dos próprios grupos sociais, as discrepâncias entre o coletivo e o individual; (i) a explicação do porquê e como as pessoas assumem e investem nestas identidades.

Na base da construção das identidades, existem duas tensões importantes, que são as perspectivas essencialistas e não-essencialistas.

A essencialidade afirma-se por um conjunto de cristalizações, autenticidade, generalizações e verdades, buscando, seja na história, na biologia ou no ambiente, comprovar suas afirmações. Afirma-se nas “verdades históricas”, nos “conhecimentos científicos”, nos “fatos verdadeiros” do passado, constituindo os elementos que configuram suas identidades. Podemos tomar como exemplo da utilização da essencialidade algumas análises feitas sobre o caráter do homem brasileiro, realizado nos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, onde o autor atribui como componentes identitários o paternalismo, a complementaridade, a hierarquia e a tradição, em oposição aos ideais de outros povos como, por exemplo, no caso dos norte-americanos, para quem a individualidade, a autonomia, a igualdade e a modernidade são mais freqüentemente encontradas. Este tipo de análise tem uma conotação essencialista, generalista e homogênea sobre o homem brasileiro.

Entendo que os processos de construção das “identidades nacionais” homogêneas, fixas, “a-históricas”, não contribuem para a compreensão da formação das identidades. Como a identidade é uma reconstrução social, que ocorre nas relações sociais, nas experiências cotidianas, ela também tem um propósito histórico. Não no sentido de ter “uma função”, mas ela serve para que os homens afirmem-se no presente, buscando no passado estas referências. Ou seja, “... aquele suposto passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo no presente” (WOODWARD: 2000) e serve para afirmar determinados componentes de uma nacionalidade ao propósito de diferenciações, que fazem sentido naquele momento histórico. Portanto, são construções propositais, intencionais e, neste sentido, a identidade realmente passa a ter uma função social, política, cultural e histórica.

A essencialidade busca no passado a afirmação da identidade como um componente importante no processo de afirmação dos sujeitos no presente.

Lembrar-se de um passado glorioso, de uma ascendência, evocando um “papel” histórico, uma responsabilidade em dar continuidade a determinadas causas ou lutas. Estas afirmações são freqüentemente encontradas tanto no senso comum, como nas representações da história. Cito como exemplo de essencialidade as representações da história dos Estados Unidos, que constroem uma imagem de sociedade puritana, no homem que se faz por si mesmo, pelo seu trabalho, pelo seu próprio esforço, o “*self made man*”. São reconstruções que buscam no passado elementos para reafirmar a identidade americana do presente.

A essencialidade também é incorporada nas representações e discursos de grupos políticos de concepção extremista que desejam afirmar-se e preservar-se isolando e excluindo o outro, o imigrante, o diferente. Como ocorre no caso dos imigrantes na Europa e na forma como são tratados, vistos e representados. Estes grupos afirmam-se na descendência, na nacionalidade, na territorialidade para justificar seu posicionamento.

Outro exemplo são os ingleses, que buscam em seu passado glórias, descendências, títulos de nobreza. Sua sociedade se construiu valorizando a cultura, a pontualidade, a seriedade.

No Brasil, desde o século XVIII, buscou-se construir uma nacionalidade brasileira. Para isso, a literatura, as artes, a música, contribuíram dando-nos uma idéia de nação, de comunidade imaginada (ANDERSON, 2000), de um povo multicultural, formado pelo hibridismo da conjunção das três raças, que retratam a alegria, a cordialidade, as relações sociais mais livres, soltas, sem aquela formalidade européia.

Em seu livro “O Espírito do Capitalismo”, Weber, de certa forma, expõe a perspectiva essencialista, quando afirma que o sucesso dos Estados Unidos como nação poderosa, está calcado na liberdade, na disciplina, no trabalho, na descendência e tradição calvinista. Esta análise adota uma posição essencialista, de verdades absolutas, incontestáveis e “comprovadas”

historicamente. Trata-se de uma reconstrução do passado feita com os interesses do presente. Esta perspectiva reforça a idéia de destino de um povo, de uma história determinista, não de uma história como construção social.

Esta perspectiva essencialista não é exclusividade das historiografias oficiais, formais, acadêmicas, também a encontramos em grupos religiosos, políticos, sociais. Normalmente, são movimentos que buscam na essencialidade do negro, das mulheres, dos católicos, dos muçulmanos, uma tradição, uma descendência, uma afirmação no passado. Reivindicam uma história comum para fundamentar sua identidade no presente, definindo “quem faz parte” e “quem não faz parte”, quem “pertence” e quem “não pode pertencer” ao seu grupo. Buscam no que chamam de ciência argumentos para corroborar interpretações sectaristas, como no caso dos que afirmam a superioridade da raça branca, afirmando ter ela maior capacidade de organização e inteligência em comparação com as demais.

Também ocorre quando os grupos ou sujeitos buscam fixar a identidade, fechando as possibilidades de intercâmbio com “o outro”, com “a diferença”, como se isso fosse possível. Tornam-se sectários e criam o poder de chancela, de determinar para todos “os negros”, “as mulheres”, “os brancos”, “os brasileiros”, os limites, o pertencimento, os códigos, os símbolos, os rituais, o que é válido e o que não é válido.

Ao ingressar no MST, os assentados se afirmam numa perspectiva não-essencialista, afirmando-se como continuadores de Canudos, de Zumbi dos Palmares, continuadores das lutas das Ligas Camponesas. Ou seja, reconstróem um passado que possibilita a afirmação de suas atitudes no presente, demonstrando que a história passeia por diferentes tempos. Ela não é linear, pode ser entendida através da circularidade proposta por Bakhtin.

Na visão não-essencialista, o foco está nas diferenças, nas características comuns compartilhadas. Parte-se de uma visão de identidade mutável, que olha e considera a diversidade, as contradições, as

fragmentações, as diferenças, as múltiplas identidades coexistentes num mesmo sujeito, num mesmo grupo, povo ou nação.

As identidades na visão não-essencialista estão em processo de construção, por conseguinte, incompletas. Não podem servir de generalização a todos que pertencem a um mesmo espaço cultural, social e político. Conclui-se, enfim, que o conceito de identidade é construído socialmente na diferença, na inclusão e na exclusão. Por isso precisam ser compreendidas dentro do contexto histórico-social em que se inserem. São atribuições de sentido feitas pelos sujeitos em seus grupos, movimentos, povos ou nações, sofrendo, em razão disso, mudanças ao longo do processo.

Ao analisar os trabalhadores rurais Sem Terra, objeto desta pesquisa, concebo as identidades numa visão não-essencialista, posto que estão em constante processo de construção e reconstrução, numa relação de alteridade do “eu” com o “outro”, que permeia as relações sociais internas do assentamento. Do mesmo modo, nas relações externas, os assentados estabelecem fronteiras entre “nós” e “eles”, delimitando espaços, estabelecendo diferenças, elementos que se tornam fundamentais na constituição das múltiplas identidades sociais.

Percebo que um traço comum nas entrevistas é a afirmação da identidade Sem Terra, de pertencimento ao Movimento, independente da forma de participação, coletiva ou não, no assentamento. As entrevistas demonstram que a compreensão sobre o que é pertencer e ser do MST tem variações entre os trabalhadores. Sentem-se parte do Movimento tanto aqueles que estão nos coletivos, participando das instâncias de direção, como aqueles que se afastaram do coletivo ou que trabalham individualmente. Mesmo assim, continuam defendendo o Movimento e sentindo-se parte dele. Afirmam com orgulho: “eu sou do MST”. Em suas falas, expressam o sentimento de pertencimento, realizando defesa emocionada, apaixonada. Reagem quando ouvem críticas ou falas depreciativas. Em suas narrativas, reafirmam a condição de Sem Terra como uma identidade construída na luta.

Portanto, para estes trabalhadores, não importa a forma como se organizam. Todos se sentem parte do Movimento, se sentem Sem Terra. Este sentimento de pertencimento faz com que continuem participando do Movimento como membros de uma *comunidade imaginada*.

Para Hall (2000), o indivíduo assume diferentes identidades em diferentes momentos de sua vida, que está em permanente processo de transformação: “*a identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam*” (HALL: 2000 p.12). Na pesquisa realizada com estes trabalhadores, ficou evidente que não existe uma identidade coletiva padronizada. Os trabalhadores assumem diferentes identidades nos diferentes espaços em que atuam como acampados ou assentados: coletivos, individuais, dirigentes, pais, mães, petistas, brizolistas, gaúchos, cristãos, evangélicos, entre outras.

Na pesquisa realizada, procurei não homogeneizar nem generalizar as experiências, tampouco estabelecer padrões para as identidades. Busquei, no entanto, analisar as diferentes configurações dos processos de singularização destes trabalhadores, partindo de suas experiências, sentimentos e percepções. Sem perder de vista as fronteiras e margens, os entre-lugares, percebidos neste trabalho como espaço de identidades fronteiriças, como espaço onde a historicidade se realiza.

As múltiplas formulações sobre as identidades podem ser encontradas nas diferentes manifestações de pertencimento ao Movimento; nas diferentes formas de pensar e projetar a cooperação agrícola e a organização do assentamento, entre os individuais e o coletivo; no processo de formação, escolarização e representações da mística; nas relações de gênero, com a ocupação de espaços de poder e com a participação das mulheres, que assumem novos papéis sociais dentro do assentamento e nas instâncias de decisão do Movimento. Da mesma forma, as múltiplas formulações de identidades podem ser constatadas nas entrevistas orais, quanto ao lugar de

fala e poder dos sujeitos, ao acesso à educação, aos códigos de leitura tanto daqueles que se sentem partícipes e dirigentes quanto dos que se sentem “do” MST sem, no entanto, ocupar qualquer espaço da estrutura orgânica. Neste sentido, concebo a discussão das identidades como uma obra em aberto, em pleno processo de reconstrução, que foi sustentada com alguns parâmetros utilizados a partir do suporte teórico-epistemológico dos autores referidos neste capítulo.

No próximo capítulo, descrevo a formação do MST, demonstro como o Movimento continua seu processo de formação e resignificação através das diferentes formas de luta, abarcando e incorporando novas temáticas, especialmente nos anos de 1990 a 2004.

Capítulo III:

O MST RESSIGNIFICA A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

“Não sabendo que era impossível, foi lá e fez!” (COCTEAU, Jean, dramaturgo francês)

A pesquisa realizada para a construção deste capítulo teve como *corpus* os textos escritos por integrantes do Movimento e outros autores que estudaram sua história e trajetória de lutas. Busco como o próprio Movimento ressignificou a luta pela Terra e pela Reforma Agrária em sua história. Início narrando o contexto e os fatores que influenciaram na criação do Movimento. Em seguida, analiso o processo de ressignificação desta luta a partir de quatro grandes elementos: (a) a radicalização da ocupação como um novo jeito de fazer a luta pela terra; (b) a combinação de outras formas de lutas: a simbologia das marchas, ocupações de espaços e prédios públicos e as jornadas de lutas; (c) a atuação multidimensional: movimento social e organização social; (d) visibilidade, autonomia, abrangência nacional e ampliação dos temas vinculados à Reforma Agrária.

3.1 A formação do MST

O MST reconstrói no presente as grandes lutas populares que ocorreram nos últimos 500 anos, sendo parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. É produto da resistência indígena, negra e popular, reelaborada no presente dos que lutam pelo direito à terra. As formas de luta, como os acampamentos e as ocupações de fazendas, já eram utilizadas de forma intensa por trabalhadores rurais antes do golpe militar de 1964, porém,

coube ao Movimento dar um novo impulso à luta pela terra com as ocupações massivas (FERNANDES: 2006)¹⁸⁶.

Para Sauer (2002), um dos fatores que contribuíram para o surgimento do MST foi o modelo agropecuário adotado pelos militares, que aumentou a demanda por terra fazendo surgir novos conflitos no meio rural. Esses conflitos não eram gerados apenas pela resistência de posseiros, reafirmando a legitimidade da posse, mas por famílias de agricultores que não tinham acesso à terra (ou filhos de agricultores que possuíam pouca terra). O MST surge, portanto, como resultado das lutas de segmentos da população rural contra a expropriação e exploração exacerbada ocasionadas pela implantação do modelo de modernização agrícola ocorrida durante o regime militar.

A gestação do MST é fruto de mobilizações e enfrentamentos – em várias regiões do país, especialmente na Região Sul – que começavam a dar novo rumo aos conflitos e disputas pela posse da terra. Lideranças dessas iniciativas realizaram alguns encontros no início dos anos 1980 para a troca de experiências sobre mobilização e luta pela terra.

Outros dois marcos importantes e específicos na formação do MST foram as mobilizações dos agricultores expulsos da Reserva Indígena Kaingang, em Nonoai, e a mobilização dos desapropriados em consequência da construção da Hidrelétrica de Itaipu, no Paraná. Entre 1979 e 1984, o movimento de luta pela terra foi se consolidando e as lideranças de trabalhadores rurais sem terra, oriundos de ocupações e acampamentos dispersos em 12 Estados do País, articulam-se, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, realizando no dia 22 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel (PR), o Encontro Nacional de Fundação do Movimento Sem Terra¹⁸⁷.

¹⁸⁶ Fernandes utiliza o termo *herdeiro*, porém preferi utilizar no texto o termo *reconstrução*, pois a hereditariedade pressupõe algo estático, uma continuidade do passado sem incorporar as questões do tempo presente, da historicidade dos diferentes momentos históricos.

¹⁸⁷ Além das lideranças de trabalhadores rurais Sem Terra de 12 Estados: RS, SC, PR, SP, MS, ES, BA, PA, GO, RO, AC e RO, participaram representantes da CUT, CIMI, ABRA e o Bispo Diocesano de Chapecó-SC, D. José Gomes.

Entre outros assuntos, discutiram a estrutura organizativa, seus objetivos e elegeram a primeira coordenação nacional provisória (MORISSAWA, 2001).

No ano seguinte, em 1985, 1.600 trabalhadores rurais sem terra realizaram o I Congresso Nacional do MST em Curitiba – PR, onde definiram os princípios da organização e realizaram a eleição da coordenação nacional do MST para um mandato de dois anos. Neste mesmo ano, o governo de José Sarney aprovava o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha como objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra, viabilizar a Reforma Agrária e até o final do mandato do Presidente assentar 1,4 milhão de famílias. Mais uma vez, a proposta de Reforma Agrária ficou apenas no papel. O governo Sarney manteve intocado os interesses do latifúndio e ao final de um mandato de 5 anos, assentou menos de 90 mil famílias sem-terra. Ou seja, apenas 6% das metas estabelecidas no PNRA foram cumpridas.

Os Trabalhadores Sem Terra decidiram em seu primeiro congresso que a forma de representação seria por comissões, distribuídas em cada estado. Escolheram a palavra de ordem: *"Ocupar é a única solução"*, que sinalizava a nova forma de luta -- a ocupação de terras improdutivas. Perceberam, a seu tempo, que seria necessário um novo tipo de luta e organização e que a ocupação seria a forma principal, o motor desta luta. A compreensão de que a Reforma Agrária deveria sair "na lei ou na marra" estava se consolidando entre os trabalhadores, como demonstra Tereza Barbosa, que estava acampada na Fazenda Annoni:

"Assim lutando e exigindo os direitos e fazendo a Reforma Agrária se não sai pro bem sai pro mal porque nós mesmo temo que fazer a Reforma Agrária." (ENTREVISTA)¹⁸⁸

A articulação e as discussões de criar um movimento específico de luta pela terra, que canalizasse as lutas isoladas em uma força unificada, foram os

¹⁸⁸ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

primeiros passos na criação de um movimento nacional segundo João Pedro Stédile um dos fundadores do Movimento:

“Por volta de 1983 e 1984, travamos muitos debates sobre como construir uma organização que espalhasse nossa luta por terra e, sobretudo, que pudesse transformar esses conflitos localizados em uma batalha maior por Reforma Agrária. Sabíamos que não iria mudar nada somente juntar algumas famílias, nos mudarmos para terras improdutivas e pensar que isso era o fim. Estávamos bem conscientes, pelas lutas agrárias do passado, que se os trabalhadores rurais não se organizassem, não lutassem por mais do que simplesmente um pedaço de chão, eles nunca alcançariam uma ampla consciência de classe nem seriam capazes de lutar contra os problemas básicos – porque terra, apenas, não liberta o trabalhador rural da exploração. Em janeiro de 1984, realizamos o Encontro Nacional em Cascavel, no Paraná, onde analisamos todas essas questões e resolvemos criar uma organização.”
(ENTREVISTA)¹⁸⁹

Neste mesmo período, ocorriam outras mobilizações protagonizadas pelos trabalhadores rurais. Em abril de 1984, no interior de São Paulo, cinco mil cortadores de cana e colhedores de laranja entraram em greve, exigindo melhores salários e condições de trabalho. Sem vislumbrar outra alternativa, decidiram ocupar as cidades de Guariba e Bebedouro, incendiando um canavial. O movimento, reprimido por 300 soldados, resultou num confronto, onde um trabalhador rural foi assassinado e 40 ficaram feridos. As greves dos canavieiros se espalharam por várias regiões do país, principalmente entre os canavieiros do Nordeste. Parte das reivindicações dos bóias frias de São Paulo foram atendidas pelo acordo de Jaboticabal, posteriormente estendido a todos os municípios do estado (LINHARES, 1990). O meio rural foi também influenciado por este clima de mobilização no meio urbano. Ao mesmo tempo, instalava-se um modelo de desenvolvimento em que o capital agro-industrial reconcentrava a estrutura fundiária, modificando as relações sócio-econômicas no campo, com o objetivo de integrar campo e cidade, garantindo-se a hegemonia do urbano sobre o rural. A agricultura foi submetida a esta lógica da modernidade com a utilização da mecanização agrícola e de insumos que

¹⁸⁹ ENTREVISTA. João Pedro Stédile, 53, casado, economista, Dirigente Nacional do MST, residente em São Paulo - SP, entrevista realizada em julho de 2004 e janeiro de 2005.

prejudicavam os colonos sulistas, vinculados à agricultura familiar. Esta solução tecnológica visando a modernização do campo necessitava de produção energética. A saída encontrada foi construir grandes hidrelétricas como a Usina de Itaipú, as Barragens da Bacia do Uruguai, o Salto Santiago, a usina de Ilha Grande, Rosana, Primavera. Por conta disso, a população rural do Sul do País teve de ser realocada, levando muitos agricultores a perderem suas terras, já que lhes faltavam capital e tecnologia suficientes, isto é, uma imposição para quem pretendesse seguir o novo modelo de desenvolvimento agrícola.

Sem saída, os pequenos agricultores, meeiros, posseiros, desalojados, bóias frias, organizaram-se em diversas frentes de luta, tais como: a Luta por preço nos produtos, caso dos viticultores do RS e SC: a dos produtores de Leite do RS; a mobilização chamada de “*Justiça e Trabalho*” pelos Suinocultores do Paraná; a luta por indenizações, tais como: “*Movimento Terra e Justiça*”, em função da construção da Barragem de Itaipú; os atingidos pela rodovia Xanxerê (SC); os atingidos pela Barragem Dona Francisca (RS); Luta pela Terra (Fazenda Burro Branco -- SC, Ronda Alta - RS, MASTRO -- PR). Estas e as demais lutas afins criaram as condições para o surgimento das primeiras ocupações de terras. Os trabalhadores rurais sem terra, organizados em nível local, iniciaram um novo ciclo de mobilizações em prol da Reforma Agrária. Foi nesse contexto que nasceu o MST, uma das mais expressivas e polêmicas organizações de trabalhadores rurais, na luta pela Reforma Agrária em nosso país.

Os anos 80 também foram marcados pelo desgaste dos militares que estavam no poder desde o Golpe de 64¹⁹⁰. Alguns setores da sociedade e as

¹⁹⁰ “As eleições ocorridas no período assumiam, cada vez mais, o aspecto de eleições plebiscitárias sobre o posicionamento do eleitorado em relação ao sistema de governo. Com apenas dois partidos, essa bipolarização criava um ambiente favorável para ampliar as tensões político-sociais, desgastando ainda mais os militares. O MDB, apesar de nele conviverem as mais diferentes correntes ideológicas, para o eleitorado, artistas e intelectuais, era o partido símbolo da oposição. A solução identificada pelo General Golbery, cujo objetivo era enfraquecer os oposicionistas, protegendo o Estado e sua estratégia de liberalização, foi instituir o bipartidarismo: ARENA e MDB. Pouco depois havia uma intensa mobilização pelas eleições diretas. Exigia-se o direito de votar em Presidente da República. Milhares de pessoas foram às ruas exigir a volta das eleições diretas para Presidente. Apesar da pressão popular

forças de oposição, mais organizadas e atuando de forma articulada, tinham como principal instrumento de luta o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, que desde as eleições de 1974 havia se consolidado como um partido com condições de exercer uma oposição efetiva ao regime autoritário e pressionava o governo para que a redemocratização se materializasse.

Juntamente com o processo de organização e mobilização da sociedade civil, estas forças vinham aumentando a intensidade de questionamento ao regime. Somando-se a todo este cenário favorável ao fim do regime, estava a divisão interna nas forças armadas. Os moderados defendiam a devolução do poder aos civis e a volta à democracia. Os conservadores pretendiam prolongar o regime autoritário ao máximo, movidos por uma ideologia de segurança nacional, que defendia que qualquer abertura seria fator de desestabilização política, ameaçando a "ordem" e a "paz social" (DREIFUSS, 1980)¹⁹¹. As mobilizações populares contribuíram para pressionar os militares no sentido de realizar a abertura para a democratização brasileira.

No final dos anos 70 e começo dos 80, todos os que lutavam contra o regime militar encontravam apoio em setores importantes da Igreja Católica (CAVA: 1988; MARTINS: 1994). Embora a igreja oficial tradicionalmente estivesse alinhada com as posições mais conservadoras das elites, como pode ser verificado ao longo de toda a história do Brasil, a ala denominada de progressista e os religiosos vinculados à Teologia da Libertação empenharam-se bastante na defesa da causa dos camponeses. A Igreja oficial, que se

pelas eleições diretas, a proposta de emenda à Constituição que restituía o voto direto, foi rejeitada. Em 1985, o primeiro presidente civil após o Golpe de 64 foi eleito: Tancredo Neves. Apesar de indireta, sua escolha entusiasmou a maioria dos brasileiros, marcando o fim do Regime Militar e o início da redemocratização do País. Com a morte de Tancredo, logo após sua eleição a presidência foi ocupada pelo vice, José Sarney, que, ironicamente, era um dos principais líderes do Arena, partido que apoiava o Regime Militar” (SCHMIDT, 1999, p. 289-291)

¹⁹¹ A relação entre a sociedade civil e o Estado autoritário estava caminhando para uma situação de descontrole social. O General Golbery, principal ideólogo da Doutrina de Segurança Nacional, passa a defender uma estratégia de descompressão, descentralizando o poder executivo e aumentando a liberação política. Uma das principais preocupações dos estrategistas políticos do regime autoritário era a natureza bipolar - do ponto de vista partidário - do conflito entre governo e oposição, esta materializada pelo MDB, que contava com expressivo apoio da população, como vinham demonstrando as sucessivas eleições. Cf. Moreira Alves (1984).

opunha ao comunismo, em diversas ocasiões preferiu aproximar-se dos camponeses a vê-los transformados em revolucionários. A ala mais progressista foi duramente combatida pelo governo militar, mas foi ganhando espaço junto aos movimentos sociais, tornando-se, em diferentes momentos, a voz dos “sem voz”, a interlocução entre os trabalhadores Sem Terra e os Poderes Públicos.

A Igreja Católica e Luterana exerceram forte influência na Formação do MST. Este papel de direção por dentro dos movimentos sociais foi formatando estilos e formas que ficaram consolidados na cultura organizacional do Movimento. Além disso, conforme Martins (1986), a Igreja *“tem um êxito muito grande na mobilização de populações camponesas, na criação de comunidades de base, etc. Acho que ela fala uma língua que é entendida pelas populações trabalhadoras, e é isso que a torna um elo essencial nas lutas populares no campo”*. De acordo com uma reportagem publicada na revista *Veja* (28/10/98), é justamente essa proximidade entre os padres e os trabalhadores rurais que explica a importância da Igreja na formação do MST:

“O berço do Movimento Sem Terra e o de boa parte dos padres é o mesmo: as cidades mais pobres do interior dos Estados do Sul. Segundo uma pesquisa feita neste ano pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), quase a metade do clero brasileiro veio da Região Sul do país. Dois terços pertencem a famílias de classe baixa ou média-baixa. Enquanto 78% da população brasileira vive nos centros urbanos, 64% do clero tem origem na zona rural. Três em cada quatro padres nasceram em cidades com menos de 20 mil habitantes.”
(COMPARATO:2003)

Bons exemplos deste envolvimento direto é o caso do Pároco de Ronda Alta, cidade próxima à Encruzilhada Natalino, Padre Arnildo Fritzem, que acompanhou toda a formação do Movimento e deu guarida aos Sem Terra e o frei franciscano Sergio Gorgem, que é um dos fundadores do Movimento. Há outros, mais conhecidos pelo seu envolvimento com posseiros na região Centro-Oeste e Norte, como os Padres Franceses Aristides Camio e Françoise Gouriou, ameaçados de expulsão em 1981; no Nordeste, temos como exemplo o Padre Josimo Tavares, assassinado em 1983 por pistoleiros contratados por

fazendeiros em Imperatriz -- MA, além do caso do Padre Vitor Miracapillo, italiano expulso pelo General Figueiredo em 07 de setembro de 1980, por solicitação do então deputado federal Severino Cavalcanti, que alegava seu envolvimento com a luta dos camponeses:

“Nesta Semana da Pátria, Severino Cavalcanti vive seu martírio político. Foi, coincidência, em outro 7 de Setembro, que ele ficou famoso nacionalmente. Em 1980, em plena ditadura, Severino pediu a expulsão do padre italiano Vitor Miracapillo, que se recusara a rezar missa para os militares. Agora, parte do Brasil deseja expulsá-lo da vida pública.” (Ancelmo Gois, 8 set 2005, no jornal O Globo).

Anos depois, em 1995, encontrei o Padre Vítor em Milão, fazendo parte do grupo de apoio ao MST na Itália, organizando atividades de divulgação da luta dos camponeses no Brasil. Mais recentemente, em 2005, aconteceu também o assassinato da Irmã Doroty no Pará. Foram muitos os religiosos anônimos que colheram experiências de vida, embaixo das lonas pretas, junto com os trabalhadores.

Outros dois aspectos marcaram decisivamente a influência da Igreja sobre o MST. O primeiro deles é o caráter ecumênico da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que evitou que a luta pela terra se fracionasse em várias organizações. O segundo foi a capilaridade dessa entidade no campo, sobretudo nas áreas de fronteira, onde ocorre a maioria dos conflitos pela terra (MARTINS, 1985).

O apoio da Igreja Católica à Reforma Agrária também se traduzia pelo apoio logístico. A abertura de espaços nas comunidades para reuniões, encontros e assembléias, a arrecadação de alimentos e outros tipos de ajuda material possibilitaram que o Movimento fosse se afirmando por conta própria posteriormente. A Igreja no exterior contribuiu financeiramente através de organizações cristãs internacionais. Estima-se que 15% dos recursos do MST sejam provenientes dessa rede de solidariedade internacional.

Neste período, surgiram os sindicatos rurais, como influência do trabalho dos religiosos que atuavam no campo, fato confirmado em pesquisa

de Novaes (1987: p. 121), que afirma que *"os sindicatos só se viabilizavam nos municípios em que o pároco local também abraçou a idéia"*. Os trabalhadores da diretoria destes sindicatos eram selecionados entre os que se destacavam no conjunto dos fiéis, que mostravam já exercerem certa liderança. As Ligas Camponesas passaram a se organizar na forma de sindicatos e estabeleciam denominações de diferenciação: os "Sindicatos de Padre", surgidos pela ação da Igreja Católica, e o "Sindicato da Liga". A função básica desses sindicatos era fornecer ajuda legal aos trabalhadores rurais, através de advogados, quando houvesse alguma disputa com relação aos direitos trabalhistas ou à posse de terras. Também assumiram a função de dar assistência médica e mesmo alimentar, nas épocas de maior dificuldade.

A atuação da Igreja Católica fez-se presente entre os trabalhadores, com seus agentes de pastoral trabalhando nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), definidas oficialmente pela Igreja Católica como o *"... lugar onde se torna possível -- em nível de experiência humana -- uma intensa vivência da realidade da Igreja como família de Deus."* (CNBB, 1995, p. 137). A base comum do trabalho dos agentes religiosos, especialmente junto aos camponeses sem terra, era a interpretação dos textos bíblicos do Gênesis e do Êxodo, relatando a história do povo Hebreu, fugido da escravidão do Egito para a Terra Prometida por Deus. A leitura da Bíblia servia de motivação para a luta pela terra, graças à religiosidade muito forte observada entre os camponeses.

A Teologia da Libertação, que se desenvolveu no Brasil durante a ditadura deixou também sua importante contribuição na luta pela terra. Especialmente na visão de mundo que inspira e no ritual da mística que o Movimento utiliza em suas atividades. Nela, encontram-se elementos de religiosidade e certo panteísmo, o que a aproxima do movimento ecologista, mas, também, elementos de respeito à natureza que constituem, até hoje, fundamentos da doutrina cristã permeando o cotidiano da luta pela terra.

Os ritos, celebrações, marchas e caminhadas são elementos da religiosidade incorporados à mística do Movimento. Estes elementos originam-

se desta estreita relação com a Igreja. Nos últimos anos, ampliou-se a influência de outros credos religiosos. Em diversos assentamentos existem espaços ecumênicos onde todos professam suas diferentes religiões. Existem também lugares em que a fé religiosa é mais determinante que o vínculo com o Movimento, onde as pessoas primeiro consultam os pastores para depois decidirem se seguem as orientações do Movimento em determinada atividade. São elementos que não eram considerados pelas direções do Movimento, mas que recentemente passaram a compreender a importância da espiritualidade na vida das pessoas. Mesmo assim, continua o desafio para o Movimento: como articular as crenças com as propostas de mobilização e organização social e política?

O Movimento em seu primeiro congresso em 1984, em Curitiba, definiu os seguintes princípios de atuação:

(a) Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.

(b) A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.

(c) Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.

(d) Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.

(e) Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.

(f) Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. (MST, 1985).

A partir de seus princípios, o MST visa três grandes objetivos: (a) a terra, (b) a Reforma Agrária e (c) uma sociedade mais justa. Estes objetivos representam a continuidade da luta pela terra empreendida por outras organizações na história do Brasil, ao mesmo tempo, representa a vontade dos próprios trabalhadores rurais que sonham em ter um pedaço de terra, conforme afirma João Pedro Stédile, um dos dirigentes nacionais do Movimento:

“O MST nasce da continuidade do problema agrário na nossa sociedade, da ascensão do movimento de massas que havia naquele período e da vontade política dos trabalhadores, articulados no meio rural, que tinham de lutar contra a pobreza e contra a desigualdade social. Então, fizemos a leitura, naqueles primórdios de 1984, 1985, quando nasceu o Movimento, de que a melhor maneira de alcançarmos esse objetivo de diminuir a pobreza e de eliminar a desigualdade, seria lutar pela democratização da terra. E lutar pela democratização da terra seria eliminar o latifúndio da nossa sociedade, porque o latifúndio é a expressão da concentração e monopólio da propriedade da terra, que gera os pobres, que gera a desigualdade.” (ENTREVISTA)¹⁹²

Foi necessário dar nome à organização. A origem do nome é explicada por Stédile: *“a imprensa já tinha um apelido para a gente, toda vez que ocupávamos alguma terra, os jornais diziam lá vão os sem-terra de novo... tudo bem, como nos chamavam assim, resolvemos ser o ‘Movimento dos Sem Terra’”*.

“Estávamos ideologicamente mais inclinados a nos chamarmos ‘Movimento dos Trabalhadores pela Reforma Agrária’, porque a idéia era construir uma força social que fosse além da luta apenas por terra. Mas a história nunca depende inteiramente da intenção do povo. Ganhamos reputação como os ‘Sem Terra’, então o nome ficou; o máximo que fizemos foi inventar a abreviação – MST.” (ENTREVISTA)¹⁹³

3.2 A luta pela terra protagonizada pelo MST nos 1990

No Brasil, assim como na maior parte dos países da América Latina, os anos 1990 caracterizam-se pela implantação das políticas denominadas neoliberais que provocaram o aumento das desigualdades sociais em praticamente todos os países do continente. Como consequência, os movimentos sociais reagiram a estas políticas causando o aumento das tensões, conflitos, movimentos e protestos sociais. Os desempregados, sem teto, indígenas especialmente na Bolívia e Equador, realizaram grandes

¹⁹² ENTREVISTA. João Pedro Stédile, 53, casado, economista, Dirigente Nacional do MST, residente em São Paulo -- SP, entrevista realizada em julho de 2004.

¹⁹³ Ibidem.

mobilizações, assim como os piqueteiros e desempregados (na Argentina), os camponeses, sem teto, mulheres realizaram protestos e ocupações (no Brasil). São mobilizações que visam especialmente a defesa e a preservação de direitos face ao avanço das políticas expropriadoras do neoliberalismo.

Entre os grandes agricultores, as demandas basearam-se em políticas econômicas e na defesa das economias regionais, enquanto que os indígenas buscavam fundamentalmente garantir seus direitos de acesso à terra e os trabalhadores agrícolas e agroindustriais apenas pediam melhores salários e condições de trabalho. Enquanto isso, o setor agrário patronal convertia-se no espaço do qual o Governo podia extrair recursos, devido a suas vantagens no comércio internacional.

Em 1989, a Reforma Agrária saiu da pauta política do governo federal, com a eleição de Fernando Collor, cujo governo atuou notoriamente em defesa dos latifundiários. Aumenta a repressão contra os trabalhadores rurais Sem Terra, não se limitando às ações da força policial, mas valendo-se também da intervenção do Poder Judiciário. Uma nova cerca para impedir as ocupações, por meio da criminalização do Movimento, aparece no caminho destes trabalhadores (FERNANDES, 2000).

Foi o período em que o MST voltara-se para outra dimensão organizativa, investindo no desenvolvimento do Sistema Cooperativista dos Assentados, criando cooperativas locais e regionais. Desse modo, o MST fundou a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), em 1993. Em 1992, a FAO — órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação — apresentou o relatório de uma pesquisa nacional a respeito da realidade econômica dos assentamentos, em que demonstrava a sustentabilidade das experiências dos assentados na consolidação da agricultura camponesa. A luta pela Reforma Agrária desenvolvida pelo MST incorpora e amplia suas temáticas, busca construir outro modelo de desenvolvimento para a agricultura.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, a Reforma Agrária torna-se uma política compensatória, em função de que a maior parte

dos assentamentos realizados em seu Governo foi nas áreas de fronteira da Região Norte e os processos de regularização em contraponto as desapropriações. Nos anos de 1990, o MST consolidou-se como uma das principais forças políticas do país, enquanto o governo FHC ampliou a política neoliberal, implantada desde o governo Collor, agravando a crise da agricultura, que transformou milhares de camponeses em sem terra. Implantou a reforma agrária “de mercado”, uma política de compra de terra, desenvolvida pelo Banco Mundial. O argumento é que a Reforma Agrária deveria ser negociada entre os proprietários e os demandantes por terra. O programa sofreu diversas críticas por parte do Movimento, que não o aceitara, por entender que os objetivos políticos e ideológicos nele inseridos tentam harmonizar os conflitos por terra negociando através do mercado e não das lutas.

A violência no campo aumentou nos anos 1990. Conforme demonstra pesquisa da Comissão Pastoral da Terra, nos 20 anos da Ditadura Militar (1964–1984), 42 trabalhadores rurais foram assassinados por ano. De 1985 a 1989, esse número triplicou e chegou a 117 assassinatos por ano. De 1990 a 1993, morreram 52 pessoas na luta pela terra. No período do governo FHC (1994 – 1997), 43 pessoas foram mortas por ano, ultrapassando a média de mortes durante a Ditadura Militar. Servem de exemplo desta violência o caso de Corumbiara, em Rondônia e o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará (FERNANDES: 2000). Poucos dias depois da chacina, em 24 de abril, FHC anunciou a criação do Ministério da Política Fundiária, nomeando para chefe-lo o ex-comunista Raul Jungmann, que teve uma relação muito conflituosa com o MST.

Os anos 1990 serviram para aumentar a visibilidade do MST, positiva e negativamente. Somente no ano de 1994, a Revista *Veja* publicou duas reportagens especiais. Na de 1º de junho de 1994, trazia o título: "Olhai as foices dos pobres do campo" (não assinada). A matéria saiu com cinco páginas bastante ilustradas. No subtítulo: "Como chefes cristãos comunistas e chefiados de pés no chão, os sem-terra são anacrônicos e atualíssimos". Os trabalhadores Sem Terra foram considerados pela reportagem como comunistas radicais e comparados a Lampião. Também se destaca neste

período a exposição “Terra de Sebastião Salgado”, com texto de José Saramago, que ganhou o mundo divulgando a luta do MST. A novela *O Rei do Gado*, de Benedito Ruy Barbosa, que estreou em 17 de agosto de 1998, ficando no ar até 14 de fevereiro de 1997, também foi outro elemento importante na divulgação da luta empreendida pelo MST, embora o Movimento se mostrasse muito crítico em relação à própria novela e às reportagens midiáticas, por acreditar que elas deturpariam as suas ações. Cito também como exemplo o julgamento de José Rainha Junior, condenado a 26 anos de prisão, em 12 de junho 1998, por sua suposta participação no assassinato de um fazendeiro no Espírito Santo. O ato mobilizou apoiadores e adversários do MST, obtendo ampla repercussão nacional. A análise feita pelos dirigentes do Movimento na época considera que este acontecimento tinha a simbologia de julgar e condenar a luta pela Reforma Agrária, muito mais do que o julgamento de um crime comum.

Os anos 1990 foram marcados também pela realização de duas grandes marchas nacionais. Descrevo ao longo deste capítulo como elas serviram para ampliar a visibilidade e o diálogo direto com a sociedade. Este período caracteriza-se pela consolidação do MST como um movimento nacional que, pela sua capacidade de articulação política, pôde resistir à repressão e à crise que se abateu sobre a esquerda na década anterior após a queda do Muro de Berlim, em 1989, mantendo-se fiel aos princípios ideológicos e de luta por transformações sociais.

De acordo com Fernandes & Stédile (1999), o MST foi formado em consequência de três fatores fundamentais. Em primeiro lugar, o fator sócio-econômico ou, mais especificamente, os conflitos e lutas resultantes do processo de modernização da agricultura durante o regime militar. Esse processo liberou mão-de-obra, gerando um excedente populacional. Esse excedente aumentou a demanda social por terra nos Estados do Sul do Brasil, provocando reações por parte dos trabalhadores rurais que se mobilizaram em torno das ocupações.

Em segundo lugar, houve também um “fator ideológico” que contribuiu para a organização do MST. Esse fator foi constituído nos processos de

mobilização e animação do trabalho pastoral das Igrejas Católica e Luterana, mais diretamente das ações da Comissão Pastoral da Terra. O trabalho de apoio às lutas sociais no campo e as denúncias de conflitos agrários abriram caminho para a articulação do MST.

O terceiro fator que contribuiu para a criação e o desenvolvimento do MST foi o período de abertura e redemocratização política no país, com a conseqüente diminuição da repressão militar. Esse processo permitiu a retomada das mobilizações populares, abrindo espaço para a construção (ou reconstrução) de entidades e movimentos sociais. Por outro lado, a bandeira da Reforma Agrária foi tomada como uma luta geral em busca da democratização do acesso à terra e democratização política.

Ao analisar a história do Movimento, chamam atenção determinadas características que o distinguem em sua trajetória enquanto movimento social de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Se o considerarmos dentro de um processo histórico mais amplo, esta trajetória pode parecer breve, mas, se o compararmos com a maioria dos movimentos camponeses no Brasil, que foram geralmente destruídos com muito menos tempo de vida, é possível avaliá-la como longa. A história do MST demonstra que a luta pela terra e pela Reforma Agrária foi ressignificada pelos seguintes fatores:

- a) A radicalidade da ocupação como um novo jeito de fazer a luta pela terra;
- b) Combinação de outras formas de lutas: a simbologia das marchas e jornadas de lutas;
- c) Atuação multidimensional: movimento social e organização social;
- d) Visibilidade, Autonomia, Abrangência Nacional e Ampliação dos Temas na Reforma Agrária.

3.3 A radicalidade das ocupações: ação e reação.

As lutas empreendidas pelo Movimento são carregadas de símbolos e significações que criam sentidos para seus membros e para a sociedade. A disciplina, o conteúdo de suas reivindicações e a própria estética do protesto lhe dão visibilidade social. A utilização de símbolos como a bandeira vermelha, as ferramentas de trabalho, como a foice, contribui para criar uma imagem de radicalidade diferenciando o MST de outros movimentos e protestos sociais. Bem como a forma de organização nos protestos -- em fileiras; o fato de marcharem de forma organizada por brigadas; de dar nome a cada brigada homenageando um lutador, uma lutadora ou uma luta dos trabalhadores. Estes elementos carregados de significados vão dando consistência e coerência ao seu discurso. Demonstrem uma disciplina e organização interna própria.

O simbólico se faz presente no agir coletivo do Movimento como ferramenta eficaz na criação de sentidos. A utilização destes recursos expressivos que incorporam a mobilização política atravessa o imaginário social, dando ao protesto uma visibilidade diferenciada, gerando sentimentos adversos ou favoráveis ao Movimento.

As diversas formas de luta utilizadas pelo Movimento são: as ocupações de terras, as marchas e caminhadas, as ocupações de prédios públicos, trancamentos de rodovias, jornadas de lutas e as negociações coletivas com os poderes públicos. Narro, a seguir, cada uma delas buscando identificar os sentidos atribuídos pelos seus membros, bem como as representações construídas sobre as mesmas nos textos escritos que se referem à estas atividades.

A ocupação de terras é a luta que mais caracteriza o Movimento, sendo sua face mais visível. Inicia-se com o processo de articulação e convencimento das famílias que desejam lutar pela terra. Os trabalhadores criam comissões Estaduais e micro-regionais, visitando as comunidades, realizando reuniões e fazendo o trabalho preparatório. Cada família deve organizar-se em grupos e providenciar seus pertences, como: lonas, mantimentos e pequenos animais e outros pertences característicos das famílias excluídas que vivem no meio rural. Carregam consigo os mantimentos necessários para sobrevivência dos primeiros dias ou semanas. Organizam o transporte, que vai levá-los ao local da ocupação ainda sem saber exatamente o dia e o local. Estas duas informações são mantidas em segredo, para evitar repressão ou desarticulação por parte da polícia e dos fazendeiros.

*“Eu no dia não estava junto. Mas a minha família que eram sete filhos e a mulher estavam juntos. Me obriguei a trabalhar fora para ganhar uns troquinhos, então no dia eu não estava, porque **ninguém sabia qual seria o dia da ocupação**. Só que eu já fui desconfiando qual seria mais ou menos o dia.” (ENTREVISTA)¹⁹⁴*

A letra de uma música criada por Zé Pinto, integrante do MST em Rondônia, fala deste processo:

*Pegue os cereais e a lona, junte a criançada
Pois Sem Terra organizado é terra ocupada
De mãos dadas vamos juntos não somos covardes
Somos contra o latifúndio só produz maldade*

Toda a família se envolve. Antes da ocupação, realiza-se uma vistoria prévia do local a ser ocupado. As informações sobre as terras devolutas, improdutivas ou de grandes latifúndios são públicas. Podem ser encontradas no cadastro do INCRA. As terras improdutivas e grandes fazendas são visíveis e de conhecimento de quem mora nas regiões onde a ocupação vai ocorrer. As ocupações de terra têm também o objetivo de chamar a atenção dos governantes para a necessidade de se implementar, com mais urgência, a Reforma Agrária.

¹⁹⁴ ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 de julho de 2004.

Este tipo de ação chama a atenção para a realidade em que vivem estas famílias. Cria-se um fato político, um impasse. Inicia-se um processo de negociação com as autoridades. Os trabalhadores Sem Terra perceberam que se não criassem um fato político não conseguiriam espaço, não teriam visibilidade, ficando relegados e esquecidos nos rincões do País. Não seriam lembrados e permaneceriam fora das discussões políticas da sociedade. Entretanto, observam que, quando realizam um ato considerado radical, ilegal e conflituoso, criam as condições para que se estabeleça um processo de negociação.

A experiência da ocupação tem a força pedagógica de demonstrar que a terra deve ser conquistada. A terra não vai ser doada por ninguém nem virá por decisão política, sem a devida pressão popular. É necessário certo esforço de cada família, para enfrentar as adversidades e dificuldades. A ocupação transforma-se num instrumento de pressão social, de esperança, de luta por uma vida melhor. É a busca de um desejo, o início de uma jornada. Um grande desafio que reestrutura e desestrutura ao mesmo tempo a vida anterior de submissão e desesperança. As pessoas acabam lançando-se neste tipo de ação por não terem mais saída.

chegamos lá pra nós era uma coisa assim que até que era um sonho pra dizer a verdade, nós sofremos bastante ali no acampamento, mas era o único jeito de conseguir terra (ENTREVISTA)¹⁹⁵

A Senhora Tereza Barbosa reconstrói estes momentos em sua memória. A ocupação, neste sentido, pode, de fato, se configurar como um acontecimento em que se funda, além da ruptura, um conjunto de práticas

¹⁹⁵ ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

sociais e discursivas que colaboram para um processo de subjetivação embasado na resistência. Acontecem por meio da construção de um espaço de socialização política que é a ocupação. Este espaço, segundo Fernandes (1996), apresenta várias dimensões. A primeira é o espaço comunicativo, no qual os integrantes do Movimento conhecem novos companheiros com quem passam a compartilhar objetivos comuns. Em seguida, passam a compreender melhor porquê estão naquele lugar. De acordo com Fernandes (1996): “Os motivos são a necessidade e o interesse que, juntos com a revolta e a indignação, representam atitudes e sentimentos que determinam o tempo de ocupar. É o início da transformação de suas realidades”; e segundo João Pedro Stédile:

Para fazer ocupação precisa consciência de querer lutar pela Reforma Agrária. Aí o sujeito, ele mesmo, se prepara, ele sabe que tem que comprar lona, tem que ir lá, tem que se preparar. Então, para fazer ocupação, precisa é de vontade de querer resolver os seus próprios problemas (STEDILE apud FERNANDES: 1996).

A ocupação da terra não é o começo da luta pela terra. Quando as famílias sem-terra ocupam uma propriedade é porque há vários meses essas famílias estão se organizando para que este momento aconteça. A ocupação da terra começa com o trabalho de base, quando os integrantes da Frente de Massas do MST visitam as famílias no interior ou nas periferias das cidades, nas regiões metropolitanas, para convidar as pessoas interessadas em ingressar na luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Nesta fase, os trabalhadores realizam reuniões em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias interessadas. Neste espaço discutem as possibilidades da luta pela terra e pela Reforma Agrária. As famílias passam a se conhecer, reunir-se e criam um espaço de socialização política, de relacionamento pessoal e coletivo.

Nas reuniões, as pessoas apresentam-se, falam de suas histórias, discutem suas trajetórias, pensam em seus destinos. A proposta do MST de

ocupar a terra traduz-se em esperança e medo. Esperança porque é uma possibilidade apresentada por quem lutou e conquistou a terra e medo porque a luta pode levar a outros caminhos, ao desconhecido, a uma vida diferente da rotina costumeira. Pode levá-los à violência, à prisão e até à morte no enfrentamento com os latifundiários e com a polícia.

Novas relações sociais são construídas entre estes trabalhadores. A interação acontece porque as pessoas compreendem que têm trajetórias semelhantes: são migrantes, pobres, desempregados, mas possuem vontade de mudar suas histórias. A interação também acontece porque essa experiência possibilita a construção de conhecimentos sobre a luta pela terra e abrem novas perspectivas em suas vidas. As reuniões de trabalho de base podem durar meses. Elas acabam quando as lideranças do MST apresentam a possibilidade de ocupar uma ou mais propriedades e as famílias decidem pela ocupação. Com essa decisão, passam a se incorporar ao Movimento. Ampliam sua visão de mundo. Preparam-se, astuciam-se e ressignificam suas vidas. Preparam-se para a resistência em um novo espaço social -- o acampamento, que vem logo após a ocupação.

É importante lembrar que os fazendeiros e proprietários de terras têm outra interpretação sobre esse acontecimento. Denominam as ocupações de "invasões", expressando uma disputa que vai muito além da semântica, argumentando que elas ferem o Estado de Direito e o direito à propriedade. Amparam-se nos poderes do Estado e conseguem intervir nas ocupações, munidos de apoio policial repressivo. Dá-se assim porque, em geral, o Estado trata os problemas sociais como casos de polícia. Na questão da terra essa postura se fez presente na maioria dos casos, desde os Quilombos até as ocupações de terras promovidas pelo MST.

A Constituição Brasileira estabelece que as terras improdutivas devem ser desapropriadas sendo revertidas para o assentamento de trabalhadores

rurais sem-terra. Em específico, quando o assunto é a Reforma Agrária, existe um conjunto de leis regulamentando-a¹⁹⁶.

Estas leis estabelecem as normas e procedimentos que determinam a presença obrigatória do Ministério Público nos litígios coletivos pela posse da terra, no caso das ocupações. De acordo com estas leis, as ocupações de terras para fins de pressão pela implementação da Reforma Agrária jamais constituíram afronta à ordem jurídica. Portanto, existem leis que regulam esta questão. No que concerne à proteção legal à propriedade, a Constituição Federal determina que somente as propriedades que estão cumprindo com sua função social deverão receber proteção legal. Ou seja, as terras improdutivas deverão ser desapropriadas.

No âmbito internacional, existe um critério utilizado universalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), denominado índice de GINI, que vai de 0,000 a 1,000 e que mensura o nível de concentração de renda e propriedade. A concentração da terra no Brasil está situada em 0,8278. O Atlas Fundiário editado pelo INCRA, em 1992, aponta que os grandes proprietários representam 1% do total de proprietários de terras e mesmo assim detêm a posse de 43% das terras. Pela média de assentamentos realizados pelos Governos nos últimos oito anos, em torno de 300 mil famílias/ano, seriam necessários pelo menos 53 anos para assentar os quatro milhões de famílias sem terra existentes no Brasil.

Não é possível aguardar tanto tempo. Cansadas de esperar pelas promessas dos governos, as famílias decidem ocupar os latifúndios. Os representantes dos interesses do latifúndio argumentam que a inexistência de leis e de rigor no combate às ocupações são os motivos responsáveis pela lentidão da implementação da Reforma Agrária. Os dados pesquisados demonstram o contrário.

¹⁹⁶ STROZAKE (2005), A LEI Nº. 4.504 de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra - Constituição Federal - Artigos 184 a 191 – LEI Nº. 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993, LEI Nº. 76, de 6 de julho de 1993, LEI Complementar Nº. 88/96. E a LEI Nº. 9.415/96.

A ocupação de terras é a solução encontrada pelos trabalhadores rurais Sem Terra para sobreviver. Tem por objetivo evidenciar uma demanda e, com isso, pressionar o Poder Público a realizar a Reforma Agrária. Outras formas de implantação do Programa de Reforma Agrária têm se demonstrado fracassadas, conforme afirma Stédile:

“O Governo Fernando Henrique fez campanha na televisão, gastou um dinheirão com a Globo e nem assim a retirou da crise. Gastaram um dinheirão na tal reforma agrária de televisão, pedindo para os sem-terra se cadastrarem no Correio. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra fez reunião nas nossas bases e dissemos que não éramos contra, cadastramos nossa turma no Correio. Torcemos para que saísse a Reforma Agrária para quem se cadastrasse. Cadastramos 850 mil famílias nos últimos três anos de Fernando Henrique. Quantas foram assentadas? Nenhuma família foi assentada com este cadastro, foi enrolação. A forma mais efetiva é quando há pressão visível, que leva a sociedade a debater o problema, porque a Reforma Agrária está parada. Por isso fizemos ocupações.” (João Pedro Stédile, Depoimento na CPMI da Terra, Congresso Nacional, março de 2005).

É o que também demonstra o levantamento realizado pela Ouvidoria Agrária. Em 2003, foram registradas 222 ocupações de terras. Em 2004, esse número subiu para 327 ocorrências. Em 2005, ocorreram 264 ocupações. O quadro abaixo mostra que, nos últimos dez anos, ocorreram em média 320 ocupações/ano:

Ano	Número de Ocorrências
1995	145
1996	397
1997	455
1998	446
1999	502
2000	236
2001	158
2002	103
2003	222
2004	327

2005	264
TOTAL	3.255

Quadro n.1 - Ocupações de Terra no período: 1995-2005

(Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Ouvidoria Agrária Nacional. Brasília, jun, 2006.)

É importante destacar que a Ouvidoria Agrária Nacional utiliza como fonte de informação apenas os registros oficiais. Contabiliza apenas as ocupações que chegam ao conhecimento do Poder Público por meio de processos, denúncias formais, inquéritos policiais, ou através da mídia. A CPT utiliza outra metodologia denominada de conflitos agrários, contabilizando as ocupações, acampamentos, conflitos e o número de pessoas envolvidas.

A mídia mostra-se normalmente parcial na divulgação destes fatos. Como um conflituoso jogo de sentidos, toma-os por invasões. A forma como o fato se transforma em notícia abre a possibilidade para uma pluralidade de leituras, uma discussão polêmica e polifônica, em que as pessoas se tornam favoráveis ou desfavoráveis aos trabalhadores Sem Terra. Assim como no feudalismo, em que a terra era uma exclusividade do senhor feudal, a propriedade das terras no século XXI ainda é vista como um direito sagrado dos latifundiários. A ocupação é interpretada como uma ameaça e, por esta mesma razão, deve ser condenada, proibida, considerada ilegal.¹⁹⁷

Da mesma forma que a ocupação é o espaço onde se concretiza um complexo jogo de constituição de sentidos, memórias, identidades e transformação de realidades, também ocorre uma ressignificação da luta pela terra como um ato legítimo por parte dos trabalhadores que a realizam. É uma forma de conquistar a cidadania e a inclusão social, demonstrando que o ato não é violento em si mesmo, mas que a violência está no fato de lhes ter sido

¹⁹⁷ Na tentativa de evitar e coibir as ocupações de terras, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso editou a MP 2.027-38, em maio de 2000, que impede a vistoria e a desapropriação de propriedades rurais ocupadas. Ela continua em vigor no Governo Lula, em 2006.

negado a terra para trabalhar. A condição de exclusão social é definitivamente uma forma de violência por parte do Estado, que os esquece e exclui. Quando ocorrem situações de violência física, ela costuma ser maior contra os Sem Terra. É evidenciada nos casos de despejos, prisões e assassinatos. Para Medeiros (2005), a violência é parte integrante do chamado padrão tradicional da dominação política na história brasileira e é assim que são tratados os trabalhadores do campo:

“Uma das principais razões do desencadeamento da violência são as iniciativas organizativas dos trabalhadores. Trata-se do momento em que eles despontam na cena pública demandando reconhecimento de direitos em diversas situações, como é o caso das ocupações de terra, criando fatos políticos que tornem visível essa demanda, e, para isso, por vezes até mesmo tendo que se confrontar com a força dos ‘jagunços’ e da polícia.” (MEDEIROS, 2005.p.).

As ocupações de terras colocam os trabalhadores rurais frente ao Estado e aos proprietários de terra. Criam e forçam um espaço de negociação com o Poder Público, que se vê obrigado a conviver com um novo sujeito social indesejado. Quando ocorrem as negociações, elas propiciam o estabelecimento da diferença, onde as identidades são negociadas. Conforme afirma Molina (2002):

“O processo de organização dos trabalhadores, por mais molecular que seja, introduz uma clivagem nas relações de dominação vigentes, produzindo novas identidades, possibilitando o desvendamento de contradições antes encobertas pela fidelidade pessoal, permitindo a construção de interesses e demandas. Os trabalhadores rurais aparecem, assim, na cena política, dotados da capacidade de se fazerem ouvir, tanto maior quanto mais conseguem estender a teia de relações que possam apoiar, sustentar, organizar a insatisfação.” (MOLINA:2002, p. 188).

O Estado e as elites se recusam a reconhecer que os Sem Terra são sujeitos portadores de direitos. Não reconhecem sua cidadania. Isso acaba impedindo a consolidação de uma sociedade de fato democrática no Brasil. Excluídos do processo produtivo, expulsos e expropriados, estes trabalhadores passam a organizar-se em movimentos sociais e a ocupar terras como únicas alternativas de luta por uma vida mais digna. Para muitos, entretanto, o que

está em jogo é a sobrevivência. As ocupações tornam-se a única esperança. Através das ocupações de terras, associadas às outras formas de pressão, tais como, marchas, romarias, acampamentos, afirmam uma nova identidade social organizados num movimento social. Conseguem inserir ou impor a questão da Reforma Agrária na agenda política nacional.

Uma pesquisa realizada pelo CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com base num questionário aplicado à 15 mil famílias assentadas e, posteriormente, numa amostra de 92 assentamentos, demonstrou que 96% dos assentamentos somente foram feitos porque houve luta e iniciativa dos próprios trabalhadores. Em apenas quatro casos a iniciativa veio do Poder público, demonstrando que a lentidão do Estado em realizar a Reforma Agrária é que provoca o aumento do número de ocupações de terras. Ou seja, as ocupações devem ser vistas também como consequência da inação do Governo (SAMPAIO, 2005).

Desde sua formação, a ocupação de terras vem sendo utilizada como o principal método de luta do MST. Para Stédile, elas não constituem crime e não foram inventadas pelo Movimento. Este método de luta, embora tenham tido maior visibilidade com o surgimento do Movimento, foi utilizado por várias organizações de trabalhadores ao longo da história do Brasil. Stédile defende as ocupações nos seguintes termos:

“E a ocupação, que era sua última questão, foi um método de pressão para acelerar a Reforma Agrária, que já foi utilizada em outros tempos em nossa História do Brasil – foi utilizada na década de 60, pelas Ligas, pelo Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), não é invenção nossa, nem os acampamentos – , e procuramos que as ocupações sejam feitas de forma massiva e com toda a família e ninguém que vai para uma ocupação vai porque alguém mandou; ele tem que decidir. E em todas as ocupações do MST o sujeito, para ir na ocupação, sabe que tem que ver sua lona, tem que levar sua comida, para que seja uma responsabilidade dele.” (João Pedro Stédile, em depoimento a CPMI da Terra, abril de 2005).

No entanto, o MST vem desenvolvendo uma forma de organização muito diversa das organizações camponesas que o precederam, como foram as Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e a

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB). Segundo Fernandes (2000), uma de suas principais características é a capacidade de articular diferentes formas de lutas, graças ao seu caráter político. Consegue ser, por isso, uma organização expansiva, que se amplia e se territorializa, ocupando espaços de poder local, regional e nacional, finalmente criando uma nova consciência política. A partir dessa consciência política, os trabalhadores Sem Terra têm a percepção de que a luta pela Reforma Agrária realiza-se em torno da conquista da cidadania plena. Não basta só a terra. Outros direitos precisam ser conquistados.

A ocupação também é utilizada por outras organizações que lutam pela terra. Um levantamento feito pela Ouvidoria Agrária Nacional, realizado em 2005, aponta a existência de 72 entidades¹⁹⁸ e movimentos sociais desenvolvendo lutas ou ocupações de terras no Brasil. Foram contabilizadas desde organizações locais, passando por movimentos e sindicatos e as Federações ligadas à CONTAG. As ocupações dão visibilidade aos invisíveis do campo, porém provocam reações contrárias e violentas.

As ocupações provocaram reações dos ruralistas, que se organizaram, criando a União Democrática Ruralista - UDR (a seguir, trato de maneira específica desta entidade). Elas também ajudaram a reavivar outras

¹⁹⁸ Animação Pastoral Rural (APR); Comissão Indigenista Missionária (CIMI); Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA); Centro Dom José Brandão de Castro (ex-CPT SE); Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados (CETA); Conselho Nacional do Seringueiro (CNS); Comissão de Assentados Do Estado do Espírito Santo (COMASSES); Comissão Pastoral Rural (CPR); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA); Central Única dos Trabalhadores (CUT); 23 Federações de Trabalhadores na Agricultura dos Estados; Força Sindical (FS); Fundação de Desenvolvimento do São Francisco (FUNDIFRAN); Grupo de Trabalhadores Amazonenses (GTA); Liga dos Camponeses Pobres (LCP); Liga Operária Camponesa (LOC); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Apoio a Reforma Agrária (MARA); Movimento de Agricultores Sem Terra (MAST); Movimento Brasileiro dos Sem Terras (MBST); Movimento de Camponeses de Corumbiara (MCC); Movimento dos Carentes Sem Terra (MCST); Movimento de Libertação dos Sem Terras (MLST); Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST de Luta); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimento Luta pela Terra (MLT/STR); Movimento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MNMTR); Movimento Organizado pela Reforma Agrária e Liberdade (MORAL); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento Pela Reforma Agrária (MPRA); Movimento Social Brasil sem Fome (MSBSF); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos sem Terra Independente (MSTI); Movimento dos Trabalhadores Rurais Ligado a Assoc. Comerc. De Trabalhadores Rurais de João Pinheiro (MSTR); Movimento dos Sem Terra de Tupanciretã (MSTT); Movimento dos Trabalhadores (MT); Movimento dos Sem Terra (MTB); Organização de Luta no Campo (OLC); Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL); Movimento dos Trabalhadores Rurais Brasileiros (MTRB); Movimento dos Trabalhadores rurais do município de Sidrolândia (MTRS); Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MTRST); Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil (MTRUB); Organização Terra e Liberdade (OTL); Pólo da Unidade Camponesa (PUC); Sindicato dos Pequenos Agricultores e Assalariados (SINPASA); Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA); Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); União das Nações Indígenas do AC e Sul do AM (UNI).

organizações¹⁹⁹ criadas pela classe patronal do campo, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB)²⁰⁰, a Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA)²⁰¹ e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)²⁰².

A SRB é quem normalmente tem se manifestado com maior frequência na mídia e em debates públicos, atacando e condenando veementemente as ocupações de terras. A CNA tem a mesma postura em relação às ocupações, mas está mais vinculada à defesa do agronegócio. A OCB reivindica a representação exclusiva do setor, o qual é integrado por mais de sete mil cooperativas. Ela representa prioritariamente os interesses dos grandes produtores rurais e suas cooperativas. Por essa razão, a entidade manteve uma posição parecida com as demais organizações ruralistas quanto à Reforma Agrária (MENDONÇA, 2000). A OCB causa divergências porque pretende ter a exclusividade como representação do cooperativismo no campo, posto que as cooperativas ligadas aos pequenos agricultores e assentados não a reconhecem como tal. A compreensão deles é que a representatividade deve ser construída, que quem organiza é quem deve representar. Tal compreensão parte, portanto, do princípio da diversidade, de que deve haver pluralidade de

¹⁹⁹ A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) foi fundada em 1897, no Rio de Janeiro, e constituiu a primeira modalidade de institucionalização autônoma dos interesses ruralistas no país. Com mais de cem anos, a entidade revelou-se um ator político estratégico em vários momentos da história da agricultura e das políticas agrícolas, no decorrer do século 20. Desde a República Velha, a SNA influenciou na criação do Ministério da Agricultura e demais políticas públicas relacionadas com esta pasta. Mesmo nas décadas de 1930 e 1940, continuou a influir diretamente sobre os rumos da política agrícola do Ministério. Segundo Mendonça, a SNA foi fundada – e sobrevive até hoje – com características bem próprias: o caráter nacional de sua representatividade, o pioneirismo da iniciativa, sua expressão política enquanto instituição organizativa da classe.

²⁰⁰ A CNA foi fundada em 1919, em São Paulo, para fazer frente às demais entidades de classe de âmbito regional, bem como à SNA. Ao longo de sua história, teve uma ativa participação junto aos inúmeros contextos de debate nacional sobre a reforma agrária, traduzindo a posição e as idéias do segmento tido como o mais moderno da classe dominante agrária brasileira. A agremiação congregou os poderosos interesses do setor mais industrializado dos proprietários rurais e industriais do setor de beneficiamento alimentício nacional e estrangeiro que a partir dos anos 1990 passaram a investir seu capital em terras (MENDONÇA, 2000).

²⁰¹ A criação da Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA) se deu por meio do Decreto-lei nº. 53.516, de 31 de janeiro de 1964, para que representasse todo o setor rural brasileiro. Todavia, desde sua formação, a atuação está pautada pela defesa dos interesses dos grandes e médios proprietários. Atualmente, é a entidade de defesa do agronegócio. Constituído de forma piramidal, o sistema-CNA tem em sua base 2.127 sindicatos patronais rurais. Esses sindicatos são representados por 27 federações estaduais, que têm na CNA a sua representação máxima (MENDONÇA, 2000).

²⁰² A outra é a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi fundada em 1969, e se constitui em uma das mais recentes e politicamente ativas entidades de classe da agricultura, divergindo, em inúmeros aspectos, das demais agremiações patronais. Seja em termos de suas demandas específicas, quanto em termos das estratégias de ação política por ela adotadas. A Lei 5.764/71 estabelece que “a representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB” (art. 105).

representação. Enfim, cada segmento deve ter o direito de construir o seu próprio sistema de representação nacional.

A mais polêmica entidade do patronato rural, a UDR, foi criada em 1985, em Goiânia (GO), por um grupo de fazendeiros que objetivavam organizar a categoria e opor-se à Reforma Agrária. Duas lideranças tiveram destaque: o médico, produtor rural e deputado federal Ronaldo Caiado e o pecuarista Plínio Junqueira Júnior.

A entidade rapidamente ramificou-se em vários Estados e lançou uma ofensiva contra a Reforma Agrária e as ocupações de terra, ganhando espaço nos meios de comunicação e projetando-se junto à sociedade. No final dos anos 80, a UDR consolidou-se como a organização que representa os interesses da classe dominante agrária.

Desde o seu surgimento, a UDR diferenciou-se explicitamente das demais organizações do patronato rural. Principalmente, porque, além de rejeitar com veemência as propostas governamentais de Reforma Agrária (o PNRA, por exemplo), vários de seus dirigentes vêm patrocinando a tese do uso de todos os meios, inclusive a violência contra trabalhadores para defender a inviolabilidade do direito de propriedade.

Envolveu-se com a compra de armamentos e formação de milícias privadas (GRZYBOWSKI, 1987). Foi depois desse incidente que nasceu a imagem de que a organização adotava práticas extremamente violentas, radicais e extremistas.

Em 1988, várias entidades e organizações sociais ligadas aos trabalhadores ou à luta pelos direitos humanos, entre elas a CPT, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e o Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE), elaboraram um dossiê sobre a UDR, no qual constam declarações de dirigentes da entidade, que reforçam seu estigma violento, e a organização de leilões de gado para arrecadar recursos na compra de armamento:

“Hoje já podemos confessar que, realmente, compramos armas com o dinheiro arrecadado nos leilões de bois que fazemos. No primeiro, em Goiânia, adquirimos 1.636 armas. Com o segundo, em Presidente Prudente (SP), adquirimos mais 2.430 armas e aí proliferaram os regionais da UDR. Atualmente, temos mais ou menos 70 mil armas, representando a cabeça de cada homem da UDR, homens que deixaram de ser omissos na história do nosso país.” (FARINA, 1987).

O crescimento da UDR coincidiu com o aumento da violência no campo. Entre maio e dezembro de 1986, mesmo tendo figurado como suspeita de envolvimento nos assassinatos de grandes lideranças de trabalhadores rurais e de religiosos ligados à luta pela Reforma Agrária, a entidade negara qualquer participação nas mortes. No Pará, ao homenagear o governador do Estado devido à sua “eficiente” participação nos conflitos rurais, provocou a reação dos Bispos da Igreja Católica, que impuseram “sanções canônicas” à entidade. Esse episódio retrata o permanente conflito da entidade com organizações como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e particularmente com a CPT.

A UDR é apontada ainda como responsável pelo assassinato do seringueiro e sindicalista Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes²⁰³, que se notabilizou mundialmente por sua luta em prol dos povos da floresta, da Reforma Agrária e do respeito às terras indígenas na Amazônia.

Pelo mesmo motivo, a UDR foi inicialmente excluída da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, organizada pela SRB, OCB e CNA, em 1986, conforme afirma Mendonça (1987):

“Os líderes do empresariado rural comunicaram ao presidente Sarney a criação de uma “frente ampla” da agricultura visando “participar mais diretamente na discussão da Reforma Agrária voltada para o processo produtivo e sem caráter ideológico”. (...)

²⁰³ Em 1987, Chico Mendes recebeu o Prêmio Global Quinhentos da ONU, concedido à personalidade de maior destaque na luta pela preservação do meio ambiente. O líder seringueiro foi assassinado em sua residência em Xapuri/AC, no dia 22 de dezembro de 1988, com um tiro de escopeta. Darci e Darly foram condenados a 19 anos de prisão, em 14 de dezembro de 1990. Em 15 de fevereiro de 1993, os assassinos de Chico Mendes fugiram da prisão pela segunda vez. A viúva do sindicalista, Ilzamar Mendes, então dirigente da Fundação Chico Mendes, em Xapuri, acusou a UDR de financiar a fuga. Capturados pela Polícia Federal, Darly e Darci cumprem pena em uma penitenciária do Acre.

integrariam essa frente os presidentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) – Flávio Brito; da Sociedade Rural Brasileira – Flávio Menezes; da OCB – Roberto Rodrigues, sendo que o segundo ‘excluiu a participação na frente da União Democrática Ruralista e dos sindicatos de trabalhadores rurais para evitar confusão de ordem ideológica’.” (Oesp, 18/6/1986: p. 6 APUD MENDONÇA:1987).

O isolamento político da UDR foi apenas inicial, uma vez que, após a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, a entidade assumiu a liderança da representação dos interesses do patronato rural. Em 11 de junho de 1987, a UDR organizou a Marcha sobre Brasília, uma manifestação denominada de “Caminhada Cívica”, que conseguiu atrair 40 mil produtores rurais para pressionar a votação dos temas da propriedade rural e da Reforma Agrária pelos constituintes. Demonstrando capacidade de mobilização e de articulação, a UDR foi a principal responsável pelas limitações que a Assembléia Nacional Constituinte impôs à realização da Reforma Agrária. A introdução do art. 185 da Constituição Federal, que veda a desapropriação das propriedades produtivas, foi o mecanismo utilizado pelos ruralistas para inviabilizar os dispositivos constitucionais que exigem que a propriedade cumpra uma função social. O então presidente da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia, fez menção à vitória dos ruralistas na Constituinte²⁰⁴:

“Sob a liderança do Sr. Ronaldo Caiado, houve a criação da UDR nacional e, posteriormente, das UDRs estaduais e regionais. Daí então foi feito um trabalho de união de classe para conscientização do Congresso brasileiro do caos que seria se essa legislação fosse aprovada dessa forma, dando também o direito de a propriedade produtiva ser desapropriada para fins de Reforma Agrária. E, felizmente, graças a Deus lá em cima e graças à liderança do nosso amigo, Sr. Ronaldo Caiado, conseguimos sensibilizar o Congresso brasileiro, mostrar-lhe o

²⁰⁴ Exposição oral apresentada à 6ª Reunião da CPMI da Terra ocorrida em 13.04.2004

risco que o setor correria e, felizmente, a propriedade produtiva foi preservada contra desapropriações.”

A estratégia de dificultar a realização da Reforma Agrária teve a anuidade de praticamente todas as grandes entidades e organizações ruralistas. Todavia, as constantes denúncias de violência e ações ilegais acabaram por enfraquecer a UDR, que deixou de ser uma força política, vindo a desaparecer enquanto organização nacional em meados da década de 1990. A sigla permaneceu ativa apenas nos Estados do Paraná e São Paulo (no Pontal do Paranapanema). Porém, outras organizações patronais, com outros nomes, mas com os mesmos métodos e práticas, começaram a surgir em todo o País. Durante o Governo Lula, a UDR, temendo a ofensiva dos movimentos sociais do campo, especialmente do MST, foi rearticulada em âmbito nacional²⁰⁵:

“Como a situação, infelizmente, no final do ano, meados de 2003, para ser mais específico, no início do Governo/2003, começou um retorno maciço das invasões de propriedade por todo o território brasileiro, então, reativamos a UDR Nacional para ela ter uma abrangência nacional, porque invasões de terra, hoje, ocorrem, praticamente, em todo o território brasileiro.”

Os grandes proprietários possuem uma força política e estão entranhados na cultura do campo brasileiro e nos espaços de poder. O coronelismo e o latifúndio são expressões da força que este setor exerce no meio rural. Os 150 deputados federais que compõem a bancada ruralista demonstram o poder político desta categoria social. Barganham seus interesses com a força que possuem no Congresso Nacional, na obtenção de créditos, renegociações de dívidas em condições muito favoráveis junto ao Governo Federal. Dominam diversos órgãos públicos como o Ministério da Agricultura, a Embrapa, entre outros. E quando o assunto sobre Reforma Agrária entra em pauta, mobilizam-se para defender seus interesses, especialmente quando se trata de condenar as ocupações e as mobilizações dos trabalhadores Sem Terra.

²⁰⁵ Ibidem.

Se, por um lado, as ocupações empoderaram os trabalhadores rurais, por outro lado, inquietam os latifundiários, que reagem de forma violenta, defendendo o direito à propriedade, por eles considerado sagrado. Na disputa entre os dois grupos sociais, as diferenças em relação à posse da terra se estabelecem.

3.4 A simbologia das marchas e as ocupações de espaços públicos

Outra forma de reação do MST em relação ao Estado e à cobrança de direitos são as denominadas “Jornadas de Luta”. São atividades de mobilização combinadas para acontecerem em diferentes partes do País ao mesmo tempo. Como exemplo, em abril de 2003, ocorreu uma grande jornada de luta, envolvendo mais de 120 mil pessoas nos 23 Estados da federação onde o Movimento está organizado.

“As mobilizações e ocupações devem acontecer durante todo este mês de março e parte do mês de abril. Nós estamos convencidos de que, para avançar na Reforma Agrária, o MST vai ter que continuar fazendo ocupações de terra.” (João Paulo Rodrigues, Coordenação Nacional do MST, março 2003).

As jornadas são ações comuns combinadas entre os diferentes Estados ocorridas na mesma data. As ações são diversificadas, dependendo da realidade local de cada Estado. Trata-se de uma decisão nacional centralizada com descentralização e autonomia em cada espaço local:

“A ofensiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentro da intitulada “jornada de lutas”, já resultou em 28 ocupações desde o começo de março, envolvendo 7.442 famílias. O maior número de invasões ocorreu a partir do dia 27 de março.” (FSP, 01 abr. 2003)

O mês de abril tem a simbologia do Massacre de Carajás. Comemora-se neste mês o Dia Internacional de Luta Camponesa. No Brasil, uma iniciativa da Senadora Marina Silva instituiu em 2002 o Dia Nacional de Luta Pela

Reforma Agrária²⁰⁶, com decreto assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Transformou-se numa data de intensas mobilizações e jornadas de lutas nacionais, em memória dos mártires de Carajás:

“Entre março e abril, famílias de trabalhadores rurais Sem Terra ligadas ao MST realizam ocupações e mobilizações em todo o país para que se cumpram as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária. Até o momento, 33.411 famílias participam de 135 ocupações em 20 Estados. O mês de abril é simbólico na luta pela terra e sempre marcado por muitas manifestações desde que em 17 de abril de 1996, 21 trabalhadores rurais foram assassinados e 69 mutilados em Eldorado de Carajás, no Pará. A partir de então, a Via Campesina transformou a data no Dia Internacional de Luta pela Terra.” (Secretaria Nacional MST. Informativo abril 2004).

Outras formas de lutas foram se estruturando dentro do Movimento, como a *ocupação de prédios públicos*, especialmente do INCRA. Com o objetivo de aumentar o poder de negociação e cobrar promessas não cumpridas, ocupam os centros das decisões nas questões ligadas à Reforma Agrária. Também costumam ser organizadas *manifestações em frente às agências bancárias*, especialmente do Banco do Brasil, que está encarregado de repassar os créditos do Governo Federal. Ao mesmo tempo, o MST aproveita estes momentos de mobilização para comunicar-se com a sociedade sobre temas de interesse geral. Paralisam os serviços do Estado, provocando reações favoráveis e contrárias, mas reabrindo o processo de negociações de forma mais ágil:

“Olha a luta que saiu agora dias atrás, tava eu, minha esposa, o pessoal do assentamento, parte deles ficou lá dois dias. Eu vejo assim, sem essa luta nós não alcançamos. Sempre tem que estar pronto porque às vezes, a lavoura não dá, então se nós não tá organizado, barbaridade, não paga as conta e não sai do chão, mas se tiver tudo organizadinho não, aí é diferente, conseguimos resultado.” (ENTREVISTA)²⁰⁷

²⁰⁶ A Via Campesina declarou o dia 17 de abril como o Dia Internacional da Luta Camponesa. Em 2002, o governo brasileiro assinou um decreto – de autoria da então senadora Marina Silva – estabelecendo a data como Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

²⁰⁷ ENTREVISTA. Ivo da Silva, 46, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 13 de julho de 2004.

Em 2005, na semana de 26 e 30 de setembro, foi realizada outra jornada de lutas envolvendo aproximadamente vinte estados. Em torno de trinta prédios públicos foram ocupados. O objetivo destas mobilizações era cobrar do governo federal o cumprimento dos sete pontos acordados depois da Marcha Nacional de maio de 2005. Diante da morosidade do Governo e não vendo alternativa, a coordenação nacional do Movimento tomou esta decisão. Foram ocupados também 21 latifúndios improdutivos, dez agências bancárias em São Paulo, seis pedágios no Paraná e estradas em três estados:

<i>AL – Incra - ocupação da sede com três mil pessoas e outras ocupações no interior;</i>
<i>CE – Incra – ocupação da sede com oitocentas pessoas e ocupação de terra em Caucaia;</i>
<i>DF – Ocupação de terra em Unaí, com mil e trezentas famílias;</i>
<i>ES – Incra – ocupação da sede com 150 pessoas e ocupações de terra em Aracruz, 150 famílias, e Pinheiros, com 50 famílias;</i>
<i>GO – Incra – ocupação da sede com 300 pessoas;</i>
<i>MA – Incra em São Luis – ocupação da sede com 400 pessoas e ocupação do Incra em Imperatriz com 300 pessoas;</i>
<i>MT – Incra Cárceres – ocupação da sede com 250 Sem Terra e ocupação do Incra em Cuiabá com 200 pessoas;</i>
<i>MS – Incra: ocupação das sedes em Campo Grande, Dourados e Jardim, com dois mil Sem Terra;</i>
<i>MG – Incra Belo Horizonte - ocupação da sede com 250 pessoas; Ocupação do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) com oitocentas pessoas;</i>
<i>PA – Incra Marabá – ocupação da sede com quinhentas pessoas;</i>
<i>PE – Incra: Recife, Petrolina e Ribeirão – ocupação da sede com oitocentas pessoas;</i>
<i>RJ – Incra – ocupação da sede com duzentas pessoas;</i>
<i>RS – Ocupações de terras em Palmeira, com quinhentas famílias e Santana do Livramento, com quatrocentas famílias;</i>
<i>SC – Incra: Florianópolis – ocupação da sede com duzentas pessoas e ocupação da sede em Chapecó com duzentas</i>

<i>peessoas;</i>
<i>SP – Incra – ocupação da sede com quinhentas pessoas e ocupação de oito agências do Banco do Brasil;</i>
<i>SE – Incra – ocupação da sede com quinhentas pessoas.</i>

(Fonte: Secretaria Nacional MST, informativo da jornada de setembro/2005 São Paulo, out/2005)

Trata-se também de ocupar o espaço público, reconhecendo-o como campo legítimo para negociar suas reivindicações, ao mesmo tempo ressignificando este espaço: ao se apropriarem das sedes de órgãos públicos, questionam sua morosidade e chamam a atenção para suas finalidades. Estas mobilizações de protesto do MST estão permeadas de simbologia, apresentando à sociedade um rico repertório de ritos e símbolos, especialmente quando realiza marchas com milhares de pessoas, que se deslocam rumo às cidades, ocupando as rodovias, as ruas, tornando-se visíveis ao mundo urbano.

As *marchas* realizadas pelo Movimento têm esta peculiaridade de demonstrar o vigor da simbologia, da ritualidade e da estética do protesto. São momentos em que esta simbologia se expressa com maior evidência. Representam um conjunto de significados que buscam ser aprovados socialmente. Ao marchar, os trabalhadores Sem Terra procuram comunicar-se com a sociedade através deste *ritual dos pés que marcham*, visando conquistar reconhecimento e ampliar sua rede de apoio. Contudo, acabam recebendo também a desaprovação, o repúdio de alguns setores da sociedade.

Narrar o que acontece durante uma Marcha é um desafio. Entre os dias 1º a 17 de maio de 2005, entre Goiânia e Brasília, foi realizada a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, em que 12 mil pessoas percorreram 200 km durante quinze dias. Participei dela caminhando três dias junto com os companheiros marchantes, formando uma pequena cidade que se deslocava lentamente, dia após dia, a pé, enfrentando as dificuldades do frio da noite, do sol quente no asfalto, dos calos e bolhas nos pés, das dores nos joelhos e tornozelos.

A organização e a disciplina impressionavam a todos que vinham se solidarizar e caminhar com os marchantes, conforme relata um dos visitantes, Frei Gilvander:

“Nunca vi tanta organização assim! Há sempre brigada para tudo. Brigada da cozinha, de barracas, da saúde, da água, da segurança, da comunicação, de música, do vídeo, das coordenações, das mulheres, da CPT, da Conferência das freiras e freis do Brasil.” (ENTREVISTA)²⁰⁸

A grandiosidade desta Marcha Nacional pode ser também constatada pelos dados numéricos. Caminhando 5 horas por dia, os participantes, oriundos de 23 estados brasileiros, realizavam uma média diária de 16 km. A grande maioria dos marchantes era homens, mas as mulheres representavam mais de 30% do total. Os participantes da Marcha que trouxeram seus filhos não precisavam se preocupar. Ao todo, 130 crianças participaram da Marcha de forma diferente: logo cedo, eram levadas ou para a Ciranda Infantil ou para a Escola Itinerante, onde brincavam e estudavam até às 14h, coordenados pelos educadores do Movimento. Três ônibus davam suporte à ciranda infantil e à escola itinerante.

Todos os dias, o acampamento era desmontado por uma equipe de 350 pessoas. No ato de chegada ao acampamento, os barracos já estavam montados, as malas separadas por estado e o almoço pronto. Acompanhando a marcha em cada parada, foram conseguidos, em negociação com os Governos de Goiás e do Distrito Federal, 150 banheiros químicos e 10 caminhões-pipa.

Na equipe de cozinha, 415 pessoas acordavam diariamente às 3h para preparar 8.292 marmitas em cada refeição, café, almoço e jantar. A procedência dos alimentos variava: uma parte veio dos próprios assentamentos

²⁰⁸ ENTREVISTA. Gilvander Moreira, 49, Frei Caupuchinho, residente em Belo Horizonte, durante 5 anos residente em Roma, componente do Grupo de Amigos do MST na Itália, entrevista realizada durante a Marcha Nacional, maio de 2005.

da Reforma Agrária, outra, de campanhas de doação, colaboração de igrejas e da solidariedade da sociedade em geral.

Para organizar as fileiras de forma tão precisa, foi implementado um instrumento de comunicação democrático e eficiente. O setor de comunicação do MST criou a rádio *Brasil em Movimento*, uma rádio comunitária itinerante²⁰⁹. A programação é elaborada por vinte participantes, que se revezam na produção, apresentação, animação musical e reportagem. Durante a Marcha Nacional, das 15h às 18h, a rádio transmitia palestras de convidados, orientações da coordenação e atividades de estudo e formação.

A Marcha promoveu também atividades culturais: cinema, música e teatro. Pelo menos seis grupos do MST organizaram-se em brigadas de estudo e de teatro. Só da atividade denominada *teatro de procissão* participaram, ao todo, 270 pessoas.

Ficamos boquiabertos diante da enorme capacidade de organização e de mobilização do MST -- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -- que congrega trabalhadores e trabalhadoras, inicialmente com um nível tão pequeno de escolaridade, mas que até durante a Marcha aproveitam para estudar. Assim vão construindo um outro Brasil e vão se construindo (ENTREVISTA²¹⁰).

Os marchantes de cada Estado ficavam alojados no acampamento, composto por 23 grandes lonas de circo. Conversando e convivendo com os

²⁰⁹ Exemplo de alguns programas produzidos pela Rádio Brasil em Movimento. Vozes da Terra - 05/05 Neste programa, entrevistamos Rafael Villas-Boas, integrante da Brigada Nacional Patativa do Assaré, coletivo responsável pelas apresentações teatrais na Marcha. Militante do MST no Distrito Federal, Rafael contou quais eram as atividades dos atores e atrizes na grande caminhada. Além disso, o jornalista José Arbex Jr. fala sobre a importância da democratização dos meios de comunicação e defende as rádios comunitárias no país. MP3 / 1893 Kb / 3 min 55 seg Vozes da Terra - 04/05 Edição do programa de rádio do MST na Marcha Nacional. Entrevista com o advogado e professor da Universidade de São Paulo, Fabio Konder Comparato MP3 / 1691 Kb / 3 min 36 seg Vozes da Terra - 03/05 Edição do programa de rádio do MST sobre o segundo dia de caminhada da Marcha. Participação: Dirceu Pelegrino, do MST e Luis Basségio (Grito dos Excluídos) MP3 / 1772 Kb / 3 min 46 seg Vozes da Terra - 02/05 Edição do programa de rádio do MST sobre o primeiro dia de caminhada da Marcha. Participação: Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) MP3 / 2.04 Mb / 5min 00seg

²¹⁰ ENTREVISTA. Gilvander Moreira, 49, Frei Caupuchinho, residente em Belo Horizonte, durante 5 anos residente em Roma, componente do Grupo de Amigos do MST na Itália, entrevista realizada durante a Marcha Nacional, maio de 2005.

marchantes do Movimento e com apoiadores que também marchavam juntos, fui colhendo depoimentos sobre as impressões, sentimentos, expectativas em relação à marcha e ao Movimento. No acampamento, às margens da rodovia no Município de Abadiânia, em Goiás, o Bispo Dom Demétrio Valentini, coordenador das Pastorais Sociais faz uma palestra para os marchantes. Ficou impressionado com a organização interna:

“A organização da marcha e a grandiosidade dos números da marcha impressionam: 12 mil marchantes, 31 caminhões, 8 ônibus, 10 caminhões-pipa, 12 barracas grandes e 20 menores, 10 mil radinhos para a comunicação, servindo 24 mil refeições por dia. Entre as 130 crianças e 19 bebês. Nos primeiros dias as equipes demoravam duas horas para montar uma lona onde se alojam até mil pessoas, depois de 13 dias de marcha, fazem-no com apenas 35 minutos. Para se ter uma idéia do nível de organização, dois exemplos que me chamaram a atenção: o lixo é recolhido por completo. Quando a marcha parte do local onde acampou, não sobra um papel sequer e, ao longo da caminhada, companheiros se adiantam com baldes de água para dar aos que vão passando e têm sede.” (ENTREVISTA)²¹¹

Depois de uma jornada caminhando, os marchantes descansavam o corpo debaixo da lona. Em vários barracos, homens e mulheres nas brigadas de trabalho e coordenação reuniam-se para avaliar o dia anterior e planejar o dia seguinte. Outros jogavam futebol, baralho; alguns faziam anotações em um diário. Alguns, devotamente, liam um salmo na Bíblia. Cheguei a perguntar se a Bíblia precisava estar na marcha:

“Sem dúvida, pois Deus caminha conosco. Aqui descobrimos que somos Povo de Deus em busca de terra, pão e liberdade. Deus está conosco. Infeliz quem tenta impedir nosso projeto que é libertar a mãe terra!” (ENTREVISTA)²¹²

A representatividade e a diversidade cultural do Brasil estavam presentes em todos os momentos da Marcha. A cada dia, um Estado realizava a mística em diferentes pontos dos 16 km do trajeto. Com instrumentos típicos de cada região, de cada Estado, nos barrancos, nos locais mais altos e

²¹¹ Dom Demétrio Valentini, Bispo responsável pelas Pastorais Sociais da CNBB, maio/2005).

²¹² Ibidem.

visíveis, diversos grupos apresentavam músicas, folclore, danças, alimentos típicos de suas regiões. As reações mais freqüentes são de surpresa, estranhamento e identificação. Para alguns marchantes, era a primeira marcha em que encontravam tantas pessoas oriundas de tão diferentes lugares, todos no mesmo Movimento.

Depois de quase um dia de caminhada, cansados, os marchantes tinham energia à noite para cantar e dançar ao som de sanfonas, violões, pandeiros e gaitas. Sem Terra, mas com cinema. O projeto Cinema na Terra, uma parceria do MST com a Petrobrás e Ministério da Cultura, proporcionou a infra-estrutura, montada em um caminhão com uma tela de cinema. No centro do acampamento, as pessoas assistiam, ao cair da noite, aos jornais nacionais, na expectativa de verem suas imagens projetadas nas manchetes sobre a marcha; assistiam à filmes e documentários; organizavam saraus com poetas populares, encantando a todos com suas poesias, trovas e desafios. Depois, eram liberados para as festas, reuniões ou descanso. O silêncio era obrigatório às 23h, pois deviam acordar às 4h da manhã para estarem todos prontos, já na rodovia, às 5h, retomando a jornada rumo à Brasília. Mas nos barracos, as conversas, prosa e piadas continuavam até bem mais tarde. Até que o sono e o cansaço envolviam a todos. Na madrugada, a única sinfonia eram as tosses provocadas pelo frio de maio do Cerrado e pela fragilidade do abrigo de lona, com colchonetes muito finos e em número insuficiente. Alguns tiveram que improvisar papelões como leito.

Uma atividade desta dimensão somente foi possível pela ampla participação dos marchantes e a forma como se organizaram. Por estado, brigadas, coordenações de serviços. Todo o processo foi coletivo, seguindo o princípio da democratização de todas as decisões. A responsabilidade de cada integrante era levada muito a sério, sob pena de comprometer os objetivos a serem alcançados. Tudo precisava ser discutido e assumido por todos. Portanto, isso exigiu tempo e muitas reuniões. Discutiu-se entre todos simplesmente tudo, nas centenas de brigadas, grupos e subgrupos, desde

como os companheiros e companheiras da brigada da água devem servir a água -- se coloca o copo dentro do balde, comprometendo a higiene, ou se despeja a água do balde no copo correndo o risco do desperdício --, até como agir para economizar água. Discutiam também qual deve ser a postura do Brasil em relação à ALCA, às multinacionais; quais os pontos da pauta de reivindicação que seriam entregues ao Presidente Lula, ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário.

A equipe de articulação com a sociedade conseguiu mobilizar diversas doações para os marchantes, como água em caminhões pipas (o consumo médio diária foi de 250 mil litros de água). O apoio de seis ambulâncias, dois médicos acompanhados por 320 pessoas do Coletivo Nacional de Saúde, com seus métodos de saúde popular e prevenção. A brigada da saúde prestava socorro aos marchantes que necessitassem. A alimentação era produzida numa cozinha fixa instalada no meio do trajeto. Montou-se 23 cozinhas, uma por estado, os alimentos básicos eram comuns, como feijão, arroz e carne. Mas cada estado com seus temperos específicos. Um total de 450 cozinheiras e cozinheiros trabalhou o tempo todo para alimentar uma multidão de 12 mil pessoas.

Os rojões anunciavam a hora de levantar. Às 4h da manhã, cada um arrumava sua mochila, que foi produzida pela secretaria nacional do MST. Cada marchante recebeu uma cartilha, que continha as normas e regras de conduta durante a Marcha; um livro produzido pela editora Expressão Popular sobre a vida e obra de personalidades que lutaram pela classe trabalhadora; uma cartilha sobre “Porque marchamos?” com as reivindicações que haviam sido discutidas nos estados e sistematizadas numa linguagem compreensível para a maioria; análises sobre “o Brasil que queremos” e “Nossa proposta de Reforma Agrária”. Todo este material acompanhava os marchantes. Ainda no escuro, surgiam de todos os lados pessoas alegres, animadas, doentes e cansadas, mas preparadas para vencer mais 16 ou 20 km de caminhada a cada dia.

Cada brigada realizava o estudo destes documentos e cartilhas, de forma que as regras pudessem estar claras, pois todos deveriam segui-las. Na formação das três fileiras, cada dia um Estado “puxava” a marcha, cada marchante deveria estar em sua própria fileira para evitar a entrada de estranhos. Todos precisavam estar identificados. Os convidados, simpatizantes, jornalistas, amigos do Movimento, delegações de apoio precisavam ter seu crachá. Dentro de cada Estado, cada dia, uma regional liderava as fileiras, dando oportunidade de liderar a Marcha com suas faixas, sua bandeira, cartazes com seus mártires.

O local, o espaço ocupado pelas pessoas também é uma simbologia de poder. Este revezamento impedia que apenas alguns estivessem à frente, evitando privilégios para os dirigentes, para os Estados mais organizados ou para os que tivessem maior número de marchantes. Este método participativo cria a oportunidade para que novos integrantes mostrem a sua criatividade, responsabilidade e capacidade de liderar. No domingo, dia 08 de maio, quem estava à frente eram os companheiros de Pernambuco. Eu estava caminhando naquele dia com os companheiros do Rio Grande do Sul que estavam “fechando” a marcha, no último pelotão. Dentro da delegação do Estado de Minas Gerais, quem estava à frente eram os componentes do acampamento Rosinha Maxacali, uma mártir dos sete povos indígenas mineiros.

O processo de comunicação permanente era feito com caminhões de som e com a rádio comunitária itinerante *Brasil em Movimento*. A rádio mostrou-se fundamental, já que o comprimento total das fileiras estendia-se por quatro ou cinco quilômetros. Cada marchante recebeu um rádio com fone de ouvido -- 12 mil ao todo, emprestados pela Coordenação Brasileira do Fórum Social Mundial. Pé na estrada, com o radinho ligado, ouvindo orientações, músicas, palavras de ordem, notícias. Cantores, poetas, trovadores e lideranças iam revezando com algumas falas de convidados, que diariamente visitavam os marchantes.

No acampamento deixado para trás pelos marchantes ficavam as brigadas de apoio das barracas e da higiene. Os responsáveis pelas barracas desarmavam rapidamente toda a estrutura de ferro e plástico e seguiam depois nos caminhões, para deixarem pronta a estrutura do próximo acampamento lá na frente. A brigada da higiene e limpeza passava após o desmonte do acampamento juntando os sacos de lixo. Deixavam para trás somente as marcas do capim pisado. Quando a Marcha chegava ao novo acampamento, os circos já estavam remontados.

Momentos como esses, vividos com o MST, fazem a diferença. Cada um se vendo no outro. Igual e diferente ao mesmo tempo. Merecedor de respeito e consideração pela coragem e esforço. Exatamente isso o que os Sem Terra retomam. Buscam as mudanças sociais pelo exemplo. Ensinam fazendo. Internalizam valores esquecidos na nossa sociedade, tais como a solidariedade, a participação e o espírito de sacrifício. Andam quilômetros a pé, marcham para cobrar seus direitos.

A arte marcou presença na Marcha. Com a peça *O patrão bonzinho*, a Brigada Nacional de Teatro Patativa do Assaré, do Coletivo Nacional de Cultura do MST, realizou diversas apresentações.

“A proposta da Brigada é contribuir com o espaço de formação da Marcha, apresentando sempre uma peça por dia, com um assunto vinculado ao tema que será estudado.” (Rafael Villas-Boas, Setor de Cultura do MST, maio de 2005).

A maior parte das canções foi produzida na oficina nacional de arte, promovida, dias antes da marcha, pelo Setor de Cultura. As músicas eram tocadas ao vivo na Rádio Comunitária e tinham como tema principal a própria caminhada. O Hino Oficial, *“Marcha Brasil”*, entre outras, foram constantemente entoadas pelos marchantes.

“As músicas entram todo o tempo, boa parte ao vivo. Procuramos trabalhar com as especificidades regionais e populares, com duplas e repentes.” (ENTREVISTA)²¹³

Os setores de comunicação e cultura mantinham os marchantes informados sobre a cobertura da mídia em relação à Marcha:

“Durante o trajeto, são transmitidas entrevistas e notícias, além de um panorama da cobertura da mídia sobre a Marcha. Nesse horário, também é realizada a formação dos marchantes: a cada dia, um assunto diferente é discutido ao vivo relata.” (ENTREVISTA)²¹⁴

Segundo Camila Bonassa, o espaço também era utilizado para recitar poesias e divulgar a arte produzida pelos Sem Terra, como foi o caso de Charles Trocate, de 27 anos, paraense, que já lançou três livros de poesias - Poema da Barricada (2002), Folha de Prosa e Verso (2003) e Poema Público (2004). Prepara agora dois livros infantis. Ele afirma que as obras têm a ver com o Movimento: *“a poética tem por si só seu compromisso”*. Trocate é quase um autodidata. Até entrar no MST, em 1986, tinha ido à escola apenas um ano. Mas aprendeu a ler com a irmã e voltou a estudar. Recentemente concluiu o supletivo do segundo grau e seu plano agora é a universidade.

Outros dois companheiros, Lupércio Damasceno e Cida Dias, que estiveram cotidianamente no caminhão de som, eram da brigada de animação da Marcha. Cida relata que esteve na oficina realizada dias antes da Marcha, a fim de se prepararem para esta tarefa. A oficina contou com participantes de vários Estados brasileiros.

“A música é uma rápida fonte de conscientização”. Como se infere dessa afirmativa, mais do que animar, a música tem papel de reconstrução da história. Pedro Munhoz, gaúcho, vinculado ao MST de Minas Gerais, um dos músicos a organizar a oficina, ressaltou que em todos os processos revolucionários da humanidade, a música esteve presente. *“O papel do artista é estar junto do povo e ser povo também”*, afirma Munhoz. *“O que estamos*

²¹³ ENTREVISTA. Camila Bonassa, 29, solteira, do coletivo nacional de Comunicação, e membro do MST/SP. Entrevista realizada durante a Marcha Nacional, maio de 2005.

²¹⁴ Ibidem.

apresentando na Marcha, de certa forma, é a síntese de todos esses anos de experimento. Ela demonstra que a cada dia melhoramos nossa composição e contamos nossa história com mais poesia", explica Mineirinho, um dos Coordenadores Nacionais do Setor de Cultura.

É a incorporação da arte como um valor. A música, a poesia, como expressões presentes na luta pela terra. A mística e seus rituais ocupam, na dimensão simbólica, o lugar do assinalamento daquelas condições que são adversas no cotidiano social destes trabalhadores. Atuam como ordenadores de um cenário social onde se vivencia a solidariedade, a diferença e a *conflitividade* que a luta pela terra evoca. Ao mesmo tempo, estas práticas reconstroem imaginariamente uma situação desejada. Tem um sentido restaurador, de reconstrução de sentidos, com o fortalecimento dos próprios sujeitos e de sua cidadania, na medida em que cada indivíduo se identifica ou se distancia das demandas do ator mobilizado. Os ritos tecem uma articulação que dá coesão à ambigüidade das práticas que evidenciam as diferenças, seja entre os próprios membros do Movimento, seja entre estes e os latifundiários, entre o "nós" e o "eles", estabelecendo diferenças entre os objetivos e os interesses adversos. A marcha, neste sentido, é reforçada através dos ritos e dos símbolos, o que amplia a eficácia da mobilização.

Nas cidades por onde passava a Brigada Nacional de Teatro, esta anunciava, através de apresentações, a chegada dos marchantes. Outra equipe montava barracas com produtos típicos de cada estado. Na tenda do Pará, encontravam-se açaí e frutos típicos da Amazônia. Na tenda do Rio Grande do Sul, erva mate. Do Distrito Federal, o artesanato era a principal atração. Durante todo o dia, a população urbana da área visitava o acampamento e apreciava os diversos produtos. Este tipo de atividade expressa a necessidade de demonstrar que os marchantes não apenas reclamam por direitos, por terra, mas trabalham e produzem. Tentam, desta forma, criar um outro significado para a sociedade, na medida em que a demonstração prática de seus produtos transforma-se numa mensagem que

comunica esta intencionalidade de trabalhadores que possuem dignidade e trabalho com a conquista da terra.

O acordo de, a cada dia, um Estado “puxar” a Marcha Nacional fora quebrado no segundo domingo de maio. O início das filas estava diferente: na comissão de frente, mulheres carregavam as bandeiras do Movimento, celebrando o dia das mães. Para simbolizar as mães Sem Terra, dona Ernestina da Silva, de Sergipe, foi homenageada. Ela era a mãe marchante com mais idade, 84 anos. Subiu no caminhão de som e falou, emocionada, que todos que estavam ali eram seus filhos, que ela estava na luta e já havia conquistado sua terra, vivendo hoje em seu assentamento, mas que ainda tinha muitos filhos e filhas que deviam continuar na luta. Abençoou a todos. Na rádio, foi lido o seguinte poema:

*Às mães Sem Terra marchantes
Às mães sem terra,
às mães com terra,
às mães que perdem seus filhos na guerra.
Na guerra da vida, nos escombros da miséria,
na força e a coragem do dia a dia,
Mulher linda,
Mãe amorosa,
Mães que são,
mães que farão nascer,
vidas de luta, de dignidade!*

Autoria: Vanderley Caixe (Membro do Coletivo Nacional de Cultura do MST).

Ao passar pelas comunidades, pelas pequenas e médias cidades, muitos se perguntavam: Quem são? O que querem afinal os Sem Terra? Por que marcham? Por que não vão trabalhar? Vagabundos! Outros se emocionavam, aplaudiam. Os carros buzonavam em sinal de apoio. Outros gritavam palavras.

“Marchamos porque queremos que a Reforma Agrária saia do papel. A caminhada vai ser longa, mais vitoriosa.”
(ENTREVISTA)²¹⁵

Sob o sol forte do Centro Oeste, seguindo pela rodovia BR-060 até chegar à Capital Federal, os manifestantes tinham programado um ato na Esplanada dos Ministérios. De acordo com um dos coordenadores do MST, Roberto Baggio, os Sem Terra queriam (e ainda querem!), entre outras reivindicações, que o Governo cumpra a meta de assentar 400 mil famílias até o final de seu mandato. *“Também temos a intenção de estabelecer um diálogo, uma conversa com a opinião pública. Convencê-la de que hoje temos um governo com as condições ideais de fazer a Reforma Agrária”,* conta Baggio. *“Estamos em um momento histórico para fazer isso. Esperamos que o Governo faça sua parte desapropriando latifúndio e colocando o aparelho do Estado para funcionar”.*

muitos jovens participam da marcha. Além de reivindicarmos a Reforma Agrária, também será um momento importante para nossa aprendizagem (ENTREVISTA)²¹⁶

com coragem para desafiar as distâncias, mostrar o descaso das políticas públicas, criando condições efetivas para pôr fim à pobreza no Brasil, começamos a acreditar que outro país é possível, que nossa história pode e deve ser diferente (ENTREVISTA)²¹⁷

Na visão do Movimento, marchar sempre foi um ato heróico na História da humanidade. Sempre que os povos se sentiram ameaçados ou tiveram problemas a resolver, saíram de seus locais de origem e foram em busca de soluções, usando o próprio corpo como instrumento de luta. Existem muitos exemplos neste sentido. As marchas pacifistas de Gandhi, as marchas do povo chinês, as marchas dos camponeses, na Índia, as marchas de indígenas, na

²¹⁵ ENTREVISTA. Luiz Pereira, 24, solteiro, MSP/PI, Entrevista realizada durante a Marcha Nacional, maio de 2005.

²¹⁶ ENTREVISTA. Delfis Fonseca, 32, solteiro, Dirigente Nacional do MAB/RS, Movimento dos Atingidos por Barragens, entrevista realizada durante a Marcha Nacional, maio de 2005.

²¹⁷ ENTREVISTA. Gilvander Moreira, 49, Frei Caupuchinho, residente em Belo Horizonte, durante 5 anos residente em Roma, componente do Grupo de Amigos do MST na Itália, entrevista realizada durante a Marcha Nacional, maio de 2005.

América Latina. Esta é uma prática bastante comum entre os camponeses pobres organizados.

quem marcha aprende, porque marchar é diferente de andar. Quando vamos a algum lugar para buscar ou levar algum objeto, por mais que nos sacrifiquemos este andar não passa de uma simples caminhada, pois vamos só pelo caminho, buscar coisas que imaginamos sozinhos (ENTREVISTA)²¹⁸

A marcha é vista acima de tudo como um ato de solidariedade de uns com os outros. O ponto de partida tem o mesmo valor que o ponto de chegada. Ninguém pode ficar pelo caminho, porque ninguém pode marchar sozinho. Quando as pessoas marcham, levam junto com seus passos os sonhos, os desejos, as angústias, as expectativas, as esperanças. Compartilham com aqueles que os acompanham e com milhares de outros seres humanos os sonhos em comum e os sonhos particulares.

Esta forma de luta fez com que o Movimento se ampliasse. As marchas são utilizadas sempre que os governantes se tornam insensíveis ou que os latifundiários impedem que a Reforma Agrária vá em frente. “*Contra as idéias da força, a força das idéias*”, dizia Florestan Fernandes. Por isso, a repressão e a violência dos latifundiários sempre recuaram diante do barulho dos passos das multidões de camponeses.

As idéias unificam os passos. Elas explicam as decisões e as razões porquê temos que tomar tal atitude (ENTREVISTA)²¹⁹

Eleger um presidente da classe trabalhadora, já não é suficiente? Por que ainda temos de marchar? Questiona e responde Ademar Bogo:

Temos que entender que a história é como um rio cheio de curvas, embora às vezes chova mais do que o normal, as águas que caem não têm o poder de modificar as curvas do rio. Assim é na política, às vezes um grande esforço acaba dando pouco

²¹⁸ Ademar Bogo, Dirigente Nacional do MST/ BA, entrevista realizada em maio de 2005.

²¹⁹ Idem.

resultado e as curvas das injustiças não acabam na primeira mobilização (ENTREVISTA)²²⁰

Os sentimentos de quem marcha é de quem está lutando por si próprio, pela sua família, pela família de todos os Sem Terra, mas também pelas futuras gerações que ainda vão nascer e precisarão da terra para trabalhar. Quem marcha nunca esquece o que vê, porque marchar acima de tudo é sentimento, emoção, alegria, festa e confraternização.

A dor dos calos vai embora quando nos encontramos com pessoas à beira da estrada e dizem que estamos certos e devemos seguir em frente. (Ademar Bogo, maio de 2005).

Nos documentos de normas e regras da Marcha, a preocupação com o ser humano era marcante. O documento afirma:

Quem marcha cuida e se cuida. Precisa tomar conta do colchão para que ele também possa chegar. Quando as forças se desgastam como a sola das sandálias, é no colchão que busca-se a energia que falta em cada perna para animar os passos. Mas acima de tudo é preciso se cuidar. O corpo é o sujeito da marcha. Sem ele não pode haver chegada. Sem gente a marcha perde a força. Por isso é preciso cuidar da saúde, beber água e comer nas horas certas. O descanso é importante para o corpo que precisa estar presente na hora da cerimônia em que a força da sabedoria se encontra com a vitória. (Normas da Marcha Nacional, 2005)

O documento ressignifica o ato de Marchar. Marchar é um prazer. É sentir que a luta segue como herança. Os mais velhos ensinam as crianças buscarem de mãos dadas o que pertence a quem tem a capacidade de sonhar. Quem marcha deixa e leva saudades. Produz imagens que jamais sairão da mente, dos passos enfileirados, do asfalto quente, das pedras frias, das noites estreladas e enluaradas. A marcha pertence aos que acreditam em causas coletivas. Na poeira das marchas não ficam apenas as marcas dos pés cravados no chão, mas os sonhos e as esperanças dos caminhantes.

²²⁰ Entrevista Ademar Bogo. Op.Cit.

Com a marcha caminham muitas histórias. Ouvi diversas. Como a de Jocélio Dantas de Souza, que, aos seis anos de idade, sofreu *"uma febre grande que não passava nunca"*. Era um sinal da paralisia infantil que se agravou pela falta de atendimento adequado. Seu pai não tinha dinheiro para levá-lo a Fortaleza, pois já havia gasto tudo o que tinha com seus outros seis irmãos. Com 28 anos, Jocélio está à frente da delegação do Rio Grande do Norte para marchar. De cadeira de rodas, foi grande a ajuda para empurrá-lo lado a lado com os demais marchantes. Ladeira acima ou abaixo. Todos se prontificaram à ajudá-lo.

Um dia antes do MST/RN "puxar a marcha", Jocélio entrou em desespero. Quando um marchante do Pará enchia um dos pneus da sua cadeira -- na verdade, um triciclo movimentado por uma manivela -- a câmara de ar estourou. Com receio de ter seu sonho destruído, Jocélio desabafou: *"Saí de casa para marchar, se fosse para andar de carro, teria ficado por lá"*. Para a sua alegria -- que contagiava *"outros que têm duas pernas e dois braços"* -- o mesmo marchante do Pará, responsável pelo estouro, conseguiu comprar uma câmara nova na cidade mais próxima. Acampado em Mossoró há dois anos, Jocélio ouviu falar dos Sem Terra pela primeira vez na novela Rei do Gado. Depois, teve seu primeiro contato com o MST ao vender picolés e carregar água para algumas das mil famílias do acampamento *Eldorado dos Carajás*. Afirmava estar marchando para dar o exemplo aos mais jovens e também para os de sua família que não quiseram vir para a Marcha.

"Essas pessoas são importantes para o MST", afirmou Ivonaldo da Costa Fernandes, 31, do acampamento Florestan Fernandes, em Ceará Mirim, que acompanhava Jocélio a todos os lugares dando a impressão de que eles são velhos conhecidos. Engano, eles se encontraram na Marcha. De imediato, realizaram um pacto entre eles depois de Jocélio ter sido "esquecido" pela delegação do Rio Grande do Norte durante o ato político no Centro de Goiânia. Ivonaldo prometeu ser sua sombra e ajudá-lo a empurrar sua cadeira nas subidas.

A solidariedade surgia de todos os lados. Ventava muito forte naquele dia. "O gelo é grande", como diziam. Alguém emprestou uma blusa para Jocélio. Um italiano, Giorgio Ascioti, que vive na região de Vitória da Conquista, na Bahia, e que colabora no grupo de teatro do MST, se ofereceu para revezar com Ivonaldo na tarefa de empurrar a cadeira de rodas na subida. Patrício Adriano de Freitas, da região do Mato Grande no Rio Grande do Norte, também ajudava. Assim como Francisco da Silva, o Jacó, que foi à frente buscar água para Jocélio. Na chegada do acampamento, para *combater o gelo*, os marchantes do Rio Grande do Norte fizeram uma "vaquinha" para comprar um cobertor para Jocélio.

No dia 17 de maio de 2005, os marchantes chegaram à Brasília, realizando um grande ato na Esplanada dos Ministérios. Passaram pelo Ministério da Agricultura, pela Embaixada dos Estados Unidos, pelo Itamaraty e seguiram em direção ao Palácio do Planalto. Em cada local houve um ato: contra o agronegócio, contra a ALCA e contra o envio de tropas brasileiras ao Haiti.

Paralelo e em sintonia com os atos, uma comissão com 50 representantes do Movimento e de outras entidades de apoio se reuniram com o Presidente Lula e um grupo de Ministros. O povo ficou aguardando os resultados da negociação. Uma das palavras de ordem que se ouvia era:

Companheiro Lula, o povo te elegeu, cadê a Reforma Agrária que você prometeu!

Os 16 pontos de reivindicação da marcha apontavam para: mudança do modelo econômico; críticas ao modelo de desenvolvimento da agricultura que beneficia extremamente o agronegócio enquanto o Programa de Reforma Agrária sofre cortes orçamentários e contingenciamento de recursos todos os anos; a necessidade de reestruturação e fortalecimento do INCRA, vinculando-o a Presidência da República para ter um caráter de força e de vontade política do Governo em fazer a Reforma Agrária; cumprimento das metas de assentamento do Plano Nacional de Reforma Agrária prometido pelo Governo,

de 400 mil famílias até o final de 2006; retomada do programa especial de crédito para as famílias assentadas; melhoria da infra-estrutura dos assentamentos, agroindústria, educação, e apoio a programas específicos de aumento da renda e qualidade de vida dos assentados.

O Governo Federal respondeu cada ponto, porém apresentou fáceis explicações genéricas, prometendo que praticamente tudo seria resolvido. Todavia, ao mesmo tempo em que respondeu aos pontos da pauta de reivindicações, o Governo Federal não se comprometeu com nada. Por isso, com coragem e firmeza, a comissão de negociação retomou a palavra, deixando muito claro que não tinham feito a marcha para no final ouvir vagas promessas. Queriam soluções concretas aos problemas bem específicos que tinham apresentado. Concluída a audiência, o Presidente assegurou que continuaria reunido com seus ministros para definir as ações do governo.

Pouco confiantes com as negociações na audiência com o Presidente Lula, os marchantes realizaram o ato de encerramento da Marcha Nacional pela Reforma Agrária em frente ao Congresso Nacional. O ato teve início às 19h00 com a participação de muitos apoiadores do MST, artistas e cantores. *“Estou animado e feliz de estar no ato pela Marcha, que é fraterna e amorosa. É importante fazer da Cultura um instrumento fundamental para a transformação do país”*, afirmou o ator e Secretário da Secretaria de Identidade e da Diversidade Cultural, Sérgio Mamberti. O ator Osmar Prado agradeceu aos marchantes a caminhada pacífica e defendeu a erradicação do trabalho escravo. Além de Prado, participaram também do ato os atores Marcos Winter e Letícia Sabatella. Nas palavras da senadora Heloísa Helena (PSOL/AL) *“é possível uma pátria fraterna, soberana e socialista (...) acho que um dia vamos ter um país com uma política econômica que não é ditada pelo Fundo Monetário Internacional”*. João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST, reiterou a importância da luta pela Reforma Agrária e a necessária mudança na política econômica do governo. *“O presidente Lula precisa ouvir o povo”*, afirmou Stédile. O dirigente do MST também comentou o incidente com

a polícia. Segundo ele, *“caminhamos 17 dias sem nenhum problema, mas ao chegarmos ao Distrito Federal, a polícia, ligada aos latifundiários, já começou a dizer na imprensa que existiam divergências no trajeto da nossa caminhada. Nosso Movimento é pacífico e não precisa de soldado”*.

Os objetivos da Marcha, segundo os dirigentes do Movimento, foram cumpridos. Embora fundamentais, os 16 pontos da pauta não eram os mais importantes. O mais importante era a persistência em realizar uma utopia que tem tudo para ser viável, mas que enfrenta resistências históricas que precisam ser vencidas com força política, organização popular e com firmeza governamental.

As marchas fazem parte das lutas do Movimento, se configuram como uma viagem de protesto a um centro político que a organização considera que periodicamente deve ser interpelado e pressionado em diferentes pontos do País e em diferentes momentos históricos. Esta de 2005 foi a terceira Marcha Nacional. Entre julho e outubro de 1990, foi realizada a primeira marcha nacional organizada pelo MST, com o lema: "Terra, Emprego e Democracia", cujo objetivo central foi fazer uma Consulta Popular sobre o projeto político que o Brasil merecia. Por conta disso, incluiu consultas dos marchantes junto à população de localidades por onde a marcha passava. O conjunto de atividades programadas ao longo das caminhadas incluiu acampamentos na beira das estradas e em praças públicas, jejuns coletivos, panfletagens e atos diversos.

Uma segunda marcha foi realizada em abril de 1997, coordenada pela Central de Movimentos Populares (CMP), a CUT, a CNBB, o MPA (Movimento de Pequenos Agricultores) e a MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais), denominada "Marcha Popular Pelo Brasil". Em 17 de fevereiro de 1997, 1.300 componentes saíram de seus Estados rumo à Brasília, para anunciar suas reivindicações à sociedade. Dois meses depois, chegaram à Esplanada dos Ministérios, onde foram recebidos por mais de 100 mil pessoas. A mobilização também foi uma forma de protesto contra o massacre de

Eldorado dos Carajás, no qual 21 trabalhadores rurais foram assassinados no Pará, em 1996. Em frente ao Ministério da Justiça, realizaram uma dramatização do massacre de Eldorado de Carajás e do assassinato do índio Jesus Galdino. Empregando caixões e simulacros de disparos de pistolas, que lembravam o assassinato de seus companheiros, criaram uma atmosfera de lamento e dor. Os marchantes pronunciaram palavras de ordem que sintetizavam o ideário do Movimento: *"Reforma Agrária, na lei ou na marra"*, *"na luta do povo, ninguém se cansa"*, *"MST esta luta é pra valer"*, *"Reforma Agrária, uma luta de todos"*, *"pátria livre, venceremos"*. Isso é o que Canclini (1997) denomina de 'ritual de instituição'.

A memória é reconstruída nestes atos simbólicos. Neles, ressignificam sua luta, lembram de seus mártires, vivenciam com emoção cada momento, escolhem o que não deve ser esquecido. E estas escolhas, às vezes intencionais, outras involuntárias, são impregnadas de gestos sociais de interpretação. O que remete a Halbwachs (1990) que, ao construir seu conceito de memória coletiva, defende que esta se constitui sempre a partir do lugar social de quem a enuncia. Trata-se, portanto, de uma construção social que não existe senão como atualização: *"a lembrança é (...) uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada"* (HALBWACHS, 1990).

Esta teatralidade utilizada pelos trabalhadores Sem Terra acentua as funções positivas desempenhadas pela memória como num gesto de atualização e reconstrução do passado no presente. Este processo de constituição da memória é sempre uma relação tão complexa quanto conflituosa. Neste caso específico, remeteu à chacina de Carajás, ao enfrentamento com os poderes repressivos do Estado, aos companheiros que se foram, à revolta de como foram tratados, à impunidade e à morosidade da justiça com relação aos direitos dos pobres.

Michael Pollak (1989) afirma que este processo é um constante jogo entre políticas oficiais de memória e memórias clandestinas que tentam sobreviver ao gesto político de enquadramento. Esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combatentes do presente e do futuro. As marchas e manifestações realizam este constante jogo social de construções de sentido. Os participantes da mística sentem-se nestes momentos como verdadeiros guardiões da memória que precisa ser revivida, colocando em cena os elementos que permitirão aos conflitos de memória constituir o consenso responsável pelo que será considerado como memória coletiva.

Neste espaço interativo, em que se dá este processo de formação política, se fortalece o gesto de construção de uma identidade Sem Terra. Vivencia-se a troca de experiências e palavras e, na mesma medida, uma troca de experiências vividas e de (re) interpretações de fatos passados. A memória é um fenômeno construído, é um elemento constituinte do sentimento de identidade, oferece aos sujeitos a sensação de que ocupam o mesmo espaço físico, permite que construam uma continuidade dentro do tempo vivido com um sentimento compartilhado pelo grupo.

Os participantes das marchas e manifestações sentem-se vinculados à uma comunidade. Uma comunidade imaginada na medida em que se fundamenta em gestos impregnados de sentidos, produzida pelos rituais, experiências e histórias compartilhadas. As palavras de ordem também operam como práticas articulatórias com outras organizações ou processos históricos, por exemplo: *"Che, Zumbi, Antônio Conselheiro, na luta por justiça nós somos companheiros"*. Rememoram lutas anteriores e personalidades que são admiradas. São gestos comunicativos e discursivos ou *"memórias que conectam seu presente com seu passado"* (HALL, 2001).

O sistema cultural que envolve estes sujeitos incorpora diferentes interpretações. As identidades são reforçadas nestes momentos. As narrativas que tentam elaborar visam não só a ilusão de unidade dos sujeitos, mas uma

coerência histórica cujo objetivo final é a construção, no presente, de acontecimentos passados antevendo estratégias para o futuro.

Destacam-se também os aspectos da religiosidade. Nos atos ecumênicos, reúnem-se líderes de diversos cultos em torno de celebrações onde a reivindicação da luta pela terra é entronizada junto com elementos que acompanham o dia-a-dia dos marchantes. Exemplos disso são o uso de cruzes com bandeiras, a realização de Vias Sacras, a cerimônia de lava-pés, como ocorreu durante a quaresma na marcha de 1997, ou mesmo o preenchimento do mapa do Brasil com cruzes que simbolizam os mortos na luta pela terra.

As referências ao valor da terra e do meio ambiente se expressam em uma atividade que se reitera ao longo das caminhadas: a plantação de árvores em contextos diversos, como ocorreu em frente ao Tribunal Superior de Justiça. Ou as que enfeitam o mapa do Brasil contendo as árvores típicas de cada Estado, durante o encerramento da caminhada, em abril de 1997. Na ocasião, o palco situado em frente ao Congresso Nacional teve como cenário 32 mastros com bandeiras do Movimento representando os Estados do País, junto aos quais se via o mapa do Brasil confeccionado com sacos de terra.

Trata-se de elementos também presentes nos palcos montados para os atos de abertura e encerramento das marchas e atividades em geral. Eles são forrados com lonas pretas, contendo o mapa do Brasil feito de grãos de cereais com ferramentas de trabalho da terra, frutos e legumes distribuídos no seu interior, com faixas exibindo as consignas da marcha. São elementos onde é possível identificar os modos de atuação de fortalecimento de uma imagem. São representações em que os atores coletivos definem suas ações e as apresentam na cena que contém a estética permeada pela política.

A mística tem a função para o Movimento de outorgar aos seus membros o fôlego necessário para a luta. Organizam-se através das brigadas que elaboram e abordam em seus rituais os aspectos mais significativos dos processos de mobilização coletiva. A questão da Reforma Agrária é o elemento

central. A ela é associada a necessidade de eliminar a pobreza e os males derivados dela; a construção de um outro modelo de sociedade; uma vida nova; a esperança; são crenças materializadas nos rituais. Utilizam materiais próprios da vida no campo até práticas expressivas tomadas da arte, como no caso do teatro. Utilizam gestos rituais e simbólicos conforme cada momento, seja na passagem por uma grande cidade, em frente a uma instituição pública, durante a visita de alguma personalidade ou entidades e organizações que vêm lhes prestar apoio.

Reconstroem sua imagem se contrapondo à mídia que sempre está revelando apenas parte do que realizam sem entendê-los por dentro. Estes gestos ajudam a modificar esta imagem e a construir uma empatia dos participantes, colaboradores e observadores. Os símbolos do Movimento, as palavras de ordem, os modos de organizar as fileiras, são elementos significativos da construção simbólica utilizados nas marchas.

Em suas práticas rituais, conseguem incorporar outras bandeiras, outras temáticas, as demandas de outros setores da sociedade. Neste sentido, transformam o protesto público num lugar de socialização, de integração com outras forças sociais, já que integram ao conjunto do protesto demandas que não são suas diretamente, mas que interessam ao conjunto da sociedade. Este é o caso da luta contra a ALCA, os produtos transgênicos, as mudanças e críticas aos modelos econômicos e de desenvolvimento agrário, entre outros que são incorporados nas mobilizações.

No conteúdo pode-se encontrar a base constitutiva de valores que pretendem atingir. Busca-se a universalidade, em que o outro também se identifica com aquele conteúdo. Mas é válido lembrar que a autonomia da própria organização é sempre reafirmada em relação ao Estado, á outras organizações, partidos políticos ou Igrejas. As palavras de ordem expressam o imaginário social do grupo, os símbolos e a vestimenta identificam a organização. Há uma apropriação e expansão das fronteiras identitárias, com elementos procedentes de outros universos sociais.

Ao analisar as diversas ações realizadas pelos marchantes, pode-se afirmar que a memória histórica se constitui como uma vértebra para unir um passado que se relaciona com a luta pela terra bem como os seus símbolos mais prezados. O caráter restaurador dos ritos nas encenações consegue decodificar os elementos que a perpetuam, criando um novo contexto que provoca o outro: solidariedade, apoio, revolta, indignação ou rejeição, entre outros sentimentos não captados.

Neste sentido, a força não é apenas quantitativa, vai além de um grande número de marchantes, da disciplina e da organização em si. Mas também qualitativa, pelo vigor da sua simbologia e pela forma como é comunicada. Com todas as limitações, não se trata de apresentá-las como perfeitas ou coesas do ponto de vista estético. No entanto, representa um conjunto de significados que buscam ser aprovados socialmente. Esta comunicação necessita tanto da identificação como da diferença. Há pessoas que se tornam solidárias, que ampliam seu apoio e simpática, como também aquelas que o condenam, considerando-o um movimento que provoca desordem, desrespeita a lei e a propriedade privada.

3.5 Atuação multidimensional: o MST como rede

O MST se organiza verticalmente através de coordenações e direções nacional, estaduais, regionais e locais. Na horizontal, essa organização ocorre através dos setores e das secretarias estaduais e regionais. As instâncias deliberativas do MST são:

- a) Congresso Nacional (mandato de 5 anos);
- b) Coordenação Nacional (com mandato de 2 anos);
- c) Direção Nacional (com mandato de 2 anos);
- d) Coordenações Estaduais (idem);

- e) Direções Estaduais (idem);
- f) Coordenações Regionais (idem);
- g) Direções Regionais (idem);
- h) Coordenações dos acampamentos e assentamentos (idem).

A coordenação nacional é formada por três representantes de cada um dos 23 Estados da Federação em que o MST está organizado. A direção nacional é composta por um representante por Estado. Ao menos um terço dos coordenadores e dirigentes são mulheres. O número de integrantes das coordenações e direções estaduais e regionais é diferente em cada estado e em cada região.

As atividades do MST são organizadas pelas secretarias e pelos setores respeitando-se sempre a forma federativa. As secretarias nacional, estaduais e regionais cuidam da parte administrativa. Os diversos setores são responsáveis pela organização das demandas e formulação específica da política do MST. O setor de produção, por exemplo, elabora a política e encaminha as deliberações sobre os assentamentos rurais. O setor de projetos é o responsável pela elaboração dos projetos de financiamento das diferentes ações. O setor de direitos humanos tem como principal tarefa atuar nos processos criminais contra os trabalhadores e na defesa dos direitos das pessoas envolvidas na luta pela terra. O setor de educação elabora estudos sobre a pedagogia da terra, promove os cursos de alfabetização, o supletivo e outros de escolarização dos acampados e dos assentados. Há, ainda, os setores de formação, saúde, comunicação, cultura e relações internacionais.

Segundo Stédile, a estrutura organizacional do MST foi sendo construída ao longo da sua existência e buscou referências em outras organizações:

A estrutura organizacional do MST nem é vertical, nem é centralizada, nem tem hierarquia. Essa estrutura, construída ao longo desses vinte anos, não é mérito nosso; nós a aprendemos

*nas organizações de camponeses que nos antecederam: com o Master, no Rio Grande do Sul, com as Ligas Camponesas, com as Ultabs, com as Frentes Agrárias gaúcha, goiana, de Pernambuco, organizada pela igreja juntamente com a Uneb*²²¹

Todos devem estar organizados em núcleos ou comissões. Então, a rigor, para participar do MST cada um deve participar de alguma comissão. Em seguida, vêm as comissões do acampamento e do assentamento, formadas por representantes desses núcleos. São comissões amplas, que se obrigam sempre a se reportarem às suas assembléias. Estas comissões funcionam como redes, elegem, tanto em âmbito estadual quanto em nacional, seus representantes para coordenação nacional, sendo um homem e uma mulher de cada Estado.

A unidade é buscada através das linhas políticas que são debatidas nestes espaços de poder. Trabalham com o centralismo democrático: uma vez tomadas as decisões, todos devem cumpri-las. Porém, as instâncias nacionais não podem tomar decisões sem levar em consideração as instâncias de poder estadual. É uma organização que apresenta, ao mesmo tempo, centralização nas linhas políticas e descentralização e flexibilidade nas ações locais:

Nós mesmos, às vezes, ficamos chocados porque um acampamento tomou determinada decisão, e nós, que temos uma leitura mais politizada da conjuntura nacional, refletimos dizendo: 'Bom, mas isso não era hora de fazer a passeata, isso não era hora de fazer a ocupação', quem decide são eles (BOGO, 2005)

Segundo os textos do Movimento, esta forma de organização horizontal e vertical gera autonomia e vai criando as condições para que cada um possa participar das decisões. Constitui-se num movimento de massa onde todos participam das decisões. Libertam-se à medida que se reconstroem como sujeitos que exercitam o processo decisório. Aceitam esta liberdade de decisão mesmo que ocorram erros, mas assim vão aprendendo e construindo seu próprio método, aprendem com sua própria experiência e vão construindo uma consciência própria.

²²¹ Exposição oral apresentada à 5ª Reunião da CPMI da Terra, ocorrida em 01.05.2004.

que eu enxergo isso, porque você tem isso, você tem a discussão lá na frente tem clareza, mas aí você tem a dificuldade de transformar isso para o povo aqui de baixo da base, de transformar isso em ações concretas, tu sabe que para gerar consciência tem que gerar lutas (ENTREVISTA)²²²

Esta forma de estrutura organizativa permite que o Movimento apresente momentos de imersão e de aparição, que o caracterizam como movimento social de massas e ao mesmo tempo apresenta características de uma organização social política com forte conteúdo ideológico. Os momentos de aparição são aqueles das grandes movimentações ou mobilizações, e os momentos de imersão são aquelas atividades menos expressivas ou visíveis, que vão solidificando a estrutura da organização social.

Adotei o conceito de Movimento Social desenvolvido por SCHERER-WARREN (1993:69-71), que denomina movimento social àqueles que apresentam determinados pré-requisitos: (a) o reconhecimento coletivo de um direito; (b) a formação de identidades; (c) o desenvolvimento de uma sociabilidade política; e (d) a construção de um projeto de transformação. O MST apresenta todos estes elementos definidos por Schere-Warren. Pode ainda ser considerado como uma organização em forma de rede²²³, pela capacidade de integrar a diversidade de temas, bandeiras de luta, trabalhadores rurais de diferentes categorias sociais, trabalhadores das periferias, entre outros. É dessa forma considerado, também, em função da capacidade de articular diferentes formas de lutas no âmbito local, regional, nacional e internacional, vinculando o local ao global, o uno e o diverso, isto é, diferentes identidades num mesmo espaço social de luta.

²²² ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

²²³ SCHERER-WARREN, Ilse. A autora analisa os movimentos sociais como Redes como uma opção de análise, pela valorização das organizações de base (grassroots organizations) e o reconhecimento crescente que os movimentos sociais fazem em relação às articulações, intercâmbios e formação de redes, temáticas organizacionais (network organizations). (1993: p.9). In: Rede de Movimentos Sociais, Rio de Janeiro: Loiola, 1993. P.9

Esta conceituação também contempla a ação direta, lutas sociais e processos mobilizatórios. Ao mesmo tempo em que engloba estes processos, indica também os aspectos organizativos implementados pelo MST, como por exemplo: a construção de cooperativas, associações, pequenas agroindústrias, escolas. Para Souza Martins (1996), o MST se constitui de grupos de reflexão e ação cultural, por isso, seus membros participam de reuniões, cursos e seminários, e com isso criam uma corrente de opinião que passa a competir no “mercado das idéias” e dos “sentimentos de *pertencimento*”. Ao mostrar o outro lado, isto é, como um processo organizativo e educativo pode gerar um Movimento, que é constituído como um processo mobilizatório, de luta ou ação direta, Sousa corrobora neste aspecto com Scherer-Warren, pois tanto uma Organização pode promover uma movimentação, como o contrário, de uma manifestação espontânea pode nascer um grupo que venha a se consolidar como Organização ou mesmo instituição. Penso que ambas -- movimentação e organização -- estão tão intrinsecamente ligadas e que a diferenciação só pode ser feita em termos da análise específica de situações concretas e não em termos de generalizações. Quando pergunto, por exemplo, a Irene Manfio, uma das dirigentes, se o Movimento vai se institucionalizar, se vai se transformar em uma organização política, ela afirma:

mas eu não consigo te dizer que a gente é uma organização, como é que vou te dizer, nós não somos aquele movimento anarquizado... a gente tem organização, setores, tem tudo... Mas ainda não é uma organização política no sentido do que a gente quer que seja uma vanguarda vamos chamar assim (ENTREVISTA)²²⁴

Outra observação importante é quanto à institucionalidade e legalidade jurídica. Frequentemente as elites que criticam o MST sustentam que a resistência em adotar uma personalidade jurídica tem por objetivo evitar a responsabilidade em ações judiciais, buscando a reparação por danos causados nas ocupações e demais formas de luta. Porém, João Pedro Stédile

²²⁴ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

explica as razões que levaram a organização a não se constituir formalmente como pessoa jurídica:

O MST, como eu já disse, é um movimento social que procura se organizar pela base para lutar pelo objetivo de combater a pobreza e a desigualdade social. A forma de combater é pressionar para que o Estado extinga o latifúndio e distribua a terra. Nessa estrutura de movimento social, não precisa personalidade jurídica. Não é preciso registrar a sua vontade de lutar contra a injustiça social. Há uma tradição, na civilização, de constituir movimentos de pessoas que se aglutinam, independentemente de registro ou estatuto, para juntar força social que levem à consecução de seus objetivos²²⁵

O MST, desde o início, nunca adotou esse caráter burocrático de ter estatuto, de ter registro, de ter uma estrutura centralizada, como outros movimentos têm. É até uma questão de escolha. No Brasil, existem centenas de movimentos como o MST, não só no campo como também na cidade. Um movimento que luta pela moradia nas cidades precisa aglutinar os que não têm casa e pressionar para que se estabeleça um programa de habitação. Ele não precisa ter personalidade jurídica, não precisa ter conta em banco.

Muito mais do que um aspecto jurídico, é uma concepção de como se estimula a organização do povo. Cada um pode ter um argumento, uma avaliação sobre a validade da questão. É da natureza da pluralidade da sociedade. Em todas as sociedades há e na nossa muito mais²²⁶

A estrutura organizativa envolve sua base social – acampamentos e assentamentos – até as chamadas instâncias de direção, micro-regionais, Estaduais e Nacional. Cada acampamento e assentamento escolhem dois representantes, que compõem as coordenações regionais, estas formam as coordenações estaduais, e dois representantes de cada um dos 23 Estados onde está organizado, formando a Coordenação Nacional. Além destas instâncias de direção, existem outros dois espaços de poder, o Encontro Nacional, que reúne os delegados de dois em dois anos, representantes dos 23 Estados e Setores de atividades onde o Movimento está organizado, e o

²²⁵ Idem

²²⁶ Ibidem

Congresso Nacional que ocorre a cada cinco anos. O Congresso Nacional é a instância máxima de poder e de deliberação.

Mesmo sendo um movimento de âmbito nacional, o MST se organiza de forma descentralizada onde o poder e a autoridade distribuem-se nas coordenações estaduais, regionais e setores (Frente de Massa, Educação, Formação, Produção e Meio Ambiente, Saúde, Gênero, Direitos Humanos, Relações Internacionais, Finanças, Cultura e Comunicação) que funcionam através de coletivos, com grupos de pessoas com conhecimento, gosto e perfil mais adequado para cada uma destas atividades. Em cada acampamento ou assentamento existem as comissões com a responsabilidade e autonomia de conduzir as diferentes questões relacionadas ao cotidiano.

Em seus documentos e discursos afirmam o desejo de expropriar as grandes áreas de terras que pertencem às empresas multinacionais, pregam o fim dos latifúndios improdutivos e articula uma campanha para definir um limite máximo de hectares para as propriedades rurais. Suas lideranças se posicionam contra os projetos de colonização, que resultaram em fracasso nos últimos trinta anos e querem uma política agrícola, voltada para o pequeno agricultor. O Movimento também defende, em seus documentos, a autonomia para as áreas indígenas e é contra qualquer retomada das terras desses povos ameaçados pelos latifundiários. Visa à democratização da água nas áreas de irrigação no Nordeste, assegurando a manutenção dos agricultores na própria região. Entre outras propostas, o MST luta pela punição de assassinos de trabalhadores rurais e defende a cobrança do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) de forma equitativa, com a destinação dos tributos ao orçamento federal da Reforma Agrária.

A centralização do Movimento enquanto uma organização nacional e com caráter ideológico está expressa em seus princípios e objetivos. É reforçada no processo de formação de seus quadros, chamados internamente de dirigentes e militantes. O Movimento investe muito tempo e energia na formação ideológica, humanística, solidária e técnica, informal ou escolar.

Realiza esta formação nos acampamentos e assentamentos e através de parcerias que são estabelecidas junto à Entidades de Cooperação Nacional e Internacional, Universidades, Governos Estaduais, INCRA e com o Governo Federal.

Analisei esta forma de estruturação que ao mesmo tempo se apresenta centralizada e descentralizada, rígida e flexível, organização social e movimento de massas, em minha dissertação de mestrado, em 1998. *O MST como uma empresa social* (PASQUETTI, 1998). Combina diferentes formas de organização, desde as roças comunitárias e agroindústrias, escolarização formal e formação ideológica, atividades sociais e culturais com empreendimentos econômicos que geram empregos, renda, impostos e cidadania, ações locais e nacionais, articulações com a sociedade brasileira e internacional, envolvimento com movimentos e fóruns nacionais (Via Campesina Brasil, Campanha Contra a ALCA, Fórum Brasil Livre de Transgênicos, Campanha contra o pagamento da Dívida Externa) e internacionais (Via Campesina Internacional, Grupos de Amigos no Exterior, Grito dos Excluídos Latino Americanos). Há uma dificuldade em fazer todas estas questões chegarem até a base social, e como elas são interpretadas e reinterpretadas por seus membros. Contudo, isso é comum numa organização camponesa com todas as dificuldades de comunicação, tendo em vista as distâncias, a capilaridade ou dispersão em que se encontram os acampamentos e assentamentos:

o Movimento tira 500 linhas prioridades e não tira uma para chegar aqui. Tira todas as prioridades, mas todas não chegam aqui ou muito pouco, então tem que priorizar, transformar na linguagem do povo (ENTREVISTA)²²⁷

Esta forma organizativa, atuando ora como movimento de luta pela terra e organização social política e ideológica, pode ser considerada como uma organização em forma de rede que abarca esta diversidade de ações e

²²⁷ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

atividades. Da mesma forma que combina diferentes formas de lutas para pressionar as autoridades, desenvolve ações sociais que geram emprego, renda e melhora a vida das pessoas nos assentamentos. Busca apoio da sociedade para resolver seus problemas e conquista resultados. Realiza ocupações, acampamentos permanentes, marchas pelas rodovias, jejuns e greves de fome, ocupação de prédios públicos, bancos, vigílias e manifestações nas cidades. Implanta cooperativas, associações, desenvolve pequenas agroindústrias, escolariza e promove formações políticas, estes são desafios que ainda persistem, conforme afirma Irene Manfio:

nós somos uma organização, não é um movimento passageiro, é uma organização, que tem instância, base, que tem tudo. Mas uma organização mais política de transformar o Movimento para uma organização de massa, eu me parece que ainda tem muito que fazer (ENTREVISTA)²²⁸

Um dos pilares de sustentação do Movimento é a sua disciplina interna, que incorpora elementos disciplinares de organização política e social. O conceito de disciplina está muito ligado a área militar. No entanto, analisando os textos a respeito do assunto, constato que a concepção do aspecto da disciplina interna tem outros fundamentos. Ela é apresentada não simplesmente como sinônimo a horários estabelecidos, com métodos de repressão da vontade pessoal, mas como o esforço de manter determinadas normas de comportamento pessoal, caros à organização, que devem ser incorporados por seus membros. Constitui-se numa tentativa de impedir que coloquem vontades pessoais, individuais, acima dos regulamentos coletivos ou necessidades sociais. Busca-se no Movimento uma postura de disciplina, como afirma Ademar Bogo:

No Movimento Sem Terra (MST) tem-se enfrentado diversos problemas de comportamento pessoal de militantes, membros e dirigentes, que afetam o bom funcionamento do MST como uma organização social. Ora, se uma atitude afeta o bom funcionamento de uma organização, significa que a rigor, aquele comportamento prejudica ou impede que a organização da qual

²²⁸ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

o indivíduo faz parte alcance de forma mais rápida seus objetivos sociais. Desta forma, a prática da indisciplina dentro do MST contribui para que o mesmo não alcance seus objetivos maiores de conquistar a distribuição da terra, a Reforma Agrária e as mudanças sociais no país (BOGO, 2003).

A busca permanente do respeito às decisões coletivas, que leva ao bom funcionamento da organização é a disciplina. Ela não deve ser encarada, portanto, apenas como uma obsessão em que o indivíduo precisa ser disciplinado porque é uma determinação regulamentar, mas, sobretudo, porque a indisciplina compromete o alcance dos objetivos políticos e sociais de qualquer organização, afetando sua razão de ser.

Logo, ela é vista como uma necessidade prática e objetiva para contribuir com a conquista da terra, da Reforma Agrária e das mudanças sociais no país. Os textos sobre o assunto visam educar a militância na adoção de métodos de trabalho e de vida disciplinares que contribuam para o fortalecimento da organização como um todo. Os elementos que caracterizam este processo se dividem em sete: o *primeiro* diz respeito às normas da organização: o conjunto de normas e regras deve ser respeitado pela totalidade dos seus membros. Acreditam que quanto maior o grau de adesão dos seus membros a essas normas sociais determinadas pela maioria que compõe a organização, maior será o grau de objetividade no alcance de seus interesses sociais. Entendem que nenhuma organização social consegue funcionar, por menor que seja, ou por mais simples que sejam seus objetivos, sem que tenha normas, regras que as respeitem. O *segundo* aspecto se refere à fidelidade ao projeto da organização: se espera fidelidade dos membros ao projeto-objetivo da organização. Muitas vezes, as práticas de indisciplina são realizadas sem que seus autores se dêem conta da vinculação direta que existe com o alcance dos objetivos maiores da organização. O *terceiro* diz respeito ao coletivo: às decisões coletivas. Cada membro tem a oportunidade de participar no processo de elaboração das normas, ou adere por livre e espontânea vontade, quando as normas e regulamentos já estão estabelecidos. O processo da disciplina é o jeito que a organização social tem de corrigir os chamados “desvios” pessoais,

com o objetivo de evitar que os interesses individuais se sobreponham ao interesse social do conjunto da organização. E é o jeito de garantir que as decisões coletivas tenham funcionalidade. O *quarto* é o princípio da unidade: nenhuma organização consegue manter a unidade de ação rumo aos seus objetivos se não garantir a prática da disciplina entre seus membros. A prática da indisciplina individualizada ou do que é denominado internamente de “oportunismo” contra decisões coletivas, quebram consensos importantes que acabam por afetar as ações coletivas. Além disso, poderia gerar o esfacelamento da organização. O *quinto* informa sobre dedicação pessoal: um processo de conscientização pessoal que exige um elevado grau de dedicação no cumprimento de suas tarefas pessoais como obrigações para com a organização. O *sexto* é constituído da ética e dos valores: a disciplina está relacionada também com a prática quotidiana dos valores que o indivíduo e a organização defendem. O *sétimo* é a mística, que tem um papel fundamental que é o de alimentar os ideais e sonhos.

Quando analisamos os textos produzidos e chancelados pela direção do Movimento ou setores de atividades percebemos uma forte influência dos pensadores e lutadores que compõem os pilares de sustentação de seu discurso ideológico. Entre eles, destacam-se: Marx, Lênin, Mao, Che Guevara, Rosa Luxemburgo. Os brasileiros mais citados por Irene Manfio foram: Florestan Fernandes, Paulo Freire e Milton Santos.

na questão dos valores é o Che, esta muito casado, por mais que você busque valores em outros, mas é o central, depois você busca alguma coisa em Marx, Mao, Lênin também, e depois ultimamente o Movimento vem buscando mais alguns autores nacionais, mas é uma coisa bastante recente, você pega o Florestan Fernandes. Começa a olhar também para estes brasileiros na vida mais recente do Movimento. E isso ajudou o Movimento a ideologicamente manter a linha que tem, a se manter (ENTREVISTA)²²⁹

²²⁹ ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 de julho de 2004.

Vinte anos após sua fundação, o MST está organizado em 23 Estados do Brasil, mobiliza aproximadamente 1,5 milhão de pessoas, sendo 350 mil famílias assentadas e 120 mil famílias acampadas. Suas ações são apoiadas e reprimidas, chamam a atenção da população, da mídia e dos Governos, geram tensão e apreensão por parte dos proprietários e simbolizam esperança de uma vida digna para milhares de Sem Terra. O Movimento criou uma imagem de luta, de força, de ações radicais, simpatia e antipatia que divide opiniões da sociedade. A ação política de reivindicar direitos negados, ocupar terras produtivas e improdutivas provoca reações contrárias por parte dos latifundiários e das elites que reagem com despejos, prisões e até assassinatos, como são exemplos os massacres de Corumbiara (1995), Carajás (1996) e Felisburgo (2004).

Suas ações conquistaram reconhecimento e visibilidade expressiva tanto no cenário político nacional como muitas vezes no cenário internacional, o que lhe confere um caráter político em vários espaços nunca antes alcançado por trabalhadores rurais sem terra. Nestes 20 anos, aglutinou lutas isoladas e dispersas num movimento nacional, pressionando os poderes públicos e obrigando-os a pautar a Reforma Agrária na arena da Política Nacional. Conseguiu conquistar espaços territoriais, políticos, sociais, culturais e econômicos em mais de 1.600 assentamentos, que envolvem cerca de 900 municípios do Brasil. Conquistou políticas públicas como o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), criado em 1986 (Governo Sarney) e extinto em 1998 (Governo FHC), que possibilitou apoio à milhares de famílias assentadas, na construção de casas, aquisição de ferramentas e o plantio da primeira safra. Em 2000, a pressão feita pelo Movimento em parcerias com outras organizações (CNBB, Unesco, Unicef, entre outras) por uma *Educação do Campo* fez com que o Conselho Federal de Educação regulamentasse este tipo específico de educação e criou-se no INCRA o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) com o objetivo de apoiar, articular e fomentar a escolarização, alfabetização e educação de jovens e adultos em áreas de Reforma Agrária.

O Movimento é o espaço onde o desejo dos trabalhadores Sem Terra de ter um pedaço de terra tem guarida. Em seu imaginário está a esperança de um dia conquistar a terra prometida; também a terra como propriedade, como espaço de vida para a família, como local de trabalho e moradia, como meio de satisfação de necessidades imediatas, como uma forma de não passar mais fome, abrigar-se do frio. Representa a conquista da liberdade negada quando na condição de meeiros, bóias frias, posseiros ou arrendatários. Todos estes fatores se constituem em significados muito fortes que propiciam vínculo e sentimento de pertencimento dos membros ao Movimento. Os trabalhadores procuram satisfazer este desejo quando se incorporam numa luta que significa a solução para seus problemas. Obviamente, neste processo ocorrem muitas frustrações, pois nenhuma organização consegue realizá-lo plenamente. A necessidade e a disposição de lutar se constituem na motivação inicial que fomenta milhares de pessoas a entrarem para o MST.

É na experiência cotidiana que estes trabalhadores criaram um campo de poder simbólico -- o imaginário social. Segundo Baczko (1985), é pela imaginação social que as sociedades se percebem, elaboram uma imagem de si próprias e atribuem identidades sociais a seus membros:

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', o 'bom súdito', o 'guerreiro corajoso', etc. (BACZKO:1985).

É pelo imaginário social que o Movimento "informa" aos seus integrantes qual deve ser o seu papel, incorporando ou excluindo práticas e representações de acordo com seu sistema classificatório do simbólico. Definindo quem é pertencente e quem não é. Portanto, é também dentro desse campo simbólico que são travadas as negociações da identidade Sem Terra. O imaginário social possibilita identificar a si e o mundo material, dando unidade à coletividade, formando, assim, as ligações simbólicas do grupo. É no espaço simbólico que se constroem as identidades sociais e o imaginário social

informa a visão que cada indivíduo tem de si e de seu grupo, e transforma-se num poderoso dinamizador das práticas sociais.

3.6 A construção da autonomia, amplitude nacional e visibilidade internacional.

O Movimento ressignificou a luta pela terra ao tornar-se uma organização nacional. Conseguiu manter-se unido, incorporando a diversidade cultural das diferentes regiões brasileiras, sem grandes divisões durante estas últimas duas décadas. Ampliou o conceito de Reforma Agrária, sua principal bandeira de luta. A Reforma Agrária contempla a problemática do acesso à terra e da política agrícola, necessária para viabilizar a agricultura camponesa, bem como a afirmação dos direitos humanos, sociais, políticos, econômicos e culturais dos trabalhadores. A Reforma Agrária não se limita a resolver o problema da concentração da propriedade da terra, como se esse fosse um resquício feudal ou um entrave ao capital. Postula mudanças estruturais profundas abrindo caminho para um novo modelo de desenvolvimento nacional através da democratização dos meios de produção. Essas mudanças estruturais devem atingir a economia e as relações de poder.

Uma das características do Movimento é sua capacidade de dar visibilidade às suas ações e propostas. Embora a ocupação ocorra no meio rural, geralmente em lugar distantes e isolados, consegue trazer as suas ações para a sociedade urbana e para a mídia.

O objetivo principal das manifestações nas cidades é fazer conhecer as suas reivindicações e conseguir o apoio das populações urbanas à causa da Reforma Agrária. O apoio do MST às lutas urbanas, como manifestações pelo aumento do salário mínimo, passeatas de professores ou servidores da saúde pela melhoria das condições de trabalho, greves organizadas pelas centrais sindicais, ou até mesmo passeatas de policiais por melhores salários, é considerado uma forma de solidariedade entre trabalhadores. Daí as manifestações públicas de incentivo aos movimentos populares urbanos da

parte de alguns dirigentes do MST, que são interpretadas pela imprensa como a prova de que o Movimento não está interessado apenas na Reforma Agrária, mas também na revolução e na agitação política.

A presidente da ONG Rede Social e jornalista Maísa Mendonça realizou uma pesquisa e descobriu que um total de 300 artigos cita o MST, em quatro dos maiores jornais do país — Folha de São Paulo (FSP), O Globo (OG), O Estado de São Paulo (ESP) e Jornal do Brasil (JB) —, de 20 de abril a 20 de agosto de 1999. Constatou que existem certas "fórmulas" que determinam como essas matérias têm sido elaboradas. Grande parte desses artigos caracteriza os Sem Terra como agressores, guerrilheiros em potencial, obcecados com a tomada do poder ou violentos. Por outro lado, os policiais são representados como defensores da ordem, apesar das estatísticas sobre violência no campo mostrarem o contrário. O governo, por sua vez, é visto como o agente negociador, que apóia e investe grandes recursos na Reforma Agrária. As manchetes abaixo ilustram esses exemplos:

JB 20/4/99: Tiroteio fere 7 em fazenda

ESP 21/5/99: Sindicalista é assassinado a tiros no Pará

FSP 22/5/99: Desocupação no PR deixa três feridos

ESP 25/5/99: Morte de sindicalista foi vingança, diz polícia

ESP 28/5/99: Trabalhador é ferido durante ação de despejo

FSP 08/7/99: Conflito mata sem-terra na Paraíba

FSP 17/8/99: PMs se contradizem sobre massacre: Comandantes divergem em depoimento, mas atribuem morte de sem-terra a ordem superior

FSP 20/8/99: Sem-terra são baleados em conflito no PR

ESP 20/8/99: Sete ficam feridos em tiroteio no Paraná

Nos casos de violência contra trabalhadores rurais, os crimes geralmente são atribuídos ao "conflito", "tiroteio", "desocupação", "vingança", ou "ordem superior". Quando se trata de alguma ação do MST, a estrutura das

matérias costuma ser bem diferente. Normalmente, o vocabulário e a formulação das manchetes representam o Movimento como violento:

- FSP 29/4/99: Sem-terra paralisam Incra em Marabá
- ESP 21/5/99: Sem-terra bloqueiam 3 prefeituras no Pontal
- ESP 31/5/99: Policial é feito refém por sem-terra em SP
- JB 8/6/99: MST faz ameaça em gravação
- ESP 10/6/99: MST pressiona e ameaça governo com ações
- OG 15/6/99: Sem-terra invadem sede do Incra em Pernambuco
- ESP 15/7/99: Sem-terra saqueiam e queimam fazenda histórica em São Paulo
- ESP 15/7/99: Militantes do MST queimam casas de fazenda
- OG 15/7/99: Sem-terra incendeiam casas em fazenda
- ESP 29/07/99: Prefeitura de cidade de MS é depredada: Acampados em uma fazenda da cidade de Angélica quebraram móveis e janelas do prédio
- FSP 30/7/99: MST ameaça iniciar onda de invasões
- ESP 30/7/99: Sem-terra tomam cidade de San Alberto
- FSP 10/8/99: Sem-terra invadem oito áreas em PE
- ESP 12/8/99: UDR e MST atacam juntos o Tesouro

A análise das pesquisas de opinião pública realizadas ao longo dos últimos anos mostra que o MST conta com o apoio da maioria da população brasileira. O apoio à Reforma Agrária varia entre 80% e 94%, enquanto aproximadamente dois terços da população consideram o MST um Movimento legítimo. Durante a marcha do MST à Brasília, em 1997, a popularidade do Movimento esteve no seu auge, chegando a 77% de apoio. Porém quando se trata de avaliar o apoio às ocupações de terras este percentual sempre é bem menor.

Uma ressalva faz-se necessária, contudo, pois apesar de grande parte da população brasileira ser favorável à Reforma Agrária, ela não está disposta a tomar iniciativas que a viabilizem, seja porque não as considera uma prioridade absoluta, seja porque não tem uma idéia clara do que é a Reforma Agrária. No primeiro caso, na qual a Reforma Agrária não é considerada prioridade, é importante lembrar que a questão da escravidão só foi resolvida no Brasil quando passou a bloquear o desenvolvimento de uma indústria nacional. No segundo caso, é preciso considerar que há vários projetos de

Reforma Agrária, e que todos os que se dizem favoráveis a ela não concordam necessariamente com a reforma agrária pretendida pelo MST. Esse é, precisamente, o entendimento de Martins (1997):

Não basta a opinião pública dizer-se favorável à Reforma Agrária. Você faz pesquisa de opinião e descobre que 70% das pessoas são favoráveis à Reforma Agrária. Só que elas não sabem o que é Reforma Agrária. Tanto que, na hora de votar, votam em partidos e pessoas que, por razões de classe social e de opção ideológica, são contrárias a essa reforma. Esses partidários da reforma não condicionam seu voto à adoção da reforma agrária como plataforma política daqueles que elege(m) (MARTINS: 1997).

Esse tipo de cobertura tem-se repetido em relação ao trabalho de formação do MST, como aconteceu com um curso para jovens realizado na Universidade Estadual de Campinas, em setembro de 1999. Nesse caso, uma série de matérias procurou criar um clima polêmico sobre o apoio da universidade ao Movimento. Em 6/7/99, a Folha de S. Paulo publicou um artigo que começa assim: "*A Unicamp dividiu com o MST os custos para a realização do primeiro curso de formação para novos líderes de assentamentos e de ações como invasões de terra*". O debate continuou por várias semanas. Em artigo publicado em Tendências e Debates (FSP 4/8/99), o professor Luís Carlos Guedes argumenta que "*A universidade não pode se isolar de nenhum grupo que faça parte da sociedade*".

Comparato (2003) analisou várias cartas de leitores e artigos assinados, publicados em jornais e revistas, chegando a conclusão que uma grande parte da população tem uma idéia romântica do que seja Reforma Agrária. De acordo com essa visão, o homem do campo ainda é considerado um personagem simples, modesto, apático e preguiçoso, que precisa ser protegido, à imagem do personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. Assim, não são poucas as manifestações que consideram os Sem Terra o resquício de um Brasil arcaico, ou que identificam na atuação política do MST um desvirtuamento do Movimento.

Uma parcela importante da população brasileira ainda parece concordar com a opinião da burguesia francesa do começo do

século XIX a respeito do homem do campo, como foi retratada por Balzac (1961): 'se, politicamente, as suas agressões devem ser impiedosamente reprimidas, humanamente e religiosamente, ele é sagrada' (COMPARATO: 2003, p.98).

No âmbito internacional, o MST possui diversas articulações. Entre elas destacam-se: a Via Campesina, o Fórum Social Mundial (FSM), a Coordenação Latino Americana de Organizações Camponesas (CLOC), o Grito dos Excluídos Latino Americano, as redes de contraposição a ALCA entre outras articulações que são fóruns importantes para conquistar apoio externo e visibilidade internacional. O apoio internacional tem sido decisivo em diversos casos de perseguição política. Os grupos de apoio ao MST no exterior, organizados por jovens, estudantes, intelectuais, simpatizantes, constituem-se em uma força externa importante. Realizam atividades, denúncias, convidam representantes do Movimento para palestras, eventos, seminários em Universidades, entrevistas na mídia local. Estas atividades ajudam a ampliar a voz dos camponeses Sem Terra no Brasil.

A exposição Terra, de Sebastião Salgado, que circulou por cerca de 150 cidades no Exterior deu um impulso à visibilidade e à imagem do MST no exterior. Acompanhando as fotografias e a arte de Salgado que falam por si mesmas, foram organizados debates, conferências e discussões sobre a questão da terra no Brasil. São exemplos de ações coordenadas pelo Setor de Relações Internacionais do Movimento no exterior.

A repercussão internacional do MST pode ser medida também através da exposição na mídia internacional.

O Movimento foi objeto de diversas reportagens em grandes jornais estrangeiros, periódicos e emissoras de televisão, sobretudo depois do massacre de Eldorado dos Carajás, noticiado em 61 idiomas (IstoÉ, 24/04/97). Uma consequência imediata à condenação internacional de Eldorado dos Carajás foi o cancelamento de uma viagem do presidente a Washington, por temer protestos e manifestações por parte de defensores dos direitos humanos (O Globo, 27/04/96). (COMPARATO: 2003, p.125)

O MST tem consciência da importância desse apoio externo e da sua influência no tratamento dispensado ao Movimento pelo governo. Por isso, dedica um cuidado particular aos contatos com organizações não-governamentais internacionais e envia vários de seus membros ao exterior.

A visibilidade também é construída como força política. A capacidade de articulação e de diálogo com os Poderes da República é fundamental. Os dirigentes do MST em diversos momentos foram recebidos diretamente pelo Presidente da República ou por seus ministros. Parlamentares de esquerda realizam interlocuções em momentos de crise. Interessados num acordo se desdobram para marcar um encontro entre as duas partes. A atuação do Congresso é feita com os apoiadores e defensores da Reforma Agrária. O Núcleo Agrário da Câmara Federal é composto por 50 parlamentares, destes, 15 são mais atuantes e defensores das causas do Movimento. O Movimento entende que o apoio do Parlamento é importante, mas não deve ser o palco principal da luta pela terra:

O eixo da luta pela Reforma Agrária se deslocou do Parlamento para outros setores. (...) O tempo de lutar pela Reforma Agrária no Parlamento foi o da Constituinte," (Jornal do Brasil, 22/10/90) dizia João Pedro Stédile, em 1990. "Nunca desprezamos o caminho eleitoral. Vários de nossos militantes são deputados, prefeitos. Agora, as mudanças nesse país não vão se dar pelo Parlamento. O Parlamento é apenas ressonância da correlação de forças na sociedade e a correlação de forças na sociedade só vai mudar se os pobres forem para as ruas, se organizarem e lutarem contra o governo. Mas não devemos imaginar que o MST vá virar partido. O dia que virar, acabou com o Movimento. Essa ilusão nunca tivemos nem queremos. (Jornal do Brasil, 21/05/2000)

Esta visibilidade permite que a sociedade se posicione em relação as suas ações, já que denuncia a situação de injustiça e a existência do latifúndio. Para os integrantes do MST, esta percepção de injustiça, de concentração da terra nas mãos de poucos, gera a necessidade de ações políticas que são transformadas em contestação e são internalizadas pelos trabalhadores como legítimas à sua identidade social. A visibilidade de sua luta cria um campo simbólico em que as ações e os próprios sujeitos buscam legitimar suas ações

perante a sociedade. Neste sentido, a mídia tem tido papel de destaque nos últimos anos. Pois tentam atuar como uma espécie de “donos da verdade”, das palavras e fatos “neutros”, como na mitologia grega, em que as musas são as guardiãs das reminiscências e cada uma cuida de um ramo especial da literatura, da ciência e das artes, ou seja, são as guardiãs do conhecimento. Quase três mil anos depois, estamos diante de uma pós-musa que, travestida em instância de saber-poder, tenta regular e controlar os fluxos constitutivos de memória. Portanto, ouvir “os de baixo” e como de fato eles reconstroem sua própria memória nos parece o caminho mais adequado metodologicamente. Construindo, dessa maneira, uma historicidade que valoriza as informações e o saber coletivo desenvolvido pelos integrantes do próprio Movimento.

O MST surge como algo novo na história da luta pela terra no Brasil. Novo não na temática, porque a questão da terra está presente na historiografia brasileira desde o período colonial. Neste capítulo, descrevo as diferentes formas de luta e mobilização social, as ocupações massivas, a radicalidade de algumas ações e as reações provocadas por elas, sua atuação multidimensional incorporando novos temas e sujeitos na questão agrária. Atualmente, sua atuação envolve não apenas o trabalhador sem terra do campo, mas também trabalhadores urbanos, desempregados, subempregados que vivem nas periferias das grandes cidades. Um público com diferentes histórias, culturas, que está exigindo novos métodos de organização e mobilização. São novos demandantes da Reforma Agrária. Pessoas que não encontram espaço no mundo urbano e se integram na luta do MST. Incorpora novos temas: como a luta contra a ALCA, os transgênicos, o agronegócio, a questão ambiental, a política econômica, que têm relação direta com o modelo de desenvolvimento agrário e agrícola implantado no Brasil, especialmente nas últimas duas décadas. Nestes momentos seus integrantes sentem-se brasileiros, defendendo uma nação, uma pátria, portam a bandeira do Brasil.

Um Movimento que ora atua como movimento social quando mobiliza, articula, dá visibilidade ao protesto de uma maneira bastante peculiar, com suas marchas, caminhadas, ocupações de prédios e espaços públicos, e

em outros momentos atua como organização social, formando e capacitando as pessoas em escolas formais e informais, cria cooperativas e pequenas agroindústrias, gerando emprego e renda, melhorando a qualidade de vida das famílias assentadas através destas empresas sociais atuantes em cerca de 700 municípios do País.

Em vinte anos de história, o Movimento soube articular diversas formas de luta incorporando elementos de movimento social mobilizador e ao mesmo tempo estruturou-se como uma organização social. Possui um forte viés ideológico no processo formativo, presente em seu imaginário social e na memória coletiva. Resignificou, assim, o conceito de Reforma Agrária, ampliando seu conceito com a incorporação de novas temáticas. Conseguiu trazê-la novamente para os centros urbanos, para o debate acadêmico incluindo-a na agenda política nacional. Ao envolver milhares de famílias nas ocupações massivas transformou-se num movimento nacional. Conquistou força e reconhecimento político na sociedade. É um dos mais expressivos movimentos sociais do Brasil e alguns autores afirmam sua importância inclusive no contexto internacional. Narrar esta história de uma perspectiva vista de baixo se constitui num importante passo para a compreensão da historicidade da luta pela terra tecida como um dos fios da história do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demasiado sabemos que, muito antes da invenção das primeiras armas de fogo, já as pedras, as foices e os chuços haviam sido considerados ilegais nas mãos daqueles que, obrigados pela necessidade a reclamar pão para comer e terra para trabalhar, encontraram pela frente a polícia militarizada do tempo, armada de espadas, lanças e alabardas. Ao contrário do que geralmente se pretende fazer acreditar, não há nada mais fácil de compreender que a história do mundo, que muita gente ilustrada ainda teima em afirmar ser complicada demais para o entendimento rude do povo. (SARAMAGO, José; 1997, in: prefácio *Terra*, S.Salgado).

Algumas considerações finais são tecidas, não no sentido de concluir ou fechar questões, mas pelo contrário, deixar em aberto outras interpretações e olhares sobre o tema desenvolvido. Até mesmo pela dificuldade de realizar conclusões para uma história em formação, que continua a ser reconstruída por homens e mulheres, integrantes de um movimento social, que, teimosamente, insistem em sua luta. As indagações que realizo a seguir têm como enfoque três eixos principais desta tese: a questão da formação das identidades; o fazer historiográfico que prioriza memória e narrativas orais de pessoas simples e comuns; e os desafios de um Movimento Social (MST) em processo de formação.

O espaço social, histórico e geográfico construído por estes sujeitos tem um significado todo especial, a Encruzilhada Natalino, que simboliza a

retomada da luta pela terra no Rio Grande do Sul, no início dos anos de 1980, e o Assentamento 29 de Outubro, são uma referência tanto para o Movimento quanto para a sociedade por estar situado dentro da Fazenda Annoni, e ter sido o primeiro latifúndio ocupado de forma organizada pelo MST. Representa um sonho, uma conquista, uma experiência que se consolida após vinte anos da ocupação. As quarenta e duas famílias que vivem no assentamento olham o passado com orgulho, sentem-se sujeitos de uma história realizada conjuntamente. Uma história carregada de conflitos, labutas, sofrimentos, mas também de alegrias, conquistas e esperanças. Passados vinte anos (2004) estes trabalhadores estão colhendo os frutos do próprio trabalho vivendo em uma condição social muito superior a vida anterior de sujeição e de perambulações em terras alheias como meeiros, posseiros, arrendatários. Em suas narrativas expressam o orgulho de ter realizado algo importante, ter realizado uma luta que simboliza o espaço social de onde o Movimento iniciou sua formação. Os trabalhadores sabem que sua luta não terminou, outras serão necessárias para dar continuidade aos seus sonhos. Suas narrativas também transmitem a altivez e o sentimento de pertencimento a uma identidade social -- a identidade Sem Terra, que também se expressa pelos símbolos e vestígios que adornam suas casas como a bandeira do Movimento, cartazes, símbolos, bonés entre outros.

Para estes trabalhadores, a terra continua sendo um espaço de luta e de memória. Ela representa a possibilidade de uma vida melhor, pois ela foi conquistada por uma luta conjunta, não foi doada nem presenteada. O assentamento é o resultado do esforço próprio e coletivo onde cada um se sente parte do processo. Incorporam a responsabilidade de continuar lutando para realizar a Reforma Agrária, seu papel vai mais além da simples conquista de um lote de terra individual. Como integrantes do MST precisam apoiar outros que não conquistaram seu pedaço de chão, pois milhões de famílias ainda permanecem sem terra neste País.

É por dentro desta história, do espaço social, do contexto e do cotidiano, que busquei compreender como se formam as identidades destes

trabalhadores, como elas são reconstruídas. Por que continuam sentindo-se vinculados ao Movimento, mesmo após vinte anos da conquista terra? O que significa ser do MST? O que significa pertencer ao MST? Como a terra e a luta são percebidas por cada um? Por que investem nesta identidade? Por que as identidades destes trabalhadores se apresentam de formas múltiplas? Muitas foram as indagações e continuam sendo a este respeito.

Encontrei algumas respostas na minha pesquisa. Outras, entretanto, ficaram pelo caminho. Enquanto historiador, não me preocupei em ter de dar respostas à todas, no sentido de esgotá-las. Mesmo se tivesse essa pretensão, teria sido uma tarefa impossível de ser realizada, pois as identidades estão em constante processo de formação e reconstrução. Preferi compreendê-las através das atribuições de sentido, das teias de significação, sentimentos que moveram estes trabalhadores a lançarem-se ao desconhecido com toda a família em busca de um sonho, da terra prometida. Ao ingressarem na luta pela terra através da ocupação, organizada por um movimento social, estes trabalhadores construíram um novo jeito de lutar: a ocupação massiva, que reúne milhares de pessoas. Eles criaram novos espaços sociais, como o acampamento, o assentamento e um movimento social onde são reconstruídas novas relações sociais, posturas, comportamentos. Esta experiência representou uma nova fase em suas vidas, pois necessitaram juntar-se, organizar-se coletivamente, em grupos de famílias, partilhando angústias e sofrimentos, alegrias e esperanças. Até mesmo para enfrentar as adversidades, a polícia, os latifundiários, o Governo, foi necessário organizarem-se em *coletivos de trabalho*, *equipes de serviços*, e catalizar o esforço e energia de cada um numa luta coletiva. Foi necessário abandonar hábitos e costumes arraigados, deixar de ser meeiro e posseiro e reconstruir-se como Sem Terra, no acampamento, na estrada, na marcha, na ocupação do latifúndio.

Depois da terra conquistada, surgem outras demandas, como a organização social do assentamento, que continua a exigir dos assentados novas mudanças comportamentais. O fato de morar na agrovila coletiva,

participar da cooperativa, criar os núcleos de produção, que incorporam a diversidade e as diferenças de opinião intragrupo e com o seu entorno modificam comportamentos. Segundo Hall (2005: 07), estes elementos de diferenciação são propulsores da construção das identidades, pois elas se reconstróem nas diferenças estabelecidas num espaço social. Também são influenciadas pelas constantes mudanças do macro contexto, visto que as identidades que, por muito tempo, estabilizavam o mundo social, encontram-se na pós-modernidade tardia em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, anteriormente visto como um sujeito unificado, que apresentava uma única identidade, imóvel, fixa e uniforme. As identidades estão sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas, gerando identidades híbridas, múltiplas, impuras. Esta análise teórica incorpora a diversidade cultural da contemporaneidade, das contradições, das diferenças e, por isso mesmo, as identidades são vistas como processo, elas são históricas porque incorporam elementos do contexto social e se reconstróem a partir das novas e múltiplas experiências que passam estes sujeitos.

No caso dos assentados pesquisados, a história de vida vinculada a luta pela terra proporcionou experiências múltiplas e diversificadas. As identidades são híbridas porque sujeitos de diferentes culturas, hábitos e valores juntaram-se numa luta comum, mantendo suas singularidades, diferenciando-se e ao mesmo tempo incorporando novas formas de convivência social. No acampamento aprenderam um novo jeito de socializar-se, muito diferente do estilo de vida anterior nas fazendas onde viviam isolados em terras alheias como meeiros, posseiros, arrendatários. Tornaram-se um grupo social, um movimento coletivo construindo espaços sociais, que permitem a criação de uma identidade social -- Sem Terra. Continuarão estes sujeitos fazendo parte do MST na medida em que vão melhorando a qualidade de vida, tornando-se pequenos agricultores bem sucedidos em seus lotes coletivos ou individuais? Como manter a forma de organização da produção através da cooperativa dos núcleos de produção que sofre a influência do modelo de desenvolvimento agrícola baseado no avanço tecnológico, no agronegócio, no *monocultivo*?

Podem os sentimentos de pertencimento ao MST continuar sendo mais fortes que estes outros elementos? Estas indagações representam alguns dos desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores assentados. Tais questões requerem outras análises e as respostas precisarão estar vinculadas ao processo histórico dos assentados. Mesmo assim, proponho a reflexão teórica de Thompson sobre a formação da classe operária inglesa como uma possibilidade de análise para estas questões. É na experiência social cotidiana que estes sujeitos vão se formando e se reconstruindo como categoria social. As relações estabelecidas no espaço social, os sentimentos de pertencimento e as teias de significações possibilitam a formação de um novo sujeito social -- o trabalhador Sem Terra --, o que exige a capacidade de reconstruírem-se cotidianamente, incorporando novos métodos de trabalho, hábitos e valores. Como fazer isso sem sufocar a singularidade dos sujeitos?

Nas narrativas, alguns assentados expressaram que a imagética do desejo e o sonho de liberdade estavam ligados ao lote individual e familiar. Aqueles que optaram por viver distantes da agrovila coletiva, mantendo o mesmo modelo de vida anterior, mais isolados na propriedade familiar, demonstram esse desejo de liberdade, alegando que ele mesmo decide o que fazer, o que plantar, como e quando trabalhar, sem ter que seguir determinadas normas, regras e procedimentos, como ocorre nos núcleos coletivos. Questiono em que medida “a liberdade” sonhada pode ser conquistada individualmente? O que significa ser livre? Ser dono do seu próprio lote, poder nele produzir, criar, constituir uma família, são valores que não podem ser negligenciados ou colocados em uma hierarquia, em ordem de importância. A classificação depende da experiência, dos sentimentos, da atribuição de sentidos e da história de cada assentado. Como as decisões coletivas, os núcleos de produção, podem avançar sem anular os desejos do sujeito? Como abarcar as questões da subjetividade, da singularidade dos indivíduos e ao mesmo tempo manter os valores e normas de um projeto político comum? Estas são questões em aberto que serão respondidas pelos próprios sujeitos que fazem, conduzem e recriam esta história. Para Hall, o

sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos históricos. Portanto, a identidade é construída pela experiência na diferença, não podendo ser definidas “a priori”, como algo inato, formação biológica ou processos inconscientes. Neste sentido, a Identidade Sem Terra não está pronta, acabada, mas vejo-a como um processo em andamento, onde os assentados, mesmo vinte anos depois de terem conquistado a terra, continuam assumindo e reconstruindo esta identidade social.

Outra consideração importante refere-se ao fazer historiográfico de minha tese, na qual a história das pessoas simples e comuns é reconstruída a partir das narrativas orais e da memória dos trabalhadores rurais Sem Terra. Utilizei como fonte teórica os conceitos de Thompson, e quanto à memória, as idéias de Halbwachs, especialmente o conceito de memória coletiva que sempre é construída num espaço social. Conceito importante porque estes trabalhadores viveram ou vivem experiências num espaço social construído coletivamente, desde a ocupação de terras na Encruzilhada Natalino, à ocupação da Fazenda Annoni e, nos últimos quinze anos, no Assentamento 29 de outubro. Para Halbwachs, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, uma vez que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Os sentimentos, idéias, valores e reflexões originam-se pela inspiração do espaço e do grupo social. Portanto, não é possível, neste sentido, falar em memória sem levar em consideração as lutas coletivas, o fazer conjunto, a construção de um espaço social coletivo -- o acampamento e o assentamento --, a vinculação destas famílias ao Movimento. Portanto, mesmo considerando as percepções individuais narradas pelos sujeitos, sempre entram elementos do pensamento social. E são estes elementos os asseguradores da coesão grupal e, ao mesmo tempo, o espaço onde ocorrem os conflitos e influências entre uns e outros (HALBWACHS, 2004: p.51).

Ao narrar a própria história, o assentado apresenta diversos elementos, referências ou fatos, que têm como pontos de apoio a memória coletiva. Em suas lembranças do passado, partem da experiência vivida na ocupação, lembrando das lutas para conquistar a terra, da vida difícil no acampamento,

das atividades que desenvolviam conjuntamente. Os trabalhadores que continuam no assentamento, mas desistiram da cooperativa, dos núcleos coletivos, reconstróem sua trajetória e argumentos com base na experiência do passado. Ela serve como apoio para a leitura que realizam no presente. A desistência tem como fator a experiência negativa, o sentimento de ter sido tolhido em sua liberdade, de não ter suas idéias contempladas. Portanto, a história do presente, dos fatos ocorridos no passado, são reconstruídos a partir das informações, percepções e visões do presente. As narrativas demonstram que as representações individuais do passado estão assentadas na percepção de como estes fatos foram internalizados por cada indivíduo. Percebi que a terra, a luta e o pertencimento ao Movimento são os fatores mais marcantes que compõem o imaginário social dos assentados, onde o desejo de conquistar um pedaço de chão representa o motor principal desta luta.

Este desejo é *historicizado*, posto que é formado num contexto de concentração de terras no Sul do país e em decorrência das mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas nos anos 1980, o que obrigou milhares de camponeses a abandonar suas terras ou terras alheias. Vendo-se sem nada, sem terra, no abandono, ousaram sonhar e desejaram mudar de vida. Portanto, a história narrada parte destes sentimentos, percepções e desejos, não com a pretensão de contar “exatamente” o que aconteceu, *a verdade*, mas principalmente a verossimilhança construída no presente sobre o passado destes trabalhadores. Os fatos históricos foram narrados, portanto, não no sentido de comprovar “cientificamente” esta história, mas de tecer com os fios das diversas histórias, uma história *vista de baixo*, uma história carregada de memórias, histórias individuais e coletivas, que se cruzam a todo momento com o contexto local, regional e nacional. Em que medida esta forma de narrativa histórica faz sentido? Ela seria mais, ou menos importante do que outros métodos e formas do fazer historiográfico? O meu argumento é que o registro histórico da luta destes trabalhadores, suas narrativas e o cotidiano compõem um conjunto de significados fundamentais para a historiografia da luta pela terra no Brasil.

Ao narrar sua experiência na luta pela terra, estes trabalhadores expandem, recriam, encontram novos sentidos cada vez que a memória é utilizada como fonte do passado, cada vez que é construída com os componentes da memória coletiva, mas não somente ela. Essa expansão de sentidos passa necessariamente pelos referenciais da singularidade do sujeito, do próprio narrador, pois cada um tem sua própria história. Quando o narrador conta sua história, ocorre uma simbiose, uma inter-relação, a memória liga e religa intrinsecamente o indivíduo com o ambiente externo, com o contexto, com o passado que também é produzido, criado, reinventado, revivido. Mais do que uma pesquisa documental de comprovação de fatos, interessou-me mais a pesquisa do passado vivido, das experiências realizadas, além de como estes trabalhadores reconfiguram as imagens do passado criando novas expectativas, projetando com elas o futuro.

As representações de futuro destes trabalhadores explicitam a intencionalidade de melhorar a vida da família, do assentamento, de continuar lutando por outras transformações sociais, cheios de esperança em relação ao MST. Ao mesmo tempo, expressam dúvidas, incertezas, temores, desafios a serem vencidos. Este conjunto de questões, articulado com o contexto local – o assentamento e seu entorno –, com a história da ocupação da Região Norte do Rio Grande do Sul e com a questão agrária brasileira construíram o lugar social em que esta história fora narrada. Não tive a preocupação de hierarquizar fatos, personagens e acontecimentos, pois percebo que todos são relevantes e importantes no fazer historiográfico. As narrativas destas pessoas são tão importantes quanto a descrição de outros historiadores que tratam da questão agrária brasileira. Pois cada narrador, ao narrar a história, vê, revê, reescreve a história a partir de seus próprios referenciais. Neste sentido, cada história é única, podendo ser reconstruída a todo o momento. Todos os acontecimentos, os lugares, os períodos relatados, apresentam a mesma importância. Procurei contar a história destas narrativas, sem que ela seja entendida como um conjunto de detalhes, de “pequenas” histórias, mas que se entrecruzam e se complementam. Não há como pretender contar o todo, de

esgotar a interpretação dos fatos. Cada história é uma história de vida e, por isso mesmo, todos os fatores foram considerados na mesma ordem de importância. Como continuar alimentando esta memória coletiva? Talvez um dos caminhos também seja continuar registrando, guardando, armazenando vestígios visíveis e invisíveis que poderiam ser organizados num centro de memória do grupo. Existem vários exemplos de centros de memória mantidos e realimentados constantemente pelos próprios interessados no local onde vivem. Estes servem para preservar as imagens, os símbolos, que ajudam a manter viva a memória coletiva.

Finalmente, as últimas indagações referem-se aos desafios do próprio MST, num constante processo de formação dentro de um contexto em que a Reforma Agrária não faz mais parte da agenda de desenvolvimento nacional. Com a ressignificação do conceito de Reforma Agrária construída pelo Movimento nos últimos vinte anos, incorporando novas temáticas, ampliando o seu leque de atuação, o ingresso de outros sujeitos que demandam terra, como os trabalhadores urbanos desempregados, subempregados, moradores das periferias das grandes cidades, novas questões podem ser formuladas. Nos anos noventa, ingressaram no Movimento outros trabalhadores que trazem novas experiências, positivas e negativas da convivência nas periferias das grandes cidades. Excluídos pela sociedade e não vendo outras saídas para sobreviver, incorporam-se à luta pela terra. Isso exige novas demandas, novos métodos de trabalho com a base social, além de outras formas de organização. Foi necessária, para tanto, a revisão das normas que estavam em vigor desde a origem do Movimento, como por exemplo, a expulsão dos que têm problemas como o alcoolismo, dos que provocam brigas internas, praticam violência contra mulheres ou crianças, usam drogas, entre outros. A desagregação social causada pelas condições de vida nas periferias das grandes cidades faz parte da vida destes sujeitos que, ao ingressarem no Movimento, trazem para dentro da organização diversos e novos problemas que influenciam as relações sociais. Como o MST, que luta por uma nova sociedade, poderia expulsar

aqueles que já foram expulsos e excluídos? Cabe ao Movimento dar respostas a todas estas questões? Não perderá suas características de movimento camponês quando incorpora trabalhadores urbanos?

Da mesma forma que estes novos integrantes trazem problemas, também trazem novos conhecimentos, habilidades e experiências significativas do mundo urbano. Estas experiências potencializam trabalhos mais especializados, que são exigidos nas cooperativas, agroindústrias, nas escolas. Nos últimos anos, também foram incorporados profissionais qualificados, como técnicos agrícolas, agrônomos, professores, entre outros, na luta pela Reforma Agrária. Em que medida eles terão maior incidência nos espaços de direção? Como articular e socializar o conhecimento escolar, técnico, com o conhecimento dos camponeses? Novamente, surge outra questão com o mesmo sentido: como manter as características de movimento camponês, uma vez incorporados jovens urbanos, universitários, agrônomos? A experiência de formação de quadros, desenvolvida pelo Movimento, que vincula nos cursos formais o conhecimento acadêmico e a formação ideológica pode ser um caminho.

No atual “estado democrático de direito” existem limites impostos pelas elites, pelos Governos, pela legislação, pois dificultam determinadas ações, consideradas radicais, realizadas pelo MST. Como exemplo, posso citar as últimas manifestações realizadas pela Via Campesina, onde o Movimento está inserido, contra o modelo agrícola, o agronegócio, como foi o caso da destruição do plantio de mudas de eucaliptos no laboratório da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, que teve ampla repercussão nacional e internacional ou a destruição de plantas de soja transgênica, por ocasião do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a quatro anos atrás. Em que medida a sociedade aceita e entende este tipo de ação? Já que a Reforma Agrária precisa ser uma luta de todos, como se afirma em uma de suas palavras de ordem, o apoio da sociedade transforma-se em um eixo fundamental. Sem ele, não é possível avançar. O Movimento corre o risco do isolamento social, da

repressão do Estado e de perder apoio junto à população. Ao mesmo tempo, os próprios trabalhadores de sua base social precisam entender o processo e saber porquê estas ações estão sendo realizadas. Todavia, existe sempre uma preparação prévia em cada ação, estudos e debates sobre estas questões, articulações e alianças com outros movimentos sociais, envolvendo um número expressivo de organizações sociais, personalidades e apoiadores. Nem sempre isso é suficiente, já que as representações construídas pela mídia têm um peso cada vez maior na sociedade. As imagens “falam” mais alto e geralmente são simplistas, econômicas em seu conteúdo. Estas questões são complexas e exigem tempo, maturação em um longo processo para serem compreendidas e assimiladas.

Estas ações provocam reações contrárias como prisões, processos, repressão e até tentativas de classificá-las como atos terroristas, como demonstrou reportagem recente do jornal *Correio Braziliense*, no dia oito de março deste ano, relatando que há um projeto em tramitação na câmara federal abordando este assunto. Estas questões demonstram que a resistência organizada pelo Movimento, que amplia sua atuação, saindo do foco da luta pela terra específica e corporativa acaba criando diferenças, atraindo a repressão, ao mesmo tempo em que se fortalece como movimento social com viés político e ideológico mais forte do que a simples manifestação reivindicativa.

Ao lutar por mudanças estruturais, contrapondo-se ao modelo vigente de desenvolvimento, o MST gera conflitos, tornando-se ameaça aos grandes produtores rurais, aos grandes empreendimentos do agronegócio. Os trabalhadores Sem Terra continuam construindo uma história a *contrapelo* porque contrariam muitos interesses e também porque, para alguns especialistas, a Reforma Agrária está ultrapassada, é uma luta do passado. Alegam não caber, na atual modernidade, a reivindicação da divisão das terras num contexto do avanço tecnológico, do agronegócio que cada vez mais

tomam conta do campo brasileiro. Meu entendimento vai em direção contrária aos argumentos da modernização do campo, que usa apenas o enfoque econômico-desenvolvimentista. Isso porque no campo vivem milhões de seres humanos, com sua cultura, seus afazeres. São cidadãos brasileiros, que sonham e desejam viver na terra e dela tirar seu sustento. Como enfrentar a expulsão dos camponeses pela modernização da agricultura, sem que isso signifique estar contra o desenvolvimento “científico-tecnológico”? Até onde existe espaço para continuar como movimento social se, no estado democrático, suas ações são consideradas radicais? Com a crise em outros setores da sociedade, como o movimento sindical, os partidos políticos, surge a necessidade de outras articulações e alianças. Isso estaria levando o Movimento a constituir-se numa organização política mais ampla? Para as indagações que ficarem em aberto para outras pesquisas, a história destas pessoas simples e comuns, vinculadas ao MST, pode ajudar a responder no futuro.

O MST ressignificou o conceito de Reforma Agrária ao implantar uma nova forma de luta no campo: a ocupação massiva, a junção de centenas e milhares de pessoas que ocupam terras improdutivas ou produtivas, com a intenção de que a Reforma Agrária seja realizada. Mobilizando muitas pessoas ao mesmo tempo realiza uma luta ferrenha contra os latifundiários. Este tipo de ação provoca reações favoráveis e contrárias ao seu método de luta. Vê-se, de um lado, setores da sociedade e seu apoio. Já outros setores sentem-se ameaçados, reagem na maioria das vezes com violência contra os trabalhadores. O novo nesta luta é o método, pois o tema: *a luta pela terra* tem mais de 500 anos. Ocupar terras para que estas sejam divididas entre os trabalhadores é um diferencial importante nos movimentos do campo, que até então não realizavam este tipo de mobilização com tal organização, visibilidade e, em alguns casos, com a radicalidade do Movimento.

Ampliando seu leque de atuação, saiu da questão agrária específica para temas do interesse de toda a sociedade. Assim como, em sua palavra de ordem, pretende transformar: “a Reforma Agrária em uma luta de todos”. O

MST entende que de forma isolada não conseguirá atingir este objetivo. Tem uma atuação multidimensional que o caracteriza como uma rede, já que atua tanto como movimento social, com suas atividades visíveis, envolvendo aspectos de movimento de massa, combinando aspectos de uma organização social ao criar e gerenciar cooperativas, pequenas agroindústrias, escolas e centros de formação. Investindo na Formação de seus próprios quadros, realiza parte das funções do Estado nos assentamentos e acampamentos, como a educação formal, ações básicas de saúde e reivindicações de ampliação do orçamento da Reforma Agrária junto ao Congresso Nacional, INCRA, MDA e, ainda, nas audiências a que têm acesso com Ministros e com o Presidente da República. Usa um método de negociação denominado “pau e prosa”. Por um lado, realiza mobilizações, ocupa espaços públicos, prédios públicos, trancam rodovias, ao mesmo tempo em que senta em mesas de negociação com representantes dos Órgãos Públicos do Estado. Luta e diálogo, este é o significado do método. Dialogar apenas quando se está mobilizado, o que garante sua força política nas negociações, mantendo sua autonomia em relação aos partidos políticos, igrejas e organizações sindicais. Até onde é possível manter autonomia e independência?

Concluo retomando o objeto de estudo desta tese, que trata de como o MST foi e continua se formando. Tive como ponto de partida os trabalhadores que vivem no Assentamento 29 de Outubro, com suas histórias de vida, suas memórias da luta pela terra, seu cotidiano de lutas e conquistas, alegrias e sofrimentos, desejos e esperanças, histórias que se cruzam nas memórias individuais e coletivas, formando as teias de significações que compõem o imaginário social destes sujeitos. Permanece vivo e explícito o sentimento de pertencimento ao MST, seja através dos artefatos visíveis do assentamento, seja na mística que expressa a identidade Sem Terra. Demonstrei nesta tese como as identidades apresentam-se múltiplas, tendo em vista que envolve diferentes sujeitos e suas percepções singulares. As identidades se apresentam múltiplas porque diversos são os sujeitos. Porque também dependem do lugar de fala e poder dos sujeitos: quem vive na base, seja como assentado, ou acampado, ou quem tem maior mobilidade na função de dirigente. Estas diferenças de localização social propiciam a reconstrução de

múltiplas identidades. Assim ocorre entre homens e mulheres, pois elas continuam lutando e ocupando outros espaços de poder e participação, assumindo outros papéis sociais dentro do assentamento e nas instâncias de decisão do Movimento, embora muitas retornem ao seu “antigo papel” de dona-de-casa. Também há os trabalhadores individuais e os que fazem parte do coletivo, sendo que cada um sente-se vinculado ao Movimento de maneira diversa. Portanto, trabalhei com o conceito de formação de identidades como uma obra em aberto, em constante processo de reconstrução, sustentado pelo suporte teórico-epistemológico de autores vinculados à História Cultural.

6. CORPUS

6.1.1 CORPUS ORAL

ENTREVISTA. Irene Manfio, 37, casada, Dirigente Nacional do MST, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 jul 2004

ENTREVISTA. Lucia Vedovatto, 40, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 jul 2004.

ENTREVISTA. Mario Lill, 42, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 13 jul 2004

ENTREVISTA. Ivo da Silva, 46, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 13 jul 2004

ENTREVISTA. Nilo Hartz, 53, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 14 jul 2004

ENTREVISTA. Gessur Debortoli, 40, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em 15 jul 2004

ENTREVISTA. Tereza Barbosa, 47, separada, assentada no Assentamento Salto do Jacuí - Salto do Jacuí - RS, entrevista realizada em 13 jul 2004

ENTREVISTA. Ademar Bogo, 47, casado, assentado no Assentamento Prado - Bahia. 18 jul 2005

ENTREVISTA. Francisco Dalchiavon, 50, casado, assentado em Santa Catarina - Dirigente Nacional da CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, jul 2005

ENTREVISTA. Edgar Kolling, 41, casado, Coordenador Nacional do Setor de Educação do MST, residente em Porto Alegre- RS . 12 dez 2005

ENTREVISTA. João Pedro Stédile, 53, casado, economista, Dirigente Nacional do MST, residente em São Paulo - SP, entrevista realizada em jul 2006

ENTREVISTA. Valdemar de Oliveira, 42, casado, assentado no Assentamento Holandês, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, Dirigente da Cooperativa de Crédito CREHNOR, entrevista realizada em jul 2006

ENTREVISTA. Isaias Antonio Vedovatto, 43, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em jul 2003

ENTREVISTA. Darci Maschio, 49, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, jul 2006

ENTREVISTA. Antonio Pilatti, 38, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, jul 2004

ENTREVISTA. José da Silva, 45, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, 12 jul 2004

ENTREVISTA. Professora Bernardete, 42, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, 14 jul 2004

ENTREVISTA. Antonio Campigoto, 58, casado, assentado no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS, entrevista realizada em jul 2004

ENTREVISTA. Douglas Campigoto, 35, casado, filho de assentado, formado em Agronomia UFSM, Sub-Gerente da Cooperativa CREHNOR, - Sarandi - RS, entrevista realizada em 12 jul 2004

ENTREVISTA. Rosangela Piovezani, 44, casada, Dirigente do MMC - Movimento de Mulheres Camponesas, entrevista realizada em out 2004

ENTREVISTA. Noemi M.Crefta, 48, casada, Dirigente do MMC - Movimento de Mulheres Camponesas, out 2004

ENTREVISTA. Irmã Ostrovski, 38, casada, assentada, Dirigente Nacional do MST, vinculada ao MST-RS, entrevista realizada em jul 2004

ENTREVISTA. Nelson José Grasselli, 51, casado, assentado no Assentamento Holandês, Ex-Prefeito de Pontão - RS, município situado dentro da Ex-Fazenda Annoni, jul 2004

ENTREVISTA. Luci Piovesan, 39, casada, assentada no Assentamento 29 Outubro, Ex-Fazenda Annoni - Sarandi - RS em jul 2003.

ENTREVISTA. Sergio Gorgen, 49, Frei Franciscano, Ex-Deputado estadual, fundador do MST, MPA, residente no Assentamento Dois Irmãos-RS, jul 2005.

ENTREVISTA. Camila Bonassa, 29, solteira, do coletivo nacional de Comunicação, e membro do MST/SP. Entrevista realizada durante a Marcha Nacional, mai 2005

ENTREVISTA. Luiz Pereira, 24, solteiro, MSP/PI, Entrevista realizada durante a Marcha Nacional, mai 2005

ENTREVISTA. Delfis Fonseca, 32, solteiro, Dirigente Nacional do MAB/RS, Movimento dos Atingidos por Barragens, entrevista realizada durante a Marcha Nacional, mai 2005.

ENTREVISTA. Gilvander Moreira, 49, Frei Caupuchinho, residente em Belo Horizonte, durante 5 anos residente em Roma, componente do Grupo de Amigos do MST na Itália, entrevista realizada durante a Marcha Nacional, mai 2005.

ENTREVISTA. Jocélio Dantas de Souza, 26, MST/RN, entrevista realizada durante a Marcha Nacional, mai 2005.

ENTREVISTA. Ivonaldo C. Fernandes, 26, MST/CE, entrevista realizada durante a Marcha Nacional mai 2005.

6.1.2 CORPUS ESCRITO

a) Documentos do MST

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Normas gerais do MST**. São Paulo: MST, 1989.

_____. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001.

_____. **Os desafios da produção e a organicidade do setor**. São Paulo: MST, 2002.

_____. A vez dos Valores. Caderno de formação n.26, São Paulo: MST, 1998

_____. **Alfabetização de jovens e adultos**; didática da linguagem. Caderno de Educação. São Paulo, n. 4, p. 3-27, set. 1994b.

_____. **Alfabetização de jovens e adultos**; educação matemática. Caderno de Educação, São Paulo, n. 5, p. 1-45, dez. 1997.

_____. **Princípios da educação no MST**. Caderno de Educação, São Paulo, n. 8, p. 3-32, jan. 1999

_____. Boletim da Educação, **Educação no MST: balanço 20 anos**, São Paulo, n., 9. set 2004.

_____. CADERNO DE EDUCAÇÃO nº. 01. **Como fazer a escola que queremos?** São Paulo: MST, 1992.

_____. CADERNO DE EDUCAÇÃO nº. 03. **Alfabetização de jovens e adultos: como organizar**. São Paulo: MST, 1999.

_____. **CADERNO DE EDUCAÇÃO n.º. 06. Como fazer a escola que queremos: O Planejamento.** São Paulo: MST, 1995.

_____. **CADERNO DE EDUCAÇÃO n.º. 09. Como fazemos a Escola de Educação Fundamental.** São Paulo: MST, 1999

_____. **Escola Intinerante: uma prática pedagógica em acampamentos.** Gráfica e Editora Peres, São Paulo, s/d.

_____. **Método de Organização: construindo de um novo jeito.** Caderno de Formação n.º 35; São Paulo – SP: Novembro, 2000, 91 p.

_____. **Os Núcleos.** Cartilha n.º 17; São Paulo Fev, 2006; 39 p.

_____. **CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. (CONCRAB). A Cooperação Agrícola nos Assentamentos.** São Paulo: Concrab, 1993. (Cadernos de Formação, n. 20)

_____. **Cooperativas de Produção.** São Paulo: Concrab, 1994. (Cadernos de Formação n. 21)

_____. **Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos.** São Paulo: Concrab, 1995. (Cadernos de Cooperação Agrícola, n. 4)

_____. In: MORAES, Clodomir S. **Elementos sobre a teoria da organização no campo.** São Paulo, 1986. (Caderno de Formação, n. 11)

_____. **Sistema Cooperativista dos Assentados.** Caderno de Cooperação Agrícola n.º5 – 2.º edição – junho/1998.

_____. **Cooperativas de Produção: Questões Práticas.** Caderno de Formação n. 21. Vol. 2 - Abril/1996.

_____. **Revista Concrab: Quatro Anos Organizando a Produção.** Revista. São Paulo:1996.

_____. **Elementos sobre a teoria da organização no campo.** Caderno de Formação São Paulo: [s.n.] n. 11, 1986.

_____. **Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999).** Cadernos de Cooperação Agrícola n.º 08. São Paulo: Concrab, 1999.

_____. **O que levar em conta para a organização do assentamento.** São Paulo: Concrab, 2001.

_____. **Sempre é tempo de aprender.** Caderno de Educação n. 11, São Paulo, nov. 2003.

_____. **Princípios da educação no MST.** Caderno de educação n.º 8. São Paulo: MST, 1999.

_____. **História da luta pela terra.** Caderno de Formação. nº 2, São Paulo, MST, 1986

_____. **Como Fazemos a Escola de Educação Fundamental:** Caderno de Educação nº 09. São Paulo: 1999.

_____. **A Reforma Agrária que Precisamos:** São Paulo-SP: Gráfica e editora Peres Ltda, 2003.

_____. **Alfabetização:** Caderno de Educação nº 2 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com escola, dignidade, 1998.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra Acompanhamento às Escolas:** Boletim de Educação, 2001.

_____. **Programa de Reforma Agrária do MST,** São Paulo: MST, 1995.

(Caderno de Formação n., 23).

FREIRE, Paulo. **Carta ao MST em homenagem a Marcha Nacional** de 17 de abril de 1997. (documento)

b) Relatórios

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Relatórios de Reuniões, Encontros da Coordenação Nacional, Setores Nacionais realizados no período de 1989 a 2004.

c) Jornais

O ESTADO DE SÃO PAULO.

20/3/1997;21/5/1999;10/6/1999;15/7/1999;12/8/99

FOLHA DE SÃO PAULO. 24/4/1999, 21/5/1999;30/7/1999;10/8/1999

JORNAL DO BRASIL. 08/6/1999;20/4/1999;

O GLOBO. 15/6/1999;15/7/1999.

JORNAL SEM TERRA. Edições 1988-2004.

6.2 REFERÊNCIAS

ALBANO, E. E. Albano et al. (Orgs.). **Saudades da língua: a Lingüística nos 25 anos do IEL-UNICAMP**. Campinas, 2003

ALBUQUERQUE, Jr. Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Ed. Massagana, 1999.

AMARANTE et alli. **O imaginário em debate**. São Paulo: Olhos D'água, 1999.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. História: 14, 1995, UNESP.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y la difusion del nacionalismo. 2 ed.revisada. México: Fondo de Cultura Economica, 2000.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo, Perspectiva, 1992

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ars Poética, 1992. Tradução: Eudoro de Souza, p. 53 apud PESAVENTO. S. J. (Org.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas: UNICAMP, 1998

ARRUDA, J. J. A. & PILETTI, N. (2003) **Toda a História**. São Paulo: Ática, 2002

AYALA. **A Cantoria fora do lugar: o cantor nordestino em S. Paulo**. Em No Arranco do Grito. São Paulo: Ática, 1987.

AZEVEDO, T. **Gaúchos: a fisionomia social do Rio Grande do Sul**. Salvador: Progresso, 1958.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: *Enciclopédia Einaldj*, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1982.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. 2 ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Hucitec, 1993.

- BLOCH, Marc. **A apologia há história ou ofício do historiador**: Rio de Janeiro: Zahar, 2002
- BARTHES & HAVAS. **Escuta**. Em *Enciclopédia Einaudi*. Vol. XI. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.
- BARBER Karin. **African popular culture**. Oxford: Universidade de Oxford, 1998.
- BRENNEISEN. Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência**: o MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Edunoeste, 2002.
- BOFF, Leonardo; PELOSO, R. BOGO, **Mística**: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. São Paulo: MST, 1998.
- BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador: memorial das Letras, 1999.
- BRUMMER, Anita. **Gênero e agricultura**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Rev. Estudos Feministas.vol.12.n.1 Florianópolis, jan/abr.2004.
- _____. **Arquitetos de sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. I. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____.
- BHABHA, Hommi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- _____. **O terceiro espaço**. (Entrevista conduzida por Jonathan Rutherford) Revista do Patrimônio histórico e artístico Nacional, n. 24. 1996.
- BERGER, John. **Modos de ver**. Lisboa: ed 70, coleção arte e comunicação. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- BORLAND. **That's not what I said**. Em Perks & Thomson. *The Oral History Reader*. London; Routledge, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. 2001. Langage et pouvoir symbolique. Paris, Fayard. IN: **Como os sem-terra se inventaram pela mídia**: a novidade social nos anos 1990. BERTOL, Rachel
- BOSI, E. **Tempo de lembrar**. Em Memória e Sociedade - A Lembrança de Velhos. São Paulo: Edusp, 1987.
- _____. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1994

- BRADLEY, H. **Fractured identities**. Changing patterns of inequality. Cambridge: Polity Press, 1996.
- BRESCIANI & CHIAPPINI, Lúgia. **Literatura e cultura no Brasil**: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRUNER, J.; WEISSER, S. A invenção do ser: autobiografia e suas formas. In: OLSON, D.; TORRANCE, N. (Org.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- BOLOGNA. **Voz**. Em *Enciclopédia Einaudi*. Vol. XI. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. 1987.
- BURKE, Peter. **O mundo como teatro**. Lisboa: Difel, 1992. (cap. I - História cultural: passado, presente e futuro, pp. 15 a 26).
- _____. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento**: Formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CASTELO BRANCO, M. T. **Jovens Sem Terra**: identidades em movimento. Curitiba: UFPR, 2003
- _____. **A Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHAVES, Cristiane de Alencar. **A Marcha dos Sem Terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000
- COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST** São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994
- CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **A Igreja e os Problemas da Terra.** Documento aprovado pela XVIII Assembléia da CNBB Itaiçi, 14 de fevereiro de 1980
- COLI, Jorge. **O que é arte?.** São Paulo: Primeiros Passos, 1982.
- COSTA, Cleria B. **A palavra um desafio á modernidade.** In: OPIga Cabrera. (Org.). Experiências e memórias. Goiânia: Editora UFG, 2001, v. 1, p. 32-49
- _____.(Orgs) **Imaginário e História.** Brasília: Paralelo 15, 1999.V.1 p.5-25
- _____.**Compartilhando memórias: os contadores de historias.** In.
- _____.**Terra: representação e cidadania.** In: Monica Molina; José Geraldo de Souza Junior; Fernando da Costa Neto. (Org.). Introdução Crítica ao direito agrário. 1ª ed. Brasília: Editora UnB, 2003, v. , p. 145-153
- _____. **Recostruindo as memórias: os brasiguaios no Mato Grosso do Sul.** In: Jaime de Almeida. (Org.). Caminhos da História da América no Brasil. 1ª ed. Brasília: Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino Americana e Caribenha. ANPLAC, 1998, v. , p. 641-650
- _____. **Escola : espaço de memórias.** In: Albene Miriam F. Menezes. (Org.). História em Movimento. 1ª ed. Brasília: Thesaurus, 1997, v. , p. 61-73.
- DARNTON, Robert, **O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultura Francesa.** 2 ed. Rio de Janeiro: Graa1, 1986
- DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga: lutas camponesas no Espírito Santo.** Vitória: Editora dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.
- DIAWARA. **Mande oral popular culture.** Revisited by e1etronic media. In.: BARBER. African Popular Cultural. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- DOUGLAS, Mary. **In the active voice.** London: Routledge, 1982.
- _____.**Constructive drinking.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- EID, F *et alii* (1998). **A Dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de Reforma Agrária.** In Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural–SOBER. Poços de Caldas.MG. pp- 767-778.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungmann. R. de Janeiro: Jorge Zahar, 1990

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Estudos culturais: uma introdução**. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de trabalhadores sem terra: experiências e lutas no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Lgeo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FLEURY, Sonia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

_____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989 (cap. VII - O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações, pp. 203 a 214).

GOHN, M. G. M. **Mídia, Terceiro Setor e MST**. Petrópolis : Vozes, 2000.

_____. **Sem Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo : Cortez, 2000, v.01

GOODY. **The impact of Islamic writing on oral cultures**. Em *The Interface between the written and the oral*. Berkeley: University of California Press, 1987.

GORGEN, Fr.Sergio; STEDILE, J.P. **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Uma foice longe da terra**. Petrópolis, Vozes, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura Brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Trad. por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997

_____. **Quem precisa de identidade?**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.
- _____. **O grupo em seu quadro espacial**. Poder do meio material. As pedras da cidade. In: A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- HELD. **O que é o fantástico?** Uma primeira abordagem. Em O Imaginário no Poder. São Paulo: Summus Editorial, 1977.
- HERÉDIA, Beatriz (IFCS/UFRJ); Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ) Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRJ) Rosângela Cintrão Sérgio Pereira Leite (CPDA/UFRRJ) : Pesquisa: **Assentamentos rurais e perspectivas da Reforma Agrária no Brasil**". realizada entre janeiro de 2000 e dezembro de 2001
- IGNATIEFF, Michel. **The highway of brotherhood and unity**. Granta. Vol.45 p.225, 1993. Apud WOODWARD, Kathryn. In: Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Ouvidoria Agrária Nacional. Brasília, jun, 2006
- ITERRA. **Projeto Pedagógico**. In: Cadernos do Iterra. nº 2. Veranópolis/RS, mai., 2001.
- _____. **Pedagogia da Terra**. In: Cadernos do Iterra. nº 6. Veranópolis/RS, dez. , 2002
- LINHARES, Maria Yedda Leite. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990
- LINHARES, Elizabete et al. **Conhecendo os assentamentos rurais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPDA, 2002.
- LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos Sem Terra no oeste catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1988
- LOWENTHAL. **How we know the past**. Em The Past is a foreign country, Cambridge University, Press. 1997.
- MACHADO, Pais. **O método biográfico**: historias de vida, memórias e biografias. Em Vida cotidiana enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.
- MAESTRI, Mario. **Cadernos do Terceiro Mundo** N° 225 Ano 2000 - Out/Nov.
- MARCON, T. **Memória, história e cultura**. Chapecó: Argos, 2003
- _____.(coord.). **História e Cultura Kaingang**. Passo Fundo: UPF, 1994

MARTINS, Jose de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975.

_____. **Camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARTINS, Francisco. **O nome próprio**. Brasília: UnB, 1987.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. **Crítica da noção de identidade cultural**. Disponível em: www.uepg.br/anpuh/idn/diatahy.htm > acesso em: 10 set 2004

MARCON, Telmo. **Acampamento Natalino**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão Rural entre sem terra**. Piracicaba: Inimep, 1998.

MEDEIROS, E.C. **A mística como instrumento pedagógico na formação política dos militantes do MST**. Revista GeoNotas. Vol.5. n.4 out/nov/dez 2001. ISSN 1415-0646

MELIGA, Laerte. **Encruzilhada Natalino**. Porto Alegre: Vozes, 1992.

MENDONÇA, Maísa. **A mídia e o MST**. Artigo. Disponível em www.mst.org.br. Mar 2006.

MENDONÇA, S. Regina. **A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA PATRONAL RURAL**.artigo. Rio de Janeiro. UFF.

MOLINA, Mônica Castagna et all. **Introdução crítica ao direito agrário**: Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Desenvolvimento agrário como estratégia**: balanço do MDA 2003-2006. Porto Alegre:NEAD, 2006

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis:. Vozes, 1984

- MOUFFE, C. **O retorno do político**. Lisboa: Edições Gradiva, 1996.
- NIMUENDAJU, C. **Lenda de criação e do juízo final do mundo como fundamento da religião dos Apapocuva-Guarani**, São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1987
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**", In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993
- Outhwaite, William; Bottomore, Tom (org.) **Dicionário do pensamento social do século XX** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996
- PAIVA, Eduardo Franca. **Historia & Imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PAIERO D & DAMATO Jr. **Foices e sabres: a historia de uma ocupação dos Sem Terra**. São Paulo: Annablume, 1996
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003
- PIZETTA, Adelar João. **A questão agrária e o MST no Espírito Santo**. São Mateus, MST, 1999.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina no século XIX**. Tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, Bauru: Edusc, 1999.
- PRATINI, Maria: **L 'Oralité et L' Art de Raconter** In: Les Raconteurs se Racontent, op. cit.
- PORTELLI, Alessandro. **The death of Luigi Tratulli and other stories. From and meaning in oral history**. Albany: Suny press, 1991.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Vol.5 n,10, p.129-280. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- PUISEUX, Helene. **Les figures de la guerre**. Representations et sensibilites 1839-1996. Paris: Gallimard, 1997.
- RIBEIRO, Luís Felipe. **O fetiche do texto e a História**. In: RIBEIRO, Luís Felipe. *Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: Eduff, 1996, pp. 31-44.
- RICOEUR, Paul. **Existência e Hennenêutica**". In Paul Ricoeur. *O conflito das interpretações, ensaios de hermenêutica*. Campinas: Papyrus Editora, 1994
- RIVIERE. **Gesto**. Em: Enciclopédia Einaudi. Vol. XI Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.

RUTHERFORD, J. (org). **Identity: community, culture, difference**. London: Lawrence and Wishart, 1990.

SALIBA, Elias Thomé. **Cruzamentos, encontros e sincretismos humorísticos na história brasileira dos anos 20 e 30**. In: Dimensões. Revista de História da UFES. N. 12, Jan. /Jun. 2001. Dossiê: autoritarismo, repressão e memória 1. Vitória: Edufes, 2001 pp. 162- 178.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: A dimensão do espaço na aventura da luta pela terra**. Brasília, Departamento de Sociologia/UnB, tese de doutorado, 2002

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCHAWANTES, Norberto. **Uma cruz em terra nova**. São Paulo: Scritta, 1989

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. **Canoeiros do Recife: História, cultura e imaginário_(1777-1859)**. In: MALERBA, Jurandir (org.) **A velha história, teoria, método e historiografia**. Campinas-SP: Papiros: 1996 p. 93 a 126.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio (efeitos da lei de 1850)**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996

STEDILE, J.P. e FERNANDES, B.M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro. (org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual Editora, 1997.

SPAROVEK. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: paginas e letras, 2003.

STROZAKE, Juvelino José. **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

SOUZA, Laura de Mello. **Inferno Atlântico. Demonologia e colonização**.

Séculos XVI - XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA Otávio. **Fantasia de Brasil**. As identificações na busca da identidade nacional. São Paulo: Escuta, 1998.

- STAROBINSKI, Jean. 1789 **Os emblemas da razão**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A árvore da liberdade (vol.1). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- _____. **History from below**. The Times Literary. London, 07 abr 1966, p.278-280.
- _____. **Peculiaridade dos Ingleses e Outros Ensaio**. Campinas: Edunicamp, 2001.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História oral**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- TORAL, André. **Imagens em desordem**. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870) São Paulo: Humanas, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Historiador das representações mentais**. In: CANDIDO, Antonio (org.) Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. (49 a 58).
- VALADÃO, Vanda de Aguiar. **Assentamentos e Sem Terra**: a importância do papel dos mediadores. Vitória: EDUFES, 1999.
- VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação**: experiências sócio educativas em assentamentos do MST. Ijuí: Unijuí, 2000.
- VOESE, Ingo. **O Movimento dos Sem Terra na imprensa**: um exercício de análise do discurso. Ijuí: Unijui, 1998.
- VENCATTO. A . A história de Sarandi. Sarandi: Ed.Gráfica Sarandi, 1974.
- VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na História**. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. (org) **Les images de la revolution francaise**. Paris: Publicatios de la Sorbone, 1988.
- VOLFFIN, Heinrich. **Conceitos fundamentais da história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WATENNAN. **Our tradition is a very Modern Tradition:** Popular music & the construction of Pan-Yoruba identity. In: Barber. African Popular Culture. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

WHITE. **As Ficções da representação factual.** Em Trópicos do Discurso. São Paulo, EDUSP, 1994.

WILLIAMS, Raymond. **Culturas.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, (Org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Cooperação:** o desafio que começa a sulcar a terra. Cruz Alta: Unicruz, 1990.

APÊNDICE A

Embora cada entrevista seja única no sentido de que cada uma foi se desenvolvendo de forma diversa, pois dependia do entrevistado, sua história, seu envolvimento com a luta pela terra²³⁰, apresento a seguir as perguntas que compunham meu roteiro inicial de pesquisa.

Roteiro das Entrevistas

Há quanto tempo você (Senhor ou Senhora) está morando aqui no Assentamento?

Como você (Senhor ou Senhora) entrou na luta pela terra? Onde você morava?

O que você lembra da Encruzilhada Natalino? Como era seu dia a dia no acampamento? Como vocês se organizavam?

E da ocupação da Fazenda Annoni? Você participou? Como foi a ocupação? Houve problemas com os proprietários? Com a Polícia? Com o Governo do Estado?

Fale sobre o seu cotidiano hoje aqui no Assentamento? Como funciona o Assentamento? Você participa de algum grupo coletivo? Cooperativa? Qual a sua opinião a respeito desta forma de organizar o Assentamento?

E sobre o MST: o que significa o MST para você? Qual a sua opinião sobre a forma como o MST atua hoje no Assentamento? E em âmbito regional, nacional? O que é ser do MST?

Você participa de atividades e manifestações organizadas pelo MST? E de cursos? O que é a mística para você? Você participa da mística? Como funciona? O que você sente?

²³⁰ Palavras mais recorrentes nas Entrevistas (número de vezes em que a palavra foi encontrada nas entrevistas realizadas no Assentamento 29 de Outubro com os Trabalhadores Assentados/as):

1. NÓS: 348 vezes
2. MOVIMENTO: 143 vezes (+ MST: 59 vezes) = 202 vezes
3. TERRA: 187 vezes
4. LUTA: 93 vezes
5. COLETIVO: 87 vezes
6. ASSENTAMENTO: 95 vezes
7. ACAMPAMENTO: 85 vezes
8. EU: 76 vezes
9. OCUPAÇÃO: 35 vezes.

ANEXO I

Tabela I - Comparação entre a produção existente antes e depois do assentamento (Sarandi/RS)

Aspectos Gerais	Antes do assentamento	Depois de criado o assentamento
Número de habitantes	45	1.226
Residências	5	243
Pocilga de Alvenaria	-	7
Estábulo de alvenaria	-	13
Galpão	-	163
Armazéns	-	4
Fossas sépticas	-	100
Estufa para hortigrangeiros	-	4
Açudes	-	56
Barragens	-	6
Escolas	1	6
Bombas para irrigação	-	3
Implementos agrícolas	-	114
Trator	-	35
Colheitadeira	-	7
Caminhão	-	15
Poço artesiano	-	10
Caixa d'água	-	143
Escritório/Secretaria	-	2
Creche	-	1
Suínos	-	2.867
Bovino de corte	-	681
Bovino leiteiro	-	1.299
Aves	-	21.430
Apicultura	-	258 cx
Pomar	-	14 ha
Reflorestamento	mata nativa	mata nativa + 15 ha reflorestados.
Arroz	-	51 ha
Milho	-	554 ha
Feijão	-	116 ha
Hortigranjeiros	-	15 ha
Aipim	-	72 ha
Melancia	-	16 ha
Melão	-	13 ha
Morango	-	21 ha
Abóbora	-	23 ha
Cebola	-	16 ha
Alho	-	11 ha
Amendoim	-	15 ha
Pipoca	-	19 ha
Pepino	-	12 ha
Cana	-	44 ha
Aveia	-	1.768 ha
Silagem	-	3.227 ton/ano

Mel	-	2.550 ton/ano
Leite	-	143.600 lts/mês
Ovos	-	1.096 dz/mês
Queijo	-	396 dz/mês
Carne suína	-	23.600 Kg/mês
Carne bovina	-	15.670 Kh/mês
Banha	-	1.728 Kg/mês
Frutas	-	800 Kg/ano
Erva-Mate	-	59 ha
Soja	-	2.400 ha
Batedor	-	6 un
Roda d'água	-	11 un
Forageira	-	96 un
Trilhadeira	-	27 un
Frigorífico	-	1

Fonte: Revista, *A vida no assentamento*. COCEARGS, Porto Alegre, 1997. Pg.17.